

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA GRECO YAMAOKA



RESISTÊNCIA PELA PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO: O CASO DA
COMUNIDADE CAIÇARA DA ENSEADA DA BALEIA, CANANÉIA - SP

MATINHOS

2019

JULIANA GRECO YAMAOKA

RESISTÊNCIA PELA PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO: O CASO DA
COMUNIDADE CAIÇARA DA ENSEADA DA BALEIA, CANANÉIA - SP

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento
Territorial Sustentável no Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Territorial
Sustentável (PPGDTS), Setor Litoral, da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

Co-orientador: Prof. Dr. Alan Ripoll Alves

MATINHOS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

Y197 Yamaoka, Juliana Greco
Resistência pela permanência no território: o caso da comunidade caiçara da enseada da baleia, Cananéia - SP / Juliana Greco Yamaoka ; orientador Valdir Frigo Denardin ; co-orientador Alan Ripoll Alves. – 2019.
255 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2019.

1. Povos tradicionais. 2. Cananéia (São Paulo). 3. Caiçaras. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 305.56



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **JULIANA GRECO YAMAOKA** intitulada: **RESISTÊNCIA PELA PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO: O CASO DA COMUNIDADE CAIÇARA DA ENSEADA DA BALEIA, CANANÉIA - SP**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 29 de Março de 2019.

VALDIR FRIGO DENARDIN
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

NATÁLIA TAVARES DE AZEVEDO
Avaliador Interno

CRISTINA FRUTUOSO TEIXEIRA
Avaliador Externo (UFPR)

*Aos meus ancestrais, Denise e Mitsuo, avós e bisavós.
Aos ancestrais da Ilha do Cardoso que já nos deixaram, mas que lutaram por
este território, Sr. Ezequiel, Sr. Malaquias e Dona Erci.
Aos que tem coragem, como o caminho do coração.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Valdir Frigo Denardin e ao meu co-orientador, Alan Ripoll Alves, que tanto apoiaram esta pesquisa, com uma presença que garantiu um caminhar leve, divertido e cheio de aprendizado.

Aos membros da Comunidade da Enseada, Tatiana, Terezinha, Joyce, Jaqueline, Débora, Nica, Maria de Lourdes, Seomara, Vivi, Edivânia, Gabi, Dani, Jorge, Jinho, Marci, Pedro, Antonio Mario, Toninho, Neco, William, Ogílio, Juninho, Vitória e Marcos, pelos dias cheio de discussão, trabalho, alegrias e tristezas. Profunda gratidão por tudo que foi compartilhado e por todo aprendizado resultante desta caminhada.

Aos professores e apoiadores do PPGDTS, Mayra Sulzbach, Natália Tavares, Liliani Tiepolo, Cinthia Abraão, Márcia Regina, Rodrigo Reis e João Rafael Deron e da UFPR Litoral, Paulo Henrique Marques, Angela Katuta, Eduardo Harder e Suzana Alvares.

Turma do PPGDTS por tudo que passamos nesse período, Jéssica, Tieme, Lupita, Úrsula, Dione, Maristela, Daniela, Felipe, João, Eder, Edu, Fernanda, Barby, Any, Jenifer, Simone, Adriana e Manoel.

Professores e Turma da disciplina de Socioantropologia Marítima do NUPAUB-USP, Prof. Diegues, Prof. Adrian Ribaric, Silvia, Lucas, Clarissa e Manuela.

Aos parceiros da Enseada que apoiaram os trabalhos da Enseada e a compreensão de como se deu o processo, Silvia Zambuzi, Marina Vianna, Carolina Kotchetkoff, Sofá, Guto Nogueira, Martim, Gustavo Galo, Japa, Catatau, Miguel, Barão, Filpo Ribeiro, Camomila Steiner, Guilherme e tantos outros que integraram esta jornada, além de pesquisadores da Ilha do Cardoso, Pedro Cheliz, Caio Tancredi, Juliana Gonçalves e Bianca Almeida.

Aos queridos amigos que apoiaram a redação e revisão de textos, Lucas Milani, Pedro Cheliz, Januária Onça, Guadalupe Vazquez, Sílvia, Janaína Domingos e Luana Melo.

Fotos, imagens e vídeos usados na pesquisa: Lupita, Carol, Sofá, Letícia Quito, Sílvia, Luiz Cordeiro, André Noffs, Karina Ferro, Walter Moraes, Prof. Adrian, Edison, Pedro, Tati, Joyce, Jorginho e Agávea.

Aos queridos que acolheram em suas casas por Matinhos para que se concluísse este período de estudo, Fernanda, Thiago, André, Sr. Heleno, Carla, Tieme, Lourdes, Tavinho e Luquinhas.

Apoiadores dos sonhos relacionados ao processo da dissertação, Theo Monteleone, Lucas, Celso Prado, Henrique Kefalas, Gerson, Dona Fátima, Thamar Shimodaira, Inara Assumpção, Alineide Lucena, Cássio e Vinícius.

Meninas da extensão ligadas ao Programa Farinheiras.

Rede de mulheres incríveis da vida, Camila Mello, Janaina, Diana Graça, Dani Zanellato, Marlua Batista, Walkiria Tercia, Natalia Bressan, Hyun Ju Choi, Janu, Rita Mello, Rosana Rocha e Maria Shibata.

Ao suporte, carinho e cuidado da família, Denise, Mitsuo, Ricardo meu companheiro, Dona Fátima e as cachorras, Nanica (*in memorian*), Gorda e Tiquinha.

Aos inspiradores e sábios lutadores das pautas de povos e comunidades tradicionais, agricultura familiar, da economia solidária e incansáveis defensores do território do Vale do Ribeira.

Aqueles que apoiaram a participação no Congresso da CLACSO.

Aos funcionários da Fundação Florestal, em especial ao Edison Rodrigues, e funcionários das empresas prestadoras de serviços que apoiaram a pesquisa.

Aos financiadores Fundação Araucária e CAPES, que em momentos diferentes, permitiram que esta pesquisa fosse realizada e concluída.

Vida Caiçara

*Na vida Caiçara, podemos sentir o cheiro do mar;
Sentir o sabor do frescor natural dos pescados, onde a partilha faz o alimento não faltar;
Ouvir os pássaros cantando em uma diversidade imensa que juntos fazem a todos encantar;
O que nos guia é a maré e a lua, sabendo a hora de pescar;
E as nossas crianças vivem livres, os risos soam até a noite chegar;
Cada lixo marinho é seu brinquedo novo, que a maré traz do alto mar;
E a vida segue num percurso leve, sem pressa e no ritmo natural, até que as dificuldades
começam a chegar.*

*As leis que vêm de cima, de quem não conseguimos alcançar;
Modificam as atividades tradicionais e já não podemos plantar;
As nossas casas não podem aumentar e mesmo estando apertadas, assim devem ficar;
E nossos medos que eram os ventos e as tempestades, agora vão piorar;
Diminuição das espécies, praias alastradas de filhotes de peixe que fazem nossos olhos chorar;
Tanto cuidado e preocupação, para na mesa dos nossos filhos o alimento não faltar;
Aí vem a ganância, e o que era fatura se transforma num vazio o mar;
E fazem pescadores com cesto vazio à sua família voltar.*

*Algo precisou se fazer, para nossa renda aumentar;
Assim, buscamos uma alternativa, abrir nossa casa para aqueles que buscam vivenciar;
A harmonia da natureza e com toda humildade deixamos chegar;
O turismo comunitário sem nada modificar;
E interferir nas realidades do nosso lar.*

*Quando tudo parece fluir como a correnteza da maré, vemos a tempestade chegar;
Sentimos que nossa terra diminui, a experiência nos mostra que a interferência humana mais
uma vez a nossa vida vai abalar;
Nosso grito de socorro não é aceito e nosso avô começa a lutar;
Mas a força da correnteza e o vento também fazem nossa terra tirar;
Precisa vir à academia comprovar, o que a sabedoria caiçara dizia e que o governo não quis
aceitar;
Trinta anos se passaram e meu Avô que tanto lutou, agora não está mais para ajudar;
E sua sabedoria tão grande que a tudo resolvia agora não consegue mais guiar;
O impacto é tão grande que abala as estruturas emocionais e financeiras, e começa a todos
derrubar;
Seus netos vão embora, em busca de algo melhor,
Os homens se perdem com as correntes das marés, as mães tentam as lágrimas abafar.*

*Assim surge a grande mulher, com sua força de mãe fez seus filhos lutar.
As mulheres se juntaram com seus dons a trabalhar...
A União gera uma nova forma de economia, feminismo, conservação ambiental e autogestão
para nossa missão cultivar;
As parcerias, capacitações, cursos e intercâmbios fazem nossa força aumentar;
A confecção de produtos sustentáveis, onde o lixo é transformado em renda e o turismo
comunitário a encantar;
As pescas artesanais através da gastronomia caiçara em suas várias formas começam
a se valorizar;
Então, o peixe seco retorna pelas mãos femininas e a união das atividades fazem a renda
aumentar;
E as mulheres conseguem comprovar que juntas conseguem trabalhar!*

E quando tudo parece lindo,

O mar vem e leva drasticamente a nossa terra, o pesadelo que tanto temíamos parece chegar;
Chega a Defesa Civil e tenta nos tirar!

Nossa terra! Nossa história e nossa vida! Não podemos aceitar!
As mulheres, mesmo tão fortes, o choro não conseguiram abafar!
Os homens angustiados sem saber a que rumo tomar;
As crianças sem entender brincam nas águas altas e aproveitam mais um pouco do mar.

Sentimos que precisamos nos preparar;
Parcerias, amigos, turistas, entidades e movimento social, é hora de acionar;
Porque na Ilha do Cardoso queremos ficar!
Lugar que nos garanta a vida para as atividades tradicionais não parar;
O Estado não entende e não quer nos deixar ficar;
Os órgãos são acionados e a todos começamos a provar;
Que somos tradicionais e que devemos numa Nova Terra na Ilha do Cardoso realocar;
A terra escolhida pela Vó, onde já tinha a confiança que ali seria seguro e a vida continuar;
Quando as lágrimas caíam ao ver a nossa história deixar;
Ela vinha forte e dizia: meus filhos o importante é estarmos todos juntos e nessa nova terra
batalhar.

Assim, após uma multidão de amigos e parceiros de luta, a terra conseguimos ganhar;
As comemorações, com misto de tristeza nos nossos olhos, a esperança faz brilhar;
O governo concedeu a terra mais não tinha dinheiro para dar;
Porque tinha a certeza que não conseguiríamos continuar;
E com o peito apertado e sem recurso, conseguimos iniciar;
Os mutirões de limpeza da área, as doações começam a sair e a casa da Vó começa a brotar.

Quando ela está finalmente pronta e preparada para mudar;
a Vó faz a sua partida...
Dor, sofrimento, ai meu Deus! Como não fraquejar?
As orações nos ajudam a ter forças para continuar a caminhar,
Sem poder desistir, as famílias começam a mudar,
Com a força e conhecimento dos antepassados uma nova história começar.

Muito trabalho escrito, e gente empenhada, colocam seu coração para a Nova Enseada, para as
conquistas fomentar;
Projeto de doações de madeira, trabalho pesado, muito sono perdido, toda energia concentrada
e a chance da moradia parece agora se aproximar;
Mas sem conseguir fazer as atividades nossas famílias passam dificuldades para se sustentar;
Juntamos tudo que temos para o alimento não faltar;
As crianças vasculham o mato para brincadeiras achar;
E, mesmo que a saudade venha, juntos, aqui devemos ficar!
Após 1 ano de luta, 7 casas prontas para as famílias abrigar.

E aqui continuamos a nossa história, com as atividades tradicionais e de geração de renda a
dedicar;
Ainda nos resta muito a fazer, mas devemos nos orgulhar;
De tanta luta e trabalho que agora podemos olhar, tão lindo o trabalho conjunto, que nossos
olhos fazem brilhar;
Mas parece que ainda foi pouco, agora vem a concessão para nosso sono tirar;
Precisamos nos unir, comunidades! E a nossa história propagar;
Antes que seja tarde, e leve de nós aquilo que tanto nos esforçamos a conservar!

Tatiana Mendonça Cardoso – caiçara da Enseada da Baleia (2017)

RESUMO

Os povos e as populações tradicionais têm profunda relação com seu território no que tange à manutenção de sua organização social, política e cultural. Em meio a esse processo, muitas são as ameaças que se impõe a eles, que vão das diversas formas hegemônicas de desenvolvimento aos desafios vivenciados a partir de questões naturais. No caso dos caiçaras presentes na Mata Atlântica, não seria diferente. Para tanto, buscou-se o estudo de caso da comunidade caiçara da Enseada da Baleia, que resistiu para permanecer na Ilha do Cardoso mesmo após um processo erosivo que inviabilizou a presença deles no local onde habitavam. Este trabalho teve como objetivo compreender como a organização das atividades socioprodutivas femininas contribuíram para uma realocação a um lugar escolhido pelas famílias envolvidas dentro do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Para isso, foram realizados grupos focais e entrevistas semiestruturadas com as famílias da Enseada e parte de seus parceiros, além de pesquisas em fontes bibliográficas e documentais, seguindo a proposta de vias de resistência e enfrentamento. Como resultados, tem-se: (i) uma descrição histórica da Ilha do Cardoso e da comunidade da Enseada da Baleia até seu processo de realocação a um novo local, chamado de Nova Enseada; (ii) o detalhamento das atividades socioprodutivas realizadas pelo Grupo de Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia (MAE); e (iii) a análise das principais vias de resistência que proporcionaram essa permanência na Ilha do Cardoso. Por intermédio da participação da comunidade em movimentos sociais, somados à articulação de uma rede de parceiros foi estabelecida uma articulação através de vias jurídicas, burocráticas, políticas e estruturais para a realocação de onze famílias da comunidade caiçara considerada. O MAE tem algumas características de empreendimento de economia solidária, os quais se ampliaram durante o processo de realocação para a Nova Enseada, influenciando a organização de algumas atividades socioprodutivas e o processo de resistência para a permanência na Ilha do Cardoso. Casos como este, que poderiam se tornar invisibilizados pela sua dimensão e proposta, merecem ser apresentados como caminho para a compreensão de um pluriverso, um mundo onde coexistam várias formas de mundo, simultaneamente.

Palavras-chave: Economia Solidária; organização feminina; territorialidade; pesca artesanal; povos e comunidades tradicionais.

ABSTRACT

Traditional peoples and populations have a deep relationship with their territory, for the maintenance of their social, political and cultural organization. Even so, there are many threats to them that range from the various hegemonic forms of development to the challenges experienced from natural issues. In the case of the *caiçaras* present in the Atlantic Forest, it would not be different. In order to do so, the case study of the *caiçara* community of the Whale Cove was resisted to remain in the Island of Cardoso even after an erosive process that prevented their presence in the place where they lived. The objective of this work was to understand how the organization of female socio-productive contributed to a relocation to a place chosen by the families involved in the Cardoso Island State Park. For that, focus groups and semi-structured interviews were conducted with Enseada families and some of their partners, as well as bibliographical and documentary sources, following the proposal of resistance and confrontation. As a result, there is: i) a historical description of the Cardoso Island, from the community of Enseada da Baleia until its process of relocation to a new place, called the New Enseada; ii) the details of the socio-productive activities carried out by the Women's Artisan Group of the Whale Cove (MAE); and iii) the analysis of the main resistance pathways that provided this permanence in Cardoso Island. The participation of the community in social movements, coupled with the articulation of a network of partners, has made possible a complex articulation process that has provided legal, bureaucratic, political and structural ways to enable the process of reallocation of the eleven families of this community *caiçara*. As a result, the MAE has some characteristics of solidarity economy, which was extended during the process of relocation to the New Enseada, and influenced the process of organizing some socio-productive activities and the entire process of resistance to the permanence in Cardoso Island. Cases like this, which could be invisible by their dimension and proposal, deserve to be presented as a way to understand a pluriverse, a world where several forms of the world coexist simultaneously.

Keywords: Solidarity Economy; female organization; territoriality; artisanal fishing; peoples and communities.

RESUMEN

Los pueblos y las poblaciones tradicionales tienen profunda relación con su territorio, para el mantenimiento de su organización social, política y cultural. Sin embargo, muchas son las amenazas que se impone a ellos, que van desde las diversas formas hegemónicas de desarrollo a los desafíos vividos a partir de cuestiones naturales. En el caso de los caiçaras presentes en la Mata Atlántica, no sería diferente. Para ello, se buscó el estudio de caso de la comunidad caiçara de la Ensenada de Baleia, que resistió para permanecer en la Isla de Cardoso incluso tras un proceso erosivo que inviabilizó su presencia en el lugar donde habitaban. Este trabajo tuvo como objetivo comprender cómo la organización de las actividades socioprodutivas contribuyeron a una reubicación a un lugar escogido por las familias involucradas dentro del Parque Estadual de la Isla de Cardoso. Para ello, se realizaron grupos focales y entrevistas semiestructuradas con las familias de Enseada y parte de sus socios, además de investigaciones en fuentes bibliográficas y documentales, siguiendo la propuesta de vías de resistencia y enfrentamiento. Como resultados, se tiene: i) una descripción histórica de la Isla de Cardoso, y de la comunidad de la Enseada de Baleia hasta su proceso de reubicación a un nuevo local, llamado Nueva Enseada; ii) el detalle de las actividades socioprodutivas realizadas por el Grupo de Mujeres Artesanas de la Ensenada de Baleia (MAE); y iii) el análisis de las principales vías de resistencia que proporcionaron esa permanencia en la Isla de Cardoso. La participación de la comunidad en movimientos sociales, sumados a la articulación de una red de socios viabilizó un complejo proceso de articulación que dio cuenta a través de vías jurídicas, burocráticas, políticas y estructurales para la viabilización del proceso de reubicación de las once familias de esta comunidad caiçara. El MAE tiene algunas características de emprendimiento de economía solidaria, los cuales se ampliaron durante el proceso de reubicación para la Nueva Enseada, influenciando el proceso de organización de algunas actividades socioprodutivas y el proceso de resistencia para la permanencia en la Isla de Cardoso. Casos como éste, que podrían convertirse invisibilizados por su dimensión y propuesta, merecen ser presentados como camino para la comprensión de un pluriverso, un mundo donde coexisten varias formas de mundo, simultáneamente.

Palabras clave: Economía Solidaria; organización femenina; territorialidad; pesca artesanal; pueblos y comunidades tradicionales.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	TERRITÓRIO DA POPULAÇÃO CAIÇARA.....	34
FIGURA 2 –	GRUPO FOCAL DE 06 DE JULHO DE 2018.....	57
FIGURA 3 –	GRUPO FOCAL DE 18 DE JULHO DE 2018.....	59
FIGURA 4 –	GRUPO FOCAL DE 22 DE JULHO DE 2018.....	60
FIGURA 5 –	OS SAMBAQUIS CADASTRADOS DA ILHA DO CARDOSO...	68
FIGURA 6 –	RÉPLICA DO PADRÃO DO TRATADO DE TORDESILHAS NO ITACURUÇÁ, ILHA DO CARDOSO.....	71
FIGURA 7 –	DETALHE NO MAPA DO PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS EM LISBOA, PORTUGAL.....	72
FIGURA 8 –	LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES EXISTENTES À ÉPOCA DA IMPLANTAÇÃO DO PEIC.....	78
FIGURA 9 –	LOTEAMENTO PROPOSTO PELA COMPANHIA TRÊS COROAS.....	80
FIGURA 10 –	FOLDER DO PARQUE BALNEÁRIO MARUJÁ.....	81
FIGURA 11 –	REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	87
FIGURA 12 –	LOCALIZAÇÃO DO PEIC EM RELAÇÃO À AMÉRICA DO SUL.....	88
FIGURA 13 –	MAPA DA ÁREA DE ESTUDO.....	92
FIGURA 14 –	COMUNIDADE DA ENSEADA DA BALEIA.....	93
FIGURA 15 –	EMBARCAÇÃO VALONGO, TRANSPORTE PÚBLICO NO TRECHO CANANÉIA-ARIRI/ARIRI-CANANÉIA.....	94
FIGURA 16 –	MARISCO PERNA-PERNA CULTIVADO EM PEQUENA ESCALA NO CANAL DO ARARAPIRA.....	103
FIGURA 17 –	GRUPO DE MULHERES ARTESÃS DA ENSEADA DA BALEIA NO INÍCIO DE SUAS ATIVIDADES, COM PRIMEIROS PRODUTOS.....	116
FIGURA 18 –	COLETA DE RESÍDUOS DE PESCA NA PRAIA PARA A CONFECÇÃO.....	118
FIGURA 19 –	PRODUTOS DO MAE COM REDE DE PESCA.....	119
FIGURA 20 –	VISITA AO CERCO-FIXO DURANTE ATIVIDADE DE ESTUDO DO MEIO.....	121

FIGURA 21 – “LIMPEZA DO PEIXE”.....	124
FIGURA 22 – SECAGEM DA TAINHA.....	127
FIGURA 23 – SECAGEM DA OVA DA TAINHA.....	127
FIGURA 24 – ALTERAÇÕES DO TRECHO MAIS ESTREITO DO ESPORÃO ARENOSO ENTRE 2012 E 2015, ATRAVÉS DE PERFIL LONGITUDINAL.....	134
FIGURA 25 – RESULTADOS DO ACIDENTE OCORRIDO EM FEVEREIRO DE 2015.....	136
FIGURA 26 – ESPORÃO ARENOSO DEPOIS DA RESSACA DE 2016.....	138
FIGURA 27 – COMPARAÇÃO DO ROMPIMENTO DO ESPORÃO ARENOSO NO DIA 27 DE AGOSTO E A FORMAÇÃO DE UMA NOVA BARRA.....	139
FIGURA 28 – SEQUÊNCIA DE IMAGENS SOBRE O BAR E MERCEARIA DO SR. MALAQUIAS.....	142
FIGURA 29 – PLANTA PLANIALTIMÉTRICA DA NOVA ENSEADA.....	146
FIGURA 30 – Balsa chegando na comunidade com a madeira....	149
FIGURA 31 – A COMUNIDADE DA NOVA ENSEADA.....	150
FIGURA 32 – TERRITÓRIO REQUERIDO PARA A REALOCAÇÃO NO LAUDO REALIZADO PELA NUPAUB.....	176
FIGURA 33 – LOGOMARCA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ENSEADA DA BALEIA.....	186
FIGURA 34 – CARTAZES QUE FORAM UTILIZADOS NOS FESTIVAIS DE MÚSICA.....	199
FIGURA 35 – CARTAZ DA EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA.....	200
FIGURA 36 – CARTAZ DA FESTA COMUNITÁRIA DO PERERINHA/ITACURUÇÁ.....	201

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – MATRIZ ANALÍTICA DA PESQUISA.....	36
QUADRO 2 – AUDIOVISUAIS USADOS COMO FONTE DE DADOS.....	53
QUADRO 3 – TÉCNICAS E OBJETIVOS ADOTADOS NO TRABALHO.....	54
QUADRO 4 – ENCONTROS EM GRUPO FOCAL.....	55
QUADRO 5 – ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS.....	62
QUADRO 6 – ENTREVISTADOS DURANTE AS ATIVIDADES DE CAMPO..	64
QUADRO 7 – PROCESSO JUDICIAL NO CASO ESTUDADO.....	169
QUADRO 8 – PARCEIROS E MOMENTOS HISTÓRICOS DA ENSEADA.....	187
QUADRO 9 – MATÉRIAS JORNALÍSTICAS SOBRE O CASO.....	202
QUADRO 10 – SÍNTESE SOBRE AS VIAS DE RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO.....	212

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PARCERIAS NOS PERÍODOS HISTÓRICOS RELATADOS.....	190
GRÁFICO 2 – MATÉRIAS JORNALÍSTICAS E DOCUMENTÁRIOS SOBRE O CASO.....	208

LISTA DE SIGLAS

AAPCI	-	Associação de Artesãos e Produtores Caseiros de Iguape
ACP	-	Ação Civil Pública
AEIT	-	Área de Especial Interesse Turístico
AJ	-	Assessoria jurídica
ALESP	-	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
AMEB	-	Associação de Moradores da Enseada da Baleia
AMESOL	-	Associação de Mulheres na Economia Solidária
AMOIP	-	Associação de Moradores das Comunidades de Itacuruçá e Pererinha
AMOMAR	-	Associação de Moradores do Marujá
ANEPE	-	Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva
AP	-	Antes do presente
APA	-	Área de Proteção Ambiental
APADEP	-	Associação Paulista de Defensores Públicos
ARIE	-	Área de Relevante Interesse Ecológico
ATER	-	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	-	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BioAustral	-	Instituto Biodiversidade Austral
CDRU	-	Concessão de Direito Real de Uso
CEPARNIC	-	Centro de Pesquisas de Recursos Naturais da Ilha do Cardoso
CESE	-	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CETESB	-	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CFES	-	Centro de Formação de Economia Solidária
CNJ	-	Conselho Nacional de Justiça
CNCTC	-	Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras
CNPCT	-	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
CNPJ	-	Cadastro Nacional Pessoa Jurídica

CNPT	-	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CNPq	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
CNUC	-	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CPF	-	Cadastro de Pessoas Físicas
CPLA	-	Coordenadoria de Planejamento Ambiental
CONAQ	-	Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
COOPERCANIS	-	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Cananéia
COTEC	-	Comissão Técnico-Científica
DATER	-	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DEPESP	-	Defensoria Pública do Estado de São Paulo
DERSA	-	Desenvolvimento Rodoviário
DOF	-	Documento de Origem Florestal
DPMR	-	Diretoria de Políticas para as Mulheres
EACONE	-	Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras
EES	-	Empreendimentos Econômicos Solidários
ES	-	Economia Solidária
ESEC	-	Estação Ecológica
FF	-	Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo
FLD	-	Fundação Luterana de Diaconia
FLI	-	Festival Literário de Iguape
FLOTA	-	Floresta Estadual
GAEMA	-	Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	-	Inquérito Civil Público
ICMBio	-	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDESC	-	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira
IEE	-	Instituto de Energia e Ambiente

IF	-	Instituto Florestal
IG	-	Instituto Geológico
IN	-	Instrução Normativa
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IO	-	Instituto Oceanográfico
IPeC	-	Instituto de Pesquisas Cananéia
ISA	-	Instituto Socioambiental
ITCG	-	Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
KfW	-	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i>
MAE	-	Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia
MCT	-	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	-	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	-	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	-	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MERCOSUL	-	Mercado Comum do Sul
MMA	-	Ministério do Meio Ambiente
MOPEAR	-	Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná
MPE-SP	-	Ministério Público do Estado de São Paulo
MPF	-	Ministério Público Federal
MTE	-	Ministério do Trabalho e Emprego
NUPAUB	-	Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras
OIT	-	Organização Internacional do Trabalho
ONG	-	Organização não governamental
OSCIP	-	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAE	-	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	-	Projeto de Assentamento Florestal
PATC	-	Procedimento Administrativo de Tutela Coletiva
PE	-	Parque Estadual
PECB	-	Parque Estadual Carlos Botelho
PECD	-	Parque Estadual Caverna do Diabo
PEI	-	Parque Estadual de Intervalos
PEIB	-	Parque Estadual de Ilhabela

PEIC	-	Parque Estadual da Ilha do Cardoso
PETAR	-	Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira
PF	-	Parque Florestal
PMC	-	Prefeitura Municipal de Cananéia
PN	-	Parque Nacional
PNAPO	-	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNPMF	-	Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
PPGDTS	-	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável
RDS	-	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	-	Reserva Biológica
RESEX	-	Reserva Extrativista
RESF	-	Rede de Economia Solidária Feminista
RPPN	-	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAF	-	Secretaria da Agricultura Familiar
SEAQUA	-	Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento dos Recursos Naturais
SENAES	-	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESC	-	Serviço Social do Comércio
SETURC	-	Secretaria de Esporte e Turismo de Cananéia
SIES	-	Sistema de Informação em Economia Solidária
SIMA	-	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Estado de SP)
SMA	-	Secretaria do Meio Ambiente (Estado de SP)
SNUC	-	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SOF	-	Sempreviva Organização Feminista
SPU	-	Secretaria do Patrimônio da União
TAC	-	Termo de Ajustamento de Conduta
TAUS	-	Termo de Autorização de Uso Sustentável
TCLE	-	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEvap	-	Tanque de Evapotranspiração
UC	-	Unidade de Conservação
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná

UMJ	-	União dos Moradores da Juréia
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	-	Universidade Estadual de São Paulo
USP	-	Universidade de São Paulo
UTM	-	Universal Transversa de Mercator
ZC	-	Zona Costeira
ZDRC	-	Zona de Deixa de Ressaca

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	27
1.1	OBJETIVOS	28
2	O TERRITÓRIO TRADICIONALMENTE UTILIZADO PELAS COMUNIDADES CAIÇARAS.....	30
2.1	RESISTÊNCIA COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PRINCIPAL.....	37
2.2	CATEGORIAS DE ANÁLISE COMPLEMENTARES	39
2.2.1	Economia solidária como um caminho capaz de criar “uma vida melhor”	39
2.2.2	Território, sua multidimensionalidade e os territórios tradicionalmente ocupados	43
3	METODOLOGIA.....	50
3.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
3.1.1	Fase exploratória	52
3.1.2	Trabalho de campo.....	54
3.1.2.1	Grupos focais e entrevistas semiestruturadas.....	54
3.1.2.2	Observação participante e diário de campo	62
3.1.2.3	Método snowball, termo de consentimento livre e esclarecido e autorização para o uso de imagens	63
3.1.3	Procedimentos de análise	66
4	ILHA DO CARDOSO: CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO HUMANA NA ILHA DO CARDOSO.....	67
4.1	OS PRIMEIROS HABITANTES QUE DEIXARAM REGISTROS, OS HOMENS DO SAMBAQUI.....	68
4.2	DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE TORDESILHAS E A CHEGADA DOS EUROPEUS AO BRASIL.....	69
4.3	ILHA DO CARDOSO COMO CELEIRO DO MUNICÍPIO E OS CICLOS ECONÔMICOS.....	73
4.4	A TRANSFORMAÇÃO DA ILHA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E OS "PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO"	77
4.5	A ILHA DO CARDOSO NA ATUALIDADE E SEU ENTORNO.....	85

5	A ANTIGA VILA DA ENSEADA DA BALEIA: DO INÍCIO DE SUAS MEMÓRIAS ATÉ A REALOCAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA A NOVA ENSEADA	91
5.1	A COMUNIDADE CAIÇARA DA ENSEADA DA BALEIA E AS ATIVIDADES SOCIOPRODUTIVAS	91
5.1.1	A antiga vila da Enseada da Baleia e seu histórico e atividades socioprodutivas.....	91
5.1.2	Vetores de pressão sobre a permanência das famílias	105
5.2	A ORGANIZAÇÃO FEMININA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	111
5.2.1	Artesanato: confecção e adereços	114
5.2.2	Turismo comunitário: receptivo de grupos de “estudo do meio”	120
5.2.3	Peixe seco: beneficiamento do pescado e seus subprodutos	123
5.3	ASPECTOS FÍSICOS QUE CULMINARAM NA REALOCAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA ENSEADA	129
5.3.1	O processo erosivo que ocorre na restinga do Ararapira	129
5.4	A REALOCAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA A NOVA ENSEADA	143
5.5	SÍNTESE CONCLUSIVA.....	153
6	RESISTÊNCIA PARA A PERMANÊNCIA NA ILHA DO CARDOSO	166
6.1	AÇÕES JUDICIALIZADAS	169
6.2	RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO POR MEIO DE MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS	174
6.3	NEGOCIAÇÕES COM ATORES CONTRÁRIOS	180
6.4	MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMAIS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS.....	185
6.5	MANIFESTAÇÕES OU DEMAIS FORMAS DE MOBILIZAÇÕES PÚBLICAS	197
6.6	RESISTÊNCIAS COTIDIANA.....	209
6.7	SINTESE CONCLUSIVA.....	211
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
	REFERÊNCIAS.....	221
	APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	247
	APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL.....	249

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL.....	251
APÊNDICE 4 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL.....	252
APÊNDICE 5 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	253
APÊNDICE 6 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL.....	254
APÊNDICE 7 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL E ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM PARCEIROS.....	255

PRÓLOGO

Estudante de uma graduação em Turismo, na cidade de São Paulo, assumi um estágio que seria obrigatório para a conclusão de minhas atividades no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, no período que ia do réveillon ao feriado do carnaval de 2002/2003.

Tudo o que eu vivi naquele território foi tão intenso, que quando finalizou o período de estágio e voltei para as minhas atividades em educação ambiental, logo procurei abrir possibilidades de mudar de vida.

Um novo chamado da comunidade onde eu tinha atuado na Ilha, transformaria permanentemente meu destino. Retorno ao território, em dezembro de 2003, para não sair mais, pelo menos até o presente momento.

Depois do carnaval, os “desafios do inverno” seriam ainda mais coletivos, fascinantes e distantes daquele mundo que eu tivera acesso até então.

A formação acadêmica seria insuficiente para compreender as questões presentes nas comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas do Vale do Ribeira, que permitiram que eu atuasse não apenas na área de turismo, mas na agricultura familiar, agroecologia, educomunicação, políticas públicas, saneamento rural, articulações de geração de renda, que logo me apresentariam a economia solidária como possibilidade para mudar as realidades locais e das pessoas envolvidas.

Inúmeras foram as experiências vivenciadas ao longo dos quinze anos que completaram esta história. Mas o que mais me impressionou neste caminho construído a muitas mãos foram as enriquecedoras histórias de vida que me trouxeram a dimensão da complexidade, dos modos de vida, das várias formas de ver e vivenciar um território, que por vezes são invisibilizadas por uma proposta de mundo hegemônico, no qual sou grata de ter vivido intensamente à margem.

Portanto, como pesquisadora, me coloquei no difícil objetivo de contar uma parte da trajetória da comunidade da Enseada da Baleia, dentro da perspectiva de que é possível ter esperança num mundo mais justo e solidário. Para isto, a categoria de análise de resistência foi eleita para tentar aprofundar em como uma comunidade de onze famílias foi capaz de r-existir, no momento em que optou por não desistir de lutar pela sua permanência na Ilha do Cardoso.

Em 2011, quando lá cheguei como assessora técnica de um projeto de geração de trabalho e renda, o pedido de um grupo de mulheres artesãs era o de comprar alguns equipamentos para que elas pudessem trabalhar juntas para tentar superar a crise que havia se instalado com o falecimento do patriarca da comunidade.

Na pretensão de trabalhar com assessoria, fui eu quem acabou aprendendo com a troca que se estabeleceu desde então. Fui facilitadora, ajudante de cozinha, companheira de boteco, fotógrafa, motorista, apoiadora nos mutirões de reconstrução etc. Agora, na condição de pesquisadora, pretendo escrever um pouco sobre estas famílias que resistiram à primeira crise relatada, mas também, às perdas de familiares que se deram nestes anos, a outras crises e pressões históricas que estão postas no território, à erosão da restinga onde habitavam e a uma realocação para um local escolhido por eles, a Nova Enseada.

Como facilitadora, compartilhei a metodologia com outros facilitadores da própria comunidade, que me orientaram a contar sobre a parte exitosa deste percurso, já que estamos vivendo uma fase tão delicada no Brasil. E foi exatamente esta habilidade que me propiciou a realização de grupos focais e entrevistas semiestruturadas com uma parte das pessoas que vivenciaram ou compartilharam desses episódios e que mostraram a resistência como uma possível e constante forma de existir, em uma comunidade de apenas onze famílias.

1 INTRODUÇÃO

No dia 20 de janeiro de 1949, nasceu a era do desenvolvimento no mundo, que se apresentou através de uma campanha global para marcar a posição hegemônica dos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial. Um discurso do Presidente Truman, que pretendia levar seus avanços e progresso industrial para as áreas subdesenvolvidas, ressignificaria o conceito de desenvolvimento, ao referir-se ao modelo norte-americano, criando uma nova percepção do “eu” e do “outro” subitamente. Nesse dia, aquela maioria heterogênea seria enviada ao fim da fila, “dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas” (ESTEVA, 2000, p. 59-60). Neste contexto, o desenvolvimento carrega em si a noção de progresso, que acredita que a História caminha para uma direção em que o futuro será a superação do presente, que tem como princípios: acreditar no valor do passado, a superioridade da civilização ocidental, aceitação do valor do crescimento (econômico e tecnológico) e a fé na razão (RODRIGUEZ; SILVA, 2016, p. 33). Ao mesmo tempo em que não haveria possibilidade de seguir o exemplo de consumo em um mundo finito, essa “modernidade” se tornaria um desafio a todas as outras formas de vida que não se enquadrassem nesse padrão.

Com outras racionalidades, encontram-se, por exemplo, os povos e comunidades tradicionais e estima-se que estes, “no Brasil, perfazem um total aproximado de 25 milhões de pessoas [...] e ocupam aproximadamente $\frac{1}{4}$ do território nacional” (MDS, 2009, p. 11). Tais grupos interagem diretamente com o regime de propriedade vigente, que está dividido basicamente em duas categorias: “terras privadas ou terras públicas. As terras privadas, são presididas pela lógica capitalista e individualista” (LITTLE, 2004, p. 258-259) e que estão altamente concentradas nas mãos de poucos, sendo que, segundo a OXFAM Brasil (2016, p. 08), “os grandes estabelecimentos somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros e [...] concentram 45% de toda a área rural do país”. Mas as dificuldades impostas para a legitimação de instrumentos legais que reconheçam as terras tradicionalmente ocupadas, são apenas parte do desafio, já que a pauta “território” carrega consigo outras questões, “dentro do mundo relacional, a defesa do território, da vida e da terra comunitária é uma mesma causa” (ESCOBAR, 2016, p. 20, trad. nossa).

Escobar (2014, p. 20-21) convida aos estudos do pluriverso, que surgem da academia crítica, para buscar os mundos que pretendem perseverar dentro das várias investidas da globalização neoliberal, a fim de compreender projetos baseados em outros compromissos ontológicos, contribuindo para a ampliação de espaços de re-existência. Com estes estudos, busca-se apresentar mundos e conhecimentos de outro mundo que existe em nosso meio.

Para tanto, a pesquisa pretende dar luz ao caso da comunidade caiçara da Enseada da Baleia, que resistiu para permanecer no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), em Cananéia, SP. Sob consequência de um acentuado processo erosivo que vem ocorrendo nos últimos anos no espaço em que estava situada, buscando sua realocação numa área dentro da ilha, que também é unidade de conservação de proteção integral. Depois de reestruturar sua economia local através de iniciativas de um grupo de mulheres (2010), que já fora foco de outras pesquisas, pretende-se neste trabalho aprofundar sobre a relação desta organização feminina com o processo vivenciado pelas famílias no ano de 2017, com a realocação para a Nova Enseada. Para isso, usou-se conceitos de resistência, povos e comunidades tradicionais, caiçaras, economia solidária e território, para apoiar as análises sobre o caso.

Ao se partir dessas considerações, o presente estudo busca responder à questão central: de que forma a organização comunitária e a estruturação de atividades socioprodutivas femininas podem contribuir para a permanência da comunidade da Enseada da Baleia no Parque Estadual da Ilha do Cardoso? Tem-se como hipótese que a organização produtiva redesenhada pelas mulheres da Enseada da Baleia tem fortalecido a comunidade e lhe conferido elementos para resistir na sua permanência no território, bem como conservar seu modo de vida.

1.1 OBJETIVOS

Esta pesquisa possui como objetivo geral compreender como a organização de atividades socioprodutivas do Grupo de Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia (MAE) contribuem para a permanência das famílias da Enseada da Baleia/Nova Enseada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

Para alcançar o objetivo geral, elencou-se como objetivos específicos:

- Levantar o histórico de ocupação da Ilha do Cardoso, seus principais atributos físicos e como isso influenciou nas atividades econômicas nela desempenhadas;
- Analisar as percepções sobre o histórico, as atividades produtivas e a organização das famílias da Enseada da Baleia no processo de resistência para a sua permanência no território e na manutenção do seu modo de vida.

2 O TERRITÓRIO TRADICIONALMENTE UTILIZADO PELAS COMUNIDADES CAIÇARAS

Com a finalidade de compreender melhor o caso proposto, optou-se por discorrer acerca de alguns dos principais conceitos que estão inseridos na compreensão do território, tradicionalmente utilizado pelas comunidades caiçaras e outras comunidades tradicionais.

Situadas a margem de um modelo de desenvolvimento hegemônico, que se fortalece a partir da Segunda Guerra Mundial, grupos dos mais diversos vêm denunciando inúmeros exemplos de pressões que enfrentam. Para Escobar (2016, p. 19, tradução nossa), “o Mundo Mundial priva o mundo selvagem de sua possibilidade de existir. As lutas locais tentam (re)estabelecer certo grau de simetria com as conexões parciais que os mundos selvagens mantêm com o Mundo Mundial”. Este desenvolvimento hegemônico ou o que fora retratado pelo autor como Mundo Mundial, sobrepõe-se às pluralidades ou o nominado mundo selvagem, provocando reações e lutas locais, que seriam uma tentativa de manutenção do equilíbrio para estas forças divergentes.

Entre as estratégias destas privações, a apropriação de terras e a privatização dos meios de uso comuns, em que o mar, a terra e a atmosfera (através dos mercados de carbono), poderiam ser exemplos. Critica-se a legalidade como uma regulamentação das normas egoístas, que impõe os desejos dos poderosos. A exemplo disso, têm-se os acordos de livre comércio, os direitos de propriedade intelectual, os tratados de defesa, regulamentações comerciais, supervigilância etc. Como se 10% do global, se impusesse aos 90% de um mundo natural (ESCOBAR, 2016, p. 24).

Dentro deste mundo natural, assim como outros grupos, também estão os povos e comunidades tradicionais. A partir das mudanças vivenciadas na dinâmica política dos conflitos sociais rurais na América Latina, no final da década de 1980, percebe-se o surgimento de novas vozes na cena pública e nas arenas políticas. Através de movimentos sociais, “as reivindicações de uma diversidade de grupos sociais denominados ou autodenominados povos originários/tradicionais ou, mais recentemente, comunidades tradicionais” (CRUZ, 2011, p.33).

Diegues (2000) afirma existirem ambiguidades e dificuldades teóricas em relação ao termo, adotando o conceito de sociedades tradicionais. Elas se

caracterizam por: a) frequente simbiose com a natureza, ciclos e recursos naturais renováveis, determinantes em seus modos de vida; b) análise de conhecimento acerca da natureza, seus ciclos e formas de manejo, passados de geração para geração; c) noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz socialmente e economicamente; d) ocupação do território por várias gerações; e) importância da subsistência e relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância da unidade familiar para as atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância dos mitos e rituais (pesca, caça e extrativismo); i) tecnologias de baixo impacto ao meio ambiente, com reduzida divisão técnica e social do trabalho, mas onde há o domínio de todas as etapas da produção; j) fraco poder político, uma vez que, em geral, são nas áreas urbanas que estão os grupos de poder; e k) identificação por terceiros ou autoidentificação que pertencem a uma cultura “distinta” (DIEGUES, 2000).

Cunha e Almeida (2001) questionam algumas contrariedades, como a necessária adesão à tradição, o baixo impacto sobre o ambiente, ser ecologicamente sustentáveis ou fora da esfera do mercado, dentre outros. As atuais categorias são como “criações da metrópole [...] frutos do encontro colonial”, mas reforçam que aos poucos estas categorias foram apropriadas pelos próprios atores, convertendo termos que eram carregados de preconceito, em identidades capazes de gerar a mobilização destes, quando afirmam, “nesse caso a deportação para um território conceitual estrangeiro terminou resultando na ocupação e defesa desse território” (CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 03).

Sobre a expressão populações tradicionais, estava ainda pouco habitada há época, em 2001, mas que tinha uma existência administrativa, onde atualmente se chama Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT)¹. A categoria compreendia apenas seringueiros e castanheiros, num primeiro momento. Mas agregou coletores de berbigão, babaqueiros e quilombolas, em seguida. Em comum, tem o fato de “pelo menos em parte uma história de baixo impacto ambiental e interesse em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram” e para isso, se comprometem

¹ Segundo o sítio eletrônico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a quem o órgão está vinculado hoje em dia, o CNPT é um dos onze “centros nacionais de pesquisa e conservação de ambientes e territórios utilizado por povos e comunidades tradicionais, seus conhecimentos, modos de vida e de organização social, além de formas de gestão dos recursos naturais” (ICMBIO, s/d).

a “prestar serviços ambientais” (CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 03-04), trazendo informações de como se inicia o processo de auto reconhecimento destes povos e comunidades.

Além do CNPT, que abriu espaço para que alguns grupos se representassem, podem ser citados outros marcos legais que foram dando condições para novos espaços de debate e aprofundamento das questões ligadas a eles, e que inclusive o conceituam, como é o caso do Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais² e que determina tais grupos como:

culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitindo pela tradição (BRASIL, 2007).

Dados mais recentes, demonstram que já é bem maior os grupos que se auto reconheceram como povos tradicionais, entre eles estão indígenas, quilombolas, terreiro/matriz africana, ciganos, pescadores artesanais, extrativistas, extrativistas costeiros e marinhos, caiçaras, faxinalenses, benzedeiros, ilhéus, raizeiros, geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, veredeiros, apanhadores de flores sempre vivas, pantaneiros, marroquianos, pomeranos, catadores de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, retireiros do Araguaia, fundos e fechos de pasto, ribeirinhos, cipozeiros, andirobeiros, caboclos etc. Aqueles que já compuseram o quadro de representados pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

² A este decreto, se somam outros marcos legais, citados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) (2007, p.30-45), como o Decreto de 13 de junho de 2006, que altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências; a Portaria nº 86, de 12 de março de 2008, que publica o Regimento Interno da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), através do Ministério de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Deliberação CNPCT nº 001, de 12 de dezembro de 2007, que institui a Câmara Técnica Permanente de Acesso aos Territórios e aos Recursos Naturais no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que institui a Câmara Técnica Permanente de Fomento e Produção Sustentável no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e que institui a Câmara Técnica Permanente de Inclusão Social no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Deliberação CNPCT nº 002, de 12 de dezembro de 2007, que institui a Câmara Técnica Permanente de Infraestrutura no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

(CNPCT)³ (MDSA, 2017). O que não determina um limite de representações de povos, mas aqueles que se reconheceram até o momento.

Dentre os vários povos e comunidades tradicionais reconhecidos atualmente, esta pesquisa se concentra nas comunidades tradicionais caiçaras, as quais dão condições de aprofundar no estudo de caso da comunidade da Enseada. Para Diegues (2000) são:

aquelas comunidades formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos. Os caiçaras apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, de pequena pesca, de extrativismo vegetal e do artesanato. Essa cultura se desenvolveu principalmente nas áreas costeiras dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina (DIEGUES, 2000, p. 42).

Adams (2000) estuda as origens dos caiçaras e acredita que "a cultura caipira se formou pelo cruzamento do português com o indígena e produziu o mameluco paulista, na qual o caiçara está inserido" (ADAMS, 2000, p. 147). Além disso, concorda com Diegues (2000) quando os caracteriza como lavradores-pescadores, contrapondo as publicações que, a partir da década de 1970, identificavam-nos em um mundo simbólico e tecnológico marítimo, ocorrido entre as décadas de 1930 e 1950. Indicando que a introdução do cerco, como apetrecho de pesca, e o barco a motor, no início do século XX, influenciaram estas comunidades a dedicar-se mais profundamente a pesca, em detrimento das atividades de roça (ADAMS, 2000, p. 154). Argumenta sobre a necessidade de desconstruir a identidade caiçara como "ecologicamente correta", o que daria condições de "resgatar seu dinamismo e sua riqueza, fortalecendo a luta política destas comunidades pelo direito de permanecer em suas terras". Em seu resgate histórico, faz uma apresentação do caiçara como aquele que "demonstra sua habilidade histórica de adaptação a um contexto econômico em constante mudança", discutindo a diversidade de estratégias de subsistência adotadas, nem sempre relacionadas com a natureza (ADAMS, 2002, p. 04).

Esta pressão que se impõe sobre os diversos grupos de povos e comunidades tradicionais, ganhou algumas singularidades no caso das populações caiçaras, que

³ Este conselho foi instituído a partir do Decreto nº 8.750, de 9 maio de 2016, (BRASIL, 2016) e prejudicado pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que "extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal", que abrange colegiados que foram instituídos por decreto, atos normativos e atos de outro colegiado (BRASIL, 2019) e pelo Decreto nº 9.812, de 30 de maio de 2019, que altera partes do Decreto nº 9.759 (BRASIL, 2019).

foram extensamente debatidos por Diegues (2000, 2001, 2002, 2005a, 2005b, 2015). No caso do território tradicional caiçara, afirma a localização de tais comunidades entre os estados do Rio de Janeiro e Paraná (FIGURA 1), tendo como fatores determinantes não apenas o meio físico, mas também as relações sociais. Afirma uma certa descontinuidade na faixa litorânea entre os núcleos de populações, com semelhantes modos de vida, vocabulário e predominância em algumas ilhas, entre as quais a Ilha do Cardoso, Búzios, Vitória, Monte de Trigo foram apontadas (DIEGUES, 2005, p. 276) e onde está inserida a comunidade da Enseada da Baleia.

FIGURA 1 – TERRITÓRIO DA POPULAÇÃO CAIÇARA



FONTE: Diegues (2005b).

LEGENDA: Como ilustração do conjunto de obras, intitulado Enciclopédia Caiçara, Diegues apresenta uma figura, com o litoral paranaense, paulista e carioca, indicando locais de onde foram extraídos depoimentos de caiçaras neste território tradicional descontínuo, que coincide por vezes, com as áreas protegidas federais e estaduais presentes no período.

Diegues (2005a) defende que as povoações e “sítios” caiçaras teriam surgido “nos interstícios e no período pós-descolonização das monoculturas coloniais e pós-coloniais como a da cana-de-açúcar, no litoral sul do Rio de Janeiro e norte de São Paulo, e do arroz, no Vale do Ribeira e litoral sul de São Paulo”. A construção da identidade caiçara é recente e teve que se contrapor ao olhar urbano e preconceituoso, tendo se fortalecido a partir das décadas de 1970/1980, de conflitos com a “especulação imobiliária e o autoritarismo ambiental, manifestado pela implantação de parques naturais” (DIEGUES, 2005a, p. 277-278). Não apenas parques, mas as várias categorias de unidades de conservação, entre as quais, as de proteção integral tem maior disponibilidade para gerar conflitos com as populações

residentes. Não são raras as manifestações impregnadas de preconceito, relacionado a esta identidade, ainda hoje.

A desapropriação das terras caiçaras pelos especuladores foi, muitas vezes, realizada de forma violenta, por intermédio de jagunços que ameaçavam e expulsavam os moradores, mas, na maioria das vezes, estes foram ludibriados, com uso de artifícios legais. Em certos casos, o caiçara, depois de vender sua propriedade, acabava trabalhando como caseiro do novo proprietário de fora, que construía sua casa na praia. Em muitos casos, os moradores caiçaras, depois de venderem suas praias foram obrigados a construir suas casas nas encostas das serras, em lugares sujeitos a perigos de desabamentos, onde tampouco a sua presença é legalmente autorizada. Depois de serem considerados “posseiros” em suas próprias terras, são considerados agora moradores ilegais nas encostas das serras, em áreas de restinga e mangue, consideradas áreas de proteção total. [...] Outro fenômeno importante que atingiu as comunidades caiçaras, em parte como medida de contenção da especulação imobiliária, foi a transformação de extensas áreas de Mata Atlântica em áreas protegidas, das quais foram expulsos os caiçaras. Nos casos em que essa expulsão não ocorreu fisicamente, as comunidades são, na quase totalidade, impedidas de exercer seu modo de vida, baseado na agricultura itinerante, na pesca e na coleta. (DIEGUES, 2005a, p. 306-307)

As pressões mencionadas às populações caiçaras, como é o caso da especulação imobiliária que se impõe ao longo do território próximo ao mar, tem na implementação de Unidades de Conservação (UCs) um possível aliado para esta pauta, isso é o que argumenta alguns autores. De qualquer forma, estas mesmas UCs se não expulsaram totalmente, alteraram e seguem transformando o modo de vida destas populações. Hayama e Cardoso (2018, p. 614-615) concordam com a compilação de dados do relatório do NUPAUB/USP (2011) acerca de Povos/Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas no Brasil, em que se analisam em 61 casos, os danos e prejuízos às populações tradicionais: a) restrição de direitos civis e sociais; b) usurpação do direito ao território ocupado ancestralmente (em função da falta de título de propriedade); c) desorganização do modo de vida tradicional (extrativismo, pesca e roça vedados ou dificultados); d) proibição do autogoverno (subserviência às autoridades); e) migração de moradores para áreas urbanas, sujeitos a vulnerabilidade social e abandono do poder público; f) definição da situação fundiária demorada; g) restrições ou desestímulo à preservação do patrimônio cultural imaterial e incentivo a atividades de geração de renda (turismo e artesanato); h) destruição ambiental por falta de fiscalização; i) danos morais e coletivos, decorrentes dos itens mencionados.

Hayama e Cardoso (2018, p. 610-613) afirmam que o campo de estudo focado nos “refugiados da conservação”, seria resultado de uma política ambiental hegemônica, pautada pelo “mito moderno da natureza intocada” e alimentada pela economia verde e concessão à iniciativa privada da gestão das unidades de conservação. E que esta postura vem sendo contestada pelas pesquisas no campo da etnociência, que indicam as comunidades tradicionais como potenciais aliadas na manutenção da biodiversidade, por suas técnicas e racionalidades diferentes, bem como, sua forma de pensar, sentir e fazer.

Estas racionalidades aplicadas aos territórios são apresentadas brevemente por NUPAUB (2016, p. 54), que afirma que a territorialidade caiçara se caracteriza por uma forma muito específica de ocupação espacial e ambiental, que se baseia em um calendário econômico bastante complexo, pois agrega em si agricultura, pesca, caça e extrativismo, baseados em uma sociabilidade que tem bases na solidariedade, ajuda mútua e complementaridade. Visíveis principalmente, através de sistemas culturais em que há “participação coletiva em atividade produtivas e lúdico-religiosas”.

A pesquisa está organizada em quatro conceitos-chave: a resistência como categoria principal, e como complementares os povos e comunidades tradicionais, tendo como componente as comunidades caiçaras que já foram apresentados, além da economia solidária e o território que serão tratados adiante, conforme o QUADRO 1, que trata do quadro de conceitos, componentes e campo teórico utilizados pela pesquisa.

QUADRO 1 – MATRIZ ANALÍTICA DA PESQUISA

Conceitos chave	Componentes	Principais autores
Resistência		Sivaramakrishnan (2005); Porto-Gonçalves (2006, 2016); Viola-Recasens (2008); Scott (2011); Baschet (2012) e Mafra (2018).
Povos e comunidades tradicionais	Caiçaras	Adams (2000, 2002); Diegues (2000, 2001, 2002, 2005a, 2005b, 2015); Cunha e Almeida (2001); Brasil (2007); NUPAUB (2016); Hayama e Cardoso (2018).
Economia solidária		Singer (1998a, 1998b, 2002); Lisboa (2004); França Filho e Laville (2004).
Território		Porto-Gonçalves (2002a, 2002b, 2006, 2012); Almeida (2008); Saquet (2009); Montenegro (2010); Escobar (2015); Diegues (2016); Grabner (2016); Caputti (2016).

FONTE: A autora (2019).

Sendo que, a resistência, como categoria principal, foi trabalhada no capítulo 6. E ambos as categorias complementares de povos e comunidades tradicionais (em

que os caiçaras são o componente que foi aprofundado), economia solidária e território, servem de pano de fundo neste estudo de caso, tendo análises breves que estão contidas nos capítulos 5 e 6, desta dissertação.

2.1 RESISTÊNCIA COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PRINCIPAL

Scott (2011) descreve as formas cotidianas de resistência, ou seja, aquelas voltadas a mitigar ou rejeitar demandas de superiores ou levar adiante reivindicações das classes que representam. Estariam relacionadas com a luta de classes e teriam como pautas: apropriação da terra, trabalho, impostos, renda etc. A descreve como informal, por vezes, dissimulada e preocupada com ganhos imediatos, sendo muitas vezes a única opção para classes subalternas. Difere, portanto, da política institucionalizada, que em seu ponto de vista é formal, ostensiva e preocupada com mudanças sistemáticas. Apesar da relevância deste autor para a discussão da pesquisa, a abordagem seria insuficiente para a compreensão do fenômeno estudado, portanto alguns críticos a esta teoria deram subsídios para a compreensão da categoria.

O primeiro deles é Viola-Recasens (2008, p. 66-69), que reconhece a influência de Scott nas áreas de Ciência Política, Antropologia, História, Sociologia, Estudos Culturais e Teologia e, também, os benefícios de conceber outras formas de resistência além das que ocorrem em organizações formais. Mas não se preocupa em tratar o que ele entende como ações desorganizadas, sem coordenação, líderes, manifestos ou programas, como algo contínuo, que se articula ao longo do tempo. Ao mesmo tempo que o autor entende que as revoltas organizadas têm fortes chances de fracassarem, acredita que as formas de resistência cotidiana fracassariam com os sistemas de opressão. Seria, portanto, uma visão “excessivamente unidimensional e reducionista da conduta e da consciência humana”. Outro ponto seria a interpretação das intenções dos atores sociais, acreditando que este contexto dentro das ciências sociais, seria demasiado complexo para sê-lo realizado por um ator externo, visto que nos exemplos citados, as intenções permanecem ocultas. Ações como roubo e evasão fiscal, poderiam não ser atos conscientes de resistências, mas atos de sobrevivência. Além de problemas com os exemplos dos casos apresentados, que foram comparados com pesquisas mais aprofundadas.

A segunda autora, crítica à teoria proposta de resistências cotidianas, é Sivaramakrishnan (2005, p. 350-352). Em seu trabalho, examina as ideias de Scott sobre resistência e hegemonia. Entre seus apontamentos, a autora pondera sobre a ausência de discussão para assuntos que tocassem na derrubada do Estado ou de suas políticas. Afirma que valeria introduzir discussões acerca da “relação entre protesto cotidiano, poder, hegemonia e economia moral”, relaciona o conceito de resistência cotidiana com a de protesto, e sugere uma discussão cuidadosa com o exercício cotidiano de poder, que terá o nome de poder e resistência para outros autores, que sugerem o cruzamento entre poder e resistência. Acredita que um dos desafios que está posto para as resistências cotidianas é a compreensão de onde vem a dominação, elas têm a ver com costume e uso. Crimes e outras formas de resistência cotidianas deveriam ser analisadas a luz do conceito de economia moral. Conclui refletindo sobre o pensamento do autor, que não considera que existam propostas de mudança na relação entre poderosos e subalternos no Estado moderno, mas apenas a intenção de destruí-lo.

O debate da categoria se amplia com Porto-Gonçalves (2016) que afirma que a América Latina, em função das investidas hegemônicas (descritas por ele como “tormenta sistêmica mundial”) provocariam a emergência de alternativas sociais pela defesa de terra e território, baseadas em visões alternativas a este modo de desenvolvimento. As resistências viriam de populações locais, de espaços de diversidade socio-cultural-ambiental e espaços de resistências às políticas dominantes. Seriam formas de r-existência, que apontam para fenômenos mais amplos do que a resistência anteriormente proposta, indicando uma forma de existir, uma matriz de racionalidade que age e reage às circunstâncias, a partir de um *topoi* (um lugar comum), geográfico e epistêmico. Desse modo, justificando a importância de resistências, r-existências das *epistemes* e do território (onde a terra é o foco), em função da ordem moderno-colonial e do significado da natureza para a reprodução de qualquer sociedade (tida pelo pensamento antropocentrismo europeu a crença de sua possível dominação).

A r-existência proposta por Porto-Gonçalves (2006), dialoga perfeitamente com a compreensão de Baschet (2012) acerca do tema, que aponta que o conceito pode variar de acordo com o contexto, mas que se aplicam a situações desfavoráveis, “frente a uma dominação que pretende arrastar com tudo, os grupos de resistência lutam inclusive para defender sua própria existência” (BASCHET, 2012, p. 02).

Por fim, encontrou-se em Mafra (2018) as vias de resistência e enfrentamento para uma análise mais profunda do processo de resistência estudado. Ele afirma a resistência pode se dar em três níveis: a) as ações coletivas, através da estruturação de movimentos sociais organizados e com objetivo comum; b) outras formas de organizações populares; c) as ações individuais ou de pequenas parcelas oprimidas, realizadas cotidianamente. Ele também trabalhou com oito vias de resistência e enfrentamento, no caso de estudo de pescadores artesanais paranaenses, frente às formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos. Sendo elas: a) movimentos sociais e demais organizações coletivas; b) reconhecimento do território por meio de cartografias sociais, mapeamentos participativos e demais formas de levantamento de informações dos usos e costumes locais; c) ocupação de espaços públicos e de áreas comuns de uso ou apenas permanecer no seu território; d) ações judicializadas, recomendações dos atores da justiça e acesso às demais instâncias judiciais; e) manifestações ou demais formas de mobilizações públicas; f) ações cotidianas de resistência e enfrentamento; g) acordos para uso do espaço e dos recursos e demais formas de negociação para melhoras nas condições dos pescadores artesanais; h) manutenção, valoração e adaptação da tradição cultural como forma de resistência.

Estas vias de resistência e enfrentamento, propostas por Mafra (2018) serviram de inspiração para a análise do caso da comunidade caiçara da Enseada da Baleia e suas categorias serviram de base para a análise, no capítulo 6 do presente trabalho.

2.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE COMPLEMENTARES

As categorias complementares estão divididas dois subitens: economia solidária e território. Ambas as categorias foram utilizadas para ampliação da compreensão do caso pesquisado e suas análises aconteceram no capítulo 5.

2.2.1 Economia solidária como um caminho capaz de criar “uma vida melhor”

Lisboa (2004, p. 18) esclarece como economia solidária e economia social se relacionam, sendo a economia social mais antiga e mais ampla, como um “guarda-chuva” onde podem ser incluídas cooperativas, “associações, mutualidades,

fundações não-lucrativas e entidades econômicas voluntárias, somado à nova realidade da ES e suas organizações autogestionárias”. A economia solidária estaria contida na economia social, e ela, não corresponde ao terceiro setor como afirmam alguns autores.

Para Santos (2010), Jean-Louis Laville e Paul Singer são os principais autores da economia solidária da atualidade, tanto nacionalmente como internacionalmente. França Filho e Laville (2004, p. 109) conceituam economia solidária na atualidade, como a associação de duas noções que eram dissociadas historicamente, a solidariedade e a iniciativa, tendo a solidariedade no centro das atividades econômicas coletivas.

Tem como objetivo dar conta do fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas. A associação de duas noções historicamente dissociadas presentes na economia solidária, tem antecedentes, que remetem a Polanyi⁴, “o conceito de outras formas de economia, pautado na noção de economia plural, que compreende: domesticidade⁵; reciprocidade⁶ e; distribuição⁷” (SANTOS, 2010, p. 54).

Para França Filho e Laville (2004, p. 114), a economia solidária articula as esferas econômica, social e política, capazes de “interagir com as formas econômicas dominantes (Estado e Mercado)”, e com condições de elaborar arranjos com

⁴ A obra mais importante de Karl Polanyi é A Grande Transformação, foi publicada a primeira vez em 1944, nos Estados Unidos. Polanyi era filósofo social, historiador da economia, antropólogo econômico, sociólogo e economista político húngaro.

⁵ Segundo França Filho e Laville (2004, p.32), “o princípio da domesticidade é um desses. Ele consiste em produzir para seu próprio usufruto, ou seja, a prover as necessidades do seu grupo. Quaisquer que sejam as entidades muito diferentes que formam a unidade de base, o princípio é o de produzir e de armazenar para a satisfação dos membros desta unidade”.

⁶ O conceito de reciprocidade, para França Filho e Laville (2004, p.32), “é um outro desses princípios. Ela corresponde à relação estabelecida entre várias pessoas, por meios da sequência durável de dívidas. A reciprocidade é, por consequência, fundada sobre a dívida como fato social elementar – a existência da dívida estando ligada a uma contradívida. O aspecto essencial da reciprocidade é que as transferências são indissociáveis das relações humanas. Embora sua grande variedade de motivações possíveis, as dívidas têm como ponto comum o fato de não constituírem trocas despersonalizadas, pois não podem ser isoladas da realização das prestações sociais.

⁷ Segundo os mesmos autores, França Filho e Laville (2004, p.33), “a redistribuição é o princípio segundo o qual a produção fica a cargo de uma autoridade que tem a responsabilidade de distribuí-la, o que supõe um momento de armazenamento entre aqueles da recepção e da repartição. ‘Evidentemente que é o modelo institucional de centralidade que permite a redistribuição. Ele supõe uma autoridade e uma divisão do trabalho entre os representantes desta autoridade e os outros membros do grupo humano. Como as relações do grupo dirigente com os dirigidos distinguem-se segundo os fundamentos do poder político, a redistribuição implica modelos, indo da divisão livremente consentida até o medo da punição”.

princípios econômicos diversos a fim de submeter à lógica mercantil a outras lógicas, como ação organizacional ou coletiva. Afirmam que mais do que uma eventual substituição do modelo dominante de economia, propõe uma articulação inédita, entre três tipos diferentes de economia, a mercantil, a não-mercantil e não-monetária. Portanto, sendo a economia solidária híbrida, resta o desafio de extrair componentes entre as diferentes formas de economia e assim, extrair vantagens da lógica monetária (sua liberdade individual pelo mercado e a igualdade através da redistribuição), com as da lógica não-monetária que dá contexto às trocas (FRANÇA-FILHO; LAVILLE, 2004).

O conceito de Economia Solidária, definido por França Filho e Laville, representa mais uma tentativa de amenizar a exclusão social produzida pelo capitalismo, ao invés de tentar sua superação, ou seja, inserir trabalhadores excluídos no espaço de trabalho social, o que os tornam “pequenos proprietários” em seus empreendimentos solidários (SANTOS, 2010, p. 59).

A partir da análise histórica feita por Singer, entre os séculos XIX até o início do séc. XXI, ele mesmo chega à conclusão que o movimento operário foi se distanciando do ideal de uma sociedade socialista (pós-capitalista). Para ele, a economia solidária tem como princípios básicos “a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” o que uniria uma classe de trabalhadores, resultando em solidariedade e igualdade (SINGER, 2002, p.10). Entre suas principais características está a gestão democrática através da autogestão. Assim como a insuficiente formação de seus sócios, poderia apresentar perigos a prática autogestionária, seu principal mérito estaria no desenvolvimento humano proporcionado àqueles que a praticam, e não na eficiência econômica. Participar das discussões e decisões coletivas, educaria e conscientizaria. Tornando este participante mais realizado, autoconfiante e seguro. Mas reconhece que “as pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como o são à heterogestão”. O obediência aos “superiores” se inicia no processo escolar e acompanha as pessoas a vida inteira (SINGER, 2002, p. 21). Trazendo elementos para refletir sobre como a estrutura social vigente dificulta que processos de autogestão ocorram espontaneamente, para isso, há que se romper com o que é “comum” ou usual nas relações sociais.

Singer (2002, p. 112-113) fala na reinvenção da economia solidária, fato que se intensifica no final do século XX, que se deve não apenas aos desempregados e

marginalizados, mas também a inúmeras entidades, como Igreja Católica, outras igrejas, sindicatos e universidades, no caso brasileiro. Entidades de apoio à economia solidária, que difundem os princípios do cooperativismo, conhecimento para à criação de empreendimentos solidários autogestão e oferecendo acompanhamento “as novas empresas”.

Sobre as perspectivas da economia solidária, Singer (2002) traz alguns caminhos possíveis: a) caso a economia solidaria seja apenas uma resposta às contradições do capitalismo, isso pode desacelerar e se tornar complementar e funcional, com chances de desenvolvimento em caso de uma longa e profunda depressão; b) ela pode ser mais que uma resposta ao capitalismo, caso integre todos os membros que tenham interesse e necessidade de trabalhar, tornando-se “uma alternativa superior ao capitalismo”, não em termos econômicos, mas por oferecer produtos com o melhor preço e/ou qualidade, aos produtores, poupadores, consumidores etc., o que ele chamou de “uma vida melhor” (SINGER, 2002, p. 113-114). A “vida melhor” de Paul Singer abrange diferentes atores envolvidos no processo, ele excede os que produzem e os que vendem, mas inclui àqueles que consomem tais produtos também. E o que pode ter ainda maior alcance, conforme as práticas cuidarem também dos ambientes onde estão inseridas, cuidando assim, de vidas não-humanas também.

Se inicialmente os autores iniciam suas exposições com pensamentos próximos, logo se evidencia algumas das diferenças nas perspectivas expostas. Enquanto Singer e França-Filho e Laville acreditam que a economia solidária se apresentaria como uma forma de compor com ela com a economia de mercado, somando o que há de bom em cada uma. Singer, ainda vê na economia solidária um caminho capaz de superar o capitalismo, à medida que cria produtos e serviços capazes de gerar “uma vida melhor” para todos os envolvidos.

No meu estudo de caso, o Grupo de Mulheres da Enseada da Baleia (MAE) se destaca como o coletivo que inicia o processo de estruturação de atividades produtivas dentro de alguns dos princípios da economia solidária. O transbordamento de sua forma de organização, para outras formas organizativas da comunidade, possibilitaram que outras associações comunitárias também assumissem características de empreendimentos econômicos solidários, como é o caso da autogestão. Isso se deu com a Associação de Moradores da Enseada da Baleia que

fora organização de destaque na proteção das famílias envolvidas no processo de realocação, durante o período da pesquisa.

2.2.2 Território, sua multidimensionalidade e os territórios tradicionalmente ocupados

Em sua abordagem de território, Saquet (2009) remonta as décadas de 1960 e 1970, quando as contradições sociais, lutas de classe e formas históricas de mudanças sociais começam a ser abordadas, sobretudo relacionado à produção e reprodução do valor e do capital, que considerou como traços centrais da renovação da geografia e da pesquisa predominante (SAQUET, 2009, p. 74). A partir de então, elaboram-se novas concepções de espaço e território. Quaini (1974a, 1974b apud SAQUET, 2009, p. 75) “entende o território como produto social constituído histórica, econômica, política e culturalmente”, uma nova abordagem para a época. Neste resgate histórico, são trabalhadas a ampliação das concepções de território.

Segundo Saquet (2009, p. 81) conceitua território como, “uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades” que se diferencia de espaço geográfico, por se tratar: a) de relações de poder; b) das redes e identidades; e c) de processos espaço-temporais que marcam determinadas parcelas do espaço.

Porto-Gonçalves (2006, p. 161) ao trabalhar com o conceito de território, relembra do Tratado de Westfallia (1648), quando se restringe o significado do termo e chama à atenção para a necessidade de revisar a definição eurocêntrica⁸ que impregna o conceito pelo Direito Romano que legitima o direito de propriedade. Cita uma série de expressões que mencionadas historicamente, que se referem a importância do território e das territorialidades, como: “abaixo as fronteiras, o capital

⁸ Para Porto-Gonçalves (2012, p. 04-05) “o Estado Territorial, forma geográfico-política por excelência no mundo moderno-colonial, teve sua origem nos séculos XIII e XIV na península ibérica com a expulsão dos mouros. São as monarquias territorialmente centralizadas de Portugal e Espanha que, financiadas com capital genovês, buscarão novos caminhos para o lucrativo comércio no Oriente superando a derrota imposta pelos turcos em 1453, em Constantinopla. O encontro com o continente que viria se chamar América muda o destino do mundo. Esse encontro é, de fato, o fenômeno capital da constituição do mundo moderno que assim, desde o início, é colonial. A partir dali, e só a partir dali, a Europa passará a se tornar o centro do mundo e, para essa centralidade, a América/Abya Yala foi decisiva. A Europa, até então feudalizada em toda parte menos na península ibérica, vai, com a conquista colonial do novo continente, reunir uma riqueza sem precedentes por meio do saque, da servidão indígena e da escravidão negra”. E teria como consequência, a conformação territorial onde “diferentes grupos e classes sociais se afirmaram, outros foram submetidos e negados” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 164).

não tem pátria, imperialismo, nacionalismo, socialismo num só país, internacionalismo proletário, proletários do mundo, uni-vos, crise do Estado”.

A partir de 1993, ao se deparar com a frase de um camponês: “não queremos terra, queremos território”, começou a compreender que o conceito poderia ser reinventado para além dos marcos teórico-políticos ocidentais, onde é vista como meio de produção (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 54), graças aos grupos sociais de indígenas, afrodescendentes e campesinos, da Bolívia, Equador, Peru, Colômbia e Brasil que re-significariam terras e território no continente. Alguns deles já circulavam em discursos globais, mas foram capazes de rearticulá-los (ESCOBAR, 2015, p. 95).

Porto-Gonçalves (2006, p. 161-163), ressalta sobre a importância de seus sujeitos constituintes, para tanto é fundamental que se desnaturalize o conceito impregnado pela noção restrita ao direito positivo e ao positivismo, que foi construída. Parte das relações sociais de poder, que vão para além do Estado Territorial e suas fronteiras e que formam pactos e alianças. Afirma que sociedade e território são indissociáveis e que um dos problemas do pensamento hegemônico, é que esse opera por dicotomias. A sociedade é espaço, constituída por pessoas (homens e mulheres) que não podem prescindir de elementos naturais (como água, terra, fogo e ar). Como fazem história e cultura, são simbólicos, assim como a apropriação material, já que não nos apropriamos de nada que não tenha significado. Obrigando-nos a abandonar os pilares do pensamento eurocêntrico, que separa a sociedade da natureza. Cada ente natural é significado com nomes próprios, cada grupo localiza-se por meio de relações de poder e relações sociais. “o território aparece como uma paisagem para cada qual, como um abrigo onde nascemos como se fora um palco natural para nossas ações” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 26).

Porto-Gonçalves (2002, p. 230), busca em Bourdieu (1989) os conceitos de território-territorialização-territorialidades. Em que, território é uma categoria que parte de espaço geográfico, a territorialização seria o processo de apropriação deste primeiro e as territorialidades, enseja identidades, sendo estas dinâmicas e mutáveis ao longo do tempo. Portanto teríamos uma tríade relacional, em que a “sociedade se territorializa sendo o território sua condição de existência material”, sendo a dimensão material e simbólica ligadas e não opostas.

Porto-Gonçalves (2012, p. 13-17), chama de novas territorialidades com valores emancipatórios, àquelas que a partir da década de 1920, se apresentam como a luta indígena e dos movimentos emancipatórios na América. Atualmente, estas

expressões se dariam através do zapatismo, MST, indigenato, afrodescendentes, piqueteiros e rappers, que reescrevem “a história da moderno-colonialidade e da racialidade a partir do lugar subalterno”. Negar estas múltiplas territorialidades, que existem no interior de um mesmo estado territorial, tem sido uma das características do colonialismo interno (herança imperial eurocêntrica, que remonta ao Império Romano).

Convergente a sua interpretação de território-territorialidade-territorialização de Porto-Gonçalves (2002a, 2002b, 2006, 2012), Escobar (2015, p. 98, tradução nossa) o conceitua como “o espaço [...] onde a vida acontece de acordo com uma ontologia particular, onde a vida se faz ‘mundo’”, sendo este espaço biofísico ou epistêmico. “Nas ontologias relacionais, humanos e não-humanos (o orgânico, o não orgânico e o sobrenatural ou espiritual) formam parte integral destes mundos em suas múltiplas interrelações”. Sendo compreendida a ontologia relacional como “aquelas em que *nada* (nem os humanos nem os não humanos) *preexiste as relações que os constituem*. Todos existimos porque existe tudo” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 2015, grifos do autor), ela também é chamada de “relacionalidade” ou então de “mundos”, quando se propõe a tratar de experiências que resistem a tentativa de consolidação de “Um Mundo”, com a globalização neoliberal capitalista, individualista e que segue certa racionalidade e que, segundo Escobar (2015), vem levando a erosão sistemática da base ontológica-territorial de diversos grupos sociais, com concepções de mundo não dualistas.

Ainda que estas ontologias caracterizam muitos povos étnico-territoriais, não são limitadas a estes (de fato, dentro da mesma experiências de modernidade ocidental existem expressões de mundos relacionais não dominantes). O importante apontar desde a nossa perspectiva é que a pressão sobre os territórios que vem se evidenciando hoje em dia a nível mundial – especialmente pela mineração e os agro-combustíveis – pode ser vista como uma *verdadeira guerra contra os mundos relacionais e uma tentativa a mais de dismantelar todo o coletivo*. Dentro desta complexa situação, as lutas pelos territórios se convertem em luta pela defesa de muitos mundos que habitam o planeta. Nas palavras do pensamento zapatista, se trata de lutas *por um mundo em que caibam muitos mundos*, é dizer lutas pelo pluriverso. (ESCOBAR, 2015, p. 93).

A partir da ontologia política do território, proposta por Escobar (2015), que não está restrita a realidade de povos e comunidades tradicionais, mas a todas experiências de resistência a absorção do modelo globalizador ocidental, seria possível portanto observar que a luta pela defesa do território, pautada por coletivos

de todo mundo, vão muito além da luta pelo espaço geográfico, mas por um modo de vida específico, em que a vida considerada, vai além da vida humana, mas também não humana, em profunda relação e que aponta para a luta pelo pluriverso.

Montenegro (2010, p. 13) alerta sobre as variadas motivações que geram disputas na América Latina, à medida que o neoliberalismo se caracteriza pela redução da capacidade reguladora do Estado em: a) concentração fundiária; b) demarcação de terras indígenas; preservação ambiental; c) extração devastadora de recursos naturais; d) construção de megainfraestruturas; e) expansão do agrohidronegócio; f) controle e produção de alimentos; g) manutenção de formas de vida tradicionais; h) pela expropriação; i) expulsão e exclusão dos camponeses e dos povos e comunidades tradicionais; j) implementação de estratégias de desenvolvimento. Apesar de não haver a pretensão de aprofundar da categoria de conflitos, é inevitável que aparecerão um ou mais, destes conflitos num processo de resistência para a permanência num território tradicionalmente ocupado.

Enquanto Escobar (2015 p. 95), teria para o caso colombiano, a Lei 70, que previu para estes casos: um entendimento profundo da vida, uma estratégia política avançada, consciência da conjuntura planetária, além de “manifestar um sentido de utopia realista com relação a grande multiplicidade de entramados humano-naturais”. Para o caso brasileiro de povos e comunidades tradicionais têm-se outros marcos legais que foram brevemente relatados, neste mesmo subitem.

Almeida (2004) reconstrói o histórico de legitimação das terras tradicionalmente ocupadas e afirma que se tornaram preceito jurídico a partir dos embates da Constituinte de 1988⁹. Além disso, vem ampliando seus significados a partir de junho de 2002, com a ratificação da Convenção 169 da OIT, de junho de 1989, através do Decreto Legislativo nº 143. Esta Convenção da OIT, reconhece a auto identificação das identidades, sejam elas indígenas ou tribais (através do Art. 2), os direitos de propriedade ou posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam (através do art. 14) e sobre o direito ao retorno a suas terras tradicionais, quando deixarem de existir as causas que motivaram o traslado e reassentamento (com Art. 16). Esse direito abriga um sem-número de situações distribuídas pelo Brasil, que

⁹ Segundo o Ministério Público Federal (MPF, 2014, p. 35-36), os artigos da Constituição, que orientam sobre as terras tradicionais são os Art. 231 e Art. 68, para o caso de povos indígenas e quilombolas. Desta maneira, reconhece como territórios tradicionais “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais”.

resultaram em deslocamento de populações inteiras por diversos motivos pelos quais as terras são exploradas com fins mercantis (ALMEIDA, 2004). Diegues (2016, p. 9), acrescenta que esta Convenção se tornou eficaz através do Decreto Presidencial nº 5.071, de 19 de abril de 2004, que “promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais” (BRASIL, 2004).

Mais recentemente, o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNCPT) e conceitua:

Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; (BRASIL, 2007)

Além destes instrumentos, Diegues (2016, p. 9-10), ainda cita: Convenções da Unesco como a da Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais do Patrimônio Material (2005), ratificada em 2006 e promulgada em 2007, no Brasil; as novas modalidades apresentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável; a Instituição pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) e Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), regulamentado pela Portaria nº 89, de abril de 2010. Apresenta as Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável, que previstas como categoria de unidades de conservação através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000.

De certa forma, existem alguns avanços em relação ao reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas legalmente, além de muitos desafios na implementação deste direito territorial, dada a complexidade em que ocorrem as disputas. Segundo Caputti (2016, p. 115), embora o PNCPT, tenha afirmado os direitos territoriais das comunidades tradicionais incluindo a regularização fundiária de seus territórios entre seus objetivos específicos, foi omissa em relação ao procedimento, ou determinar a que órgão caberia tal responsabilidade. Portanto, diferente da situação dos Povos Indígenas, que tem na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a atribuição para a titulação dos territórios, bem como para as Comunidades

Remanescentes de Quilombo, que contam com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para o encaminhamento desta demanda. Mas acredita que essa omissão não inviabiliza o reconhecimento dos territórios, porque está afirmada nacional e internacionalmente esta responsabilidade do Estado, que deve acompanhar as transformações que acontecem na sociedade da qual são parte.

Para o caso de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades tradicionais caiçaras, foco desta pesquisa, tem-se algumas especificidades. Lembrando-se que segundo argumenta Diegues (2016, p. 9) além da garantia dos direitos dos caiçaras ao território ser fundamental, já que eles viabilizam a reprodução física, material e simbólica destas comunidades, ela deve ser precedida de outros direitos sociais e culturais.

Mas para os direitos territoriais de caiçaras e outros grupos, que não se encontram descritos na Constituição Brasileira e em parte de outros instrumentos jurídicos, como indígenas e quilombolas que dispõe de estatuto próprio concorda-se com a compreensão proposta por Grabner (2016, p. 71) e que vigora no Ministério Público Federal:

ao assumir o caráter pluriétnico da nação brasileira, que não se esgota nas diferentes etnias indígenas, como evidencia o parágrafo 1º do art. 215, a Constituição de 1988 tornou impositiva a aplicação analógica do tratamento dado à questão indígena e aos demais grupos étnicos (DUPRAT, 2002, p. 2)

Para Grabner (2016, p. 79-82) as comunidades caiçaras são reconhecidas como populações tradicionais. Portanto, aplica-se a elas a legislação de Povos e Comunidades Tradicionais, como a Convenção 169 da OIT e o Decreto 6.040/2007. Ressalta que as “terras tradicionalmente ocupadas” não se tratam de ocupações imemoriais. E que é conferida proteção aos conhecimentos tradicionais de seus recursos naturais, com direito a participação na utilização, administração e conservação, previstos no artigo 15 da Convenção OIT 169, além de tratar de outros aspectos positivos conquistados com tais instrumentos.

A reflexão sobre território tradicionalmente ocupado é fundamental para compreender em qual cenário se dá a resistência pela permanência em seu território no caso da comunidade caiçara pesquisada, mas ainda se faz necessário reforçar a importância de dissociar os conceitos de território e propriedade que muitas vezes são confundidos. Caputti (2016, p. 105-108) fala sobre suas origens distintas e como isso

é compreendido no mundo jurídico. “Território decorre de uma realidade fática – a posse do território – enquanto a propriedade decorre de uma realidade ‘construída’ juridicamente – a aquisição de um documento”. Embora posse ocorresse pelos primeiros habitantes presentes nestas terras, foi apenas em 1850 que o direito à propriedade surgiu, através da Lei de Terras (BRASIL, 1850). A partir deste momento, é que a propriedade (através de um documento), criada unilateralmente, prevalecera em relação às posses, situação fática de povos e comunidades, num Brasil plural em função de seu processo de colonização. A decisão alterou a lógica da ocupação do território e distribuição de seus recursos, exterminando cinco milhões de indígenas e provocando um longo período de invisibilidade e exclusão desses povos que mantinham profundas relações com seus territórios.

Para Almeida (2008, p. 39-40) a Lei de Terras de 1850, estruturou formalmente o mercado de terras criando obstáculos para indígenas, escravos alforriados e imigrantes, que coibiu posses, instituiu a aquisição como via de acesso à terra e favoreceu a elevação dos preços. Com esta lei, “fechou os recursos e menosprezou as práticas de manter os recursos abertos”. Ainda hoje, existem obstáculos burocrático-administrativos do Estado, por interesses históricos de monopolização da terra, ou por “novos grupos empresariais” interessados em recursos naturais.

O caso da comunidade da Enseada da Baleia, está compreendido na resistência pela permanência num território tradicionalmente ocupado por comunidades caiçaras, sem a documentação de “propriedade”, inseridas num contexto de unidade de conservação de proteção integral que será aprofundado nos capítulos 4 e 5.

3 METODOLOGIA

Para compreender a resistência para permanecer no território tradicional, dentro de um estudo de caso, optou-se por uma pesquisa qualitativa que trabalhasse com técnicas e ferramentas metodológicas complementares. Nem todas as comunidades resistem às pressões recebidas, o que fez com que o caso estudado fosse tido como uma inspiração para outras comunidades que vinham sofrendo por motivos diversos. A vivência junto à comunidade da Enseada que é anterior ao processo de pesquisa estruturado, propiciou a criação de um caminho de pesquisa que tendesse aos anseios da pesquisadora e da comunidade. Portanto, muitas das reflexões aqui contidas são parte de uma construção coletiva inspirada na pesquisa participante proposta e estudada por Fals Borda (2006, p. 42). Àquela que está voltada “as necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios [...] levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir”.

A metodologia busca incentivar o desenvolvimento autônomo das bases, com relativa independência do exterior, distinguindo e articulando vozes de um saber fazer reprimido pela ciência clássica. Ciência que segundo este autor, estaria orientada para preservar e fortalecer o sistema, dando preferência a objetos, dados e fatos concordantes ao sistema capitalista. Suprimindo objetivos outros, que poderiam apresentar alternativas contraditórias, inconsistências e fraquezas deste sistema. A interpretação da história feita por camponeses e operários, pode corrigir a versão deformada, contida em manuais acadêmicos, e a história por ser “criticamente recuperada” para ser posta a serviço das lutas do homem comum (FALS BORDA, 2006).

Entre os seis princípios propostos pela pesquisa participante, encontram-se:

- a) autenticidade e compromisso – demonstrar honestamente seu compromisso com a causa popular;
- b) antidogmatismo – ideias preestabelecidas ou princípios ideológicos;
- c) restituição sistemática – que segue quatro regras: c.i) comunicação diferencial, c.ii) simplicidade de comunicação, c.iii) auto-investigação e controle, c.iv) popularização técnica;
- d) feedback para os intelectuais orgânicos, e) ritmo e equilíbrio de auto-reflexão conhecimento como espiral contínua sempre em contato com a base;
- f) ciência modesta e técnicas dialogais – buscando estimular a ciência popular para

aprender com esta sabedoria e ainda, ampliar este conhecimento até um nível mais geral (FALS-BORDA, 2006). Dentro dos limites da pesquisadora e prazos da pesquisa, buscou-se atender a todos os seis princípios metodológicos propostos.

Propõe-se dar voz a seus principais atores envolvidos no processo de resistência, a fim de que esta, atrelada a outras vozes possam ampliar o debate sobre lutas sociais e resistência, outras formas de organização e trabalho, a partir de uma comunidade tradicional caiçara, bem como, satisfazer os objetivos propostos pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) e a linha de pesquisa Socioeconomia e Saberes Locais, na qual está sendo construída esta pesquisa, que acredita que:

O modelo de desenvolvimento no mundo contemporâneo se apresenta predominantemente atendendo aos interesses do mercado e do Estado. A singularidade da organização das populações locais, urbanas e rurais, é colocada em cheque quando diversas alternativas de desenvolvimento, conflitantes, apontam para resultados geralmente excludentes. O reconhecimento da sobrevivência das populações locais, ou seja, do seu próprio desenvolvimento, não está, na maioria das vezes, no plano do modelo de desenvolvimento do mercado e/ou do estado. Esta linha de pesquisa busca identificar e pesquisar correntes teóricas que destacam os saberes locais como alternativas de desenvolvimento, ou ainda, estudos de casos comparados que reconheçam que os saberes locais promovem formas alternativas de desenvolvimento territorial sustentável (PPGDTS, 2014).

Sendo assim, criou-se uma estrutura de pesquisa que tem como foco a visão da comunidade de seu processo de resistência para a permanência no território tradicionalmente por ela habitado, somado a entrevistas de parceiros e responsáveis por estudos técnicos desenvolvidos no território em análise ou pela negociação do período de realocação. Além da resistência, foram eleitos conceitos que podem dar suporte para a compreensão do caso estudado. De maneira a garantir que a pesquisa não ocorresse se fundamentando em conceitos de origens tão diferentes, buscou-se na interdisciplinaridade um caminho para a sua condução.

A interdisciplinaridade implica assim um processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere estritamente às disciplinas científicas e a suas possíveis articulações. Dessa maneira, o termo interdisciplinaridade vem sendo usado como sinônimo e metáfora de toda interconexão e “colaboração” entre diversos campos do conhecimento e do saber dentro de projetos que envolvem tanto as diferentes disciplinas acadêmicas, como as práticas não científicas que incluem as instituições e atores sociais diversos (LEFF, 2000, p. 311).

A pesquisa, contou com aporte teórico da área de Ciências Ambientais, mas principalmente das áreas de Antropologia e Economia, de onde provêm as discussões que deram suporte para analisar o caso da comunidade, complementadas por informações oriundas do olhar empírico de atores presentes no território estudado.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo teve caráter qualitativo, fundamentado em um ciclo de pesquisa composto basicamente por três etapas: i) fase exploratória; ii) trabalho de campo; e iii) análise e tratamento do material empírico e documental (MINAYO, 2007). Trata-se de um estudo de caso de um fenômeno social (YIN, 1994; MINAYO, 2007; GIL, 2008).

3.1.1 Fase exploratória

A fase que antecede um projeto de pesquisa e todos os procedimentos para a realização das atividades de campo (MINAYO, 2007), foi realizada através da adequação no projeto de pesquisa, por meio de reflexões e disciplinas cursadas no programa durante os primeiros dois semestres. Esta etapa foi constituída de autorização para a realização da pesquisa, seguida de pesquisa bibliográfica e documental.

Decorrida a aprovação do projeto de pesquisa, iniciou-se uma fase de autorizações das instituições que também estavam envolvidas diretamente com o estudo.

O primeiro pedido de permissão para seguir com a pesquisa foi realizado junto à Comissão Técnico Científica (COTEC), vinculada ao Instituto Florestal (IF) da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) do Governo do Estado de São Paulo. Este órgão regulamenta pesquisas dentro das UCs estaduais, como no caso da comunidade da Enseada da Baleia/Nova Enseada, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso. A aprovação pelo órgão, por sua vez, foi concedida no final de junho de 2018.

Concomitante à permissão solicitada a COTEC, e considerando o fato de que a pesquisa fora efetuada em uma comunidade tradicional organizada, houve a preocupação em solicitar a autorização também à Associação de Moradores da Enseada da Baleia (AMEB). Esta solicitação foi efetuada em um encontro aberto realizado no Rancho da Canoa, na comunidade Nova Enseada, no mês de junho de

2018 e contou com a participação de 15 pessoas. A reunião teve como objetivo esclarecer sobre requisitos da pesquisa. Durante o encontro, apresentou-se a trajetória de vida da pesquisadora no tema pesquisado e também foi solicitada autorização inclusive com a comunidade para que o estudo se iniciasse a partir do mês de julho de 2018. Além disso, conversou-se sobre a metodologia de pesquisa proposta, resultados esperados e prazos. Neste encontro, foram sugeridos cuidados que a pesquisadora deveria ter com o material coletado, devido às más experiências que foram vivenciadas pela própria comunidade ou comunidades tradicionais do entorno, junto à pesquisa científica e cobertura jornalística. Com base neste encontro, parte dos procedimentos metodológicos foram reajustados.

No decorrer da pesquisa realizou-se um levantamento bibliográfico e documental sobre a Ilha do Cardoso e categorias de análise propostas. Entre os documentos, foram procurados materiais não publicados, material audiovisual (QUADRO 2) e registros fotográficos da própria comunidade, ao longo dos anos até o presente momento. Tanto da comunidade, como de parceiros e em postagens e grupos virtuais.

QUADRO 2 - AUDIOVISUAIS USADOS COMO FONTE DE DADOS

Filme e site de busca/responsável	Ano	Depoimento usado
SR 008MS_zoom/Agávea Marketing e Artes	2016	Depoente 1
SR 010MS_zoom/Agávea Marketing e Artes	2016	Depoente 1
MVI 1423/Agávea Marketing e Artes	2016	Depoente 2
MVI 1424/Agávea Marketing e Artes	2016	Depoente 2
MVI 1497/Agávea Marketing e Artes	2016	Erci Malaquias
MVI 1499/Agávea Marketing e Artes	2016	Erci Malaquias

FONTE: A autora (2019).

Para a complementação de informações foram usados seis arquivos audiovisuais de três depoentes, sendo eles, dois parceiros da comunidade e uma griô da comunidade da Enseada da Baleia, que faleceu em 2017, mas que deixou dois depoimentos do processo vivenciado pela família. Os arquivos foram doados à comunidade da Enseada da Baleia, para quem se pediu a permissão de uso das falas da moradora e para os próprios parceiros que concederam entrevistas, sendo que todos autorizaram o uso das informações.

3.1.2 Trabalho de campo

Segundo Minayo (2007, p. 26), “o trabalho de campo consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa”, que nesse caso equivale à fase exploratória, e combina diferentes instrumentos de pesquisa para esta segunda fase, os quais foram organizados no Quadro 3, que contém os dados obtidos, as técnicas e instrumentos e por fim, os participantes que se esperam em cada etapa.

QUADRO 3 - TÉCNICAS E OBJETIVOS ADOTADOS NO TRABALHO DE CAMPO

Dados trabalhados	Técnicas e instrumentos	Quem foi convidado a participar da etapa
Histórico da comunidade da Enseada da Baleia	Grupo focal	Toda a comunidade
Território, identidade caiçara, resistência e realocação	Grupo focal, observação participante e diário de campo	
Atividades socioprodutivas	Observação participante e diário de campo	
Organização feminina e economia solidária	Grupo focal, observação participante e diário de campo	Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia (MAE)
Resistência e realocação para a Nova Enseada		
Informações complementares de representantes externos à comunidade	Análise documental, entrevistas semiestruturadas e grupos focais com atores chaves	Parceiros indicados pela comunidade de órgãos públicos, iniciativa privada e sociedade civil

FONTE: A autora (2019).

A pesquisa de campo foi realizada através de diversas visitas à comunidade da Nova Enseada, entre os meses de julho de 2018 e janeiro de 2019, junto a facilitadores da própria comunidade. Os resultados parciais alcançados pela pesquisa até o momento e apresentados nessa devolutiva foram o levantamento de dados documentais e bibliográficos. Além disso, as saídas a campo possibilitaram convívio no dia a dia da comunidade de forma espontânea, participando de mutirões, reuniões locais, festas, cultos religiosos e das atividades socioprodutivas.

Entre os principais procedimentos utilizados, estão: os grupos focais, a observação participante, o caderno de campo, as entrevistas semiestruturadas, as gravações e os registros fotográficos das atividades pesquisadas.

3.1.2.1 Grupos focais e entrevistas semiestruturadas

Na comunidade da Nova Enseada foram realizados grupos focais e entrevistas semiestruturadas, com a finalidade de coletar informações pertinentes à proposta da pesquisa. Através do grupo focal, buscou-se intensificar o acesso a informações, pela possibilidade de gerar concepções novas, dando a possibilidade de trabalharem como uma equipe na discussão do fenômeno (BACKES et al., 2011, p. 439). Por serem semiestruturadas, que combinam perguntas abertas e fechadas e permitem ao entrevistado discorrer sobre o tema, com certa flexibilidade em relação às indagações, as entrevistas pretenderam obter informações sobre a resistência para a permanência na Ilha do Cardoso.

Os temas e questões levados para grupos focais e entrevistas semiestruturadas foram articulados pela proposta da história oral, que para Meihy (1998, p. 17) “é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e é reconhecida como história viva”. E é indicado, como aponta Ferreira (2010), para casos em comunidades tradicionais, para as pessoas que têm a tradição popular da oralidade, como é o caso das populações caiçaras.

Ao todo foram realizados seis grupos focais, entre os meses de julho e dezembro de 2018, de acordo com o Quadro 4, sendo quatro deles exclusivamente com representantes da Enseada, e dois, com parceiros que apoiaram as atividades que viabilizaram a permanência e realocação das famílias.

QUADRO 4 – ENCONTROS EM GRUPO FOCAL

Data	Pautas	Participantes	Local	Observações
06/julho/2018	Histórico da Comunidade da Enseada da Baleia	14 representantes da comunidade da Nova Enseada e crianças	Restaurante da Nica e do Neco - Nova Enseada	Fora utilizada uma técnica de visualização chamada linha do tempo. Além disso, foi utilizado um notebook para apresentação de imagens e mapas da localidade.
18/julho/2018	Atividades socioprodutivas femininas e economia solidária	07 representantes da MAE, dois homens da comunidade e uma aprendiz	Área aberta ao lado da Estufa de pescados secos e defumados - Nova Enseada	A conversa em grupo focal foi gravada durante o processo de beneficiamento de tainha, que aconteceu coletivamente entre as mulheres da Nova Enseada.
22/julho/2018	Histórico da Comunidade da Enseada da Baleia, território,	19 representantes da comunidade da Nova Enseada e crianças	Lanchonete Rancho da Canoa - Nova Enseada	Além da linha do tempo (trabalhada no primeiro grupo focal), foram apresentados mapas impressos em A3, da localidade e entorno.

	resistência e realocação			
10/dezembro/2018	Resistência e realocação	06 representantes da MAE e crianças	Lanchonete Rancho da Canoa - Nova Enseada	A entrevista foi gravada após reunião de prestação de contas de atividade realizada através de turismo comunitário.
29/dezembro/2018	Resistência e parcerias	03 representantes das parcerias realizadas em Ribeirão Preto – SP	Lanchonete Rancho da Canoa - Nova Enseada	A entrevista foi gravada.
30/dezembro/2018	Resistência e parcerias	17 representantes das parcerias realizadas em São Paulo - SP e 03 representantes da Enseada	Pousada Jerivá - Nova Enseada	A entrevista foi gravada.

FONTE: A autora (2019).

As atividades foram realizadas preferencialmente nos finais de semana ou em dia adjacente, no caso da comunidade, momento em que havia maior número de representantes presentes, devido ao fluxo de mutirões semanais que ocorria principalmente nesses dias. Além disso, buscou-se respeitar as agendas de trabalho da comunidade, de forma a agregar as atividades a outras que já estivessem previstas localmente. Para as atividades com parceiros, aproveitou-se do período de festas de final de ano, quando parte deles visita a Enseada, assim como por ser uma alternativa para se adaptar melhor à agenda de parceiros que foram entrevistados individualmente.

Toda a comunidade foi convidada para os momentos de encontro, salvo os momentos em que discutiu-se a atividade feminina da comunidade, vislumbrando a possibilidade de oferecer a oportunidade de troca de informações entre membros mais novos e mais experientes da comunidade, correspondendo ao anseio expressado por eles de preferência metodológica, no primeiro encontro, quando foi solicitada a autorização para a pesquisa junto à comunidade/Associação de Moradores.

As primeiras atividades realizadas utilizaram-se de materiais para a visualização da conversa (linha do tempo, mapas, fotografias e imagens digitais) e em todas as atividades foram utilizados roteiro de perguntas (APÊNDICES 3, 4, 5, 6, 7 e 8) que foram adaptados durante as atividades, caderno de anotações e, para o registro das conversas, houve gravação através de gravador digital e fotografias dos encontros.

O primeiro encontro, ocorreu na noite do dia 06 de julho de 2018 e teve como pauta principal o histórico da comunidade da Enseada da Baleia. A atividade contou com a facilitação de duas pessoas, a pesquisadora e uma facilitadora da própria comunidade, que compartilharam as atividades propostas para os papéis de moderador e observador proposto por Kind (2004)¹⁰, além de uma segunda pessoa da comunidade no processo de registro fotográfico da atividade. Como técnica de visualização, foi produzida uma linha do tempo com papel pardo, tarjetas e fita adesiva, que desse condições de mudar as posições das tarjetas, no caso de serem apresentados elementos fora da ordem cronológica. O roteiro de questões utilizado neste primeiro encontro está disponível no Apêndice 3. A conversa foi gravada através de rádio gravador para posterior transcrição (FIGURA 2). Seguido o encontro, realizou-se a primeira devolutiva da pesquisa, que continha dados bibliográficos e documentais do processo histórico de ocupação humana da Ilha do Cardoso. Com apoio de apresentação digital e notebook.

FIGURA 2 - GRUPO FOCAL DE 06 DE JULHO DE 2018



FONTE: Cardoso (2018).

Entre os questionamentos trazidos ao grupo focal que tratava da questão histórica da comunidade da Enseada da Baleia, com roteiro prévio de questões somados a questões que se apresentaram a partir dos relatos que foram surgindo no encontro: i) Desde quando trabalham com o beneficiamento da tainha, ou de outro pescado?; ii) Sempre comercialmente?; iii) Quais eram os peixes com os quais se

¹⁰ Segundo Kind (2004, p. 130), o moderador em a tarefa de manter o grupo interagindo durante o tempo da atividade, que pode variar de 60 a 90 minutos, com a finalidade de obter os dados da pesquisa. E o observador, analisar as interações dos presentes, prestar atenção nas comunicações não verbais, auxiliar no registro a partir do conhecimento prévio do tema.

trabalhava antes?; iv) Sr. Malaquias comprava o peixe fresco ou seco?; v) O processo de beneficiamento, que se faz até hoje, é o mesmo?; vi) Como era o regime de trabalho?; vii) Como foi o aprendizado para limpar peixe, alguém ensinou?; viii) Vocês participavam do processo de comercialização do pescado?; ix) O beneficiamento sempre era realizado em grupos grandes?; x) O que vocês acham que mudou daquela época para agora?; xi) Além da remuneração, o que vocês acham que mudou mais alguma coisa no trabalho de vocês?; xii) Eles tinham prejuízos com a venda?; xiii) Vocês pararam com a atividade por quanto tempo?; xiv) Os homens continuaram pescando durante este processo?; xv) Como é a secagem do pescado?; xvi) Como é a venda do pescado?; xvii) Como é o beneficiamento da ova da tainha?; xviii) Quais atividades o grupo de mulheres andou fazendo?; xix) Como é que vocês fazem a divisão de responsabilidades no grupo?; xx) Vocês tiveram contato com vários profissionais para apoiar a ação de artesanato?; xxi) De onde veio a ideia de trabalhar com a rede de pesca?; xxii) Como é a gestão financeira do grupo?; xxiii) Como é a comercialização do artesanato?; xxiv) Além das atividades que geram renda, que outras práticas existem na comunidade que ajudam a viver com menos despesas?; xxv) Tem mais mutirão do que antigamente?; xxvi) Vocês usam alguma erva medicinal?; xxvii) Vocês já ouviram falar em Economia Solidária? Acham que o trabalho de vocês tem alguma coisa a ver com isso?; xxviii) Vocês acham que os encontros promovidos para a Economia Solidária, ajudaram o grupo?; xxix) Quando é que se sentem mais organizados como comunidade. Boa parte deste material foi usado para a construção do subitem 5.1.

No dia 18 de julho de 2018, aconteceu o segundo encontro que teve como pauta as atividades socioprodutivas femininas e a economia solidária. Para a realização do encontro em grupo focal, aproveitou-se um dia de trabalho em que o grupo MAE estava reunido para o beneficiamento de uma tonelada de tainha. O encontro foi realizado em área aberta, ao lado da Estufa de Pescados Secos e Defumados (a primeira área comunitária construída). A atividade contou com duas pessoas na facilitação, a pesquisadora e uma facilitadora da própria comunidade. Em função das condições do encontro os registros foram gravados com rádio digital, além de registro fotográfico. O roteiro de questões utilizado neste segundo encontro está no Apêndice 4 (FIGURA 3).

FIGURA 3 - GRUPO FOCAL DE 18 DE JULHO DE 2018



FONTE: A autora (2018).

Para tratar das atividades socioprodutivas femininas e economia solidária, fora utilizado um roteiro de questões que foi adaptado aos relatos que foram trazidos durante a realização deste grupo focal: i) Quais são os fatos históricos que aconteceram e apoiaram a formação da Enseada da Baleia?; ii) Quais famílias vieram para a Enseada no início?; iii) Quem mais morava aqui que foi embora? Por quais motivos?; iv) Em que momento que chegou a funcionar a fábrica de peixe?; v) Os recursos pesqueiros que eram processados foram mudando ao longo do tempo?; vi) Onde ficavam as roças?; vii) A produção da roça era para a venda ou para o consumo?; viii) O fato de algumas famílias terem ido embora tem a ver com a criação do Parque?; ix) Com quais comunidades vocês se relacionavam mais, antigamente?; x) Como foi que conheceram e adaptaram os cercos fixos?; xi) Em que momento havia comércio e outros serviços na Vila do Ararapira?; xii) Quando criaram o Parque, isso influenciou em alguma coisa na Enseada da Baleia? Boa parte deste material foi usado para a construção do subitem 5.2.

No dia 22 de julho de 2018, foi realizado um encontro que teve como pauta principal o território, a identidade caiçara, a resistência e a realocação. A atividade contou com duas pessoas na facilitação, a pesquisadora e uma facilitadora da própria comunidade, além de outras duas pessoas da comunidade apoiando o registro fotográfico. Como técnica de visualização, foi utilizada a linha do tempo que tinha sido

produzida, no dia 06 de julho de 2018, além de mapas coloridos da Ilha do Cardoso e seu entorno. O roteiro de questões consta no Apêndice 5. A conversa foi gravada através de rádio gravador (FIGURA 4).

FIGURA 4 - GRUPO FOCAL DE 22 DE JULHO DE 2018



FONTE: Cardoso (2018).

Para compreender um pouco do tema “território, identidade caiçara, resistência e realocação”, foi construído um questionário que foi adaptado ao tempo de atividade e aos relatos que foram aparecendo durante o grupo de trabalho: i) Quais eram os desafios para a permanência na Enseada da Baleia?; ii) Como se via a o processo erosivo?; iii) A partir de que momento sentem que a comunidade começou a se organizar?; iv) Como isso se relaciona com a Associação de Moradores?; v) Em que momento se reconhecem como comunidade tradicional?; vi) Em que momento se reconhecem como comunidade caiçara?; vii) Por que ficar na Ilha do Cardoso?; viii) Como foi a realocação? O que mais marcou neste processo? Este conteúdo foi trabalhado dentro dos itens 5 e 6.

No dia 10 de dezembro de 2019, foi realizada a quarta atividade através de grupo focal, com o tema de resistência e realocação, e se deu após encontro de prestação de contas do MAE, portanto realizada com representantes femininas da comunidade. A atividade foi gravada em rádio digital, o roteiro de questões está descrito no Apêndice 6.

Para retomar e aprofundar os temas “organização feminina, atividades socioprodutivas e resistência”, seguiu-se um quadro de questionamentos que foram mais ou menos adaptados aos relatos que foram aparecendo no grupo focal, entre os questionamentos, estavam: i) O que motivou para que trabalhassem juntas?; ii) De onde veio a inspiração para este trabalho?; iii) Em que momento se reconhecem como trabalhadoras da economia solidária?; iv) Quais eram as principais atividades socioprodutivas lá na Enseada da Baleia?; v) O que mudou das atividades socioprodutivas com o processo de realocação?; vi) Por que acha que acontece a erosão, esta que rompeu a barra?; vii) Acredita que houve resistência na comunidade pela luta pelo território?; viii) Existem processos na situação da Enseada e de sua realocação?; ix) Houve algum tipo de automapeamento neste período de negociação da realocação?; x) Por que escolheram esta localidade?; xi) Que mobilizações e atividades coletivas foram feitas com o intuito de apoiar a realocação?; xii) Quais foram os principais apoiadores?; xiii) Como foi o processo de realocação para vocês?; xiv) Depois do processo de abertura da barra mudou a realocação de algumas pessoas com a realocação?; xv) E como é para vocês ver o local onde vocês moravam antes?; xvi) Qual a importância da associação de bairro para vocês, nesse processo?; xvii) Como foi a escolha do lugar, quando chegaram aqui?; xviii) Como foi conversar com tanta gente diferente?; e, xix) Como acham que o trabalho das mulheres contribui com o processo?. Sendo que boa parte destas informações foram usadas nos itens do capítulo 5 e 6.

Nos dias 29 e 30 de dezembro, foram realizados grupos focais, com parceiros de Ribeirão Preto e São Paulo, que estavam a passeio pela Enseada, com o tema de resistência e parcerias, de acordo com o Apêndice 8. As atividades foram gravadas em rádio digital.

Este grupo focal, teve como objetivo abordar os temas de realocação e resistência, a partir de duas questões que foram levadas tanto a este grupo focal, como a parceiros que participaram de entrevistas semiestruturadas: i) Como vê o processo de resistência da Comunidade da Enseada?; e, ii) Como participou deste processo? Quem mais atuou no processo de apoio?

Com estes seis encontros, encerrou-se a etapa de coleta de informações através de grupo focal. Considerando a necessidade de incluir atores que tinham sido considerados fundamentais pela comunidade para trabalhar a categoria de análise de resistência, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas, com parceiros do

Vale do Ribeira e Ribeirão Preto/SP, de acordo com o Quadro 5. Para as entrevistas utilizou-se apoio de rádio digital ou internet, no caso de entrevista a distância.

QUADRO 5 - ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS REALIZADAS

Entrevistado ou entrevistada	Data	Roteiro de questões
Entrevistada 12	28/dezembro/2018	Apêndice 7
Entrevistado 12	07/novembro/2018	Apêndice 6
Entrevistado 21	14/janeiro/2019	Apêndice 7
Entrevistado 22	16/janeiro/2019	Apêndice 7

FONTE: A autora (2019).

As entrevistas semiestruturadas ocorreram entre os meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019, com a finalidade de complementar com informações aquelas que já vinham sendo levantadas. A maioria das entrevistas e grupos focais com parceiros teve os mesmos questionamentos. Entre elas, a maioria dos parceiros respondeu as mesmas duas questões apresentadas anteriormente, para a discussão de realocação e resistência: i) Como vê o processo de resistência da Comunidade da Enseada?; ii) Como participou deste processo? Quem mais atuou no processo de apoio?

Uma segunda entrevista semiestruturada, foi organizada de acordo com um roteiro de questões predeterminadas, entre as quais: i) Como percebem as atividades socioprodutivas da Enseada?; ii) Como a gestão do PEIC atuou no processo de realocação da Enseada?; iii) Como tem sido a negociação de contrapartidas pelo licenciamento da nova área?; iv) Quais os efeitos da abertura da nova barra sobre o território? Como isso tem sido trabalhado?; v) Principais pressões sobre o território? E como isso tem sido trabalhado?

3.1.2.2 Observação participante e diário de campo

Considerando a multidimensionalidade acerca do território, pretende-se trabalhar com ao menos mais dois instrumentos de pesquisa. A observação

participante¹¹ e o diário de campo¹², que podem se complementar com esta finalidade, mas também como uma parte fundamenta da pesquisa qualitativa, que ocorre durante as visitas e em atividades externas, como: em oficina oferecida pela comunidade acerca das técnicas de artesanato com rede de pesca, ocorrida no SESC em São Carlos/SP, em junho de 2017; mesa redonda sobre “Território e Identidade”, realizada no Festival Literário de Iguape (FLI), em sua 6ª edição, em Iguape, que aconteceu em maio de 2018; missa de São Pedro, realizada pela Paróquia de São João Batista, em Cananéia/SP, em junho de 2018; mesa de Cultura Caiçara: olhares do litoral paulista, em Registro/SP, em setembro de 2018; mesa em evento “Diálogos Socioambientais”, no Instituto de Energia e Ambiente (IEE/USP), São Paulo/SP, em outubro de 2018 e evento de Inauguração da Estufa, organizado pela Associação de Moradores da Enseada da Baleia e realizado na comunidade da Nova Enseada, em dezembro de 2018, os quais se somam a outras tantas vivências que são anteriores ao tempo da pesquisa e que se iniciaram a partir de 2011.

3.1.2.3 Método *snowball*, termo de consentimento livre e esclarecido e autorização para o uso de imagens

Outro procedimento que pretendeu complementar as informações levantadas com representantes da comunidade foi o de entrevistas semiestruturadas junto a representantes de instituições parceiras, que foram entrevistados entre novembro de 2018 e janeiro de 2019, sendo que, a maior parte deles foi indicada pela comunidade pesquisada, e outros, a partir de indicações dos entrevistados por *snowball* ou “bola de neve”¹³. Baldin e Munhoz (2011) sugeriram que a indicação de novos participantes se desse sucessivamente, até que o objetivo proposto fosse alcançado, em um “ponto

¹¹ Sobre a observação participante, uma das ferramentas empregadas no estudo, Minayo (2007, p. 70) a define “um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica”. Neste processo, a autora, complementa que o observador, fica em contato com atores, participando da vida social, com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa, aprendendo a se colocar no lugar do outro.

¹² Diário de campo, onde poderão ser anotadas as mais diversas informações presentes durante a observação e que não componham o roteiro de entrevista.

¹³ Segundo Martins (2017, p. 45), possibilita aos participantes iniciais indicarem “novos participantes que por sua vez indicam outros, são sujeitos que são reconhecidos por seus pares em decorrência da sua liderança ou do seu envolvimento com o tema estudado”. Baldin e Munhoz (2011), trazem como referências a técnica os nomes de *snowball sampling*, amostragem em bola de neve, bola de neve ou cadeia de informantes.

de saturação”. Infelizmente, não se obteve este ponto de saturação, em função da limitação do tempo para as entrevistas com parceiros.

Cumprindo com a diversificação de fontes de evidências para o estudo de caso, totalizou-se quatro fontes de evidência: documentação, registros em arquivos, entrevistas e observação participante.

Todos os participantes que emitiram opiniões durante os grupos focais ou participaram de entrevista semiestruturadas, assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹⁴ (TCLE), que contém dados da pesquisa, como: título da dissertação, objetivos, informações sobre o procedimento de gravação das conversas, garantias da pesquisa, dados dos responsáveis pelas pesquisas, formulário com nome, RG, data e assinatura do entrevistado. Uma cópia do material assinado foi deixada, com cada uma das famílias da comunidade da Enseada da Baleia. No caso de parceiros, uma cópia foi deixada para cada indivíduo entrevistado. Uma cópia do material utilizado se encontra no Apêndice 1.

QUADRO 6 - ENTREVISTADOS DURANTE AS ATIVIDADES DE CAMPO E PARTICIPAÇÃO

Participantes	Representação	Faixa etária/geração	Atividades em que esteve presente
Entrevistada 01	Enseada	50 - 60 / 2ª geração	1º, 2º, 3º encontros em grupo focal
Entrevistada 02	Enseada	30 - 40 / 2ª geração	1º, 2º, 3º encontros em grupo focal
Entrevistada 03	Enseada	30 - 40 / 3ª geração	1º, 2º, 3º encontros em grupo focal e entrevista semiestruturada
Entrevistada 04	Enseada	50 - 60 / 2ª geração	1º, 2º, 3º encontros em grupo focal
Entrevistada 05	Enseada	50 - 60 / 2ª geração	2º, 3º encontros em grupo focal
Entrevistada 06	Enseada	30 - 40 / 3ª geração	1º, 2º, 3º encontros em grupo focal
Entrevistada 07	Enseada	30 - 40 / 3ª geração	1º, 3º encontros em grupo focal
Entrevistada 08	Enseada	30 - 40 / 3ª geração	3º encontro em grupo focal
Entrevistada 09	Enseada	30 - 40 / 3ª geração	3º encontro em grupo focal
Entrevistada 10	Enseada	10 - 20 / 2ª geração	1º, 2º, 3º encontros em grupo focal
Entrevistada 11	Enseada	20 - 30 / 3ª geração	6º encontro em grupo focal
Entrevistada 12	Parceira Vale do Ribeira	--	Entrevista semiestruturada, 5º e 6º encontro em grupo focal
Entrevistada 13	Parceira Ribeirão Preto	--	5º encontro em grupo focal
Entrevistado 01	Enseada	50 - 60 / 2ª geração	1º, 3º, 5º encontros
Entrevistado 02	Enseada	50 - 60 / 2ª geração	1º, 3º encontros
Entrevistado 03	Enseada	40 - 50 / 3ª geração	3º encontros

¹⁴ Para Souza et al. (2013, p.201), "o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é documento de caráter explicativo, onde são abordadas todas as questões relativas ao estudo clínico que possam estar relacionadas à decisão do sujeito da pesquisa e, assim, garantir sua participação voluntária. A participação voluntária em estudos humanos é baseada no direito de ser informado de todos os aspectos do estudo, bem como ter respostas para questões em linguagem clara e de fácil entendimento. [...] A aplicação de TCLE adequada proporciona tratamento ético na relação pesquisador-sujeito da pesquisa e estimula o respeito aos direitos humanos, disto resultando seu crescente uso nos últimos anos."

Entrevistado 04	Enseada	20 - 30 / 3ª geração	1º, 2º, 3º encontros
Entrevistado 05	Enseada	60 - 70 / 2ª geração	1º encontro
Entrevistado 06	Enseada	40 - 50 / 2ª geração	1º, 3º encontros
Entrevistado 07	Enseada	30 - 40 / 3ª geração	3º encontro
Entrevistado 08	Enseada	40 - 50 / 3ª geração	1º, 2º, 3º e 6º encontros
Entrevistado 09	Enseada	10 - 20 / 4ª geração	3º encontro
Entrevistado 10	Enseada	30 - 40 / 3ª geração	3º encontro
Entrevistado 11	Enseada	10 - 20 / 4ª geração	1º, 3º encontros
Entrevistado 12	Parceiro Vale do Ribeira	--	Entrevista semiestruturada
Entrevistado 13	Parceiro Ribeirão Preto	--	5º encontro em grupo focal
Entrevistado 14	Parceiro São Paulo	--	6º encontro em grupo focal
Entrevistado 15	Parceiro São Paulo	--	6º encontro em grupo focal
Entrevistado 16	Parceiro São Paulo	--	6º encontro em grupo focal
Entrevistado 17	Parceiro São Paulo	--	6º encontro em grupo focal
Entrevistado 18	Parceiro São Paulo	--	6º encontro em grupo focal
Entrevistado 19	Parceiro São Paulo	--	6º encontro em grupo focal
Entrevistado 20	Parceiro São Paulo	--	6º encontro em grupo focal
Entrevistado 21	Parceiro Ribeirão Preto	--	Entrevista semiestruturada
Entrevistado 22	Parceiro Vale do Ribeira	--	Entrevista semiestruturada

Fonte: A autora (2019).

Durante as atividades de campo participaram 22 representantes da comunidade da Enseada, 21 deles maiores de idade, entre eles, 10 mulheres e 11 homens. E 13 parceiros, sendo que destes, duas eram mulheres e 11 homens, todos maiores de idade. No decorrer do texto, foram atribuídas sempre as mesmas identificações para os participantes, independente da fonte da informação (encontros ou entrevista semiestruturada). Com a finalidade de não expor a opinião de nenhum dos representantes, todos foram identificados como entrevistada/entrevistado, seguido de um número, com vistas a seguir um combinado, de que nenhum dos participantes seria identificado, o que foi combinado entre as partes (pesquisador e participantes).

O Quadro 6, está dividido em quatro colunas, sendo assim dispostas as informações: a) na primeira coluna consta a identificação dada que permite identificar apenas o gênero e nome usado na pesquisa; b) se pertencem a comunidade ou a alguma parceria; c) a faixa de idade e geração em relação ao Sr. Malaquias e a Dona Erci (1ª geração), no caso de entrevistados da comunidade da Enseada da Baleia; e

d) participação nas atividades propostas pela pesquisa, para a coleta de informações. Além disso, duas mulheres participaram tanto como representantes da comunidade quanto como apoiadoras do processo de facilitação e memória do grupo focal.

Além disso, fora solicitada autorização para uso de imagens de membros da comunidade e parceiros que apareceram nas imagens que estão presentes neste estudo (conforme APÊNDICE 2).

3.1.3 Procedimentos de análise

Por fim, para a terceira e última etapa de procedimentos de análise, prevista por Minayo (2007, p. 49) em que se preveem “as formas de organização dos dados e os passos empreendidos para a produção de inferências explicativas ou de descrição”. Para a análise dos dados, foram utilizados alguns dos procedimentos propostos pela análise de conteúdo, que a define como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Bardin (2011) descreveu as três etapas para realizar a análise de conteúdo:

a) pré análise: sistematização das ideias e organização; b) exploração do material: consiste na exploração das técnicas de codificação e a categorização; c) tratamento dos dados obtidos: inferência e interpretação dos dados.

Para a realização da análise foram usados alguns dos procedimentos propostos pela análise de conteúdo, entre eles, os dados obtidos de grupos focais e entrevistas, foram transcritos e categorizados dentro de temáticas, entre elas estavam: o histórico, a organização feminina socioproductiva, processo erosivo e riscos à permanência, realocação e resistência. Sendo que, dentro da categoria de análise de resistência foram organizados em vias de resistência e enfrentamento propostas por Mafra (2018), em que se separaram ações judicializadas, reconhecimento do território por mapeamento participativo, negociação com atores contrários, mobilizações públicas, organizações coletivas e, por fim, ações cotidianas de resistência. Cada um dos temas gerou um subitem trabalhado nos capítulos 5 e 6.

4 ILHA DO CARDOSO: CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO HUMANA NA ILHA DO CARDOSO

O Brasil não existia, o Brasil é uma invenção. E a invenção do Brasil ela nasce exatamente da invasão. Inicialmente feita pelos portugueses, depois continuada pelos holandeses e depois continuada pelos franceses. [...] nunca tiveram fim. [...] Tinha gente aqui com história, alguns destes povos com história de 2.000 anos. Os guaranis hoje se atestam que tinham 4.000 anos, [...] e que relacionavam com os povos andinos [...] desse território que é uma parábola [...] do que seria o Pantanal, passando por baixo do que é o Mato Grosso, o Noroeste paulista, atravessando o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul [...] onde circulam [...]. Uma cosmovisão Guarani, que busca um lugar, que é um espelho da Terra, mas que não tem todos os defeitos daqui da Terra, [...] que é a Terra sem Males. [...] Você tinha gente [...] com a elaboração de processos construtivos, de uma identidade e de uma cultura de 2.000 anos, de 3.000 anos, mas você tinha povos também que circulavam e que podiam ter vindo dos Andes nos últimos 200, 300 anos. Eles iam fazer uma adaptação ecológica, a nova paisagem que eles iam encontrar que podia ser do cerrado, da Mata Atlântica. Essa formação que a Mata Atlântica apresentou quando os europeus chegaram aqui [...]. Essa Mata Atlântica era o produto, o resultado de alguns milhares de anos da interação com seres humanos que fizeram este jardim. [...] Eles se relacionavam com os quechuas, com os aymaras, com os povos andinos [...]. Quando os brancos chegaram eles foram admitidos, como mais um na diferença. E se os brancos tivessem educação, eles podiam ter continuado vivendo aqui no meio daqueles povos e produzido um outro tipo de experiência. Mas eles chegaram aqui com a má intenção de assaltar essa terra e escravizar o povo que vivia aqui. E foi o que deu errado [...] A gente pode buscar entender a nossa história, com os diferentes matizes que ela tem. E ser capaz de entender que não teve um evento fundador do Brasil. Quando os europeus chegaram aqui eles poderiam ter todos morrido [...] se essa gente não tivesse acolhido eles, ensinado eles a andar aqui e dado comida para eles [...]. Durante muito mais do que cem anos, o que os índios fizeram, foi socorrer brancos flagelados, chegando na nossa praia. [...]

Ailton Krenak
Documentário: Guerras do Brasil.doc

Os aspectos históricos são importantes para uma análise do território que se propõe a compreender aspectos da organização popular e produtiva de comunidades tradicionais. Tema pesquisado a partir de revisão bibliográfica e documental foi estudado a partir do ano de 1905, por Young e de forma mais aprofundada, por Almeida em 1946, acrescidos de dados secundários de pesquisas publicadas e depoimentos de atores que vivenciaram este último período relatado.

A história da ocupação, a partir dos ciclos econômicos e eventos de resistência, permite refletir sobre a resistência para permanecer no território, como processo histórico. Os resultados deste capítulo foram subdivididos em cinco subitens, que equivalem aos diferentes períodos históricos de ocupação humana na Ilha do Cardoso. Entre eles: os primeiros registros de ocupação humana através dos homens do sambaqui, a demarcação do Tratado de Tordesilhas e a chegada dos primeiros

européus, os ciclos económicos vividos pela Ilha do Cardoso, os projetos de desenvolvimento e a implantação da Unidade de Conservação e, finalmente, a Ilha do Cardoso na atualidade e seu entorno.

4.1 OS PRIMEIROS HABITANTES QUE DEIXARAM REGISTROS, OS HOMENS DO SAMBAQUI¹⁵

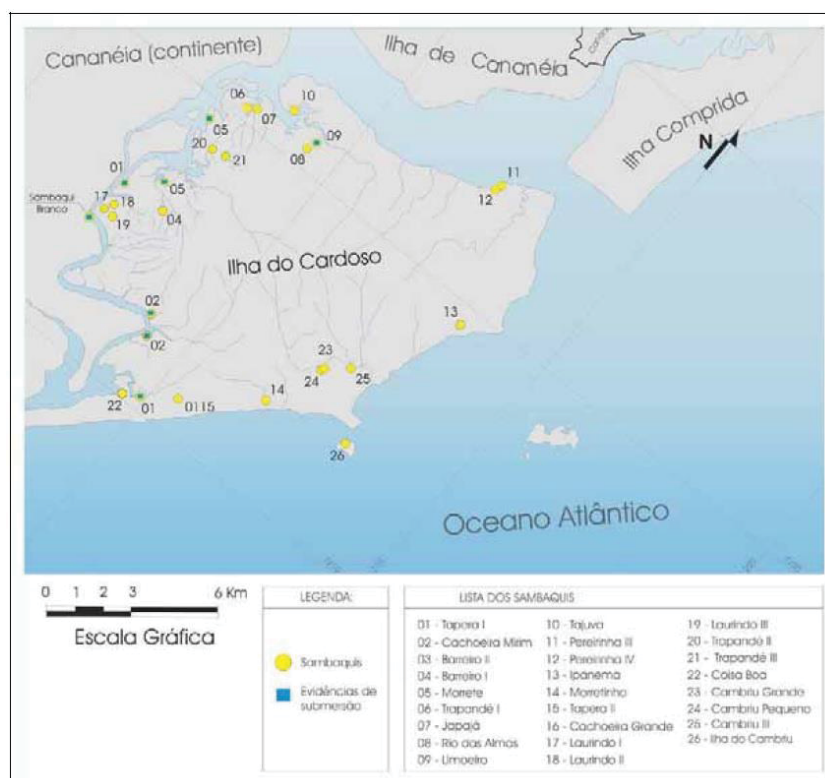
Segundo Calippo (2004), a formação do complexo estuarino-lagunar se dá no encontro do Rio Ribeira de Iguape com o mar. Este é um dos mais ricos conjuntos de vida do planeta e, também, uma das maiores concentrações de sambaquis da costa brasileira, mais de uma centena. A concentração de sambaquis, é atribuída por alguns autores a quantidade e importância ecológica destes contextos (o que ofertaria uma quantidade maior de recursos e atrairiam estes grupos), mas considera também o desenvolvimento económico tardio das áreas e, portanto, menor degradação desses espaços naturais como justificativas para a presença de tantos sítios.

Os grupos sambaquieiros podem ter se começado a se estruturar por volta de 10.000 anos AP (antes do presente) e encontrando seu auge entre 4.500 e 4.000 anos AP. Os estudos nesta região, se iniciam em 1893, através de Löfgren, seguido de outros autores, mas só noventa anos depois, em 1983, que começa a ser estudado de forma mais sistemática, através de Uchôa e Garcia (CALIPPO, 2004).

Foram diagnosticados 107 sambaquis na área que compreende a baixada Cananéia-Iguape e do baixo curso do Rio Ribeira, dos quais 22 estão na Ilha do Cardoso representando 20,56% do total computado. Dos quais um está destruído, nove estão parcialmente destruídos e doze estão intactos (UCHÔA; GARCIA, 1983). Duas décadas depois, Calippo (2004) mapeia mais três, totalizando 25 sambaquis na Ilha do Cardoso, conforme imagem em que a área montanhosa da ilha aparece com os sambaquis encontrados e suas bordas prioritariamente (FIGURA 5).

¹⁵ Segundo DeBlasis et al. (2007, p. 30) “sambaquis (palavra de origem Tupi que significa, literalmente, ‘monte de conchas’) são sítios arqueológicos monticulares distribuídos por toda a costa brasileira, ocupando principalmente zonas de tons ecológicos cambiantes, como regiões lagunares e áreas recortadas de baías e ilhas. Estes sítios (também chamados de concheiros) variam bastante de tamanho e, especialmente no litoral sul catarinense podem atingir dimensões impressionantes, alcançando até 70 metros de altura e 500 metros de comprimento. Em geral exibem uma sucessão estratigráfica de composição diferenciada: camadas de conchas mais ou menos espessas intercaladas por numerosos estratos finos e escuros, ricos em materiais orgânicos, com muitas estruturas distribuídas em áreas específicas”.

FIGURA 5 - OS SAMBAQUIS CADASTRADOS DA ILHA DO CARDOSO



FONTE: Calippo (2004).

LEGENDA: A imagem intitulada “Os sambaquis da Ilha do Cardoso e a ocorrência de evidências de submersão”, apresenta a localização dos 25 sambaquis mapeados.

O mais antigo dos sítios arqueológicos pesquisados é o Sambaqui Cambriu Grande, localizado na Ilha do Cardoso, próximo a comunidade do Cambriu, que também é “uma das maiores antiguidades do litoral brasileiro”, com idade de 7870 ± 80 anos (quase 8.000 anos de idade) tem forma circular e 8,5 metros de altura (CALIPPO, 2010).

4.2 DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE TORDESILHAS E A CHEGADA DOS EUROPEUS AO BRASIL

Segundo Carvalho e Schmitt (2012), relatos históricos revelam que a costa sul e São Paulo, eram ocupadas por grupos Tupi-Guarani. Shaden (1954, p. 390) os reconheceria como representantes de dois grupos ao menos, “os Tupinikín¹⁶” em

¹⁶ Bueno (1997, p.17) diz que os tupiniquins eram “uma das tribos do grupo tupi-guarani que, no início do século 16, ocupava quase todo o litoral do Brasil. [...] viviam no sul da Bahia e nas cercanias de Santos e Bertioga, em São Paulo. Eram uns 85 mil.” Passavam por processos de migração, ligados a questão religiosa, que tem a ver com a busca pela “Terra sem Males”. “Por volta de 1530, uniram-se aos portugueses na guerra contra os tupinambás-tamoios, aliados dos franceses. Foi uma aliança

“Cananéia e finalmente os Karijó¹⁷, no extremo sul da costa paulista, estendendo-se o seu domínio até a altura da Ilha de Santa Catarina”. Estas eram as etnias presentes quando chegaram os europeus na localidade.

Com a chegada dos europeus, a Ilha do Cardoso foi o espaço escolhido para receber, no séc. XVI, o marco de pedra depositado pelos portugueses, no pontal do Itacuruçá, que denominaria a de Ilha do Marco ou Itaquatiara (GADELHA, 2008, p. 117). O marco de pedra em forma de cruz, fora colocado a mando de Martim Afonso, determinando a posse pela Coroa Portuguesa, que determinaria a divisão das terras do novo mundo, através do Tratado de Tordesilhas (SETURC, s.d.).

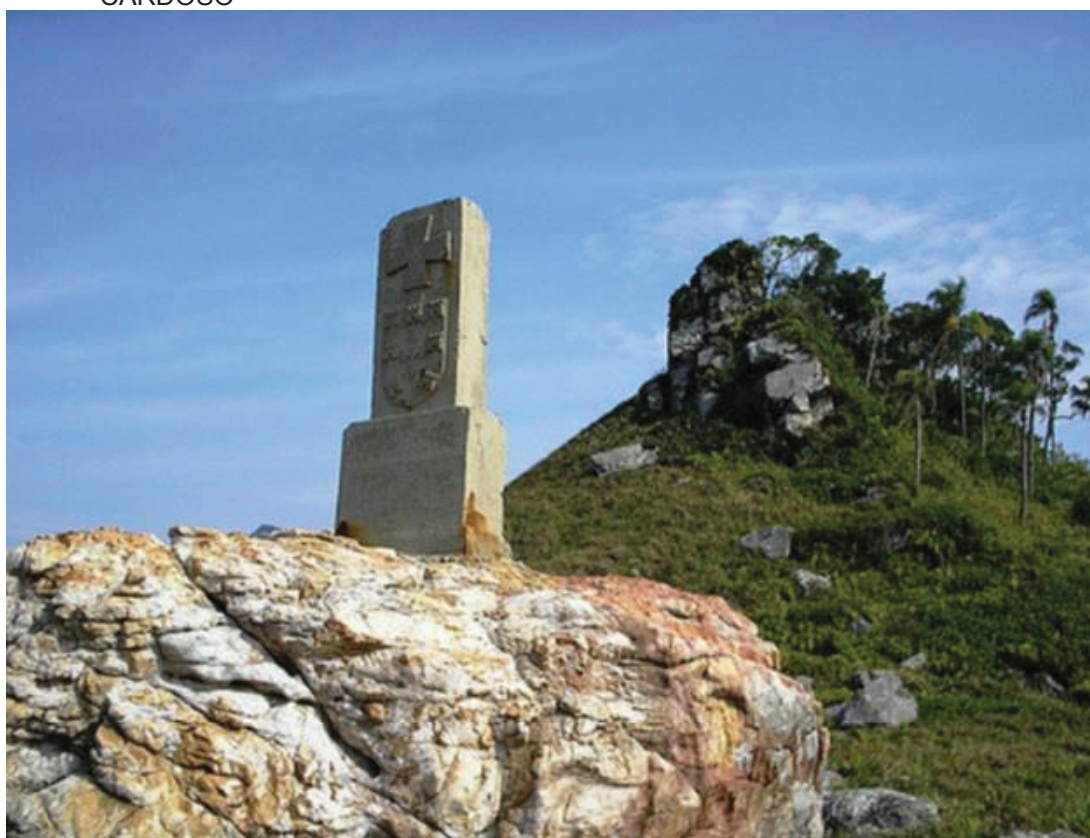
Para Moreira (1978, p. 11), o Tratado de Tordesilhas, assinado em local com o mesmo nome, Tordesilhas, Espanha, entre os Reinos de Portugal e de Castela, em 1494, tem um significado amplo, muito além das áreas de influência. Já que teria interesses de particulares (mercadores andaluzes, especialmente) e interesses políticos (Estados em expansão). Segundo São Paulo (2002, p. 16), a Ilha do Cardoso foi palco de investida de colonizadores portugueses, que vieram demarcar tais fronteiras no século XVI. Martim Afonso de Souza teria comandado uma expedição em 1530, que passou pelo Maranhão e o rio da Prata, com o objetivo de estabelecer povoamentos. Em 1531, aportou na Ilha do Bom Abrigo (Cananéia/SP), avistou o promontório do Itacuruçá onde foi colocado um marco de pedra com as quinas de Portugal. Este marco foi transferido posteriormente para o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Segundo Young (2005, p. 77), esta transferência foi motivada por Afonso Botelho de Sampaio.

Atualmente ainda é possível ver uma das três partes do padrão (FIGURA 9), uma réplica que está instalada no local, já que o original foi levado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, que passou por incêndio em setembro de 2018.

inútil: em 1570 já estavam praticamente extintos, massacrados por Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil”.

¹⁷ Bueno (1997, p. 8) descreve os karijós, como aqueles que estavam presentes entre Cananéia-SP até a Lagoa dos Patos-RS. “Vistos como ‘o melhor gentio da costa’, foram receptivos à catequese. Isso não impediu sua escravização em massa por parte dos colonos de São Vicente. Em 1554, participaram do ataque a São Paulo. Eram cerca de 100 mil”.

FIGURA 6 - RÉPLICA DO PADRÃO DO TRATADO DE TORDESILHAS NO ITACURUÇÁ, ILHA DO CARDOSO



FONTE: A autora (2006).

A ocupação nesta região data de uma primeira expedição, de 1501, de Américo Vespúcio, que como piloto-mor e cosmógrafo, deixou um europeu na localidade, um bacharel português. “Não é lícito duvidar que foi na ilha do Cardoso o local onde deixaram o bacharel desterrado¹⁸, por causa da descrição da localidade e posição da ilha, que os primeiros navegantes chamavam ‘ilha de Cananéia’”, que pode ser a atual ilha do Bom Abrigo (YOUNG, 2005, p. 77).

¹⁸ Segundo Bueno (1998, p. 125) o Bacharel de Cananéia é um dos “personagens mais sombrios e enigmáticos da história do Brasil”. Para Bueno não se sabe que era, como ou quando chegara ao Brasil. Sabe-se que se tornara como um “Rei Branco” vivendo entre os indígenas, teria ao menos 6 mulheres e mais de 200 escravos, além de mil guerreiros. Era temido entre tribos costeiras, entre São Paulo e Laguna/SC. Ele não era um naufrago, nem desterrado, nem estaria perdido. Ele não quis aproveitar de determinações do rei, D. Manoel, que previa que qualquer degredado que retornasse a Portugal com informações sobre o Brasil seria absolvido e receberia 500 ducados de gratificação. Ele encontrou uma ocupação mais lucrativa e se tornou o primeiro e um dos maiores traficando de escravos do sul do Brasil. A escravização dos índios Carijó, seria a primeira fonte de renda de São Paulo e de colonos de São Vicente, mas foi ele quem teria inaugurado a atividade em grande escala, sendo capaz de negociar até mil cativos por vez.

Almeida (2005) e Young (2005) concordam que os europeus formaram o primeiro núcleo de ocupação em terras brasileiras na Ilha do Cardoso. Com a chegada do bacharel português degredado, Cosme Fernandes, em 1502 e mais tarde, com um grupo de sete castelhanos que ficaram perdidos na expedição de Vicente Yañez Pinzão e Juan de Sólis, que partiu da Espanha em 1508 (YOUNG, 2005, p. 77-78).

Esta chegada ao Brasil através de Cananéia, encontra-se documentada no Monumento aos Descobrimentos, de 1940 e reconstruída em 1960, para comemoração de 500 anos da morte do Infante D. Henrique. Monumento de 56 metros de altura e 20 metros de largura (PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS, s.d.), nele consta o mapa da América do Sul, onde dois lugares estão marcados, 1500 em Porto Seguro e 1502 em “Cananea” (FIGURA 10).

FIGURA 7 - DETALHE NO MAPA DO PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS EM LISBOA, PORTUGAL



Fonte: Brandão (s.d.)¹⁹.

Segundo Young (2005, p. 78), castelhanos liderados por Diogo Garcia, chegariam entre 1526 e 1527, no local conhecido por “Rio dos Inocentes”²⁰ e foram apoiados com alimentos como carne e peixe, por Francisco Chaves (um dos castelhanos deixados) e o Bacharel. Os fatos históricos demonstram que estes

¹⁹ Imagem disponível em: <http://cananet.com.br/html/mapa-cananea-portugal.html>.

²⁰ Acredita-se que este local corresponda a baía, em meio as ilhas do Bom Abrigo, Cardoso, Comprida e Cananéia (YOUNG, 2005, p. 78).

européus foram os primeiros a habitar o litoral paulista, e ainda, a constituir família na Ilha do Cardoso, dada a presença de recursos, “a abundância de água que aí existe e a facilidade dos meios de subsistência que a Natureza lhes oferecia nesse local, o que não se dava na ilha de Cananéia ou na ilha Comprida, em que raramente se encontrava água potável” (ALMEIDA, 2005, p. 73-74). De qualquer forma, a esta leitura da chegada dos europeus, soma-se também a importante reflexão de Ailton Krenak, descrita brevemente no início do capítulo, o qual traz elementos para pensar que a história do Brasil, não tem uma única verdade ou ponto de vista.

4.3 ILHA DO CARDOSO COMO CELEIRO DO MUNICÍPIO E OS CICLOS ECONÔMICOS

Almeida (2005, p. 74) descreve como teria sido a ocupação de portugueses e seus descendentes entre os séculos de XVII e XVIII, apresentando a família do Capitão Lourenço Rodrigues de Andrade como residente a face norte da ilha do Cardoso, no local que ainda hoje se chama Morro do Andrade e, Domingo Cardoso, outro que se apossou de terras, mas que seus herdeiros a trocaram por outra no continente. Atribuindo a “abundância de pescado”, a fertilidade das terras e a biodiversidade presente os motivos, pelos quais as diversas famílias preferiram se instalar nas proximidades da barra de Cananéia, a partir de 1650. No século XVIII, já eram numerosas as famílias nas encostas da ilha, principalmente na margem do Canal do Ararapira. Várias sesmarias foram concedidas, dando como exemplo as do Camboriú e Barreiro. Muitos outros foram se apossando de terras ao longo desse Canal, para além do povoado de Ararapira²¹ (que corresponde a Vila de São José do Ararapira). A povoação foi elevada a Freguesia em 1767.

A região do Vale do Ribeira viveu o ciclo do ouro, entre o século XVII até o século XVIII, quando a exploração se deslocou para Minas Gerais. Um contingente de mineradores com seus trabalhadores escravizados seguiu para o interior do vale, mas “os núcleos litorâneos (Iguape e Cananéia) permaneceram ligados à pesca e à produção agrícola” (CARVALHO; SCHMITT, 2012, p. 23).

Mourão (2003) apresenta o período de fartura que se dá entre as primeiras décadas do século XVIII até 1787, ano em que se proíbe a venda de produtos aos

²¹ Conhecido atualmente como Vila do Ararapira e localizado na Ilha do Superagui, Guaraqueçaba - PR.

portos do Rio de Janeiro - RJ (onde os produtos paulistas tinham melhores preços), obrigando a comercializarem pelo porto de Santos - SP, que provocou a decadência de zonas portuárias de São Paulo e a queda na produção agrícola. A decadência só foi alterada para uma situação mais favorável nas primeiras décadas do século XIX, quando a medida começou a entrar em desuso e coincidiu com um novo ciclo econômico no Vale do Ribeira, a produção intensiva de arroz.

O ciclo do arroz que se estendeu por toda a região do Vale do Ribeira, teve seu auge em meados do século XIX, até início do século XX e a produção era destinado, principalmente, à exportação. Este ciclo econômico estava baseado em latifúndios e mão de obra escrava. O arroz era transportado por terra até o porto de Iguape, até o ano de 1827, quando foi aberto o “Valo Grande”, ligando os dois portos, provocando resultados ambientais desastrosos (MOURÃO, 2003). Os resultados da abertura deste canal, são discutidos até hoje em dia.

Na Ilha do Cardoso mesclavam-se grandes fazendas de arroz e pequenos lavradores com seus policultivos (CARVALHO; SCHMITT, 2012). Neste período foi um dos lugares mais habitados de Cananéia, pelas características que concentrava, o que fora relatado em 1962, quando descrito por Almeida.

As encostas são geralmente aproveitadas para o plantio do arroz, da mandioca e da cana-de-açúcar. [...]

Nos tempos provinciais era a ilha do Cardoso um dos lugares mais habitados do município, não só pela fertilidade de suas terras e abundância de peixes em todos os seus recôncavos, rios e parcéis, como também pela facilidade dos meios de transportes, que eram feitos sobre água, em grandes canoas e até mesmo em lanchas e iates.

Era então considerada como dos melhores celeiros do município, onde se erguiam as mais prósperas fazendas com seus engenhos de pilar arroz, fábricas de aguardente, olarias e até mesmo um estaleiro de construção naval situado à entrada do canal (ALMEIDA, 2005, p. 62-63).

Sobre os latifúndios, acrescentou que na baía de Trapandé, as casarias brancas das fazendas refletiam nas águas tranquilas. Construídos de pedra e cal, os sobrados ainda existiam nas matas. Eram poucos os agricultores abastados, na extensão do canal. Muitas construções já não estão mais visíveis, outras ainda podiam ser vistas, “casas de engenho, do tráfico, dos paióis ou mesmo o velho forno de olaria” (ALMEIDA, 2005, p. 62-63).

O declínio do ciclo do arroz no Vale do Ribeira se deu pela combinação de fatores como: a abolição da escravatura no final do século XIX; o assoreamento do porto de Iguape (que centralizava o comércio do baixo, médio e alto Ribeira) e o

declínio da navegação fluvial; a construção de malha ferroviária (entre o interior do estado de São Paulo e o Porto de Santos) no final do século XIX; e, o incremento na produção rizícola na região do Vale do Paraíba, com preços mais atraentes e mais próximos de São Paulo e Rio de Janeiro. Mesmo assim, o Porto de Cananéia seguia escoando arroz, pois não servia como entreposto e beneficiava apenas áreas próximas. O assoreamento do Porto de Cananéia se deu na década de 1930, junto com a adoção de leis trabalhistas e dificuldades em repor peças dos motores em função da Segunda Guerra Mundial. Um antigo projeto, pretendia que Cananéia fosse local de embarque e desembarque do Norte do Paraná, Paraguai e Sorocaba, mas foi substituída por Paranaguá - PR. Sobre as diversas tentativas de colonização na região lagunar, acredita-se que a falta de transportes seria determinante para o insucesso. Na orla litorânea, as condições agrícolas são precárias, em função da acidez dos terrenos, ficando apenas aquilo que era para a subsistência. Com a mobilidade característica do caiçara, se favorece portanto o extrativismo de flora e fauna, como herança indígena e tendo na pesca, uma atividade secundária (MOURÃO, 2003).

A população sempre viveu de ciclos de produção. Um dos exemplos destes ciclos seria o da construção naval, que por basear-se na extração da madeira, levou parte da população a abandonar provisoriamente a agricultura, para dedicar-se ao desmate. Evidenciando ciclos de marginalidade mais ou menos profundas e passageiras (MOURÃO, 2003, p. 49).

Segue-se a partir daí para um novo ciclo econômico, que estaria presente até os dias de hoje, o da pesca comercial, que se inicia ao final da primeira década do século XX. Mourão (2003, p. 50-51) relata que a partir de 1910, barcos de Santos propõe a compra de pescado, ao porto de Cananéia. Sendo que a atividade até o momento era para a dieta. Com exceção a pesca da tainha, que na safra de um mês e meio, era pescada em cercos, escalada e seca, guardada para alimentação e trocada por produtos nos armazéns da cidade, junto a outros produtos agrícolas. Até o início do século XX, uma população rural que vivia basicamente da economia de troca. Além disso, apresenta elementos de como muda a estrutura social com a entrada da pesca como atividade econômica, com a circulação de dinheiro, a estruturação da pesca como atividade comercial e o adensamento da área urbana, com mais famílias que buscam na pesca uma alternativa de renda.

A oferta de numerário possibilitada pelo pescado e a possibilidade de se receber dinheiro logo após a pescaria, em vez de ter de se aguardar o amadurecimento da pequena colheita que, no mercado de troca, atingia pequeno valor, determinaram a passagem para a pesca, como meio de subsistência, de cerca de cinquenta famílias que ou venderam ou abandonaram seus sítios para se instalarem na cidade de Cananéia, onde formaram o bairro do Carijo, junto do morro de São João. Na época, começam a aparecer bares pela cidade e o dinheiro em espécie passa a ter maior circulação. Na cidade, continua-se a viver do comércio, da prestação de serviços e do porto. A pesca, que a princípio apenas atraiu meia centena de famílias, aos poucos passou a atrair maiores contingentes, não só pela facilidade de à primeira vista lhes surgir a possibilidade de dispor de numerário, como ainda pela dificuldade de comercialização dos produtos da lavoura. Parte da população rural foi aos poucos transferindo-se para a zona urbana, criando os bairros do Carijo, Araraú e, mais tarde, passando a se transladar de preferência para o Rocio (MOURÃO, 2003, p. 51-52).

Ao mesmo tempo em que a pesca começou a atrair cada vez mais famílias e ampliar a área urbana de Cananéia, a agricultura de subsistência continuava sendo igualmente importante para aqueles que permaneciam nos sítios, até a década de 60, quando a ilha é transformada em Parque Estadual. Os períodos para a pesca e para a roça se estabeleciam, complementando-se num sistema de ajuda mútua, onde se destaca a pesca da tainha, entre os meses de maio a agosto, que era escalada e salgada, bem como a “cultivo da mandioca para o fabrico de farinha, vendida na vila do Ariri e em Cananéia” (CARVALHO; SCHMITT, 2012, p. 27).

A propriedade das terras que no início da ocupação se deu por posseiros persistiu na Ilha do Cardoso, Almeida (2005) escreve que uma pequena minoria buscou regularizar as terras, e a grande maioria de posseiros "deixou-se ficar":

Apesar de as ilhas pertencerem ao domínio da União, o território da ilha do Cardoso está distribuído entre particulares, que dele se apossaram desde os tempos coloniais e que, de certo tempo para cá, vêm pagando o laudêmio ou taxa de ocupação nos termos da lei em vigor.
De quantos ali se estabeleceram, apenas dois requereram Carta de Sesmaria das terras ocupadas [...]
Quantos aos demais posseiros, deixaram-se ficar nas terras em que moravam, sem se preocuparem com quaisquer títulos, a não serem escrituras de compra e venda, transmitindo-as aos seus herdeiros ou sucessores ou passando-as a pessoas estanhas, sem que houvesse solução de continuidade até o presente [...] (ALMEIDA, 2005, p. 68)

Com isso, evidencia-se que a questão fundiária não foi resolvida na Ilha do Cardoso. Além disso, observa-se um adensamento populacional nas terras próximas ao Canal do Ararapira, pela riqueza natural (solos férteis, abundância de água e peixes), que mesclava latifúndios e pequenos proprietários de policultivos que serão influenciados em partes, pelos ciclos econômicos. Ouro, arroz, construção naval e

pesca, influenciaram na permanência ou não das famílias na Ilha do Cardoso. O assoreamento do Porto de Cananéia, na década de 1930, prejudicou as atividades agrícolas. Mesmo assim, pequenos agricultores que permaneceram, seguiriam com uma complementaridade entre atividades de policultivos agrícolas, extração e pesca, que seguiu apenas para a subsistência até 1910, quando começa a se desenvolver a pesca comercial (MOURÃO, 2003).

4.4 A TRANSFORMAÇÃO DA ILHA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E OS "PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO"

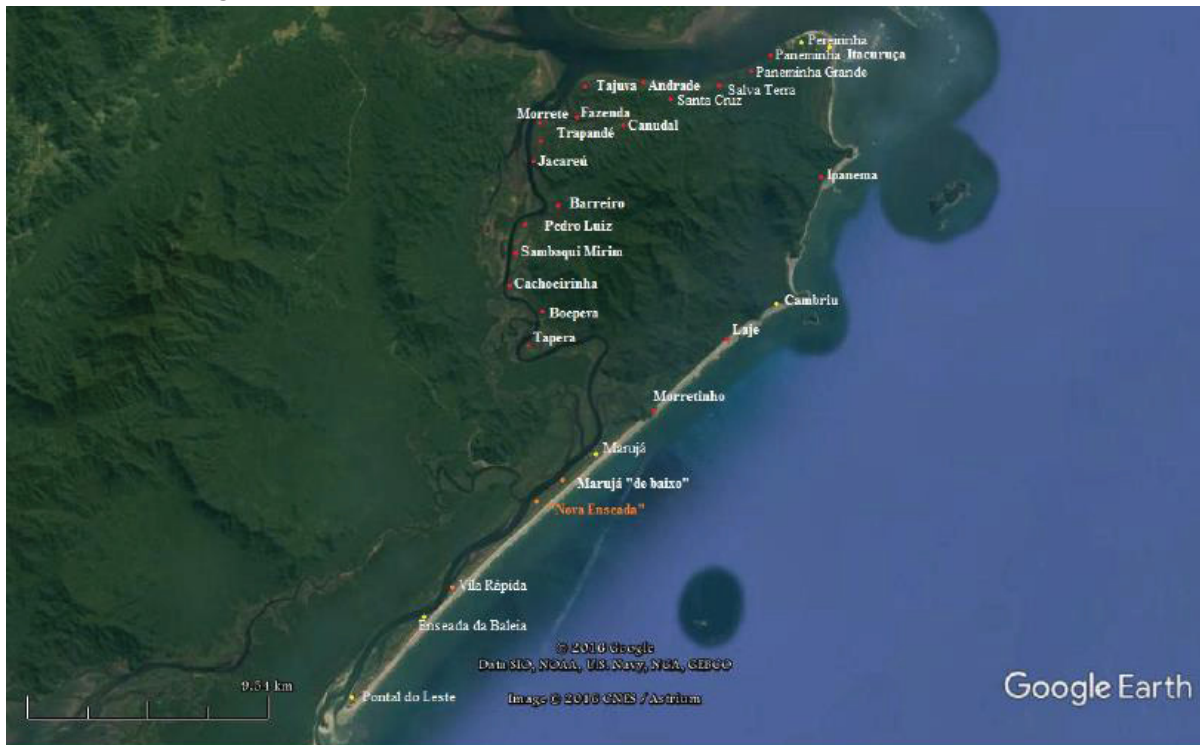
Na década de 1960, a Ilha do Cardoso foi transformada em Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), através do Decreto Estadual nº 40.319, de 3 de julho de 1962. Motivada por Paulo Duarte, professor da Universidade de São Paulo (USP), cujo esforço gerou condições em transformar esta, na primeira área insular protegida no estado de São Paulo. Em sua justificativa técnica, de 1958, incluiu como objetivos de preservação: “conter as ações e os empreendimentos imobiliários iniciados na Ilha, paralisar a exploração de sambaquis, da fauna e da flora; criar um parque natural, estabelecer uma base de estudos” (SÃO PAULO, 2002, p. 18). Para que fossem abrigados na Ilha do Cardoso ambos as instituições de pesquisa: a USP, a Comissão de Pré-história e ao Instituto Oceanográfico (IO).

Para Gadelha (2008, p.82), Silva (2014, p.30) e NUPAUB (2016, p. 10), aproximadamente 500 famílias viviam na Ilha do Cardoso no início da década de 1960, quando fora implantada a Unidade de Conservação. Carvalho e Schmitt (2012), no ano de 2012, identificariam através do “Relatório Técnico-Científico para identificação de famílias tradicionais presentes no Parque Estadual da Ilha do Cardoso”, já que foram diagnosticados 140 núcleos familiares de tradicionais. Ou seja, 360 famílias a menos em relação a década de 1960, ou 28% do que havia neste período.

NUPAUB (2016) apresenta as comunidades que existiam na época da implantação do PEIC: Paneminha, Paneminha Grande, Salva Terra, Santa Cruz, Andrade, Tajuva, Morrete, Fazenda, Canudal, Trapandé, Jacaraú, Barreiro, Pedro Luiz, Sambaqui Mirim, Cachoeirinha, Boepeva, Tapera, Morretinho, Laje, Ipanema (FIGURA 11). A partir desta descrição é perceptível que ao menos 20 comunidades já não existem mais. Além de 46 sítios, “sendo que parte dos mesmos não existe mais” (CARVALHO; SCHMITT, 2012, p.33). Boa parte dos sítios existiam desde o período

colonial, outros correspondem ao período colonial/ciclo rizicultor no Vale do Ribeira. Grande parte estivera habitado até a década de 1960, quando a implantação do PEIC proibiu o trabalho na lavoura, desarticulando as redes de vizinhança e parentesco (CARVALHO; SCHMITT, 2012, p.33).

FIGURA 8 - LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES EXISTENTES À ÉPOCA DA IMPLANTAÇÃO DO PEIC



FONTE: NUPAUB (2016).

LEGENDA: Em laranja, as novas comunidades, em amarelo estão as comunidades que existem (de 2016 até o momento, a comunidade da Enseada da Baleia, já não é mais habitada) e em vermelho estão às comunidades que deixaram de existir nestas últimas cinco décadas. Ao lado da comunidade do Cambriu, existe uma pequena comunidade que se chama Foles.

Gadelha (2008) faz uma etnografia das famílias que foram desapropriadas da Ilha do Cardoso com o processo de decretação do Parque Estadual. Ressalta que esta não é a única possibilidade de descrever este passado, mas é um meio a ser considerado. Muitas famílias, acreditam até hoje, terem vivido este processo de forma individualizada, outras se recusam a falar sobre o assunto. A impossibilidade de reproduzir seus modos de vida, é descrita através de lembranças de um tempo passado, de poucas décadas atrás, uma vez que foram coletados dados entre os últimos anos da década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990, com alguns moradores da Ilha do Cardoso e ex-moradores. Os dados das dessas famílias e as contradições com os objetivos da unidade de conservação, são debatidos ao longo do

trabalho. A população local mesmo com as roças, possibilitava a procriação de animais.

Não é preciso repetir que o Parque expropriou os filhos da Ilha de grande parte de seus valores materiais e afetivos com o intuito de melhor proteger e preservar o mundo natural, a rica fauna característica da Mata Atlântica. No entanto, quase todo entrevistado avalia que a quantidade de animais de caça encontrados na Ilha hoje não se compara ao que havia na época dos sítios. [...] Os filhos da Ilha creem que os animais dependiam de certa forma do alimento fornecido pelas roças e pelas árvores frutíferas. Devido a ausência das roças, os animais migraram para o continente, pois até mesmo o tatu, bastante pesado, é capaz de cruzar a nado o canal do Ararapira, embora muitos deles morram (GADELHA, 2008, p. 55).

A implantação da UC, só se dá de fato na década de 1980, quando é contratado pessoal para a implementação do PEIC. Os relatos são verídicos, muitas famílias tiveram seus meios de vida cerceados e muitas são as famílias que se mudaram para o entorno, mas o guarda ambiental que aparece como um dos grandes responsáveis pelo processo, não seria um funcionário desta Unidade (ENTREVISTADO 01). Mas um servidor público que atuava em uma região mais ampla, do estado de São Paulo, não estando atrelado diretamente a UC. De qualquer maneira, percebe-se que ocorre uma certa confusão entre as entidades ambientais e qual o papel e responsabilidade de cada uma delas em depoimentos diversos.

Ao mesmo tempo em que existem críticas a implantação da UC, Carvalho e Schmitt (2012) e NUPAUB (2016) avaliam que a decretação do PEIC teve inegável mérito em conter o avanço da especulação imobiliária. São Paulo (2002) atribui a esta especulação a construção da Rodovia Regis Bittencourt (BR-116), no ano de 1956, ligando as capitais de São Paulo e Curitiba, refletindo na urbanização, especulação imobiliária e conflitos de terra na região do Vale do Ribeira e litoral paulista. Já existiam loteamentos na Ilha, no Itacuruçá, Marujá e Lajes. No primeiro caso, o projeto “Balneário Itacuruçá” foi impedido pela decretação do parque, apesar de ter as terras da restinga vendidas para casas de veraneio. A decretação do parque igualmente impede a implantação do balneário que estava em andamento no Marujá.

Para Carvalho e Schmitt (2012, p. 270), o projeto especulativo da comunidade do Marujá seria de grandes proporções. Tendo adquirido terras de uma família que residia na comunidade que viera de Santa Catarina no séc. XIX, vendeu para um segundo empreendedor, morador do interior do estado de São Paulo. O empreendimento imobiliário, tinha como alvo profissionais liberais da capital paulista.

Para isso, foram levadas à comunidade máquinas e tratores, um grupo de trabalhadores, a restinga foi derrubada, o mangue aterrado, ruas abertas e lotes determinados. Além de tudo, montou uma olaria, para a fabricação de tijolos. Os antigos moradores permaneceram, mas moradores da Lage, Foles e Cambriu, foram morar no Marujá, em áreas “cedidas”.

Este balneário turístico implantado na comunidade do Marujá, denominado a época como “Parque Balneário Marujá” da Companhia Três Coroas (FIGURA 12 e 13) é apresentado por Gadelha (2008, p. 195) em sua dissertação, junto com reflexões de como se relaciona com o imaginário do desenvolvimento do país, que acreditava que especulação imobiliária e outros processos de “modernização” seriam positivos.

FIGURA 9 - LOTEAMENTO PROPOSTO PELA COMPANHIA TRÊS COROAS



FONTE: PEIC (s.d.).

LEGENDA: Uma das duas partes dos mapas do empreendimento imobiliário “Parque Balneário Marujá”, que ia da área de restinga até o morro que divide o Marujá da praia de Lages, onde existia uma outra comunidade na época.

Becker (2001, p. 2-5) acredita que o turismo tem a ver com a sociedade moderna e capitalista. A partir da ampliação de capital acumulado e inovações na tecnologia dos transportes, do séc. XX, que o turismo se estrutura da forma como é conhecido hoje em dia. A massificação dos padrões de consumo, junto com a regulação do trabalho, limitação do tempo, férias remuneradas, aposentadoria e legislação social que possibilita o turismo de massa. No final deste século, a revolução científico-tecnológica e a crise ambiental, traria novas perspectivas à natureza, com a valorização da natureza como mercadoria do turismo. Acredita que as zonas costeiras têm um valor estratégico e o papel fundamental aos estados nacionais. A atividade turística se transforma em vetor de ocupação do litoral, através da multiplicação de

marinas, balneários e complexos imobiliários. Sua regulação é recente, e começa em 1958, no período de Juscelino Kubitschek.

FIGURA 10 - FOLDER DO PARQUE BALNEÁRIO MARUJÁ



Fonte: Gadelha (2008).

Para São Paulo (2002), o processo de turismo e especulação imobiliária foi o responsável pela expulsão dos caiçaras de suas terras, “o turismo e a especulação imobiliária passaram a exercer uma violenta pressão sobre as terras das comunidades caiçaras, localizadas em lugares de grande beleza cênica e potencial turístico”. Mas outras pressões se apresentam.

Segundo Marinho (2013, p. 72), a construção do Centro de Pesquisas de Recursos Naturais da Ilha do Cardoso (CERPANIC), que ocorreu entre 1974 e 1978, causou impactos ambientais e sociais às comunidades locais, provocando a migração de famílias para outras localidades da Ilha ou estuário. Descreve que entre as comunidades de Pererinha e Itacuruçá, está o rio Perequê e havia uma lagoa. O Pererinha seria a localização escolhida para a construção do CERPANIC. Logo homens e máquinas chegaram, avançando sobre as roças, já que na face voltada para o mar pode-se plantar por mais tempo. A lagoa, até então cheia de vida, foi aterrada com areia do rio Perequê, portanto ficaria com o curso desviado, devido a quantidade necessária. No local aterrado, foram construídos os alojamentos, refeitório e casa dos funcionários. O autor reflete sobre o estrago nas em nome da “preservação da natureza” e as diversas perdas que as comunidades sofreram (roças e pesca). Para gerar energia para sua estrutura, foi construída uma hidrelétrica no rio Perequê, que funcionou por 25 minutos, sendo que suas peças foram deixadas na mata enferrujando.

Poucos anos mais tarde, em 1979, outro desafio se apresenta ao território, uma possível usina nuclear na Ilha do Cardoso, foi relatada no blog “No meio do povo – Dedicado à Jan Van Der Heijden” (Pe. João 30), um dos principais articuladores na defesa do povo caíçara no município de Cananéia. “Havia rumores de instalação de uma Usina Nuclear na Ilha do Cardoso, mas não parecia ser apenas rumores, havia realmente algo acontecendo por debaixo dos panos” (NO MEIO DO POVO, s.d.). A notícia complementa que a Marinha tinha a intenção de expulsar as 80 famílias de pescadores, para a construção de uma central de energia que mudaria a vida da cidade.

Uma matéria de Paulo do Valle (1979 apud CARVALHO; SCHMITT, 2012, p. 29) relata a negociação ocorrida.

A expulsão de 80 famílias de pescadores, totalizando mais de 400 pessoas que moram na Ilha do Cardoso em Cananéia, no Vale do Ribeira, pelo Ministério da Marinha, foi motivo de reunião feita ontem, nesta cidade, entre representantes da Igreja, da Capitania dos Portos de Iguape, advogados da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e uma comissão de moradores, cujos ascendentes – índios e catarinenses – se instalaram na ilha há mais de dois séculos.

Durante o encontro de ontem, no salão paroquial de Cananéia, o tenente Nelson Sebastião, da Capitania dos Portos, acabou admitindo a intenção do Ministério da Marinha em ocupar a ilha e conseqüentemente expulsar os posseiros, moradores com títulos e proprietários com casas de veraneio. Bastante cauteloso em suas afirmações, o tenente disse que há menos de

um mês recebeu um telegrama do Ministério da Marinha mostrando interesse pela Ilha do Cardoso.

Não se sabia ao certo o uso pretendido, se era para usina de urânio ou campo de tiro (VALLE, 1979 apud CARVALHO; SCHIMITT, 2012, p. 29). Sr. Ezequiel de Oliveira (2013), morador da comunidade do Marujá e falecido em 2017, que atuou ativamente no Conselho do PEIC e na elaboração do Plano de Manejo, contou que uma parte dos comunitários se aliou ao Governo de Estado, para conseguir frear a especulação imobiliária e que mobilizaram quase cem por cento dos moradores em assembleia, para tratar do evento da Usina Nuclear. Em 1982, conta que houve uma tentativa da União de tomar o território do Estado e que ajudaram a defender o Estado. Preferindo esse (o Estado), à especulação imobiliária, que estava acontecendo em todo litoral paulista. Afirmou que houveram dois momentos em que representantes das comunidades tradicionais se unem para a manutenção do PEIC, para conter a especulação imobiliária e em função do interesse da União de tomar a ilha para si. Trazendo elementos para trazer complexidade à histórica relação de conflitos socioambientais entre populações tradicionais e unidades de conservação, a partir da tentativa de tomada destes territórios por terceiros.

A somatória entre um Conselho Consultivo atuante, desde 1998, com representantes de moradores das comunidades tradicionais no Conselho e um plano de manejo do PEIC, que teve sua última versão escrita em 2002, tem resultados para a questão do turismo de segunda residência. “A maioria das 28 casas de veranistas já foram demolidas por ordem judicial” (CARVALHO; SCHMITT, 2012, p. 213).

A partir da década de noventa, surge uma nova linha de projetos de desenvolvimento, àqueles que buscam a preservação do meio ambiente e que foram propostos pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA), para um grupo de unidades de conservação que incluem o Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Nesta linha, podem ser citados dois projetos que tem tais características, o Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA) e o Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo da Mata Atlântica.

Segundo São Paulo (1998, p. 02-03), o PPMA contou com apoio da cooperação financeira Alemanha-Brasil, através do banco alemão *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW) e do Governo do Estado de São Paulo, com ações: a) melhorar licenciamento e controle ambiental florestal no Vale do Ribeira e Litoral Paulista; b)

consolidar unidades de conservação, com métodos de planejamento e gestão²². Além disso, a proposta do Plano de Gestão Ambiental – fase 1, proposto para o PEIC, estaria de acordo com os planos de gestão ambiental do projeto, pelo aspecto participativo, já que congregaria diferentes atores sociais. Para São Paulo (2002), a cooperação financeira entre os dois países ocorreu entre os anos de 1995 e 2002. Já Assembleia Legislativa de São Paulo - ALESP (2011), descreve que com recursos do KfW, foram comprados para o PEIC: equipamentos de energia solar, barcos, rádios comunicadores, informática, reformas dos edifícios abandonados e capacitação de pessoal (melhor atendimento ao visitante e pesquisadores), ações de apoio ao ecoturismo, fiscalização e manejo.

Sobre o Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo²³, que ocorreu entre 2006 e 2013, a partir de cooperação entre Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Estado de São Paulo. Seu foco foi promover o ecoturismo, que permite compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico e a proteção de recursos e serviços ecossistêmicos da região da Mata Atlântica, que seria estratégia do BID no Brasil. A cooperação teve como objetivo: a) promover o crescimento sustentável; b) reduzir a pobreza; c) apoiar o fortalecimento institucional. O projeto, por sua vez, objetivou organizar as UCs como produtos turísticos para um mercado diversificado, visando consolidar a vocação do turismo sustentável na área de influência em que estavam atuando, para isso, tiveram como objetivos estratégicos: a) melhorar equipamentos turísticos; b) consolidar produtos turístico na área de influência; c) fortalecer a capacidade de gestão do ecoturismo nas instituições públicas (SMA, FF, UCs). Dos R\$ 24.537.245,00 referentes ao primeiro componente de revitalização e construção da infraestrutura turística, o PEIC gastou ao menos, R\$ 7.923.341,00 na revitalização do Núcleo Perequê, quase um terço do valor. As melhorias incluíram: reformas do alojamento, administração, restaurante, museu, auditório, sanitários, centro de visitantes e novas construções. Além de ações ofertadas para as UCs que compuseram o projeto, como:

²² Participaram deste projeto as Unidades de Conservação: ESEC dos Chauás, ESEC do Bananal, PE do Pariquera Abaixo, PE da Ilha do Cardoso, PE de Ilhabela e Núcleos Cubatão, Caraguatatuba, Picinguaba e Santa Virgínia do PE da Serra do Mar (SÃO PAULO, 1998, p. 02).

²³ Participaram deste projeto as seguintes UCs: PE Carlos Botelho (PECB), PE Intervalos (PEI), PE Turístico do Alto Ribeira (PETAR), PE Caverna do Diabo (PECD), PE Ilha do Cardoso (PEIC) e PE Ilhabela (PEIB) (SÃO PAULO; SMA, 2013, p. 12).

como plano de contingência, equipamentos, nova identidade visual, sinalização, centro de visitantes com exposições temáticas, assistência técnica e treinamento, qualificação de micro e pequenas empresas de turismo, qualificação de gestores municipais, plano de marketing turístico, material promocional, estudo de formulação da política de ecoturismo, atos normativos de uso público, assistentes técnicos para a gestão da visitação pública e capacitação de gestores para normas de turismo de aventura (SÃO PAULO; SMA, 2013).

Fundação Florestal (2010), noticia a inauguração do Centro de Convivência e mirante do PEIC no dia 28 de dezembro de 2010, além de descrever a finalização de outros equipamentos (trilha suspensa, energia solar, construção de um Centro de Visitantes no Marujá). Escobar, Girardi e Deiro (2013), anunciariam a situação de abandono das UCs de São Paulo, expondo o telhado caído de alojamentos, placas solares enferrujadas, passarelas parcialmente interditadas, museu vazio, pilhas de entulho, embarcações quebradas do PEIC. Comparados aos orçamentos que a SMA teria no período e projetos de desenvolvimento em andamento.

Becker (2001), alertou sobre o redirecionamento de projetos desenvolvimentistas, pós Constituição Federal de 1988, para a conservação ambiental. Também em relação a formação de opinião, existe pressão por parte das organizações da sociedade civil para a conservação. Portanto, as zonas costeiras, apresentariam estes dois “padrões de desenvolvimento”.

Portanto ao mesmo tempo que o Parque consegue conter a especulação imobiliária, ele se mostrará como desarticulador de modos de vida (fundamentalmente pelas restrições às roças e extrativismo) num processo histórico que acaba diminuindo drasticamente o número de habitantes, sítios e comunidades da Ilha do Cardoso nas primeiras décadas. Num segundo momento, a UC será apoiada por projetos de desenvolvimento de cunho conservacionista, que levarão ao aumento da participação em esferas de gestão, mas desalinhadas com as necessidades discutidas em espaços participativos, num segundo momento, com investimentos no Núcleo Perequê, que desde sua implementação através do CERPANIC, já se demonstram não participativos e excludentes.

4.5 A ILHA DO CARDOSO NA ATUALIDADE E SEU ENTORNO

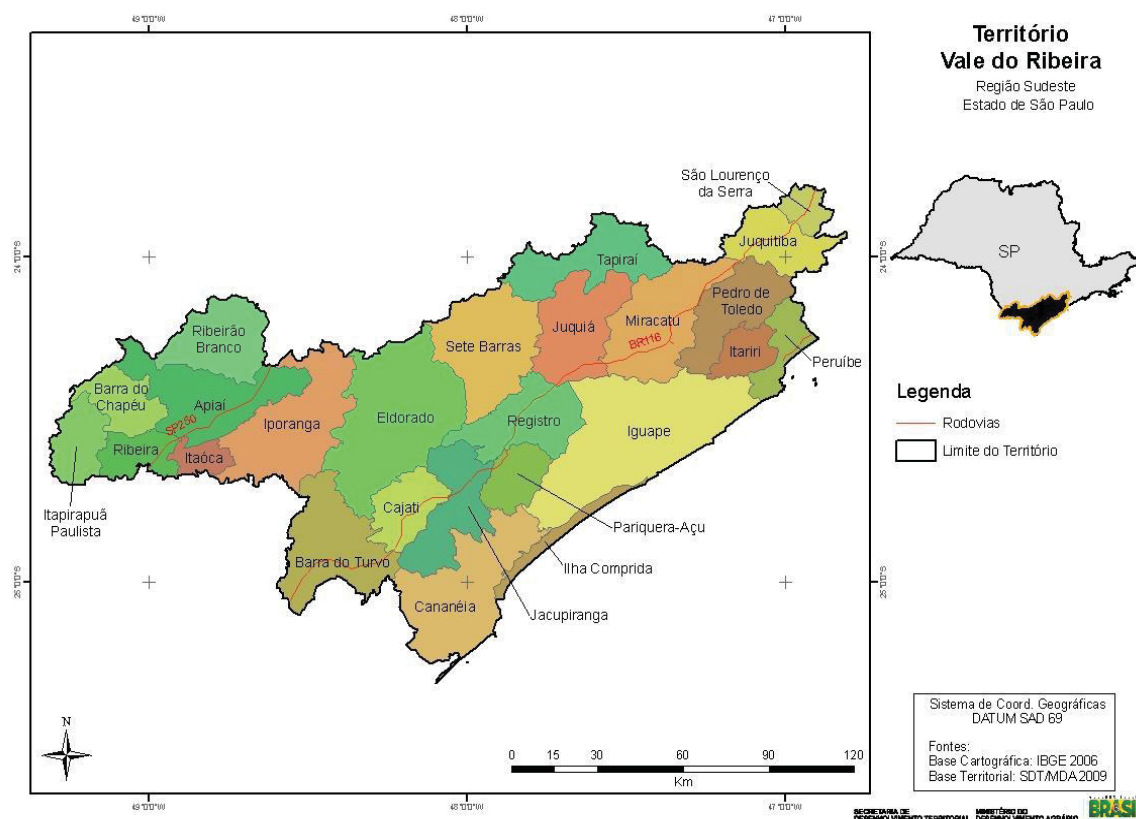
A Ilha do Cardoso (FIGURA 12) tem uma área total de 151 km² e está dividida em compartimentos distintos, uma área de relevo montanhoso e outra de planícies costeiras, onde está a restinga do Ararapira. E que depois de agosto de 2018, encontra-se subdividida em duas partes, após a abertura de uma nova barra. O que resta da antiga vila da Enseada da Baleia e a Nova Enseada, estão situadas na parte norte desta restinga. Atualmente, estão presentes na Ilha do Cardoso, além da Enseada da Baleia e a Nova Enseada, seis comunidades tradicionais caiçaras (Itacuruçá/Pererinha, Marujá, Vila Rápida, Pontal de Leste, Foles e Cambriú), bem como sítios isolados e uma comunidade indígena Guarani M'Bya, chamada Pakurity, que se estabeleceu na Ilha em 1992. No ano de 2012, cadastrou-se "a presença de 389 moradores tradicionais, em 140 unidades habitacionais" (CARVALHO; SCHMITT, 2012, p. 02), menos do que os que habitavam antes da decretação da UC.

O acesso principal à Ilha do Cardoso, se dá pelo município de Cananéia/SP, através da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), seguidas de SP-222, na saída no km 466, através do município de Pariquera-Açu. Distante aproximadamente 270 km do município de São Paulo/SP e 250 km do município de Curitiba/PR, localizada, portanto, em um importante eixo econômico do país. Segundo o site da empresa Arteris S/A, responsável pela gestão desta rodovia que dá acesso as capitais paulista e paranaense, a Rodovia Régis Bittencourt "faz parte do principal corredor rodoviário de interligação dos mais importantes polos econômicos das regiões Sudeste e Sul do Brasil e destas com os principais países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)".

É nesse trecho que está localizada a região do Vale do Ribeira, que tem 25 municípios no lado paulista (Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí), segundo dados dos territórios da cidadania do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2009). E sete municípios no lado paranaense (Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná), conforme dados da I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira, realizada pelo Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC), responsável pela elaboração da Agenda 21 do Vale do Ribeira, através do (FIGURA 11). Considerando-se que eles diferem um pouco da apresentação da região por ISA (2013), que tem três municípios a mais do lado

paulista e dois a menos do lado paranaense, que indica uma área total de 2.830.666 hectares, incluindo os dois estados, como a extensão da área da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e aproximadamente 411.500 habitantes, sendo mais de 50% nas áreas rurais (ISA, 2013, p. 11).

FIGURA 11 - REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO



FONTE: MDA (2009).

A Região do Vale do Ribeira abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Tem uma grande diversidade cultural, uma vez que nela estão presentes aproximadamente 100 comunidades tradicionais (DEPOENTE 1), entre as quais, indígenas, quilombolas, caiçaras e caboclos, somados a imigrantes de vários países, como suíços, franceses, alemães, italianos, norte-americanos e japoneses (DIEGUES, 2007), em meio a um local de rica biodiversidade, já que tem em si o maior contínuo de Mata Atlântica, ainda restante. Estas características possibilitaram que a região fosse reconhecida, em 1999, como Patrimônio Natural da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), em que mais de 50% de sua área

se tornasse protegida através de UCs “de proteção integral e uso sustentável, criadas ao longo do século XX” (ISA, 2013).

FIGURA 12 – LOCALIZAÇÃO DO PEIC EM RELAÇÃO À AMÉRICA DO SUL



Fonte: Cheliz (2015).

Além disso, existem outros reconhecimentos atribuídos à área de estudo, como a da Zona Núcleo da Reserva da Biosfera, através da UNESCO, em 1991 (SÃO PAULO, 2002, p. 07); de parte integrante do Mosaico do Lagamar com suas 52 unidades de conservação dos estados de São Paulo e Paraná, desde 2006²⁴

²⁴ O Mosaico do Lagamar, foi reconhecido através da portaria MMA n ° 150, de 08 de maio de 2006. Integram o Mosaico 52 UCs, de gestão federal e estadual, sendo elas no Estado do Paraná: 1. AEIT do Marumbi, 2. APA Fed. Guaraqueçaba, 3. APA Est. de Guaratuba, 4. ESEC da Ilha do Mel, 5. ESEC de Guaraqueçaba, 6. ESEC Guaraguaçu, 7. PE do Bogaçu, 8. PE da Ilha do Mel, 9. PE Graciosa, 10. FLOTA do Palmito, 11. PE do Pau Oco, 12. PE Pico do Marumbi, 13. PE Pico do Paraná, 14. PF do Rio da Onça, 15. PE Roberto Ribas Lange, 16. PE Serra Baitaca, 17. PN Marinho da Ilha dos Currais, 18. PN de Superagui, 19. PN Saint-Hilaire/Lange, 20. Pq. Natural Mun. da Lagoa do Parado, 21. REBIO Bom Jesus, 22. RPPN Águas Belas, 23. RPPN Reserva Natural Morro da Mina, 24. RPPN Reserva Natural Rio Cachoeira, 25. RPPN Reserva Natural Salto Morato / Fazenda Figueira, 26. RPPN Quedas do Sebuí, 27. RPPN Reserva Natural Serra Itaquí, 28. RPPN Reserva Natural Serra Itaquí I, 29. RPPN Vô Borges. E no Estado São Paulo: 1. APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, 2. APA Ilha Comprida, 3. APA Marinha do Litoral Sul, 4. ARIE Guará, 5. ARIE Ilha do Ameixal, 6. ESEC Banhados de Iguape, 7. EE Chauás, 8. ESEC Juréia-Itatins, 9. ESEC Tupiniquins, 10. PE Campina do Encantando, 11. PE Ilha do Cardoso, 12. PE Lagamar de Cananéia, 13. RDS Itapanhapima, 14. RESEX do Tumba, 15. RESEX Taquari, 16. RESEX do Mandira, 17. RPPN Serra dos Itatins (MMA, 2006).

(ICMBIO, 2006); e de Sítio Ramsar²⁵ sobre a Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruibe (ICMBIO, 2017), a partir de 2017, título que não abrange o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, mas uma UC federal que cobre parte dos municípios mencionados, bem como, todo o Canal do Ararapira, do qual as comunidades do esporão arenoso da Ilha do Cardoso, dependem para seu transporte, pesca e reprodução do modo de vida.

Localmente, para dar conta da complexidade posta neste território, foi formado o Comitê de Apoio a Gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, no ano de 1998, antes mesmo da proposta de conselho consultivo para Unidades de Conservação de proteção integral do SNUC (BRASIL, 2000). Portanto, anos mais tarde, este Comitê é transformado em Conselho Consultivo e segue atuante até hoje.

Atualmente, a gestão da unidade de conservação segue sendo apoiada por um Conselho Consultivo, que tem 14 representantes, com a paridade entre poder público e sociedade civil organizada. Tem-se atualmente como representantes do poder público: Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF), Instituto Florestal, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Prefeitura Municipal de Cananéia (PMEC), Polícia Militar Ambiental, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente²⁶ (CPLA/SMA). E, como representantes da sociedade civil organizada: a Associação de Moradores do Marujá (AMOMAR), Associação de Moradores do Itacuruçá Pererinha (AMOIP), Associação de Moradores da Enxada da Baleia (AMEB), Associação de Escunas de Cananéia, Associação de Monitores Ambientais de Cananéia (AMOAMCA), Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (ANEPE), Instituto de Pesquisas Cananéia (IPeC),

²⁵ Os Sítios Ramsar são resultado e forma de determinar áreas que concordam com a Convenção de Ramsar, ocorrida em 1971, na cidade iraniana que tem o mesmo nome, e que fora incorporada ao arcabouço legal no Brasil, em 1996, através do Decreto nº 1.905/96. "A Convenção é um tratado intergovernamental criado inicialmente no intuito de proteger os habitats aquáticos importantes para a conservação de aves migratórias, por isso foi denominada de "Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat para Aves Aquáticas". Entretanto, ao longo do tempo, ampliou sua preocupação com as demais áreas úmidas de modo a promover sua conservação e uso sustentável, bem como o bem-estar das populações humanas que delas dependem" (MMA, s.d.).

²⁶ A Secretaria de Meio Ambiente (SMA) do Governo do Estado de São Paulo, foi substituída pela Secretaria de Infraestrutura e Meio (SIMA) no ano de 2019. Congregando as subsecretarias de Infraestrutura (áreas de recursos hídricos, resíduos sólidos, saneamento, energia e mineração) e de Meio Ambiente (coordenação Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA), segundo a página virtual da SIMA (2019).

Instituto Oceanográfico (IO-USP) que compartilha a representação com a Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Registro.

Percebe-se, portanto que dos seis agrupamentos de comunidades caiçaras presentes na Ilha do Cardoso (Itacuruçá/Pererinha, Foles/Cambriu, Marujá, Vila Rápida, Enseada da Baleia/Nova Enseada e Pontal de Leste) atualmente, apenas três se mantêm parte do Conselho Consultivo, as mesmas que mantêm associações de bairro ativas. E, não há nenhuma instituição que represente ou atue com a comunidade Guarani M'Bya.

5 A ANTIGA VILA DA ENSEADA DA BALEIA: DO INÍCIO DE SUAS MEMÓRIAS ATÉ A REALOCAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA A NOVA ENSEADA

Este capítulo contém uma parte dos principais resultados da pesquisa. Está dividido em quatro subitens: em que aborda a comunidade da Enseada da Baleia e seu histórico, as questões socioprodutivas das mulheres e de como elas se organizam com a economia solidária, o processo erosivo e os principais aspectos físicos que dificultaram a permanência na Enseada da Baleia, e por fim, a realocação das famílias para a Nova Enseada.

5.1 A COMUNIDADE CAIÇARA DA ENSEADA DA BALEIA E AS ATIVIDADES SOCIOPRODUTIVAS

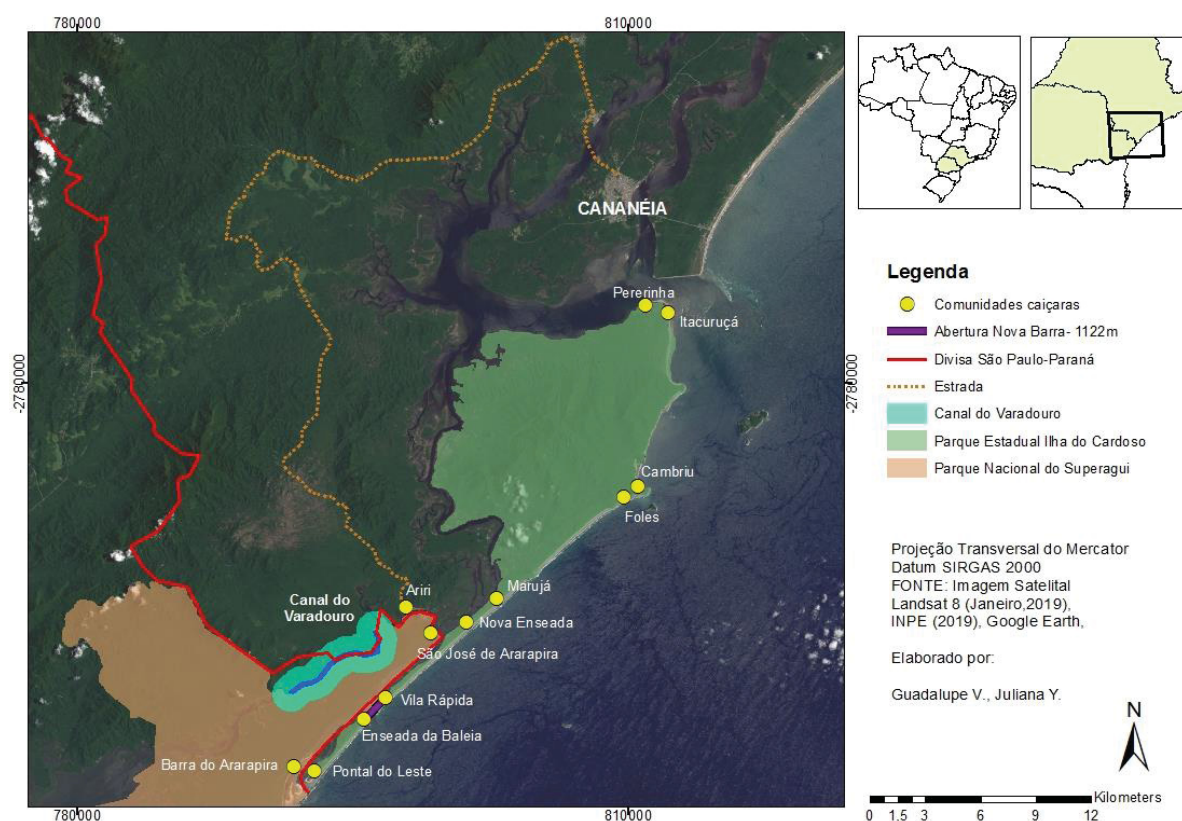
A antiga vila da Enseada da Baleia, já não existe mais como lugar habitado. Desde 2017, as famílias que ali moravam se mudaram para um novo local na Ilha do Cardoso, a Nova Enseada. Em função do processo erosivo que se estabeleceu em agosto de 2018, com a abertura de uma nova barra, a própria antiga vila vem desaparecendo. Sendo assim, este subitem está organizado de forma a descrever o que existia na mesma comunidade quando esta estava em um outro lugar, como funcionava e quais os vetores de pressão se estabeleceram ao longo desta história.

5.1.1 A antiga vila da Enseada da Baleia e seu histórico e atividades socioprodutivas

A Enseada da Baleia tem mais de 170 anos de existência e segundo seus moradores, sua formação se deve ao interesse na pesca e no pescado, que ocorre historicamente na restinga do Ararapira, na Ilha do Cardoso. Dados similares em tempo, foram encontrados em NUPAUB (2016, p. 65), que descreve que “a imagem de São Sebastião tem 170 anos”, padroeiro da comunidade, celebrado no dia 25 de janeiro. A história da ocupação remonta ao uso que se fazia deste território por pescadores que vinham em busca da pesca, para Almeida (2005, p. 69), “na restinga ou pontal, existem vários pequenos sítios conhecidos somente pelo nome dos moradores [...] são pequeninas propriedades de pescadores, sendo as terras arenosas [...] prestando-se para pastagem ou então para pequenas culturas”.

Sobre o nome da comunidade “Enseada da Baleia”, o Entrevistado 01, explica que o nome se deve ao formato da costa e uma ocorrência constante grandes cetáceos, “por conta da curva que encostava baleia”. O que restou da vila está localizado na Ilha do Cardoso, no estreito a sudoeste da Ilha, na Restinga do Ararapira (ANGULO; SOUZA; MULLER, 2009; NUPAUB, 2016), também chamada de Restinga do Marujá (SÃO PAULO, 2002). Um esporão arenoso de 18 km de comprimento que abriga outras comunidades tradicionais caiçaras, entre elas, a comunidade do Marujá, Vila Rápida, Pontal de Leste e Nova Enseada (para onde esta comunidade foi realocada), conforme a FIGURA 13, que se rompeu em 2018.

FIGURA 13 – MAPA DA ÁREA DE ESTUDO



FONTE: Produzido por Vazquez e a autora (2019).

LEGENDA: Este é o mapa mais importante do trabalho, nele fica evidente a localização de comunidades caiçaras na Ilha do Cardoso, além daquelas que se tem influência na Ilha do Superagui e área continental de Cananéia (Ariri). O acesso por embarcação, se dá principalmente a partir de Cananéia e Ariri. O Canal do Varadouro, que aparecera em alguns documentos e relatos, coincide com a área em azul claro, que também corresponde à área que tornou a Ilha do Superagui em uma ilha artificial. A área onde houve a abertura da barra, está em roxo, e corresponde a medição de novembro de 2019, já que a paisagem segue em processo de transformação.

As famílias que ali residiam, cerca de onze núcleos familiares, tinham suas moradias em frente ao Canal do Ararapira (FIGURA 14), canal este que também

representava o acesso para a localidade, que só é possível através de embarcação. Sendo que seus acessos, se dão, principalmente, pelo centro de Cananéia-SP ou partindo do bairro do Ariri (FIGURA 13), que está localizado na área continental do município, há 67 quilômetros do centro de Cananéia-SP (GOOGLE MAPS, 2018) e que tem acesso por estrada de terra (em boa parte do trecho). Embarcações lentas faziam este trajeto a partir de Cananéia-SP em quatro horas, enquanto embarcações rápidas, conhecidas localmente por “voadeiras”, faziam o mesmo trajeto em uma hora e meia de viagem.

FIGURA 14 – COMUNIDADE DA ENSEADA DA BALEIA



FONTE: Agávea Marketing e Comunicação (2016).

LEGENDA: Foto aérea da antiga vila da Enseada da Baleia, a partir do Canal do Ararapira, para onde estão viradas as moradias e comércios. Ao fundo está o Oceano Atlântico. A parte baixa, corresponde a contenção da erosão feita ao longo das décadas pelo Sr. Malaquias.

O acesso destas famílias é facilitado pela embarcação Valongo (FIGURA 15), gerida pela DERSA²⁷, que realiza o trecho Cananéia-Ariri (com passagem pela comunidade), e que passava na Enseada da Baleia nas quintas-feiras pela manhã e com o trecho Ariri-Cananéia (com passagem pela comunidade). E retornava nas terças-feiras pela manhã. Isso porque com a abertura da barra, que será tratada no item 5.3, este trecho não está mais sendo realizado o trajeto, Vila Rápida-Pontal de

²⁷ A DERSA, é parte do Governo do Estado de São Paulo e oferece transporte público três vezes por semana, no trecho que vai de Cananéia-Ariri e Ariri-Cananéia. Este percurso de 37.600 metros, que leva de três a cinco horas e meia, dependendo do trajeto que no site aponta como parte as comunidades do Pontal de Leste e Marujá (DERSA, 2018).

Leste (depois da nova barra), em função da periculosidade que o trecho da nova barra apresenta, segundo funcionários responsáveis por este transporte. Em relação ao ensino, como não há mais escola na comunidade, para chegarem até a Escola Municipal Professora Antonia de Jesus Juliani, que oferece o ensino fundamental I, ou para a Escola Estadual Professor Pericles Eugenio da Silva Ramos, que oferece ensino fundamental II e ensino médio e que estão localizadas na comunidade do Ariri²⁸, existe um transporte escolar que faz o trajeto durante os dias úteis da semana, gerido pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Cananéia. Também os transportes escolares sofreram alterações nos trajetos com a abertura da nova barra.

FIGURA 15 - EMBARCAÇÃO VALONGO, TRANSPORTE PÚBLICO NO TRECHO CANANÉIA – ARIRI / ARIRI - CANANÉIA



FONTE: A autora (2018).

Na comunidade, além das residências, existiam espaços coletivos comunitários, entre eles: um Centro Comunitário, uma Capela de São Sebastião, Casa do Peixe Seco, campo de futebol, píers ou trapiches comunitários e caminhos. Além de alguns espaços de produção, entre eles: Loja de Artesanato, Rancho da Canoa, Bar, Restaurante, casa de limpeza do peixe, espaço de secagem do peixe, barracão de secagem, barracão da canoa e espaço de aquicultura, totalizando 30 na lista de

²⁸ Segundo o Censo Escolar de 2017, a Escola Estadual Professor Pericles Eugenio da Silva Ramos, tinha 46 alunos no Ensino Fundamental II e 47 alunos no Ensino Médio, totalizando 93 alunos (MELHOR ESCOLA, 2017), que além da Enseada da Baleia, ainda oferecem ensino público para as comunidades de Marujá, Vila Rápida e Pontal de Leste (na Ilha do Cardoso, Cananéia/SP) e para a Barra do Ararapira (na Ilha do Superagui, Guaraqueçaba/PR).

edificações e espaços (NUPAUB, 2016, p. 68). O lixo seco era retirado uma vez por semana por funcionário da prefeitura que reside na comunidade, o orgânico era enterrado pelos próprios moradores em seus quintais e arredores. A energia foi conquistada através do Programa Luz para Todos, que implantou 97 sistemas fotovoltaicos nas comunidades de Marujá, Vila Rápida, Enseada da Baleia e Pontal de Leste, entre dezembro de 2014 e maio de 2015 (BASCHIERA, 2016, p. 49). A água tinha sido canalizada a partir do Paraná, através de projeto de abastecimento da Prefeitura Municipal de Cananéia, construída em regime de mutirão em 2002 e abastecia também as comunidades de Vila Rápida e Pontal de Leste. Antes disso, o abastecimento era realizado através de poços artesianos (CARDOSO, 2004, p. 20).

Entre os membros da Enseada a memória do seu histórico remonta a formação a partir da família de qual todos os moradores descendem do casal Antonio Valeriano Martins e Ernestina Malaquias Martins, pais adotivos de Antonio Cardoso (Sr. Malaquias) e Erci Antonia Malaquias (Dona Erci), órfãos de diferentes famílias da Ilha do Superagui e residentes da Comunidade da Enseada da Baleia, desde a década de 1940, ele veio aos dez anos e ela mudou-se com um ano e seis meses de idade. Estes se tornaram pais de sete irmãos, sendo que dois são adotivos.

Além de João Agostinho de Ramos e Leocádia Maria de Jesus, residentes da Vila Rápida desde 1920 e pais de doze filhos, dos quais dois filhos são ancestrais dos atuais moradores da Vila Rápida (CARVALHO; SCHIMITT, 2012, p. 100) e de algumas pessoas que se casaram na Enseada. Quando questionados sobre a divisão entre Enseada da Baleia e Vila Rápida, fala-se há mais de quarenta anos “há Vila Rápida se soltou da Enseada” (ENTREVISTADO 01). Isso porque existem documentos que nomeiam a Vila Rápida, como Enseada da Baleia (norte), como é o caso do Plano de Manejo do PEIC. Ou seja, como parte da Enseada da Baleia, o que não procede nas localidades.

A partir de entrevista de Sr. Malaquias, em 2001, para Nordi, Cardoso e Barbosa (2005, p. 350) ele conta que a pesca ocorria do lado da Ilha do Cardoso e as roças ficavam do outro lado do Canal quando estas atividades estavam permitidas (já no estado do Paraná, em áreas que correspondem hoje a Ilha de Superagui, que é parque nacional, atualmente). Ele aprendeu a pescar com os avós, ainda criança, e que antigamente tinha mais ranchos de pesca. Conta que na época da tainha, entre os meses de maio e junho, mais pessoas se descolavam para as proximidades da costa e rio adentro (Ilha do Cardoso). Em entrevista para Arakaki (2011, p. 7), o

mesmo Sr. Malaquias, lembra da fatura de pescado que se tinha na época em que o pai veio para esta região “se pescava bastante peixe, cerca de 200, 300, 400, 500 quilos em uma noite. Meu pai veio para isso [...]”. Uma fábrica de peixe foi montada entre Valeriano e três japoneses de Registro/SP, para o processamento de sardinha e manjuba (iriko) faliu, antes mesmo que os atuais descendentes tenham trabalhado com ela.

Segundo o Entrevistado 01²⁹, a fábrica tinha sido construída para pescar a sardinha, que entrava no Canal do Ararapira (atualmente este recurso já não é mais encontrado nesta localidade), que era para a exportação. Acredita que ela começou a funcionar há uns 90 anos atrás e que foi a falta da sardinha que fez a fábrica falir (ENTREVISTADO 01).

Sobre a fábrica ou estufa de secagem do peixe, alguns dos moradores lembram de como funcionou o que sobrou de sua estrutura, a cobertura e duas paredes, segundo o Entrevistado 01, já que ela não funcionava mais quando eles eram crianças, com 10 ou 12 anos, quando começou a trabalhar no espaço. Com o fechamento da fábrica, se inicia uma nova etapa para as atividades, a do peixe seco, em que se realizava a escalagem do peixe e a sua secagem no sol (ENTREVISTADO 01). A Entrevistada 05³⁰ diz que elas trabalhavam com a “limpeza” e com a secagem do peixe, que começaram cedo, mas que a empresa não era deles. O Entrevistado 05³¹ complementa dizendo que trabalhavam por hora, e que recebiam em mercadoria a cada três ou quatro meses, e que dinheiro nem viam. A fábrica era de um japonês, localmente um parente da família adotiva era encarregado pelos trabalhos. Conta que seu trabalho era encaixotar o peixe, em caixas de 20 quilos. Que era levado para Paranaguá/PR, Iguape/SP e Registro/SP. Numa época que tinha muito pescado, mas o transporte dependia do remo, portanto o processo de escoamento se dava duas vezes ao mês e exigia o beneficiamento dos mesmos (ENTREVISTADO 05).

Naquela época tinha muito peixe, muito mesmo. A gente trabalhava aí fora, porque naquela época era tudo na canoa a remo. Não era de motor de nada, era tudo a remo. Então, os peixes, ali a pescada, o cação, a corvina, tudo

²⁹ Dado retirado de palestra dada na Nova Enseada, durante a inauguração da estufa de secagem e defumação de pescado, em palestra ocorrida no dia 08 de dezembro de 2018.

³⁰ Dado retirado de palestra dada na Nova Enseada, durante a inauguração da estufa de secagem e defumação de pescado, em palestra ocorrida no dia 08 de dezembro de 2018.

³¹ Dado retirado de palestra dada na Nova Enseada, durante a inauguração da estufa de secagem e defumação de pescado, em palestra ocorrida no dia 08 de dezembro de 2018.

quanto era tipo de peixe era salgado. Não vendia nenhum fresco. [...] de quinze em quinze dias ele transportava para Registro. Era na faixa de 500, 700, 1.000 quilos de peixe seco. [...] Trabalhei vários anos lá. E as mulheradas salgavam os peixes, né. E nós pescava. E as mulheradas trabalhava escalava os peixes, como a gente chama né. Que é escalado, salgado, depois põe no tanque e fica uns três ou quatro dias no tanque, na salmora ali, ali é colocado sol para secar o peixe. No começo era secado na fábrica, lá tinha um motor grande que era de cata-vento também e secava os peixes ali. Depois começou a dar problema no motor e ficou tudo parado. Aí continuou a mesma coisa, salgar o peixe e secar no sol e não no motor. (ENTREVISTADO 05)

Este relato, de como se dava o trabalho e a fatura de pescado, rememora o período em que trabalharam para um irmão de Sr. Malaquias que empregava a família com para o beneficiamento do pescado, e que é posterior ao trabalho realizado na fábrica. Nesta fase, a principal queixa é que a remuneração era muito pequena e se dava através de alguns alimentos apenas (ENTREVISTADAS 01 e 05), trabalho que fora descrito como “escravo” entre aqueles que atuaram. Segundo a Entrevistada 05, isso gerava muita necessidade entre as famílias que dependiam da atividade. Tinha uma equipe de pessoas que trabalhavam para ele, quatro ou cinco homens com duas redes de parati, pescavam para vender na mercearia que era deste parente (ENTREVISTADA 05). Para o Entrevistado 01, havia um esforço muito grande da família para sustentar este grupo, que já tinha filhos na cidade. E por isso, houve uma pressão para haver uma separação das famílias. “Aí Sr. Malaquias³², eu era pequeno, doze anos, aí [...] conseguiu comprar uma rede própria e aí conseguiu já produzir o peixe seco. Mesmo assim éramos subordinados a ele” (ENTREVISTADO 01)³³. Já que a comercialização do produto se dava através deste parente, encarregado local das atividades.

Na fase posterior, em que Sr. Malaquias estava à frente do negócio. Homens e mulheres trabalhavam com ele, mas além disso, ele comprava dos pescadores da região de forma a não deixar ninguém na mão. Os peixes que eram beneficiados eram diversificados e a forma de comercializar também incluiu outras artes de pesca e outros recursos presentes no território. Além disso, fala-se do cuidado que o negociante tinha, com os pescadores que vendiam a ele, não deixando que eles vendessem mesmo que o peixe não fosse de boa qualidade.

³² O grau de parentesco foi substituído para não identificar o membro da comunidade.

³³ Dado retirado de palestra dada na Nova Enseada, durante a inauguração da estufa de secagem e defumação de pescado, em palestra ocorrida no dia 08 de dezembro de 2018.

Sr. Malaquias sempre fazia com que as pessoas que estavam no entorno dele, nunca passassem necessidade. Ele dominava todo este grupo. Ele ficava na mercearia, ele comprava e vendia. Nunca ninguém voltou para casa sem vender o peixe para ele, mesmo que não estivesse bom. *'Hoje seu peixe não está bom, mas você vai levar a mercadoria no valor do peixe. Amanhã você traga um peixe melhor para mim. Esse peixe seu eu não vou aproveitar, porque deixou muito no sol, faltou gelo e seu peixe está podre. Mas você não vai voltar sem a comida para seus filhos'*. Ninguém voltava desagrado de lá (ENTREVISTADO 01).

As memórias das famílias demonstram que o processo de produção e de comercialização do pescado, vai se humanizando com o passar do tempo. Eles saem de uma situação em que passavam por necessidades e que trabalhavam em troca de alimentos e não reproduzem esta forma de trabalho, a partir da gestão do negócio por Sr. Malaquias, numa segunda fase de atividades comerciais, em relação àquela que eles vivenciaram. Já que existe uma fase anterior ainda, a qual não se tem memórias, que é o caso da fábrica funcionando como tal.

Entre as alternativas encontradas para a pesca neste período, Sr. Malaquias fala dos cercos-fixos que fazia há trinta e cinco anos, que havia aprendido a montar com o irmão, a técnica tinha vindo de um mestre cerqueiro do Andrade. Contou que muitas pessoas faziam cerco antigamente, mas nem todos os pontos são bons para este tipo de pesca. Ele também lembrava de ir para Iguape, para trocar seus produtos por mercadorias, de canoa a remo (percurso que levava três dias para ir e voltar), dinheiro não viam. Disse que a mercadoria deles não tinha valor. Com o passar do tempo, os irmãos deixaram a Enseada para ir morar em outras cidades, como Iguape/SP ou Cananéia/SP. (NORDI; CARDOSO; BARBOSA, 2005, p. 352-353). Sr. Malaquias montou uma mercearia e um salão para servir refeições e Dona Erci, conta em entrevista dada no ano de 2016³⁴, como funcionava este espaço:

A gente trabalhava junto, depois teve o bar aqui que ele trabalhou. Ele já ficou mais de idade, aí já não podia mais, então ele montou o bar porque já não podia mais trabalhar nele, já que não podia trabalhar de pesca, né, os filhos que trabalhavam. E aqui, tinha bastante gente, vinham vender o peixe e compravam mercadoria da venda. Ele levava o dia inteiro aqui, tinha bastante gente, do Pontal que vinham, dali da Vila Rápida, de toda parte vinham. Era

³⁴ Dona Erci Malaquias, deixou entrevista gravada em maio de 2016, para a Agávea Marketing e Arte, para a produção de um documentário, atualmente, este material compõe um arquivo da própria da Enseada.

bem mais bonito, mas depois que passou o barco acabou³⁵, era muito mais bonito. O bar era cheio de coisa que ele enfeitava, esse bar era o dia inteiro tocando música, dançavam aqui no salão. Quanta gente que dançava aqui no sábado, vinham. (MALAQUIAS, 2016)

Segundo os Entrevistados 02 e 05, os cercos naquele período eram menores, de oito a dez braças³⁶. Os meninos, começavam na atividade cedo, com 10 anos de idade, segundo o Entrevistado 01. Com o passar do tempo eles foram aperfeiçoando a armadilha, que hoje costuma medir dez a doze braças (ENTREVISTADO 02).³⁷

Além da sardinha, começou-se a pescar o cação, de onde se extraía o fígado para a cocção e produção de um óleo e de dois tipos de algas, conhecidos por eles por “limo”, uma mais amarela e outra mais verde, que eram vendidas secas para japoneses e não eram usadas para consumo. Mais tarde, diversificaram as atividades com outros recursos do território, a manjuba, o iriko, o vôngole³⁸ e a samambaia (ENTREVISTADOS 01 e 05). Ou seja, demonstra-se que houve alteração de atividades exercidas ao longo do tempo, que variam pela disponibilidade de recursos no território, mas também pelo interesse comercial de consumidores por determinados produtos. Os vôngoles eram vendidos em sacos de 50 quilos, e com o tempo, foram alterados para sacos de 20 quilos, porque era pesado o transporte (ENTREVISTADO 05). A atividade comercial dele durou pouco tempo, entre três e quatro anos

³⁵ O acidente com a embarcação que se refere Dona Erci Malaquias, será apresentado no subitem 5.3.1.

³⁶ A medida de uma braça, equivale ao tamanho de uma pessoa com os braços abertos (ENTREVISTADO 02).

³⁷ Segundo Mendonça (2007, p. 78-79) o cerco-fixo é a principal das artes de pesca estuarino-lagunar, que se trata de uma armadilha fixa, confeccionada por bambus ou taquara-mirim (também se vê em tela de arame ou rede de nylon), arame e sustentada por mourões. Durabilidade de três a quatro meses, dependendo do intemperismo. A distância da “panagem” varia de acordo com a espécie alvejada e época do ano. No inverno, com o objetivo na pesca da tainha, as taquaras distam 5 cm um do outro. Nos meses quentes, para o robalo, carapeba e parati, distam 3 cm entre si. É composta pelas seguintes partes: espia, ganchos, porta, casa-de-peixe. O número de cercos varia ao longo do ano, sendo em agosto o maior número, com aproximados 100 cercos-fixos no município de Cananéia. Segundo o Entrevistado 01, não é mais possível depender dos cercos-fixos que era a principal atividade da comunidade, com a abertura da nova barra, o contexto local vem se transformando rapidamente, e as correntezas inviabilizam a pesca neste tipo de apetrecho.

³⁸ Segundo NUPAUB (2016, p. 43), os vôngoles (nome popular das almeijoas), junto com outros recursos como ostras, berbigões, sururus e caranguejos, são parte dos recursos que estão presentes entre recursos pesqueiros que são coletados e extraídos com as mãos, ou com o auxílio de pequenos instrumentos manuais. São destinados basicamente a alimentação.

(ENTREVISTADO 01). Mais recentemente, os vôngoles eram coletados apenas para alimentação³⁹, atualmente, eles não são mais encontrados na região.

A manjuba e o iriko, que são dois tamanhos do mesmo recurso (ENTREVISTADO 02). Segundo Mendonça (2007), seu principal apetrecho é a rede de “filó”, portanto com baixa seletividade e com aproximadamente 2 mm de abertura. As redes, para este tipo de pesca, costumam ter três metros de altura e larguras variadas. “A estratégia de cercar o cardume apenas a partir da visualização permite concentrar esforços de captura sobre as manjubas e diminuir a possibilidade de captura da fauna acompanhante, aumentando a seletividade da pesca”, além da separação de alevinos de outras espécies, quando a rede é puxada (MENDONÇA, 2007, p. 83). Para Cardoso (2004, p. 54), a pesca da manjuba é feita geralmente em duplas, que cooperam na captura e é determinada pela posse dos equipamentos de trabalho. Isso influencia na divisão do valor da venda, já que o dono do equipamento recebe a sua parte e mais o “quinhão”, ou seja, uma parte pelo equipamento de trabalho e o “camarada”, recebe uma parte. Na Enseada era praticada por quatro pescadores, e era secundária em relação a pesca em cerco-fixo. Já na Vila Rápida, é a atividade principal em relação a outros tipos de pesca. A autora, fala que havia discriminação desta atividade em relação a outras comunidades da Ilha do Cardoso, que não dependem da atividade por ela ser irregular na época. Mas a situação foi regularizada através da IN MMA nº 15 de 16 de junho de 2005, e a antiga vila da Enseada da Baleia está dentro da área permitida para esta captura (NUPAUB, 2016, p. 35), que vai da “área compreendida a 1.000 metros da barra do Ararapira (UTM – W 792.205, S 7.198.617) até 1.500 metros a norte da desembocadura do canal do Varadouro (UTM W 801.221, S &.207.021)” (MMA, 2005). Esta legislação foi determinante para a escolha do local da Nova Enseada (subcapítulo 6.2).

A Entrevistada 01, fala que as roças eram praticadas por sua família na Vila Rápida. Sendo que deste lado (na restinga do Ararapira, na Ilha do Cardoso), tinham apenas pequenas roças. As roças grandes ficavam do outro lado do Canal do Ararapira, no lado paranaense (na Ilha do Superagui, portanto). Tinha batata, abóbora, feijão e outros produtos (ENTREVISTADA 01). Os mutirões de meio dia de trabalho, eram chamados de sapo (ENTREVISTADO 05), existem variações para os nomes dos

³⁹ Durante o processo da pesquisa, com a abertura da nova barra, a área que era usada pela comunidade para tirar os vôngoles, foi modificada e não tem mais a presença deles. Esta diminuição do recurso foi noticiada em dezembro de 2018, três meses e meio após o fenômeno ocorrer.

tipos de mutirão praticados nas várias comunidades caiçaras. Na Ilha do Cardoso se fazia a farinha de mandioca no “tráfico de farinha”, que era levada para a venda no centro urbano de Cananéia/SP. Sempre que saiam para comercializar os produtos, o transporte se dava por canoa a remo e à vela, eram dias remando para Cananéia/SP ou Iguape/SP, não houve consenso sobre o tempo que se gastava nestes transportes.

Com este esforço todo para ir aos reconhecidos centros comerciais de hoje em dia (Cananéia/SP, Iguape/SP e Paranaguá/PR), a Vila de São José do Ararapira era aquela que neste período, anterior a implantação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, era o centro comercial⁴⁰. Segundo os Entrevistados 01, 02 e 05, lá tinha o comércio, posto de saúde, igreja, cadeia e cartório. “Eu casei lá”, fala o Entrevistado 05, ele mesmo fala que chegaram a vender alguns produtos por lá, como peixe e samambaias.

As roças acabaram próximo a década de 1970⁴¹, com as dificuldades impostas pela implantação do parque, a legislação ambiental e com a presença dos búfalos na Ilha do Superagui, que devastavam as roças de quem morava na restinga da Ilha do Cardoso e que fazia suas roças do lado paranaense. A samambaia deixou de ser explorada com a atuação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, a partir da década de 1980 (ENTREVISTADO 01). Pode ser que a fiscalização ambiental que ocorria neste período não estivesse atrelada a unidade de conservação.

Para a Entrevistada 03, as famílias pescavam e vendiam por conta (ou seja, cada um fazia a sua negociação), mas depois do falecimento de Sr. Malaquias em 2010, a venda de peixe ficou ainda mais difícil. Ele como proprietário das embarcações, era também o responsável pela manutenção e ao quem apoiava a aquisição de combustível. O peixe seco também não se produzia, pois era necessária uma articulação que era ele quem promovia. A pesca entrou em declínio, apenas para a sobrevivência e alimentação.

⁴⁰ Para NUPAUB (2016, p. 65), “antiga e próspera vila, Ararapira foi sendo pouco a pouco despovoada a partir da metade do século passado, até ficar totalmente abandonada pelos moradores. Apesar disso, a vila é mantida limpa e conservada como se estivesse e plena afluência. O Cemitério é do mesmo modo conservado e visitado por antigos moradores durante as celebrações de Finados. A Festa do padroeiro São José é ainda realizada em março atraindo moradores de diversas comunidades da região”.

⁴¹ A decretação do Parque Nacional de Superagui, aconteceu em 1989. A expansão na criação de bubalinos também ocorreu na década de 1980. O final das roças, descrito como algo que ocorreu na década de 1970, pode não estar relacionada com estas pressões, diretamente.

Pelo histórico é possível perceber que as atividades socioprodutivas vão se modificando com o passar do tempo, com a diminuição dos recursos disponíveis, alterações entre os interesses dos compradores, disponibilidade de apetrechos necessários para a atividade, e ainda, com pressões para a modificação das atividades, seja pela fiscalização que se impunha no território em função da legislação ambiental, seja pela implantação da unidade de conservação de proteção integral que restringe muitos dos manejos de recursos naturais terrestres principalmente, o que acaba influenciando também na pesca artesanal, já que alguns apetrechos de pesca dependem deste tipo de recursos naturais que tradicionalmente eram extraídos das matas do território que se tornou um complexo mosaico de unidades de conservação, como é o caso dos cercos-fixos, que dependem de taquaras e madeiras para mourões para a sua estruturação e das próprias canoas caiçaras.

Antes de saírem da antiga Enseada da Baleia, no ano de 2017, as principais atividades socioprodutivas estavam relacionadas a pesca artesanal (que sempre ocorreu), ao pequeno atendimento turismo de temporada (que ocorre desde a década de 1980) e as atividades promovidas pelo grupo de mulheres, que está mais detalhado no subcapítulo 5.2, que teve início em 2010.

Em relação a pesca artesanal, para NUPAUB (2016, p. 32-43), oito pessoas da comunidade declaram ter a atividade pesqueira como atividade geradora de renda, sendo que cinco delas, tem como atividade principal. Segundo os autores, houve uma redução do papel da pesca como atividade geradora de renda nas últimas décadas, mesmo assim ela é decisiva na renda e na identidade de grande parte dos moradores, “quando questionados não hesitam, são pescadores”. A atividade ocorre no ambiente lagunar e no costeiro, entre as principais modalidades de pescas estão: “cerco-fixo, com rede de espera (robalo); caceio, cerco, currico; picaré e gerival⁴² no estuário, e arrasto simples e de praia na costa marítima”, todas artes de pesca tradicionais, segundo o Entrevistado 01. Entre as espécies capturadas estão, manjuba (iriko), tainha, camarão, robalo, parati, pescada, carapeba, bagre, salteira, sororoca e pampo. Além disso, existe a extração de ostras, berbigões, almeijoas (vôngoles), sururus e

⁴² Segundo Mendonça (2007, p. 108) a pesca de gerival em Cananéia, visa à captura de camarão-legítimo no estuário. Além disso, trabalha de acordo com a maré, é feito através de embarcações pequenas como canoas e voadeiras com motor de popa (15 a 25 HP). A arte de pesca, tem forma de cone, e é formada de rede de nylon, exerce um “arrasto passivo” no fundo. “Atualmente, com o incremento de motores as embarcações, este apetrecho passou a ser utilizado com tração motorizada, não necessitando de maré para seu deslocamento”. Embora proibida, é comum na região. (MENDONÇA, 2007, p. 84).

caranguejos. Existe um calendário específico para cada uma das espécies (NUPAUB, 2016).

Mais recentemente, no ano de 2014, iniciou-se um processo de cultivo do mexilhão perna-perna, encontrado nos costões da Ilha do Cardoso, voltados a área oceânica. Este cultivo não conta com a orientação técnica de nenhuma entidade especificamente, mas inspirou-se em uma iniciativa fomentada pelo Instituto de Pesca, na comunidade vizinha de Pontal de Leste, anos atrás. Atualmente, ela conta com aval do PEIC, para a retirada das sementes de áreas específicas da Ilha do Cardoso, para o plantio no Canal do Ararapira. O cultivo ainda está em fase de teste e tem sido usado principalmente para a subsistência das famílias. Segundo o Entrevistado 01, o cultivo aumenta a biodiversidade na localidade, já que junto das boias, percebe-se uma infinidade de outras espécies que procuram abrigo nas proximidades de onde está o cultivo, além de filhotes de várias espécies (FIGURA 16).

FIGURA 16 - MARISCO PERNA-PERNA CULTIVADO EM PEQUENA ESCALA NO CANAL DO ARARAPIRA



FONTE: A autora (2018).

LEGENDA: O mexilhão perna-perna, cultivado em pequena escala no Canal do Ararapira, teve a tecnologia adaptada da comunidade de Pontal de Leste, que iniciou o cultivo anos antes, e que parou. A foto mostra um “cacho” de mexilhões, recém retirados da água. As cracas e algas que se prendem aos “cachos” são visíveis na foto. Além deles, foi possível perceber uma infinidade de filhotes da fauna aquática que aproveitam os cachos como abrigos, comprovando seu suporte para a biodiversidade local.

O turismo que ocorria na Enseada da Baleia, estava restrito aos dias 26 de dezembro a 05 de janeiro e correspondia as festas de virada de ano, muito raro quando alguém visitava a comunidade em outros feriados ou finais de semana, e foi nomeado pela Entrevistada 03, como “turismo convencional”, já que não havia uma preocupação em geri-lo coletivamente, mesmo que fosse operado pelas famílias da comunidade tradicional. Uma peculiaridade deste turismo, é que os frequentadores se repetiam a cada ano que passava. Muitos se tornaram parceiros importantes no processo de realocação da comunidade, que será trabalhado no subcapítulo 5.3. Parte da segunda geração deles, se tornou parceira no processo de recente realocação, e foram entrevistados. O resultado destas impressões está descrito no capítulo 6.

Insuficiente para gerar todo o recurso necessário para as famílias, outras atividades ocorrem como renda principal ou complementar de pessoas que vieram viver em Cananéia/SP ou que vivem em trânsito entre o centro urbano e a comunidade da Enseada da Baleia. Segundo NUPAUB (2016), existiam neste período, 36 moradores, na comunidade. Sendo que destes 26 eram moradores fixos e 10 daqueles “que transitam mais intensamente com os núcleos urbanos regionais”, destes 09 teriam até 18 anos de idade. A escolaridade, evidencia uma predominância: a) 37% da comunidade com ensino médio completo; b) 29% com fundamental incompleto; c) 11% com ensino superior. Há 25 geradores de renda, sendo: 13 homens e 12 mulheres. Neste universo como atividade principal, tem-se: i) 24% no turismo; ii) 21% aparece duas atividades, o funcionalismo público e o artesanato; e iii) 17% duas outras atividades, a pesca e os serviços urbanos (NUPAUB, 2016).

Estes levantamentos retratam a situação em que a antiga Enseada da Baleia estava funcionando ativamente, com todas as suas frentes de trabalho. Considerando o processo vivenciado de realocação, em 2017 e abertura da nova barra, em 2018, algumas das atividades relacionadas a pesca, vem encontrando alguns desafios para prosseguirem deste mesmo modo.

Atualmente, para as atividades propostas localmente, todas seguem um calendário de atividades, o que permite que a comunidade, ainda que tenha abandonado alguns recursos pesqueiros em detrimento de outros, e tenha incluído o turismo, seguem com organização local que dê conta de um calendário diversificado de atividades ao longo do ano, que são impactados, em decorrência da necessidade de alguns em buscar serviços nas cidades próximas. O receptivo turístico vem se

organizando de forma a fortalecer o turismo comunitário, a pesca artesanal tem como principal atividade a pesca do iriko, já que a pesca em cerco-fixo, vem encontrando dificuldades em relação ao novo contexto de interação de marés com a nova barra. As atividades vêm pouco a pouco se redesenhando ao novo contexto. Algumas famílias que dependiam mais dos centros urbanos, vem se organizando para permanecerem mais tempo na comunidade.

5.1.2 Vetores de pressão sobre a permanência das famílias

Quando questionados sobre o que dificultava a permanência na Enseada da Baleia, algumas questões foram apontadas para o caso. Entre os vetores de pressão, apareceram: a dificuldade de prosseguir com os estudos, a ausência de trabalhos que os remunerem, a implantação do parque, a existência dos búfalos na Ilha do Superagui e também onde estavam as roças de algumas famílias da restinga, uma tentativa da União retomar o território, através da Marinha do Brasil, a venda da terra onde estava situada a Enseada da Baleia, a erosão da Restinga do Ararapira e o período posterior ao falecimento do Sr. Malaquias.

Algumas destas questões foram apresentadas no capítulo 4, que trata do processo histórico de ocupação da Ilha do Cardoso, portanto o objetivo deste subitem, é complementar com informações de como estes e outros eventos foram percebidos e como arriscam a permanência desta comunidade na Ilha do Cardoso.

Sobre a educação, fala-se que houve um período, em que a Enseada tinha escola até a quarta série. Depois disso, quem queria continuar estudando, tinha que procurar estudo em outro local, até a década de 1990 era assim e isso prejudicou a permanência das famílias. O mais próximo que encontraram foi na Barra do Ararapira, que tinha uma proposta de ensino diferenciado, até a oitava (que correspondia ao ensino fundamental). Quem estudou nesta comunidade, que está na Ilha do Superagui e, portanto, no lado paranaense, não teve o currículo escolar aprovado para seguir seus estudos em Cananéia - SP e teve que refazer as atividades para poder concluir. Um desafio colocado por viverem em área de fronteira entre os estados de São Paulo e Paraná, que também repercutiu na dificuldade de ter um transporte escolar que desse conta de apoiar estudantes de comunidades que ficam uma em cada lado do Canal do Ararapira, e muito próximas, mas que estão sob governos estaduais diferentes. Com isso, muitos dos jovens ficaram anos fora da escola ou saíram da

comunidade para continuar estudando (ENTREVISTADO 01; ENTREVISTADA 01 e 03). Atualmente, a educação não é mais um problema para esta comunidade, segundo a percepção deles. Apesar de não haver mais a escola até a quarta série que existiu até 2012 (ENTREVISTADA 05), existe um transporte escolar que leva as crianças e jovens até as escolas da rede pública, Municipal Professora Antonia de Jesus Juliani, que oferece educação infantil e ensino fundamental e Estadual Professor Péricles Eugenio da Silva Ramos, que oferece ensino fundamental e ensino médio. Ambas as comunidades estão localizadas no Ariri, na área continental de Cananéia. Houve uma tentativa de municipalização do ensino nas escolas rurais, que se colocou para esta segunda escola e houve resistência para que isso não acontecesse, por isso, segue sendo responsabilidade do Estado de São Paulo (ENTREVISTADAS 05 e 07; ENTREVISTADO 01).

A ausência de trabalho também é apontada como uma dificuldade para a permanência na antiga vila da Enseada. Para o Entrevistado 01, houve uma época “neste tempo que só tinha até a quarta série ou quinta série, não tinha turismo e não tinha lavoura também, e não tinha renda. E o produto nessa época também era só se vendia seco, não se vendia fresco. Então tinham várias dificuldades”. Um período que o turismo de veraneio não provia muito recurso e que os próprios pais, não tinham interesse em manter os filhos na pesca. Para a Entrevistada 03, “os pais não querem ver os filhos na atividade pesqueira, porque está tão difícil para eles [...] eles até ensinam no dia a dia” para ela, existe a esperança que se consiga um outro trabalho.

Existe um imaginário de que seria melhor viver mandar os filhos para viverem nos centros urbanos. Isso interfere na permanência das famílias em seus locais de origem: “as pessoas imaginam sair, acham que lá fora seria mais fácil, né?! Alguns retornaram e alguns já casaram, e aí dificulta a vida, porque já formaram uma família. Aí dificulta o retorno para cá” (ENTREVISTADA 01). O imaginário relatado, é parte da resposta da entrevistada para esta evasão de jovens em comunidades rurais.

Sobre a permanência com a pesca artesanal, fala-se que para quem vive de quinhão apenas, que não tem a embarcação, nem a rede de pesca, passa por dificuldades para manter a família, até hoje. Principalmente para quem vive prioritariamente da pesca no estuário e não da pesca em alto mar. Para a Entrevistada 01, “porque quem vive de quinhão de pescaria, não consegue [...] nós começamos assim. [...] Depois que comprou a canoa, comprou a rede e começou a ganhar mais. Aí, começa a melhorar”. A pesca artesanal, tem muitas variáveis, tipo de pesca,

apetrecho, território pesqueiro, sazonalidade do recurso, parceria de pesca, etc. O quinhão é uma medida usada na pesca, independente da arte e recurso. Segundo Nascimento (2015, p. 90-91), as regras de divisão dos rendimentos da pesca é um tipo de controle social sobre atividades econômicas, que ocorre na pesca artesanal. Apesar de inserido no mercado, “ultrapassa a formalidade das leis trabalhistas”, fortalecendo a tradição e a cultura, coexistindo com relações de reciprocidade.

Ainda sobre as impressões relacionadas a territorialidade da pesca entre outros fatores a Entrevistada 02, complementa “em alto mar, a pescaria é bem melhor, do que para quem é pescador de rio [...] num mês você mata bem manjuba, só que tem mês que você não consegue [...] aí quando dá mais, o preço já abaixa. Aí melhora o preço quando não tem nada”. Fala-se que a pesca da manjuba, exige bastante esforço físico de quem a prática. Além de maiores as quantidades de recurso em alto mar, não são todos os pescadores que têm os equipamentos necessários e nem a prática para este tipo de pesca (ENTREVISTADA 02). Trazendo elementos como a disponibilidade de recursos, a racionalidade do mercado, a força de trabalho, o tipo de equipamentos para cada tipo de pesca, o modo de divisão de recursos que é praticado nesta atividade, bem como a garantia de acesso a estes bens necessários para determinadas atividades, como alguns dos elementos que influenciam, até hoje, na pesca artesanal e como ela pode dificultar a permanência em um território.

Outra questão que está colocada é a implantação da unidade de conservação no território tradicionalmente ocupado. Referente as influências deste ocorrido na comunidade, fala-se que demoraram alguns anos até que a polícia começasse a chegar, a maioria dos moradores nem ficou sabendo o que tinha ocorrido de imediato. A unidade de conservação é de 1962, a implantação é atribuída à década de 1980. Além da dificuldade que se colocou para a retirada das samambaias, que fora comentada anteriormente.

dá impressão de que, para quem vivia da pesca, não interferiu muito. Para quem vivia da lavoura, aí sim. As comunidades que saíram foram por causa disso, eles não sabiam pescar, sabiam plantar. Aí foi sumindo e sumindo. Quem resistiu, ficou. Cambriú, Lajes, que eram pescadores pois moravam na beira da praia e só pescavam, não viviam da lavoura. E do Marujá para cá que é restinga (ENTREVISTADO 01).

Muitas das comunidades que existiam anteriormente, são hoje nomes de sítios isolados em que existe uso eventual, esse é o caso de Pedro Luís, Barreiro, Jacareú, Andrade, Santa Cruz, Cachoeirinha, Timbopeva, Juruvaúva, Canjioca e

Canudal (ENTREVISTADO 01). Entre as atividades promovidas pela gestão do PEIC, nem todas as comunidades participaram do processo de gestão participativa da mesma forma e que cada comunidade funciona de forma diferente, exercendo atividades que são mais ou menos reguladas pela UC onde estão situadas. Existe um ordenamento na área turística, bastante detalhado, mas não é assim com a pesca artesanal, por exemplo. Existem conquistas no Plano de Manejo desta UC, que eram por exemplo a possibilidade de o filho de morador fazer um anexo na casa para poder gerar renda, ou a possibilidade de fazer roça, que não são autorizadas, hoje em dia (ENTREVISTADA 03). Portanto a ameaça aos filhos de moradores, para conquistarem suas próprias moradias na área de parque, bem como, às práticas agrícolas também é indicada como fator atual, que ainda arrisca esta permanência.

Acredita-se entre os moradores que a presença da Unidade de Conservação (UC) teve um papel de cuidado das comunidades tradicionais caiçaras que somado à parceria com Igreja Católica, os defendeu de um dos eventos que os expulsaria da Ilha do Cardoso, principalmente pela venda do terreno onde estava assentada a antiga vila da Enseada da Baleia. Segundo a Entrevistada 03, ela encontrou um documento da década de 1980, época em que se alega o início da gestão do PEIC, que defendia a permanência do Sr. Malaquias, “logo no começo tem uma carta do Estado o reconhecendo como morador tradicional quando o parque começa a entrar em vigor”. Ela diz que reconhecia Antônio Cardoso e família, portanto poderia seguir fazendo suas atividades. Esta defesa tem a ver com um outro vetor de pressão que recaiu sobre a antiga vila, quando a terra onde está a comunidade da Enseada foi vendida na década de 1980. Demonstrando que mesmo após a decretação da Unidade de Conservação, as atividades especulativas seguiram ocorrendo. Para o Entrevistado 01, “nessa época houve um boato de que quem estava residia na Ilha do Cardoso deveria picotar as terras, picotar não, não deveria demarcar. Daí muita gente acabou demarcando as terras”. O efeito deste processo de demarcação, é relatado⁴³:

[...] inclusive vendeu a comunidade da Enseada inteira. Quando soubemos ele tinha vendido nós. É, de repente ele tinha vendido, em uma época que a Ilha do Cardoso teve especulação imobiliária, na época. De repente chegou lá um cara, dizendo que tinha comprado tudo e que a gente poderia sair. [...] Venderam nós, daí nós conseguimos, com o João Trinta, ficar com quarenta metros de frente onde a Enseada começou. Por isso que era pequena a frente, ficamos naquele pedaço só (ENTREVISTADO 01).

⁴³ Trecho retirado de palestra ocorrida na comunidade da Nova Enseada, em dezembro de 2018.

Enquanto uma voz, de uma entrevistada entre 30 e 40 anos fala, “eu lembro de vocês pedindo o terreno”. O que denota que este conflito se prolongou por anos. A Entrevistada 01 conta como se deu o processo de demarcação daquela terra e que uma das partes de sua residência seria afetada. Houve a negociação de que uma faixa de terra ficasse para as famílias da antiga vila, quarenta metros do Canal apenas, por isso que todas casas estavam próximas (ENTREVISTADO 01). Sobre as famílias, também houve pressão que foi se arrastando ao longo dos anos:

do meu quartinho ali. Teve um momento em que eles vieram falar para nós, que a gente não deveria construir ali porque o terreno era deles. Aquele pedaço era deles e não podia construir. Aí eles foram lá e demarcaram. Seria na metade da nossa casa tudo, né, o terreno deles. Aí eles mandaram um cara vir com o barco bem cheio de mudas de planta para demarcar a terra deles onde que era né. Aí a Polícia Ambiental pegou e embargou uma parte da planta (ENTREVISTADA 01).

Este evento é precedido de um outro que acontece na Ilha do Cardoso e que fora relatado no processo histórico que foi a tentativa de retomada da Ilha do Cardoso pela Marinha do Brasil no final da década de 1970, o apoio da Igreja Católica, através do intermédio do Padre João Trinta, também é lembrado quando se fala deste momento. Segundo a Entrevistada 05, “nós só estamos aqui na Enseada hoje, porque ele lutou para nós. Tinha uma época, que tinha um ‘governador’ que queria toda a ilha, se não fosse ele lutar por nós lá em Brasília”. Provavelmente a descrição do cargo para àquele que teria interesse no território, considerando que o evento se tratava de uma retomada da ilha pela União, em favor da Marinha do Brasil, seja diferente do dito. Para a descrição deste momento, o Entrevistado 01, lembra-se da articulação entre os moradores da Ilha do Cardoso e da pressão que existia para a retomada do território, com o uso de aviões, “todo mundo foi para o Perequê para fazer uma reunião grande e os aviões já estavam em cima. Queriam fazer um posto da Marinha”.

Por fim, para encerrar a sequência de eventos históricos relatados pela comunidade, fala-se da época da criação dos búfalos na ilha vizinha. Este não atinge diretamente a comunidade da Enseada da Baleia, mas que provoca grande evasão dos moradores que viviam na outra margem do Canal do Ararapira. Segundo o Entrevistado 01, fala-se de uma empresa que usava a Ilha do Superagui como território para a produção de bubalinos, “parece que teve uma briga com uma fábrica e o Governo Federal, que deixou uma empresa devastar todo o parque”. Segundo Bazzo (2010, p. 195), a Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná registrou lotes

nas ilhas da Peças e do Superagui em 1954, fruto da negociação com a prefeitura de Guaraqueçaba. Ela prometeu empregos e benfeitorias, mas se instala na década de 1980, com o intuito de adquirir mais terras a baixo custo, implantar criações de búfalos e amedrontar com os animais, os nativos que ainda restasse no local. O resultado dessa situação, junto com a decretação do Parque Nacional do Superagui, que ocorreu em 1989, foi que muitas pessoas foram embora pela ameaça a suas áreas de roça. Mas o desafio relatado, que não interferiu diretamente nas famílias da Enseada, por não viverem da roça e por não estarem localizadas na Ilha do Superagui, vem seguida da informação, do Entrevistado 01, “e os caiçaras comeram os búfalos”. E logo um relato conta como se dava esta, que pode ser considerada uma resistência cotidiana:

Eu lembro de comer cozido no forno a lenha. Eu lembro de comer uma panelada de búfalo, no ranchinho de papai e o dono chegar do Superagui na nossa porta. Eu lembro do senhor e a gente esconder a panelada no cocho de farinha e tampamos. Aí ele perguntava do búfalo e a gente respondia: ‘que búfalo?’ (ENTREVISTADA 02).

A soma destes sete eventos, junto de outros que foram amplamente debatidos, como o falecimento de Sr. Malaquias e o processo erosivo que ameaça a restinga do Ararapira, resultam na inviabilização da permanência de parte das famílias que ali residiam. Ambos os itens serão tratados mais adiante, no subitem 5.3, de qualquer forma resistência se dá há anos, e se reafirma a cada dificuldade que aparece por conta daqueles que permaneceram na Ilha do Cardoso. Entre eles, um apenas trata da pressão em que a unidade de conservação exercia e ainda exerce, sobre a comunidade. Outros três, tratam de pressões que as próprias políticas de conservação combatem, como é o caso da especulação imobiliária, criação de bubalinos e pesca artesanal. Por fim, três deles não foram tratados pelas políticas de conservação (acesso à educação, trabalho e renda e o uso do território pela Marinha para fins militares).

O Entrevistado 01 resume qual o efeito destas pressões sobre os habitantes da ilha, “a Ilha do Cardoso era maior que Cananéia na época, as pessoas saíram daqui e foram para Cananéia. O pessoal saiu da Ilha do Cardoso e aí que formou a Ilha de Cananéia [...]. A produção de lavoura era daqui da Ilha”, reforçando a teoria de “celeiro de Cananéia”, sugerida por Almeida (2005) e relatada no subitem 4.3.

A dificuldade de permanência na Ilha do Cardoso, incorpora outros vetores de pressão que não são alvo de estudos neste trabalho, mesmo que sejam todos importantes. Tem-se apenas a compreensão de que eles não são parte de um passado remoto, mas que continuam ocorrendo e se renovando, à medida que se renovam as pressões sobre as famílias e que são recebidas de forma mais ou menos organizadas pelas comunidades afetadas. Apesar de não estar dentro do campo da pesquisa, existem pressões que são debatidas no dia-a-dia, como: a ausência de transporte escolar das comunidades que estão alocadas no sul da Ilha do Cardoso, a erosão que afeta em maior ou menor grau outras comunidades (como a Vila Rápida que também está sendo realocada durante o período da pesquisa), as restrições advindas de legislação ambiental para a pesca oceânica que prejudicam comunidades que dependem mais desta atividade, a proibição da renovação de animais domésticos nas casas dos caiçaras, as restrições de pesca para o cerco-fixo do lado paranaense (outro lado do Canal do Ararapira), a alteração do hábito dos recursos pesqueiros com a abertura da barra, a possibilidade de concessão das atividades turísticas para a iniciativa privada que podem representar a substituição da prestação de serviços pela comunidade por empresas externas ou mesmo, a ampliação de denúncias contra atividades tradicionalmente realizadas e a dificuldade para a retirada de lixo. Em 22 meses de atividades de campo, as pautas se renovam e se combinam, mostrando que são complexos e que são providos por estímulos antrópicos e naturais, e que naqueles cuja motivação é antrópica, parte de diferentes instituições de diferentes setores.

5.2 A ORGANIZAÇÃO FEMININA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O processo de organização feminino na antiga vila da Enseada da Baleia mereceu destaque, por se tratar de uma resposta do Grupo de Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia (MAE), a um dos vetores de pressão que gerou maior impacto sobre a comunidade, o falecimento do Sr. Malaquias que aconteceu em 2010. Este tema foi objeto de pesquisa trabalhado por duas autoras, Filipak (2017) e Freire (2017), além de ser propagado como destaque por organizações parceiras como a Sempreviva Organização Feminista (SOF), Instituto Socioambiental (ISA) e Associação Rede Cananéia, num primeiro momento. Atualmente, as atividades do MAE estão distribuídas em três frentes distintas e de geração de renda, de acordo

com o nome que é dado localmente: artesanato, turismo comunitário e o peixe seco que estão descritas em ordem cronológica, conforme elas são criadas ou reorganizadas. Além de todas outras atividades que tem como objetivo suprir o cuidado com a casa e do cuidado com o que é comum, no sentido mais amplo da economia. Para Maria Fernanda Marcelino, técnica da Sempre Viva Organização Feminista,

as vezes se tem uma visão muito estreita do que é economia, né. O mundo vê economia como algo que produz lucro, né. E nós vemos a partir do feminismo, economia como tudo que é de sustentação da vida humana. E por isso, as mulheres estão do centro desta proposta. (MARCELINO, 2016 apud 1ª MOSTRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA FEMINISTA, 2016)

A diversificação das atividades socioprodutivas organizadas pelas mulheres na Enseada da Baleia se iniciam como resposta a uma crise que se instala na comunidade após o falecimento do Sr. Malaquias, patriarca da família, ocorrido em 2010. Sem alternativas de renda mais estável, alguns dos jovens descendentes de Sr. Malaquias optam por ir embora da Enseada da Baleia, o equivalente a 20% da comunidade (ENTREVISTADA 03), a comunidade que tem um número reduzido de habitantes parecia acabar. Em busca resgatar o cuidado entre as mulheres, e juntas pensarem em soluções para a crise que estavam passando.

Na verdade, não tinha nada a ver com a renda, era mais uma questão das mulheres se juntarem para conversar. Que depois do falecimento do vô, alguns jovens foram embora e a gente sentiu que as pessoas pararam de se conversar. E aí estava cada um sofrendo no seu cantinho. Então a gente só olhava a tristeza, assim. Os homens ficavam na beira do porto olhando a maré, viam o cardume passar e não tomavam nenhum partido, porque eles estavam na comunidade e não conseguiam se organizar para ir até a cidade comercializar. E tinham algumas pessoas passando por necessidades financeiras, mas sabia que eles estavam muito tristes, assim. Então as pessoas não paravam. Cada um estava sofrendo e passando dificuldades na sua casa. E a ideia das mulheres era a gente tentar trazer isso, o que estava acontecendo e o que a gente podia fazer (ENTREVISTADA 03).

O início dos trabalhos tinha mais a ver com o cuidado da família, do que a estruturação de uma nova frente de trabalho. Algumas das mulheres tiveram a ideia de trabalharem juntas, se reuniram e falaram o que cada uma gostava de fazer, reconheceram as técnicas que já conheciam: crochê, costura e pintura. Reunindo estas habilidades, pensaram em iniciar uma produção de *ecobags* ou sacolas ecológicas. Cada família contribuiu com R\$ 20,00 para a compra de tecido para começar, “aí a gente montou uma barraca na frente da Enseada, uma barraca

improvisada, com tudo pregadinho, com todas as peças confeccionadas”. Infelizmente, nem todas as mulheres que iniciaram o processo seguem até hoje (ENTREVISTADA 03).

A união entre estas mulheres permitiu que o sofrimento da perda do familiar, aliado à crise, fosse trabalhado coletivamente trazendo alegria e troca de conhecimentos, como se lembra uma das integrantes do grupo:

Depois que ele morreu. A gente também ficou sem saber o que fazer da vida. [...] Começamos a estampar camisetas e as sacolinhas. [...] Ah, chega de viver na tristeza [...]. sem uma expectativa de vida. Então a gente optou em fazer, todo mundo começou a trabalhar. Era uma coisa que a gente fazia todo mundo junto, conversando, rindo. Passava o tempo rápido. E cada um dava uma ideia de como a gente ia fazer (ENTREVISTADA 01).

Depois de alguns grupos focais, se lembram que o trabalho entre estas mulheres se inicia através da realização coletiva de uma Festa da Tainha idealizada por elas, no ano de 2007, enquanto o Sr. Malaquias ainda era vivo. Segundo a Entrevistada 03, ele sempre incentivava a fazer coisas, mas a primeira tentativa de trabalho com o que reconhecem por “gestão feminina”, ocorreu no meio do ano de 2007. Elas organizaram a hospedagem, alimentação e os homens pescaram. Fizeram uma parceria com o Instituto de Pesquisas Cananéia (IPeC)⁴⁴, para viabilizar a comunicação, apresentações culturais e o deslocamento de pessoas do centro urbano para a comunidade para participarem do evento. Mesmo assim, o avô não acreditava que daria certo, pois caiu muita chuva na data. Elas tinham feito compras no nome dele, que já tinha “crédito na praça”, o que aumentou a tensão. No final, conseguiram pagar as compras, distribuíram um recurso financeiro pequeno para cada uma delas e ainda, o avô vendeu tudo que tinha de estoque no bar/mercearia. Ele ficou agradecido ao final do processo (ENTREVISTADA 03).

Mas a “gestão feminina” de atividades socioprodutivas de forma coletiva, que se dá através do MAE, só se consolidou anos mais tarde, com o artesanato, que se iniciou em 2010. Com o objetivo de aprofundar a dinâmica de organização de cada uma das três frentes que estão em andamento até o momento, foram criados subitens

⁴⁴ O Instituto de Pesquisas Cananéia (IPeC) é uma organização do terceiro setor, que “atua na área de educação ambiental e ciências naturais, desenvolvendo atividades de pesquisa e conservação da vida selvagem. Além disso, proporciona oportunidades para a capacitação e aperfeiçoamento de profissionais e estudantes sobre temas relacionados a biologia e ecologia da vida selvagem” (IPEC, 2012).

capazes de detalhar, em ordem cronológica em relação a estruturação de cada uma delas.

5.2.1 Artesanato: confecção e adereços

O início das atividades realizadas pelas mulheres combinava fatores como: a vontade de colocar todas juntas para trabalharem; algumas oportunidades de apoios e parceiros para o fomento deste tipo de trabalho coletivo; além de, uma proposta de gestão que aliasse o conhecimento de cada uma das mulheres envolvidas. O incentivo para resgatar técnicas de produção de artefatos da casa, daquilo que cada uma já sabia ou se identificava, possibilitou a transformação destas habilidades, como bem lembra duas das entrevistadas quando questionadas sobre como aprenderam as técnicas:

Aprendi com Dona Erci a costurar. Meus lençóis eram de morim, assim que se fala? Morim branco? [...] E pintava também as fronhas, o lençol de casal também. Fazia na máquina também. (ENTREVISTADA 05)

No começo do meu casamento, as crianças eram pequenas e a Dona Erci ensinou a costurar um pouquinho. Cortava as pecinhas das roupas das crianças, e eu costurava. Eu já tinha um pouquinho de noção assim... a costurar. Só que naquela época não tinha máquina. Daí eu costurava na mão. Eu não tinha máquina. Daí eu ganhei uma máquina do pessoal de São Paulo. Daí eu comecei a aprender a costurar a beiradinha de pano de prato. Porque o enxoval do meu casamento foi tudo assim. Comprava desse saco de pano de prato e fazia toalha de banho, pano de prato, toalha de mesa, lençol. O meu marido pintava. Eu ia fazendo as beiradinhos e o meu marido pintava. É ele pintava tudo. Mas a gente não pintava com pincel não. A gente pintava com esponja. É, porque nesta época a gente não tinha pincel. Então pintava com esponja. Menina, cada desenho tão bonito. As coisas da irmã dele eram assim também. Tudo pintado na mão. (ENTREVISTADA 01)

Ao mencionar o “pessoal de São Paulo”, a entrevistada se refere ao grupo de turistas que vinham frequentando a comunidade há muitos anos, e que hoje se reconhecem junto a parte de seus filhos como “parceiros da Enseada da Baleia”, percebe-se assim que a parceria já ocorre há muito mais tempo do que as atividades relacionadas a realocação.

Segundo a Entrevistada 01, as primeiras peças confeccionadas pelas mulheres do grupo foram sacolas ecológicas (*ecobags*) de algodão cru (FIGURA 18). Nestas peças foram desenhados animais presentes na paisagem local (aves, peixes, caranguejos), sua vegetação (manguezal), as diversas técnicas empregadas para a

pesca artesanal, além de apliques e desenhos sugeridos por revistas de artesanato (ENTREVISTADA 03). Depois de comprar de forma compartilhada os materiais, definir os preços e comercializar em barraca na frente da Enseada da Baleia (canal), é que “as parcerias vieram para melhorar a questão das pinturas, né, valorizando as atividades da comunidade, a economia solidária para fortalecer este modo de gestão, os intercâmbios para fortalecer a comunidade, então elas vieram pós” (ENTREVISTADA 03). O “pós” neste caso, se refere a iniciativa delas de produção e venda na comunidade, afirmando portanto que primeiro elas se organizaram e depois conseguiram conquistar parcerias para o trabalho.

Logo surgiu a primeira oportunidade de participação em um projeto socioambiental, junto com suporte financeiro para a estruturação do grupo, através da Associação Rede Cananéia⁴⁵. Alguns equipamentos foram adquiridos (entre eles máquinas de pedal, já que a comunidade ainda não tinha acesso à luz elétrica suficiente para equipamentos), além do material para a costura, algumas capacitações e intercâmbios com outras comunidades, além de feiras de economia solidária. A oportunidade de imprimir duas mil camisetas e produzir duas mil sacolas ecológicas para este projeto, impulsionou o grupo a produzir em quantidade e a reconhecer seu potencial produtivo no corte e costura. O desafio da primeira encomenda para a organização do terceiro setor⁴⁶ em questão, foi relatado durante a conversa com o grupo:

Mas no início quando a gente começou a costurar a sacolinha ou *ecobag*, meu Deus do céu. Porque ela tinha 44 centímetros por 30 cm. E nós não tínhamos nem noção de um metro. Como media com o metro. Então a gente costurava peça e quando ia ver, tinha mais de 44 cm. Ia lá e desmanchava tudo aquilo, a gente chegou a fazer o molde de madeira. Para colocar em cima do tecido, para costurar. Olha a dificuldade que a gente tinha. [...] Nossa, a gente quebrava a cabeça para fazer, meu Deus do céu, era muito difícil. No início foi difícil. [...] Aí a gente foi aprendendo e cada pecinha que a gente fazia a gente ia aprendendo mais. [...] Eram duas mil sacolas e nós dividimos em três costureiras. [...] (ENTREVISTADA 01)

⁴⁵ A Associação Rede Cananéia tem como objetivo “proporcionar apoio aos atores locais e interação dos mesmos e dos Projetos com os quais estão vinculados, para a construção de uma proposta de desenvolvimento local integrada. Seus associados atuam na área socioambiental e consistem tanto em representantes de associações de comunidades tradicionais, entidades de classe, instituições de assistência técnica e coletivos em processo de formalização” (REDE CANANÉIA, s.d.).

⁴⁶ A encomenda se referia ao material de comunicação do projeto “Rede de Empreendedorismo, Conservação e Sustentabilidade de Iniciativas Comunitárias – Fase 2”, que aconteceu entre o ano de 2012 e 2014.

No início, além das três mulheres que tinham mais habilidade com a costura, outras duas apoiaram em atividades complementares, uma fazia a limpeza das peças e outra as passava. As mulheres lembram do apoio dos maridos na encomenda, bem como as filhas. Lembram-se que algumas mulheres já não compõem mais o grupo, duas faleceram e uma já não reside mais na comunidade. E finalizam, com “e não atrasamos”, diz a Entrevistada 07. A afirmação, foi complementada com orgulho pelo cumprimento da etapa e por trazer aprendizados, “não! [...] Com isso, a gente não só aprendeu a costurar, como aprender a ter mais responsabilidade” (ENTREVISTADA 01).

FIGURA 17 - GRUPO DE MULHERES ARTESÃS DA ENSEADA DA BALEIA NO INÍCIO DE SUAS ATIVIDADES, COM PRIMEIROS PRODUTOS



FONTE: A autora (2011).

Através das parcerias com a Associação das Mulheres na Economia Solidária (AMESOL)⁴⁷ e com a Sempreviva Organização Feminista (SOF)⁴⁸ novas

⁴⁷ A AMESOL foi fundada em abril de 2013, e tinha como objetivo servir de ferramenta “para a auto organização das mulheres em empreendimentos mistos ou só de mulheres, assim como um apoio financeiro”, propiciando a criação de um fundo rotativo com a finalidade de ampliar e qualificar grupos, além de oferecer formação técnica e feminista, bem como funcionar como espaço de articulação e troca de experiências (SOF, 2013).

⁴⁸ Através de notícia postada na página da própria SOF, em maio de 2015, fala-se que “a SOF concorreu e venceu a chamada pública da Diretoria de Políticas para as Mulheres (DPMR) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de ATER Mulheres e Agroecologia para o território do Vale do Ribeira/SP. O público é composto de 240 mulheres agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras e indígenas que produzem nos 25 municípios da região”, a partir do final de 2014. Na atuação no Vale do Ribeira, busca “fortalecer a participação das mulheres na decisão sobre as políticas territoriais” (SOF, 2015). Este projeto permite a inclusão de representantes da comunidade da Enseada, em atividades para a discussão da economia solidária feminista.

possibilidades foram criadas às mulheres da Enseada da Baleia, capacitações em economia solidária, intercâmbios com outros Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) geridos por mulheres e feiras de economia solidária. Os intercâmbios com outros coletivos se apresentaram como estratégia para rever suas realidades,

[...] conhecer as atividades desses lugares onde a gente ia. A gente chegava os lugares e o pessoal trabalhava com tal coisa e a gente pensava que nós éramos capazes também de fazer. Vamos voltar que a gente vai conseguir fazer. Teve várias ideias assim, em cada lugar que a gente ia, a gente tinha um conhecimento. E vinha fazer na nossa comunidade. [...] Para mim ajudou, ajudou bastante, até a ideia de ter uma hortinha, porque eu via nas comunidades. Como era o trabalho deles, o que eles faziam. Tudo para mim, aprimorou bastante assim. [...] Como eles viviam mesmo, era bem mais difícil. Então, para nós, é um aprendizado aquilo. Em cada lugar que você vai você vê a dificuldade das pessoas [...] (ENTREVISTADA 01)

Os intercâmbios ocorreram através de visitas técnicas diversas e feiras de economia solidária. Elas lembram que quase não saiam, mas chegaram a comercializar em São Paulo (ENTREVISTADA 01). As dificuldades da produção foram sendo trabalhadas aos poucos. Algumas das dificuldades percebidas pelo grupo para o processo de confecção, foram resolvidas com capacitações e parcerias promovidas pela Rede Cananéia, SOF e AMESOL, mas à medida que o tempo passou, novas questões foram sendo percebidas pelo coletivo que ainda precisariam ser resolvidas. Algumas capacitações geraram novos produtos localmente.

Alguns técnicos que atuaram através de assessoria destas organizações foram sendo lembrados, entre eles, lembram-se de uma assessoria que mudou a característica dos artesanatos produzidos. Um designer que, através da Rede Cananéia, falou para que olhassem para a realidade local e sugeriu o uso da rede. Por um tempo ficaram fazendo redes de crochê, mas um dia resolveram sair cedinho e aproveitar uma chuva forte, daquelas que traz muita coisa para a praia. Trouxeram redes de pesca, pensado que seria uma forma de não pedir mais ajuda dos homens, que participaram em momentos que os pedidos exigiam agilidade na confecção das redes de pesca. Inicialmente conseguiram tingir, depois conseguiram doações de pescadores daquilo que não servia mais para a pesca (FILIPAK, 2017).

Hoje em dia, a aplicação de redes (prioritariamente) e dos cabos usados na pesca, estão presentes em todas as peças. Esta transformação, fora impulsionada por uma das integrantes do grupo que passou pela “Formação de Agentes

Socioambientais”, proposta pelo Instituto Socioambiental (ISA)⁴⁹, para trabalhar na conscientização ambiental. Segundo a Entrevistada 03, “a ideia do ISA era melhorar o meio ambiente e aí, inserir isso no trabalho que a gente já desenvolvia. E foi aí que a gente resolveu parar de fazer a rede, para começar a coletar e colocar nas peças”. Hoje aliam a confecção de peças de vestuário e adereços à educação ambiental, já que há o reaproveitamento de apetrechos de pesca que não estão em uso, que foram mal descartados e encontrados nas praias, e ainda, aliam a questão identitária que tem na atividade pesqueira uma das tradições locais (FIGURA 18 e 19).

FIGURA 18 - COLETA DE RESÍDUOS DE PESCA NA PRAIA PARA A CONFECÇÃO



FONTE: A autora (2018).

LEGENDA: Coleta de redes, cabos e outros apetrechos de pesca, na praia é realizado coletivamente.

Dona Erci também aparece nos relatos, como aquela que persistia na adoção de novas técnicas, ajudando as outras costureiras em momentos de dificuldade. Para a Entrevistada 03, ao lembrar de como as redes de pesca começam a ser usadas nas peças é dela que se lembra, “Erci disse ‘eu não vou sair daqui, enquanto não consegui colocar isso’, [...] ela pegou a saia mais difícil. Lembram?” Ela faleceu em 2017 e não chegou a acompanhar a família na realocação para a Nova Enseada.

Na antiga vila da Enseada da Baleia, usava-se o prédio da escolinha primária, desativada pela Prefeitura Municipal de Cananéia, em 2012, para a confecção coletiva

⁴⁹ O Instituto Socioambiental é “uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Desde 2001, o ISA é uma Osci – organização da Sociedade Civil de Interesse Público – com sede em São Paulo (SP) e subsedes em Brasília (DF), Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM), Canarana (MT), Eldorado (SP) e Altamira (PA)” (ISA, 2019).

e ponto para a comercialização de peças. Hoje em dia, na Nova Enseada, o espaço coletivo para esta finalidade, está em fase de acabamento, no início de 2019. Antes disso, em julho de 2018 quando foi feita a entrevista, uma das integrantes do grupo reafirma a importância deste espaço comunitário.

Quando a gente precisa fazer umas peças de roupa e a gente sempre vai falando: vai ter feira, precisamos de peças porque nós temos que “construir” e nós nos juntamos também, aí um corta, o outro, costura, aí vem para cá... às vezes, quando tem bastante coisa. Agora não temos muito onde trabalhar aqui. Então fica meio dividido ainda. Né?! Mas primeiro, na Enseada todo mundo ficava junto. Ia para escola, onde a gente costurava. Ficava a tarde toda costurando, criando as peças. Pensando que ia fazer, né, qual a peça que a gente vai construir. O que ia fazer, o que vende melhor. [...] Era, mais fácil. Bem mais fácil. Agora a gente fica meio dividido. [...] (ENTREVISTADA 01)

FIGURA 19 - PRODUTO DO MAE COM REDE DE PESCA



FONTE: AMEB (2016).

LEGENDA: Imagem de produto “Bolsa Arrasto”, que faz menção a um tipo de arte de pesca realizado na localidade, retirada do Catálogo de produtos do MAE, projeto “Do Mar para a Beleza da Mulher”, Associação de Moradores da Enseada da Baleia (2016).

A própria Dona Erci deixa registrado, em entrevista realizada em 2016, o quanto gostava de costurar e como foi diversificando a sua produção.

Ah, é muito bom, gostei demais. Se deixar eu levo o dia inteiro costurando. É o dia inteiro. Ontem ainda levei o dia inteiro costurando. Eu faço, quando eu estou boazinha, eu faço. As vezes dá problema de dor nas costas, peguei pneumonia, tudo. Daí não pude trabalhar, parei um pouco, agora melhorei e estou trabalhando outra vez. Eu faço calça, faço blusa, faço saia e bastante

sacola, tenho feito bastante. Eu estou com umas cem sacolas feito lá (CARDOSO, 2016).

A habilidade resultante desta prática não exerceu a finalidade apenas de gerar renda, mas também, de confeccionar roupas e adereços para presentear familiares e amigos (ENTREVISTADA 01). Com um novo espaço para a confecção coletiva, pretende-se retomar as atividades de produção de adereços e roupas, que tinha sido a frente de trabalho mais prejudicada pelo processo de realocação.

5.2.2 Turismo comunitário: receptivo de grupos de “estudo do meio”

Na antiga vila da Enseada da Baleia, não era algo novo, Parada (2001), São Paulo (2002) e depoimentos de Sr. Malaquias, em Nordi, Cardoso e Barbosa (2005) demonstram que a atividade turística já acontecia na comunidade há anos, desde a década de 1980, e era reconhecido como algo que oportunizava renda para as famílias que ali viviam. Dentro do contexto proposto, se propõe a debater o turismo comunitário que é articulado pelo grupo de mulheres, a partir de 2015 e que carregam em si, uma característica totalmente diferente de gestão do turismo da alta temporada que ocorria anteriormente até os dias de hoje.

O receptivo para o “estudo do meio” se estruturou em 2015, com base na oferta de serviços turísticos que cada uma das mulheres do grupo poderia oferecer, aliado aos conhecimentos tradicionais usados para viver no território. Escolas privadas de centros urbanos, já frequentam Cananéia para “estudo do meio”, buscando vivências socioculturais e ambientais, durante o ano letivo. Esta atividade já acontecia no município e teve como foco o Núcleo Perequê, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, até que o núcleo foi fechado para reformas, sendo que não funciona completamente desde então⁵⁰. Decorrente deste processo, criou-se oportunidades para outras comunidades e atores que trabalham na área turística. Entre as comunidades que vem sendo visitadas, está a Enseada que oferece atividades relacionadas com seu modo de vida e atividades produtivas, como a pesca e o artesanato (FIGURA 20), aliadas à sua história, realocação e reterritorialização.

⁵⁰ O Núcleo Perequê fora relatado em dois momentos do texto, no subitem 4.4, quando se fala do processo de construção do CERPANIC e do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Mata Atlântica. Ele ainda não está em funcionamento, sendo ele o principal objeto de concessão para a iniciativa privada que está trabalhada no subitem 6.3.

FIGURA 20 - VISITA AO CERCO-FIXO DURANTE ATIVIDADES DE ESTUDO DO MEIO



FONTE: A autora (2018).

LEGENDA: Alunos, que estão nos barcos ao redor do cerco-fixo, realizam estudo do meio na comunidade na Nova Enseada, onde vivenciam atividades tradicionalmente realizadas pelos moradores, como a pesca neste tipo de apetrecho, além de acompanhar uma despesca e podem conversar com os pescadores sobre o processo da pesca artesanal e como ela se diferencia da pesca industrial.

Na conversa ocorrida com a comunidade, o turismo comunitário tem duas conotações, uma de sair para conhecer locais e outra, que se refere ao próprio receptivo que foi organizado pelo grupo (ENTREVISTADA 01). Sobre o receptivo organizado por elas, lembram-se que a atividade foi se estruturando aos poucos, “eu sei que foi fraco no primeiro ano”, disse a Entrevistada 05, sobre o ano de 2015. Para Filipak (2017, p. 221), foi uma oportunidade criada de forma a possibilitar renda àquelas famílias que não tinham estruturas receptoras de hospedagem, congregando “características culturais e ecológicas”. Aquelas pessoas que tinham as casas maiores, conseguiam alugar nas temporadas e garantiam recursos para estas famílias. Aqueles que não tinham casas grandes saíam em desvantagem. Nesta proposta de turismo comunitário, compartilha-se a hospedagem, recepção e ganhos. E ainda inclui os homens da comunidade (FILIPAK, 2017, p. 221). Além dos homens fazerem parte das atividades de receptivo quando monitoram alunos e professores nas atividades que praticam no dia-a-dia, até o final do ano de 2018, eles tinham formado um grupo de homens para a gestão coletiva das atividades que estão em suas responsabilidades, como é o caso das atividades de pesca artesanal (ENTREVISTADA 03).

A atividade é precedida de reunião para que se organizem para responder a demanda das agências que entram em contato. Para a Entrevistada 01, quando questionada sobre a organização e se há alguém que lidera o grupo:

Não, a gente senta e... Antes de começar qualquer trabalho que a gente faz, a gente senta e conversa. Que nem no turismo comunitário, a gente conversa para ver quem vai ficar na cozinha, quem vai ficar na limpeza, quem que vai dar a palestra. Aí as pessoas já sabem mais ou menos, o que vão fazer. [...] Quando a gente está na cozinha, até as meninas perguntam “não sei que?/faz não sei o que?”. Eu até nem gosto disso todo mundo sabe igual, as coisas. E não precisa perguntar assim como se eu fosse, que mandasse, né? Todo mundo aprende junto.

A autogestão, base das atividades com turismo comunitário, também se dá na hora de decidir sobre preços dos serviços, que é decidido para ser justo para a comunidade e para quem paga os serviços. Na hora de fazer a gestão financeira dos recursos que entram na comunidade:

Era uma coisa que já era cobrada por vocês. A gente só colocou no Turismo comunitário esses preços. [...] a gente divide igual. Quando o cara da agência chega, e o valor é muito alto, ele fica com medo de trazer em dinheiro, né. Mas, geralmente, quando ele trazia dinheiro que era turma menor, a gente pegava um de cada família, sentava na mesa e ia falando: “eu comprei peixe de fulano”, “comprei não sei o que ciclano”, saia as despesas e dividia tudo igual, entre todas. Então, tanto quem trabalhou na comida, como quem trabalhou na oficina, como quem trabalhou na palestra ou na faxina, todo mundo ganha o mesmo valor (ENTREVISTADA 03).

Esta divisão ocorre entre as mulheres. A atividade também contribuiu para a criação de peças específicas para este público de alunos de escolas que visitam a comunidade com a finalidade de fazerem estudo do meio, através de agências de viagem como a Quíron⁵¹. O produto foi confeccionado com um tipo de rede que ainda não tinha sido usado, mas que é encontrada em maior quantidade nas praias, as redes de nylon. Como não podem ser recicladas e se tornam um problema ambiental. Para sua confecção, a Entrevistada 03, conta que tiveram que aprender a fazer os pontos das redes de pesca com os homens que detinham tal conhecimento.

Quando a escola da Quíron veio [...] falaram para a gente criar um produto novo, para os alunos fazerem. Aí Jaque falou, “a gente podia fazer um suporte de garrafa”. [...] dá para todas as idades, meninas e meninos. “Ótimo! Perfeito!” [...] A gente criou o suporte, tentou adaptar a rede, para a rede de plástico, que é uma rede que a gente não usava na confecção. E fizemos o suporte só que a gente tinha que aprender a fazer os nós de pesca. Por que a ideia era fazer além do produto. Era para que as crianças sentissem como era fazer o nó de pescador, do entralhe da rede, então eles terem uma noção da técnica da pesca naquele produto. E aí, a gente tinha que aprender com os homens como fazer, para poder ensinar. (ENTREVISTADA 03)

⁵¹ Quíron Turismo Educacional que atua com estudo do meio e viagens de formatura e está sediada em São Paulo/SP (QUÍRON, s.d.).

Em uma reunião do grupo de mulheres acerca da atividade, ocorrida no dia 21 de julho de 2018, é possível perceber que a discussão vai além da divisão de responsabilidades para o receptivo turístico das mulheres presentes e dos homens nas oficinas de pesca. O encontro debateu: as exigências das agências para que consigam melhorar os serviços turísticos, o planejamento de mutirão feminino para a melhoria dos espaços comuns; o rateio de alimentos a serem servidos, insumos como gás para aquecimento do chuveiros e materiais de construção necessários para o mutirão e para o receptivo; identidade visual das roupas de cama e banho; lixo marinho e como isso poderia ser usado para sensibilizar os estudantes que passam por lá quanto ao tema; parcerias possíveis para ampliar a discussão sobre a questão do lixo; por uma discussão de um fundo rotativo que dê conta de melhorar a estrutura das casas que recebe grupos de estudo do meio, mas também daquelas famílias que não recebem; priorização de necessidades para melhorar a recepção de grupos de estudo do meio; encaminhamentos para a atividade da frente de trabalho do peixe seco; agendamento das atividades desta pesquisa; saúde dos membros das famílias; caronas para Cananéia - SP para visitas ao médico; chamada para as atividades religiosas (CADERNO DE CAMPO, 2018).

Provando que a organização promovida pelo grupo de mulheres, vai para além da atividade econômica na perspectiva de mercado, da economia clássica, mas que serve como impulso para melhorar a qualidade de vida da comunidade, coexistindo com a reciprocidade.

5.2.3 Peixe seco: beneficiamento do pescado e seus subprodutos

O beneficiamento do pescado, apesar de ser a última das atividades a serem apresentadas, é a mais antiga e tradicional da comunidade, afinal já existia quando os moradores mais antigos nasceram. Remonta a um período em que, sem a presença de luz elétrica ou equipamentos para a conservação do pescado refrigerado, a forma que as comunidades tinham para conservar os pescados, era através da secagem ao sol ou da defumação. A atividade foi resgatada recentemente, com uma nova forma de gestão compartilhada pelas mulheres, que reativaram algo em que elas participavam apenas como mão de obra barata em tempos mais antigos e que tinha sido deixada de lado, após o falecimento de Sr. Malaquias, em 2010.

Para a Entrevistada 03⁵², o grupo de mulheres que compõe o MAE atualmente, tinha trabalhado com isso de forma individualizada, a vida inteira. Com a confiança conquistada em suas outras frentes socioprodutivas (confeção e turismo comunitário), compraram todo o pescado dos maridos em consignação, limpam (FIGURA 23) e secam o pescado. Enquanto isso, houve uma tentativa de resgatar os contatos dos compradores antigos da época de Sr. Malaquias, pelo Brasil.

FIGURA 21 - “LIMPEZA DO PEIXE”



FONTE: A autora (2018).

LEGENDA: “Limpeza” de tainha realizada coletivamente entre as integrantes do MAE.

Questionadas do por que não terem iniciado as atividades do MAE pelo peixe seco, a Entrevistada 03, responde que no início preferiram o artesanato e não o peixe seco, ainda que elas tivessem mais familiaridade com este tipo de atividade, “como a gestão sempre foi dos homens, do peixe, quando as mulheres pensaram em que fazer, elas não tinham a apropriação daquilo”. O beneficiamento do pescado ou o “limpar peixe”, como se diz por ali, talvez tenha sido a primeira atividade de cada uma delas fez com a família, e logo depois, comercialmente ou “para fora”. Sobre a idade em que começaram, as respostas foram dos sete aos doze anos de idade, para a atividade comercial.

Para o questionamento de “como se deu o aprendizado?”, a resposta ouvida foi: “de olhar a gente ia aprendendo”, diz a Entrevistada 05. Na Enseada da Baleia

⁵² Em palestra ocorrida na Nova Enseada, em dezembro de 2018.

tinha uma fábrica de beneficiamento de pescado, alguns chegaram a trabalhar na fábrica, que as gerações mais novas não chegaram a conhecer. Os tipos de peixe também foram mudando com o passar do tempo.

Quando eu comecei eu não trabalhava com peixe branco, eu trabalhava com pescadinha. Que era o que o pessoal pescava, todo pequenininho. A gente abria pela costinha dele assim [...]. Depois, peixe grande assim, só foi com o Malaquias (ENTREVISTADA 01).

Entre os recursos pesqueiros, lembram da pescada amarela, tainha, parati e cação. Enquanto se lembram de como era o processo naquela época, falam também que a pesca não era no Canal do Ararapira, como a que acontece prioritariamente hoje em dia, antes eles pescavam apenas em alto mar, “o pessoal pescava em alto mar naquela época, eles quase não pescavam no Canal, era só em alto mar”, segundo a Entrevistada 01. Um dos jovens da comunidade, de passagem pela conversa, lembra que o processo de limpeza do cação acontecia na praia, onde ficava a mesa de limpeza. Nem todas aprenderam a “limpar peixe” na mesma época, e nem os mesmos tipos de peixe que eram beneficiados na Enseada eram iguais aos das comunidades vizinhas, quando compararam com relatos de quem trabalhava com isso em outras localidades.

A quantidade de peixe era grande, fala-se em toneladas, ele vinha quase sempre fresco, dos cercos dos pescadores. Mas Sr. Malaquias comprava peixe seco de algumas pessoas dos arredores também. Para quem trabalhava na “limpeza do peixe” era o dia inteiro de trabalho e por vezes ia até bem tarde, “no Malaquias limpando peixe, ia até meia noite, uma hora da manhã”, segundo a Entrevistada 01.

Mas a época de Sr. Malaquias a frente desta atividade, não foi a única, entre as memórias, aparecem aquelas em que Malaquias era apenas uma das pessoas que tinham a mão de obra explorada pela fábrica. Fala-se de uma época em que as pessoas trabalhavam em troca de alimentos, para a Entrevistada 01, “não, não, eu nem sabia quanto que dava. Era um pacote de café, um quilo de açúcar”.

Ah, Malaquias estava sempre em dívida, quando trabalhava com [...] ⁵³. A gente ia no Ararapira vender um pouco peixe para ter um dinheirinho. Porque [...] não pagava direito, estava sempre na dívida. [...] Sempre devendo. Ele não apresentava conta, não apresentava nada. Papai trabalhava direto. Era tipo trabalho escravo. [...] Era, era sim. Aí, papai pegava o peixinho dele à noite. De dia a gente ia lá no Ararapira vender o peixe. Daí lá ele comprava

⁵³ O nome foi retirado em respeito ao combinado, com a comunidade.

coisinhas e para levava o que sobrava em o dinheiro para casa, para Erci que não podia sair. Porque papai nunca tinha saldo com [...]. Nunca, nunca, nunca. Sempre, sempre devendo (ENTREVISTADA 05).

Na época de Sr. Malaquias à frente dos negócios, houve mudanças na remuneração, o pagamento das mulheres era por hora a partir daí. Para a Entrevistada 01, “não importava se limpava bastante ou limpava pouco. A gente marcava no caderno a hora que entrava e a hora que saía [...]. Acumulava umas horas para poder receber. Só que era pouco”. A atividade se restringia a limpeza do peixe, que era compartilhada entre grupos de mulheres que chegavam a 15 pessoas, tendo que chamar mulheres de comunidades vizinhas para apoiar os serviços. O processo de secagem, embalagem e comercialização era com ele, inclusive os riscos da venda, perda de recursos pesqueiros ou calotes.

Quando questionadas sobre o que tinha mudado na atividade neste novo período, a primeira resposta foi sobre o rendimento que se tem com a nova forma de gestão, que por elas foi chamado de “lucro”. “Meu senhor, agora comprando peixe dos homens e as mulheres limpando, o lucro nem se compara” (ENTREVISTADA 01). Depois fala-se da preocupação com o produto e o tempo em que ficaram sem trabalhar com o peixe, depois que não havia quem negociasse:

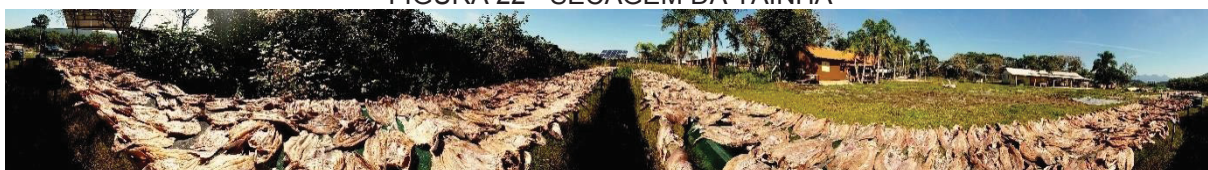
A gente aprende a como trabalhar também, né. A gente entende um pouco do que Malaquias fazia. Da preocupação de para quem você vai vender o peixe. Né! A ova. Aquela preocupação de que não vai estragar [...]. Paramos vários anos [...]. Ficamos 4 ou 5 anos. (ENTREVISTADA 01)

Para a Entrevistada 02, a tristeza que abateu a todos com o falecimento de Sr. Malaquias, foi o motivo da demora: “depois que ele faleceu a gente ficou muito sem rumo, sem ânimo. Ficou sem saída.” Segundo a Entrevistada 01, mais elementos foram superados para conseguir retomar as atividades, “a gente pensava que não era capaz. Era ele que tinha grana, era ele que conhecia as pessoas. A gente ficava com medo de começar, porque achava que não ia dar certo.” Nestes cinco anos, sem atividades, a pesca continuou a acontecer na comunidade, pois os homens tinham seus cercos, mas o pescado era vendido fresco e com valor baixo.

Sobre os procedimentos de beneficiamento do pescado, depois da limpeza e da salga, são três dias na salmoura e dois dias no sol. Sobre a secagem no sol, também se exigem cuidados, “quando está sol fraco, aí fica mais dias”, lembra a Entrevistada 02. “Depois a gente recolhe e coloca barriga com barriga. E deixa ela

armazenada, ou já faz o pacote e já vende”, complementa a Entrevistada 01. Este processo de beneficiamento, evento fotografado e presente na Figura 24, foi o primeiro que aconteceu na Nova Enseada, quase um ano após a mudança para a Nova Enseada. Ou seja, as atividades que se estruturaram na antiga vila da Nova Enseada, ainda vem sendo retomadas, lentamente. Em partes, pelo enorme trabalho que deu o processo de realocação, com o foco nos mutirões e na construção das casas, não fora possível priorizar as atividades socioprodutivas que os mantêm.

FIGURA 22 - SECAGEM DA TAINHA



FONTE: A autora (2018).

LEGENDA: Na imagem é possível ver a tainha escalada estendida sobre as mesmas telas usadas para a secagem do iriko, técnica diferenciada em relação as tainhas secas em varais, mais comumente encontradas nas comunidades caiçaras.

Sobre o processo de beneficiamento da ova da tainha, ela pode ser vendida seca ou defumada. Para a ova seca, ela é salgada e vai para a secagem ao sol. Exige mais dias de sol que a tainha, “uns dois dias a mais, até estar bem durinha”, segundo a Entrevistada 02 (FIGURA 23). É ela mesma quem fala do processo para defumar, “quando é para defumar você deixa no sol uns dois dias e depois coloca para defumar. E coloca na fumaça”.

FIGURA 23 – SECAGEM DA OVA DA TAINHA



FONTE: A autora (2018).

LEGENDA: Secagem das ovas da tainha, ao sol.

A venda ocorre no atacado, mas também acontece em pequenas quantidades quando aparece a oportunidade. A tainha só aparece durante o inverno, portanto, a atividade é sazonal, relacionada à época da safra, mas também depende de dias de sol e oportunidades para a comercialização, são muitas variáveis fazendo com que sejam também esporádicas as atividades e de baixo impacto ao meio.

O grupo de mulheres conhecido por Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia – MAE, se reconhece como um empreendimento econômico solidário, desde o início das atividades. Quando ainda integravam a Rede Cananéia e começaram a participar de atividades ligadas a articulação regional de economia solidária do Vale do Ribeira, que tinha entre outros parceiros a SOF e a AMESOL. “Mas o reconhecimento que era um grupo da economia solidária partiu desses encontros, que a gente estava fazendo. [...] Aí a gente começou a sair para entender melhor sobre isso”. O grupo não é criado a partir dela, mas vai se reconhecendo e “inserindo, encorpando, melhorando, adaptando” (ENTREVISTADA 03). A articulação regional e parceiras, as levaram a participar dos movimentos sociais de economia solidária e economia solidária feminista, que também influenciaram ações da resistência e que serão analisados mais profundamente no capítulo 6.

Além disso, a participação nestas atividades junto a organizações do terceiro setor, possibilitaram o desenvolvimento de novas habilidades entre algumas das representantes do MAE, como: a redação de projetos e a lida com documentação administrativa, a gestão transparente do uso de recursos, a documentação das atividades realizadas, a prestação de contas aos apoiadores, a criação de material de educomunicação para garantir que o processo fosse comunicado são alguns dos elementos que merecem destaque durante este processo.

Estas habilidades, foram vinculadas ao Grupo de Mulheres da Enseada da Baleia por Valle (2016, p. 105) que apresentando o Grupo, fala que seu objetivo era de gerar renda e conseguir trazer de volta as pessoas que acabaram saindo da ilha, e complementa que “com o apoio da Rede Cananéia, a comunidade conseguiu financiamentos de fontes diversas para executar pequenos projetos de empreendedorismo e economia solidária”.

Somadas as vivências e formações com organizações parceiras, junto com valores que foram trabalhados dentro do coletivo, que são valorizadas pelos empreendimentos econômico solidários (autogestão, transparência na gestão

financeira, fundos rotativos, valorização dos trabalhadores etc.), permitiram que se criasse uma forma de organizar comunitariamente nova, para a Enseada. Esta nova forma de organização feminina influenciara toda a comunidade no processo de realocação. Portanto, foi a forma encontrada para viabilizar a mudança de local da comunidade, que exigiu profunda organização de todas as famílias, para que se efetivasse coletivamente, como aconteceu em 2017.

Em abril de 2019, uma nova leitura do processo de organização feminino é feita. A Associação dos Moradores da Enseada da Baleia (AMEB) que é fundada em 2015, e que desde esse período tem as mulheres como seus principais cargos, se redesenha. O próprio MAE é tido como uma das frentes da AMEB e, além dela, tem como frentes de trabalho desta Associação: os mutirões comunitários, um projeto junto à Caixa Econômica Federal, palestras, a participação no Conselho Consultivo do PEIC, a estufa de secos e defumados, o fundo com moradores, a captação de água potável vinda da RESEX da Ilha do Tumba, uma festa proposta para junho, o tanque de evapotranspiração (TEvap) para tratamento de águas sanitárias, as pesquisas em andamento e a mobilização de novos recursos. Estas ações não são tocadas apenas por mulheres, mas elas acompanham o andamento de todas as frentes. Integrando, portanto, a percepção que as frentes de trabalho ocorrem tanto entre as que geram recursos, as que vem de fundos públicos ou privados, além de ações de articulação que integram atores distintos.

5.3 ASPECTOS FÍSICOS QUE CULMINARAM NA REALOCAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA ENSEADA

Os aspectos históricos, que marcaram as memórias das famílias da Enseada, até o processo de realocação, estão aprofundados em quatro partes. Que descrevem o processo erosivo, um acidente no início de 2015, uma forte ressaca em outubro de 2016 e como isso, influenciou na decisão da realocação das famílias da antiga vila da Enseada da Baleia, para a Nova Enseada. Mais tarde, em 2018, o esporão arenoso se rompeu dando origem a uma nova barra, fazendo com que a primeira área habitada desapareça em pouco tempo.

5.3.1 O processo erosivo que ocorre na restinga do Ararapira

Segundo Santos (2009, p. 22-24), os estudos sobre a erosão costeira no Brasil são recentes e começam a ganhar expressão na década de 1990, especialmente relacionados ao aumento do nível do mar. Até 2006, os trabalhos aconteciam de forma isolada, quando o Ministério do Meio Ambiente (MMA), propôs um livro reunindo informações sobre o tema no Brasil. Além disso, atribui as causas das erosões nas áreas costeiras a fatores naturais e fatores resultantes de intervenções humanas, sendo que uma tabela “síntese da situação das praias brasileiras em relação às causas e aos indicadores”. Na região Sudeste, ocorrem ao menos dezenove das causas e a região Sul dezesseis, das vinte causas de erosão costeira (SANTOS, 2009, p.24).

A erosão da restinga do Ararapira, que é mencionada como a principal causa da necessidade de realocação pela população, está situada a sudoeste de Ilha do Cardoso e em frente à Ilha do Superagui, na divisa dos dois estados de São Paulo e Paraná, na fronteira entre as regiões Sudeste e Sul. A Figura 14, demonstra precisamente a localização da fronteira e do Canal do Varadouro.

A restinga do Ararapira se caracterizava por um esporão⁵⁴ arenoso que não ultrapassa os 800 metros de largura e que apresenta três estreitamentos, em toda sua extensão, inferiores a 200 metros de largura, com o comprimento de aproximadamente dezesseis quilômetros de extensão. A restinga “comunica-se com a Baía de Trapandé, por meio do canal do Ararapira e com a Baía dos Pinheiros através do Canal da Draga ou Canal do Varadouro, escavado na década de 1950”. Além do Oceano Atlântico, em seu lado Leste (ANGULO; SOUZA; MULLER, 2009, p. 68). Atualmente, a restinga não é mais um contínuo de 18 quilômetros, ela encontra-se em duas partes, separadas por uma nova barra.

Na entrevista ao documentário Vazantes (2009), Sr. Malaquias contou que já investia há mais de 25 anos na contenção do bar/mercearia, com muito cimento, trazendo elementos para entender como a comunidade da Enseada percebia a erosão e como ele reagia ao fenômeno. Segundo ele:

Eu estou gastando o que não tenho há mais de vinte e cinco anos, venho gastando aqui, dinheiros e dinheiros, jogando dinheiro aqui. Só de cimento, quantos, quantos e quantos. Dezenas de sacos de cimento eu gastei aqui.

⁵⁴ Esporão caracteriza-se por uma “pequena cadeia ou elevação topográfica alongada que se projeta em ângulo forte, como contraforte, da cadeia de montanhas principal ou da região mais elevada topograficamente” (GLOSSÁRIO GEOLÓGICO ILUSTRADO, s.d.).

Dinheiro que daria para fazer uma casa mais bonita na cidade e joguei, tudo aqui, ó. Quanto? Cento de sacos tem aí? (CARDOSO, 2009 apud VAZANTES, 2009)

Na reportagem do Programa Série Comunidade Caiçara/Prog. 3 (2009), Sr. Malaquias relaciona a erosão e a paisagem, conta que a erosão ocorria devido as marés cheias, que causavam desprendimento de porções de areia, fazendo com que a restinga, entre o Canal do Ararapira e Oceano Atlântico diminuísse a cada ano. Para ele, a implantação do Canal do Varadouro⁵⁵, que liga Paranaguá - PR a Cananeia - SP, realizado entre 1950 e 1958 é que haveria alterado o curso das águas e da areia:

o mais prejudicial aqui é quando dá muita chuva na serra que força água demais [...] acho que o Canal do Varadouro que foi aberto [...] para passar embarcação, então depois que abriram o Canal aí forçou água [...] Ah se romper, aí vai ser prejudicial a nossa família aqui, porque ela vai gastar, e vai desmoronar tudo vai derrubar as casas [...]. (CARDOSO, 2009)

O evento já era percebido pela comunidade desde a década de 1980 (NUPAUB, 2016), além disso, eles acreditam que o processo erosivo seja resultado de duas situações que estão sendo vivenciadas. A primeira tem a ver com a abertura do Canal do Varadouro e um segundo movimento, que tem a ver com as mudanças climáticas que vem sendo vivenciadas e discutidas mais profundamente no campo da ciência. Este segundo argumento, começa a ganhar mais força depois da ressaca de 2016, que será relatada mais adiante. Portanto o que estaria motivando o processo erosivo nesta restinga, não seria apenas fatores naturais, conforme relatado muitas vezes pelas matérias jornalísticas.

Acredita-se que, mesmo não havendo estudos que comprovem que o Canal do Varadouro influencia no processo erosivo, alguns argumentos técnicos, ajudam a fortalecer esta ideia. Segundo o Entrevistado 01, em uma das conversas com técnicos que analisavam o caso vivenciado neste território, algumas características como

⁵⁵ Segundo Bazzo (2010, p. 15-16), o Canal do Varadouro, foi uma obra concluída no ano de 1955, que tinha por “objetivo ligar a Baía de Paranaguá, no Paraná, à Baía de Trapani, em São Paulo”. Resultado da obra foi a transformação do território do Superaguí em ilha artificial. Sendo o próprio canal, um canal artificial, também descrito por Rodrigues (1959, p.473), retrata a passagem da lancha “Comandante Dídio Costa” na passagem artificial do Varadouro, no dia 22 de janeiro de 1955, com membros do Instituto Histórico de Paranaguá, em visita oficial a Cananéia, quando houveram brindes a concretização “do mais teimoso e persistente anseio das duas antigas Vilas de Marinha. [...] Representa uma bi-secular tentativa dos moradores e autoridades locais [...]; solucionaria um problema econômico regional, concorrendo para o reerguimento do Vale do Ribeira; finalmente, iria facultar o restabelecimento de comunicações eficientes e necessárias no litoral sul paulista, praticamente abandonado desde a implantação da chamada República Nova”.

“onde é só um canal, a linha é reta. Quando desemboca dois, a desembocadura do mar e do canal, já entra em debate alguma coisa, que fez uma curva aqui. Né! E depois que a água se anima, o volume é mais forte, ela bate no Paraná e [...] na Enseada”.

Os riscos com relação a este rompimento vêm sendo estudados há anos. Mihály e Angulo (2002), previram o rompimento do esporão em sua porção mais estreita em 2011, com mudanças nas características locais. Entre as quais: a) migração lateral no sentido sudoeste de desembocadura; b) abertura de uma nova barra, em sua parte mais estreita; c) com esta nova barra, a atual (que está localizada próximo a comunidade de Ponta de Leste) poderia se fechar, provocando assoreamento entre estes dois pontos. Este prazo não se confirmou, ocorrendo alguns anos mais tarde.

De acordo com Angulo, Souza e Muller (2009, p. 72), a abertura da nova barra poderia acontecer entre 2017 e 2033. Apesar do rompimento ter ocorrido no ano de 2018, ele não ocorreu pelos motivos sugeridos pelos autores, já que estes afirmavam que a ação do vento estaria removendo uma quantidade de metros de sedimento e isso ocasionaria o rompimento dentro do intervalo. Entre as consequências sociais e políticas da abertura da nova barra, previstas pelos autores, são citados questões que se colocariam para discussão: os limites interestaduais entre São Paulo e Paraná, os limites entre as unidades de conservação, Parque Estadual da Ilha do Cardoso e Parque Nacional do Superagui, além de modificações que podem vir a afetar principalmente três vilas: a Barra do Ararapira, que está localizada na Ilha do Superagui, a Enseada da Baleia e o Pontal de Leste, na Ilha do Cardoso⁵⁶. Para cada uma das três comunidades caiçaras citadas, as consequências poderiam ser diferentes⁵⁷. Na Barra do Ararapira, espera-se uma diminuição no processo erosivo que vai ocorrendo na vila, mas mudanças nas características do estuário podem prejudicar a pesca, a aquicultura e a retirada de caranguejos e mariscos, além de um distanciamento do acesso ao mar, de aproximadamente seis quilômetros. No caso de

⁵⁶ Os autores não mencionaram a Vila Rápida que fica um pouco acima da Enseada da Baleia conforme pode ser visto na Figura 14. De todo modo fica a ressalva que além dessas três teria mais uma comunidade diretamente afetada, com a ruptura do esporão arenoso e eventual abertura de uma nova desembocadura.

⁵⁷ Até o momento, no meio do ano de 2019, não fora confirmado o fechamento da antiga barra, que separava com o Canal do Ararapira as comunidades de Barra do Ararapira (Ilha do Superagui/PR) e Pontal de Leste (Ilha do Cardoso/SP). Mas já se percebe uma mudança no volume de água que separava estas duas comunidades, bem como, uma maior dificuldade de utilização desta barra, na saída das embarcações, de acordo com os moradores de ambas as comunidades.

Pontal de Leste, pode vir a ocorrer uma erosão na margem oceânica do esporão e exigir a realocação dos moradores. E, no caso da comunidade da Enseada da Baleia, que estava localizada a apenas 500 a 600 metros a sudoeste desta nova desembocadura, estimava-se uma abertura de aproximadamente um quilômetro e, com isso, a vila ficaria muito próxima da margem. De acordo com os autores, não se poderia prever se a migração da nova barra seria em direção nordeste ou sudoeste, já que neste segundo caso, a vila seria erodida (ANGULO; SOUZA; MULLER, 2009, p. 74). Uma compilação de dados de Angulo, Souza e Muller (2007) e IG (2012), entre os anos de 1980 e 2012, que o trecho mais estreito do esporão arenoso, se reduziu de 90 a 100 metros, para 20,8 metros. Totalizando uma perda de aproximadamente 70 a 80 metros em 32 anos (CHELIZ, 2015, p. 191).

Em Laudo Técnico, produzido pelo Instituto Geológico, órgão da Secretaria do Meio Ambiente, a pedido do processo administrativo do Ministério Público Estadual – GAEMA – Núcleo II – Vale do Ribeira (subitem 6.1), que tem como objeto a “realocação de moradores da comunidade tradicional da Enseada da Baleia, em razão da possibilidade de rompimento da Ilha do Cardoso e regularidade da destinação das moradias aos ocupantes tradicionais da comunidade”. Diferem em suas projeções, considerando oito anos de monitoramento (julho/2007 a maio/2015), com taxas de erosão de 1,37 metros ao ano, realizou-se cinco itens de projeção para o futuro, dos quais destacam-se os itens “d” e “e”, que tem seus pontos de referência ilustrados através da Figura 24 (IG, 2015, p. 28).

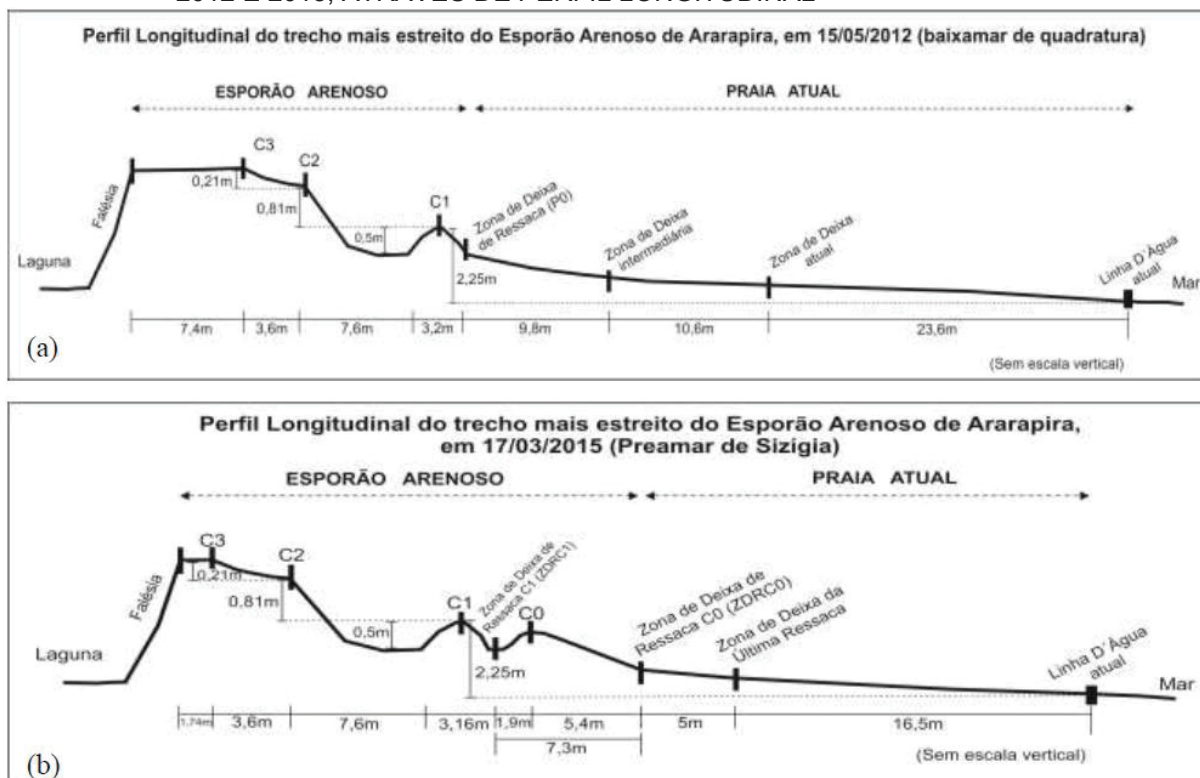
d) Entretanto, do ponto de vista geológico-geomorfológico, quando o cordão C2 for atingido (daqui a 4 anos) é provável que a taxa de erosão se acelere. Para uma taxa de 3,5 m/ano (o dobro da maior taxa medida ou 2,6 vezes a média histórica), a depressão C2/C1 e os cordões C1 e C0 desapareceriam até meados de 2024; nessa época, se a taxa de progradação⁵⁸ for a mesma da média histórica, a linha de costa terá acrescido de 15,48 m (mais 2 novos cordões). Para uma taxa de 4,2 m/ano (maior taxa sugerida pelos pesquisadores da UFPR e triplo da média histórica), todo esse trecho desaparecerá até o segundo semestre de 2023; nessa época, se a taxa de progradação for a mesma da média histórica, a linha de costa terá acrescido de 14,23 (também 2 novos cordões).

e) Por outro lado, como a taxa de erosão lagunar apresentou tendência de queda acentuada desde janeiro/2014 até maio/2015, então ela poderá permanecer em queda nos próximos anos (se houver predominância de clima mais seco). Assim, se ela se mantiver em, pelo menos, 0,90 m/ano (taxa de

⁵⁸ Para a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, entende-se por progradação “avanço da linha de praia em direção ao mar, resultando em sedimentação fluvial na região próxima à praia”, segundo o glossário de termos geológicos, do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG).

maio/2015), então a cunha erosiva atingiria o topo de C2 em 6 anos. Isto daria 2 anos a mais para as estimativas apresentadas acima.⁵⁹ (IG, 2015, p. 29)

FIGURA 24 - ALTERAÇÕES DO TRECHO MAIS ESTREITO DO ESPORÃO ARENOSO ENTRE 2012 E 2015, ATRAVÉS DE PERFIL LONGITUDINAL



FONTE: IG (2015).

LEGENDA: O perfil morfológico esquemático contém dados de diferentes momentos, sendo (a) de 15/05/2012 e (b) de 17/03/2015, além disso, existe uma referência ao ponto P0 em 2012, similar ao ponto ZDRCC1 em 2015.

A Figura 24 demonstra oscilação entre a diminuição e ampliação desta área, através da formação de um novo cordão arenoso no período do monitoramento, que fora nomeado como C0, e que aparece no perfil de 2015. A partir deste relatório tem-se que um cenário possível seria que o rompimento da Ilha do Cardoso ocorreria em 2023, caso fossem mantidas “as tendências dos últimos 8 anos” (IG, 2015, p. 29), descritas através do item “d”. E que poderia se atrasar em dois anos, ou seja, rompendo-se em 2025, se acompanhasse uma tendência de queda que ocorreu num curto período anterior (janeiro/2014 a maio/2015), através do item “e”. Este cenário não se concretizou, e outros eventos ocorreram, acelerando o processo erosivo.

⁵⁹ Entre os possíveis cenários, vale deixar claro que a autora chama de “C2 e C3 são cordões litorâneos antigos remanescentes, C1 e C0 são os cordões litorâneos recentes, sendo que C1 era o cordão mais jovem em 2012, e C0 é atualmente o mais jovem, indicando progradação da linha de costa” (IG, 2015, p. 03).

No início de 2015, um evento ocorrido a partir da atracação de um barco turístico causou um processo erosivo súbito na entrada da comunidade. Segundo a matéria “Turbilhão causado por baco turístico derruba casas de caiçaras na Enseada da Baleia”, do Jorna Viva Gente, de abril de 2016:

O barulho do motor do Catamarã Maratayama se sobrepôs ao som cotidiano da natureza na manhã de intenso verão na Enseada da Baleia, uma das vilas caiçaras da Ilha do Cardoso, em Cananéia. Naquele sábado 7 de fevereiro de 2015, o barco não atracaria no Pontal do Leste, como sempre fazia, porque segundo a versão oficial, faltava água no bairro – o último da Ilha do Cardoso em direção ao mar aberto. O Maratayama pertence à prefeitura de Ilha Comprida e faz passeios turísticos pelo Lagamar.

Segundo esta matéria jornalística, o marinheiro optou por levar os turistas à Enseada da Baleia. Na atracagem da embarcação, a vazante da maré dificultou a tarefa, o que fez com que ele seguisse com três tentativas, até decidir parar do lado norte. As casas começaram a cair, primeiro a “casinha do peixe”, onde se trabalhava com a limpeza dos pescados. Uma das monitoras da embarcação, aponta a moradia uma casa de moradora, que tinha sido reformada no ano anterior para a recepção de turistas que é uma das rendas da comunidade (JORNAL VIVA GENTE, 2016, p. 8). Com o desmoronamento que se iniciou no momento da atracagem da embarcação, somados aos danos nas estruturas que ficavam a margem do Canal do Ararapira, geraram prejuízos em duas residências e mais três espaços comunitários. Dentre os espaços comunitários, estava a cozinha da Dona Erci⁶⁰ (2016), ela fala da dificuldade que tinha de lidar com a perda de seu espaço de trabalho.

Eu falo que foi a verdade, foi o bendito barco que fez. A primeira vez que ele chegou aqui ele fez isso, eu sinto muito, porque a minha cozinha onde eu trabalhava, fazia comida para os turistas quando vinham pescar por aqui, eles chegavam e já pediam almoço. Aí eu estava na cozinha, que era a minha cozinha ali, aí eu já ia fazer almoço para eles. Deixava preparado para eles, e marcava hora de eles vir comer. E agora, vai fazer um ano, eu senti muito, senti muito mesmo. Eu nem gosto de olhar lá no bar. Quando tinha a minha cozinha bonita e cheia de coisas. [...] E agora a maré tá acabando com tudo mesmo.

O Laudo Técnico do Instituto Geológico, concorda que o “repentino de erosão” foi resultado de intervenção antrópica:

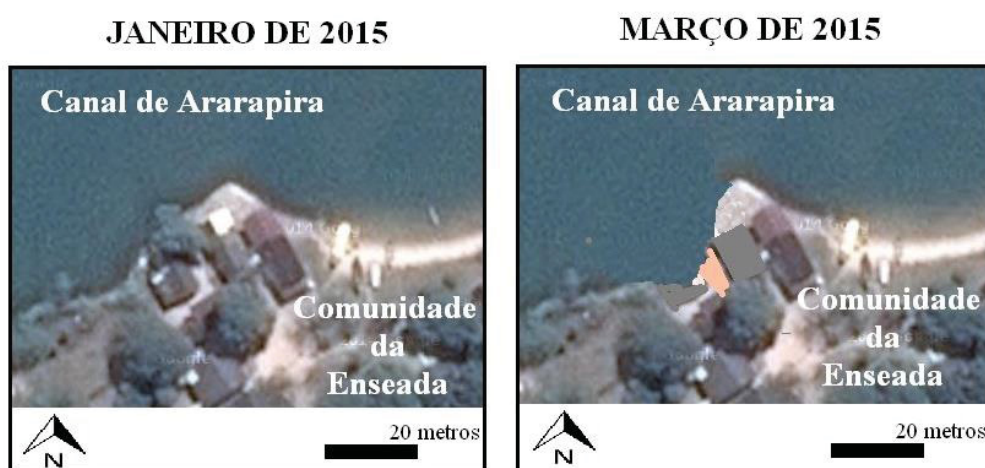
⁶⁰ A entrevista foi gravada com Dona Erci em 2016, um ano após o acidente com a embarcação para a Agávea Marketing e Arte.

Além da ação-reação causada pelas manobras da embarcação em si, não há quaisquer indícios de que tal processo tenha sido causado especificamente por algum fenômeno natural, ou conjugado a ele, já que as condições atmosféricas eram de tempo bom, e esse processo não atingiu outras áreas, inclusive não alterou a taxa de erosão da margem lagunas no local de monitoramento (IG, 2015, p. 18).

Além de não haver fenômenos naturais que justificassem o desmoronamento das construções, bem como perda significativa da área da comunidade (FIGURA 25). Os moradores esboçam uma setorização da Vila, com faixas de segurança para a permanência de construções, baseadas em sua percepção histórica do processo erosivo (IG, 2015, p. 18).

Este acidente, provoca uma reação local, que fora determinante no processo de organização social da comunidade. Um dos encaminhamentos deste acidente, fora a propositura de uma Ação Civil Pública (ACP), através da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DEPESP) e da Associação de Moradores da Enseada da Baleia, que atesta como resultado deste acidente, danos materiais e morais aos moradores da Enseada, a destruição de cinco construções da comunidade, afetando a paisagem e o valor estético, além de prejuízos à atividade turística exercida na localidade e agravando a vulnerabilidade geológica “contra a qual a comunidade luta(va) há décadas” (DEPESP, 2016, p. 38). Mais informações sobre esta ACP, estão trabalhadas no subitem 6.1.

FIGURA 25 - RESULTADOS DO ACIDENTE OCORRIDO EM FEVEREIRO DE 2015



FONTE: Adaptado de Cheliz (2015).

LEGENDA: As duas imagens demonstram como foi reduzida a área da comunidade entre os meses de janeiro e março de 2015.

O Laudo Técnico do IG, posterior ao acidente, ainda afirma que “não existe uma situação de emergência⁶¹” para a realocação de toda a comunidade da Enseada da Baleia. Ressalta que ela vinha coexistindo com a erosão desde a década de 1990, evitando residências junto à margem lagunar, mas que pela situação imposta por intervenção antrópica, “como o tráfego e a ancoragem de uma embarcação de médio porte no local”, haveria urgência para a reconstrução das moradias afetadas. E alerta, ainda, sobre o perigo do rompimento do esporão às comunidades da Enseada da Baleia e Vila Rápida⁶², pois a erosão será forte para ambos os lados, sudoeste e nordeste. A erosão poderia atingir as comunidades em horas (IG, 2015, p. 21).

Um novo evento ocorre em outubro de 2016, que acelerou todas as previsões daquilo que estava estabelecido em relação ao rompimento do esporão da Ilha do Cardoso e da formação de uma nova barra. Segundo Cheliz et al. (2019), um único evento erosivo, que se somou à lua nova e correntes de vento, se perdeu mais de quinze metros de extensão total, resultando em pouco mais de dois metros na parte mais frágil (FIGURA 26), tornando-o mais propenso ao rompimento. Hayama e Cardoso (2018, p. 630), atribuem a diminuição da faixa de areia a passagem de um ciclone extratropical no litoral paulista, entre os dias 27 e 31 de outubro, causando elevação do nível do mar e forte agitação no mar.

Este evento, muda a percepção dos moradores das possíveis causas dos eventos vividos e amplia a visão com relação as mudanças climáticas que tinha menor importância em relação a um argumento ligado a água que viria do Canal do Varadouro. Para o Entrevistado 01 “com a extraordinária maré que deu, não sei se

⁶¹ Segundo o Ministério de Integração Nacional, em manual Defesa Civil Brasil – Reconhecimento de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública, a situação de emergência é “situação anormal, decretada em razão de desastre, que embora não excedendo a capacidade inicial de resposta do município ou do estado atingido, requer auxílio complementar do estado ou da União para as ações de socorro e de recuperação”. Além deste conceito, entende-se por desastre “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando grave perturbação no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo extensas perdas e danos humanos, sociais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando recursos próprios”. A situação de emergência poderia ser decretada quando caracterizado o desastre, necessitando assim de uma situação jurídica especial. O chefe do poder executivo local, municipal ou estadual, é quem poderiam proceder com a situação jurídica especial em seus territórios.

⁶² Até 2019, a comunidade da Vila Rápida também teve sua área atingida pelo processo erosivo, mas não buscando apoio entre instituições públicas, optou por realocar-se por conta própria para duas áreas distintas na Ilha do Cardoso. Uma delas com licenciamento da área e amparo legal para isso e outra, não. A mudança desta comunidade, ocorreu apenas posterior ao processo de rompimento do Canal do Arapirã e, de certa forma, a um período de bastante turbulência. Foram relatadas perdas materiais por algumas das famílias e alguns conflitos.

veio para bem ou para mal, mas tá mudando, porque ela comeu em uma noite doze metros. Senão teria oito metros lá hoje. Então nós estaríamos lá ainda”. Todo ano existia um processo de ressaca “tinha uma maré que batia no barranco”, mas estes eventos tiravam um metro ou menos, não tanto como o que foi percebido nesta ressaca de outubro de 2016 (ENTREVISTADO 01). A Entrevistada 03, acredita que a mudança climática está acontecendo e que estão tendo a oportunidade de verificar isso:

Agente está confirmando que o mar está mais alto, a praia está mudando o seu formato e que as ressacas não são mais no período de inverno, tá vindo no verão, então a gente viu as mudanças. Mas o que a gente entende é que o Canal do Varadouro tirou, por todo esse período, uma quantidade de terra que deixou isso muito frágil para este momento do mundo, agora, que a gente está vivendo. Então se não tivesse todo este Canal, provavelmente não teria rompido, fato. É o conjunto das coisas [...] são dois efeitos diferentes, em conjunto. E aí, realmente precisa olhar para o mar, para o que está rolando. Mas isso tem a ver com as mudanças do mundo, agora, que tá rolando né. O mar todinho, desde a Ilha Comprida, as reclamações são as mesmas, toda costa do litoral está passando pela mesma situação, ao mesmo tempo. Então o mar está aumentando o seu nível e aí as ressacas agora são mais intensas. (ENTREVISTADA 03)

FIGURA 26 - ESPORÃO ARENOSO DEPOIS DA RESSACA DE 2016



FONTE: Adaptada de Cordeiro e Cardoso (2017).

LEGENDA: O afinamento do esporão arenoso, depois de queda significativa de quase toda a extensão depois da ressaca de outubro de 2016. Do lado esquerdo o Canal do Ararapira, do lado direito o mar (Oceano Atlântico) e ao fundo, as montanhas da Ilha do Cardoso.

Mas não é só a percepção que é alterada com o evento. Depois dessa ressaca, a permanência da comunidade se tornou insustentável na localidade. Cada

maré cheia, aumentou a preocupação com o território que se comprimia em relação à praia. Segundo as Entrevistadas 01 e 02, episódios de cheia das marés e entrada de água nas moradias aumentavam a sensação de insegurança. Este evento, motivou as famílias da comunidade, a busca de alternativas para iniciar o processo de realocação da comunidade.

O processo erosivo vinha se intensificando ao longo dos anos e tem seu desfecho no dia 27 de agosto de 2018, com o rompimento do cordão arenoso, durante a maré cheia de uma lua cheia. A formação de uma nova barra⁶³ se deu em poucas horas. Para Cheliz et al. (2019), a maré de enchente que propiciou inicialmente um deslocamento pouco volumoso de águas do oceano para o canal, pela combinação de ventos, o deslocamento passou a se tornar mais intenso. Entre agosto e novembro de 2018, a extensão da abertura chegou em 1112 metros. Em conversa informal, o Entrevistado 12, indica que no início de 2019, o tamanho da barra já teria passado os 1400 metros. Na Figura 27, estão apresentadas duas fotografias tiradas uma no início do rompimento, no dia 27 de agosto de 2018 e a segunda, com aproximadamente dois meses após a abertura do canal, no dia 30 de outubro de 2018. Estas fotos equivalem ao trecho em cor roxa da Figura 14, entre a antiga vila da Enseada da Baleia e a comunidade de Vila Rápida.

FIGURA 27 - COMPARAÇÃO DO ROMPIMENTO DO ESPORÃO ARENOSO NO DIA 27 DE AGOSTO E A FORMAÇÃO DE UMA NOVA BARRA



FONTE: Foto de Cordeiro (2018) à esquerda e Foto de Noffs (2018) à direita.

LEGENDA: A esquerda uma imagem do dia 27 de agosto de 2018, quando a água do mar, passa por cima da restinga e entra em contato com o Canal do Arapira. A direita, uma foto do mesmo local, no dia 30 de outubro de 2018, mostrando a ampliação da desembocadura e a formação da nova barra.

⁶³ Segundo o glossário de termos geológicos, do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG), a barra de canal é a “forma de leito de ocorrência não periódica, e que se desenvolve sob condições de profundidade rasa, nas quais pequenas mudanças no fluxo podem ser responsáveis por considerável variação na sua morfologia, pode ser longitudinal, transversal, em pontal e diagonal”.

Segundo os moradores, a situação ainda é transitória. Ainda não há clareza sobre os impactos sofridos sobre as povoações presentes nos arredores. Mesmo recente, já se percebem alguns impactos nestes primeiros dias: o aumento da salinidade da água (através da mudança da cor das águas), as alterações nos hábitos dos recursos pesqueiros, as alterações nos tipos de pesca praticados por pescadores artesanais, impossibilidade de trânsito de embarcações públicas que iam até as comunidades de Pontal de Leste e Vila do Ararapira (as comunidades mencionadas no depoimento podem ser localizadas através da Figura 14), em função da periculosidade da nova barra etc. Algumas destas alterações são percebidas:

O território, assim, é de uma complexidade, e uma dinâmica, que não tem como afirmar quase nada, num primeiro momento. A gente vem acompanhando e sabe que tem influência sobre o pescado, sobre algumas atividades de pesca, a navegação na área está sendo prejudicada, e isso começa a afetar as comunidades que estão mais ao sul, como o Pontal de Leste e a própria Barra do Ararapira. O pessoal da Vila Rápida tem falado que os quatro meses da pesca do iriko já não está legal, então eles pescaram pouquíssimo [...], tem uma expectativa que agora para o verão melhora. [...] E a gente também tem uma necessidade de ter maiores dados, assim, para tentar fazer algumas previsões. Hoje o que a gente pesquisa e monitora é muito do processo erosivo que ocorre no local, que traz informações por parte da erosão e quanto isso está avançando em relação à comunidade que está próxima hoje que é a Vila Rápida (ENTREVISTADO 12).

Para Cheliz et al. (2019), os impactos provocados pela perda de terras emersas aos moradores locais (principalmente da Vila Rápida, que está mais próximo ao local) são: mudanças nos padrões hidrológicos, que incluem alterações na distribuição de espécies aquáticas, diminuição da vazão de água na antiga barra, dificuldades de transporte e possibilidade de acidentes náuticos.

Com a realocação das famílias da Enseada da Baleia, para a Nova Enseada no ano de 2017 e a abertura da nova barra em 2018. A força da nova barra, soma-se a intenção humana de tirar da antiga vila qualquer vestígio de que fora habitada, para corresponder a uma das condições do Inquérito Civil Público 049/08 do Ministério Público do Estado de São Paulo - GAEMA. Esta atividade seria cumprida por uma empresa terceirizada, com a abertura da barra, boa parte da execução foi realizada pela comunidade com apoio da Unidade de Conservação que ofereceu combustível e embarcação para a realização do serviço (ENTREVISTADO 12), restou o cuidado de retirar todo o material que lhes pudesse ser útil na Nova Enseada. Este trabalho foi planejado para acontecer até o mês de setembro de 2018, quando uma boa parte da

estruturação das residências já estava na fase final, dada a rápida transformação física que se sucedeu ao rompimento do esporão.

Seus fragmentos e memórias foram o resultado ao questionamento de como veem a resistência delas na permanência. As mulheres falam da dor e de como evitam de ir para lá, agora que boa parte da mudança está feita. “Eu vou lá só para chorar mesmo, na verdade” (ENTREVISTADA 05). Outra reforça o sentimento de perda que representa o fenômeno. “A gente chega lá e vê o lugar da gente, acabando. Imaginar que um dia você morou e vai ser só água. Não vai ser aquele lugarzinho que você está visitando. Chega lá... e, meu senhor. Dá uma tristeza muito grande” (ENTREVISTADA 02). Estes relatos aparecem com lembranças dos entes falecidos, aqueles que não chegaram a viver a realocação, com alterações na paisagem com a qual conviviam e emoção.

Um pouco desta alteração na paisagem, vem sendo registrada pela fotógrafa Carolina Kotchetkoff, que agrupou imagens na mesma localidade em diferentes momentos, como na Figura 28. A queda da árvore, registrada na última fotografia, traz à lembrança da emoção sentida por Dona Erci (2016)⁶⁴, quando se lembra dos impactos do acidente ocorrido em 2015 e fala em entrevista o que significava a queda de uma árvore “cada filho que nascia eu plantava um pé de planta para ele. [...] Vinha a mais tempo já, todo mundo fazia isso, quando eu tive meus filhos, fui pondo o nome deles em cada pé de árvore que eu plantava”.

Estas modificações que estão sendo provocadas, impactam outras comunidades que estão situadas nos arredores. Sobre a Vila Rápida, a Unidade de Conservação está trabalhando com a situação de aprovar o licenciamento de uma área que fica entre a Comunidade do Marujá e a Nova Enseada. Para o Entrevistado 12, não existem muitas áreas aptas e com segurança para recebê-los. Acredita que as mudanças continuarão acontecendo e que faltam estudos para isso, no âmbito da gestão do PEIC. Ainda complementa que além das alterações decorrentes deste fenômeno, é necessário, realizar o monitoramento costeiro de longo prazo, em função das possíveis alterações nas medidas dos oceanos, decorrente de mudanças climáticas. De qualquer forma, as famílias da Vila Rápida se mudaram para outras localidades na restinga do Ararapira, depois do processo de rompimento da barra,

⁶⁴ Entrevista dada em 2016, para documentário proposto pela Agávea Marketing e Arte para a Comunidade da Enseada da Baleia, sendo esta parte do material bruto gerado.

reconhecendo as alterações e riscos na permanência que enfrentavam onde estavam alocados. Este espaço também não existe mais, desde o primeiro semestre de 2019.

FIGURA 28 - SEQUÊNCIA DE IMAGENS SOBRE O BAR E MERCEARIA DO SR. MALAQUIAS

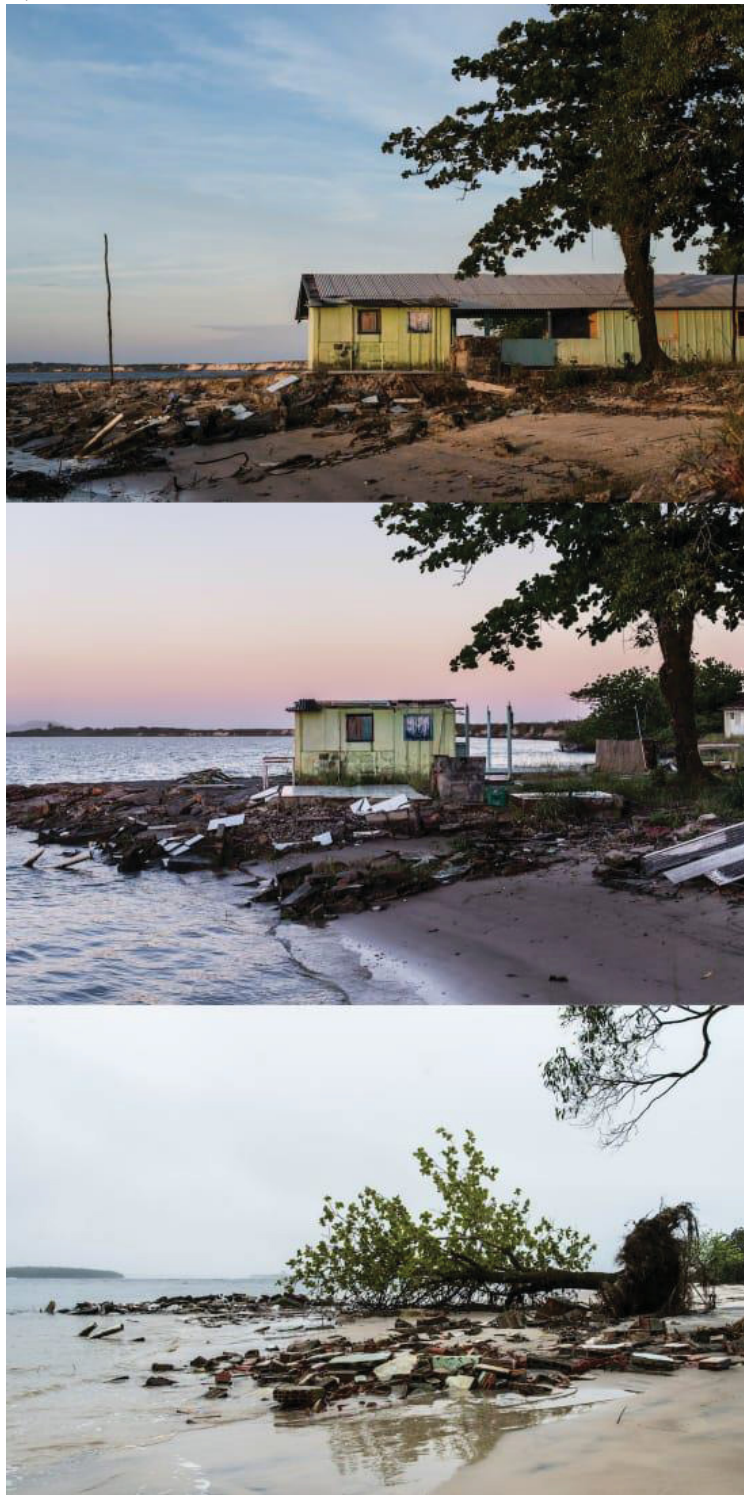


Foto: Kotchetkoff (2018).

Legenda: Sequência de imagens que foram tiradas no mesmo local, o bar e mercearia de Sr. Malaquias, de cima para baixo, em junho/17, novembro/17 e outubro/18.

5.4 A REALOCAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA A NOVA ENSEADA

Depois da ressaca de outubro de 2016, ficou impossível prosseguir vivendo na antiga vila Enseada da Baleia, o clima era de incômodo com a situação e medo. Para o Entrevistado 01, “não podiam nem pensar em se reestruturar lá na comunidade [...] Porque não podia reformar a casa, não podia aumentar, não podia fazer nada porque, pra quê? Daqui a pouco vem o mar e engole”. Para a Entrevistada 01, não era apenas o medo do rompimento do esporão arenoso, “medo da erosão e medo de sair dali, não tinham para onde ir”. A situação vivenciada pela comunidade foi de espera por anos, até que fosse resolvida a situação de como e onde viveriam. Mais tarde, a situação se transforma em medo.

Houve possibilidades de solução para a realocação deles, nos anos de espera. Antes de encontrar o local onde está situada a Nova Enseada, “a ideia era mudar mais para o sul” da própria restinga do Ararapira (Ilha do Cardoso), segundo a Entrevistada 05, em direção a comunidade de Pontal de Leste⁶⁵, mas se lembram que a proposta teria ao menos dois problemas. O primeiro seria que com o acidente de 2015 e a perda de área da comunidade, as construções perdidas não teriam como ficar próximas ao núcleo, junto às outras famílias, não tinha mais espaço para que todas as construções ficassem próximas umas das outras (ENTREVISTADA 03). Depois disso, fizeram uma nova negociação para próximo de onde viviam, só que não foi possível seguir com esta proposta em função da maré de outubro de 2016 (ENTREVISTADO 08). Foi a partir desta ressaca, que aconteceu no mês de outubro de 2016, que se iniciou o processo de escolha da área para onde foi realocada a Enseada. Quando fala do processo de escolha da localidade, lembra dos principais motivos que os fizeram optar pela área⁶⁶,

⁶⁵ A comunidade de Pontal de Leste também vem sofrendo alterações no processo de abertura desta nova barra. Entre as principais alterações percebidas, está a intensificação da erosão na área da comunidade que está a frente do Canal, o fechamento gradual da barra que estava alocada no sul da Ilha do Cardoso, a dificuldade de acesso dada da violência da barra, que interrompeu os serviços públicos de transporte de alunos para a escola e de pedestres para Cananéia-Ariri, dificuldades diversas nas atividades de pesca, etc. Muitas destas questões também recaem sobre a comunidade de Barra do Ararapira, que está situada logo a frente da comunidade de Pontal de Leste, mas do lado paranaense, ou seja, na Ilha de Superagui. Nenhuma das comunidades foi alvo desta pesquisa.

⁶⁶ Outros critérios utilizados para a escolha, serão mais detalhados no subitem 6.2, que contém dados do mapeamento realizado em conjunto com a equipe multidisciplinar do NUPAUB/USP.

A área tem as árvores, que a comunidade tem uma relação tão forte, a gente tem o mesmo espaço para a atuação pesqueira, principalmente do iriko, que é uma pesca de maior renda para a comunidade. [...] a vó já morou nela, [...]. Ela já sabe a qualidade da água, ela já sabe como é viver dentro daquela área, então isso fez essa escolha se fortalecer (ENTREVISTADA 03⁶⁷).

Percebe-se portanto, que há uma combinação de fatores, que passam pelo reconhecimento histórico de como é viver nesta localidade, pela legalidade da atividade econômica que viabiliza a pesca do iriko, que não é uma pesca permitida apenas em local específico, sobre a possibilidade de permanência em função da disponibilidade de água potável, junto a outros fatores que serão abordados mais a frente. Além disso, houve críticas em relação a escolha, “um falava: ah não, lá é muito feio!” (ENTREVISTADA 05). Uma antiga moradora, diz que saiu da área porque tinha muito mosquito e que por isso, não dava para ficar (ENTREVISTADA 01). Em palestra, a Entrevistada 03⁶⁸ defende a importância da Dona Erci e suas memórias na escolha da localidade, nas negociações sobre a nova área.

E, em dezembro, a gente acha o território escolhido pela avó, *‘essa terra é boa, vai’*. E eu me lembro [...] lá, na reunião que não tinha sido autorizado e ela falou, *‘estão pensando o quê?’* Ela subiu e ela bateu na mesa assim e falou: *‘vocês estão esperando o que para liberar a terra para meus filhos? Eu estou dizendo que a terra é boa, eu estou dizendo. Vocês estão esperando o que? Eu tô falando. Que o mar venha, que leve os meus filhos embora? Eu estou falando para vocês que isso aqui é bom’*. Então, a gente confiou na vó, a gente confiou no vô que dizia que a barra ia romper, a gente não olhou para as pesquisas, a gente não olhou para isso. A gente tinha ouvido isso a vida toda.

E assim foi, a escolha pelo sítio Casa Preta (25° 13’ 48,73”S e 48° 01’ 12,53”O), se deu junto ao trabalho de etnomapeamento promovido pelo NUPAUB/USP. No local, encontraram materiais de antigas construções, valas e poços que abasteceram as residências, espécies exóticas (abacateiro, chapéu de sol, bambu), comprovando que houve assentamento de famílias. Além disso, pleitearam o uso da prainha (25° 14’ 01,25”S e 48° 01’ 12,53”O, e 25° 14’ 06,45”S e 48° 01’ 26,45”O), que está a 500 metro da Casa Preta (NUPAUB, 2016, p. 73). No dia em que se trabalhou com o “mapeamento coletivo”, “eu lembro quando todo mundo veio, para

⁶⁷ Palestra captada na Nova Enseada, durante a inauguração da estufa de secagem e defumação de pescado, em palestra ocorrida no dia 08 de dezembro de 2018.

⁶⁸ Palestra captada na Nova Enseada, durante a inauguração da estufa de secagem e defumação de pescado, em palestra ocorrida no dia 08 de dezembro de 2018.

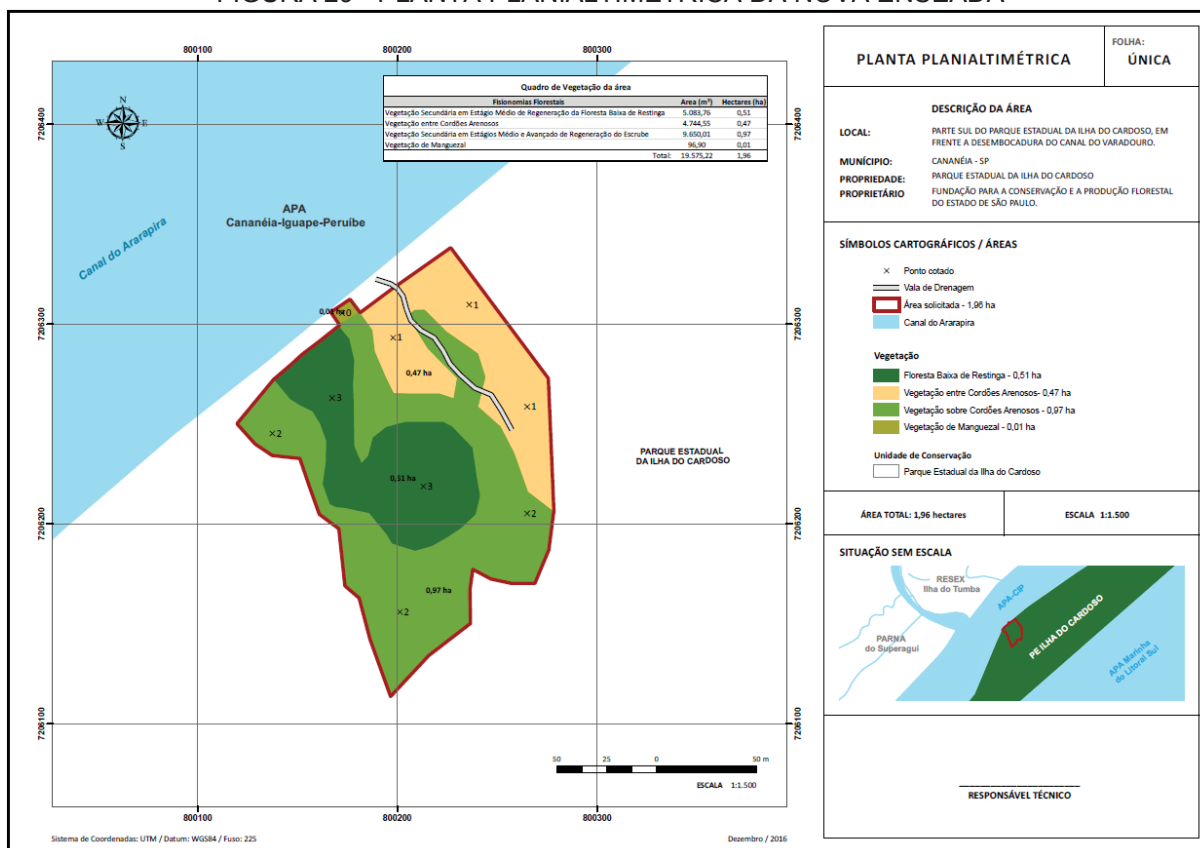
cada um escolher o seu lugar. [...] Escolheu o lugar da vó todo mundo junto, daí cada um foi procurando o seu lugar, aí eu joguei o facão na árvore. Aqui ninguém entra” (ENTREVISTADA 05). O mapeamento foi muito além dos desenhos, mas teve sua etapa de reconhecimento em loco de como ficariam dispostas as residências das famílias.

Mas, para a Entrevistada 01, o desafio estava na licença para o uso da nova área, por se tratar de uma Unidade de Conservação de proteção integral que depende de uma série de atores externos e distantes desta realidade vivenciada pelas famílias. “O mais difícil foi conseguir a terra. Você pensa, né, se não tiver um recurso, uma ajuda na casa nova, você vai usar o material que tem lá, aqui. Quer dizer, todo mundo tinha uma possibilidade de ter uma casinha [...] mas o mais difícil foi ter a terra”. Quando se lembra de quanto tempo e quão complexo foi o processo de negociação para a licença de desmate da nova área, percebe-se que a negociação para a permissão da realocação é tida como parte mais difícil. E que a obra, em si, se resolveria com o aproveitamento de parte do material das antigas residências, em sua maior área construídas de madeira.

Por algum motivo, o laudo técnico do NUPAUB/USP não fora encaminhado para a gestão do PEIC, portanto, toda a documentação, que seguiu no processo administrativo para a liberação da área, fora formulada pela gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (FIGURA 29) e tem algumas diferenças no perímetro mapeado comunitariamente (FIGURA 32), que tem seus dados descritos no subitem 6.2. A área é de 1,96 hectares, tem solos arenosos e vegetação de restinga e está a aproximadamente 800 metros ao sul da comunidade do Marujá.

Para o planejamento das residências, alguns dos parceiros apoiaram o planejamento das plantas das casas, junto com representantes de cada família da comunidade. O processo de planejar uma casa não é comum na lógica caiçara, afinal as casas vão sendo construídas com o passar dos anos, com a adição de cômodos, conforme a necessidade e a possibilidade. Para o Entrevistado 19, ele veio com o pai, fazer as plantas das casas, pois havia uma negociação com a gestão da UC para que obedecessem às mesmas áreas construídas que existiam na Enseada da Baleia. Segundo o Entrevistado 18, as pessoas estavam muito chateadas, de perder a comunidade e abrir mão de seu lugar, conforme desenharam no computador cada casa, tinham a possibilidade de sonhar e abrir novas possibilidades.

FIGURA 29 - PLANTA PLANIALTIMÉTRICA DA NOVA ENSEADA



Fonte: PEIC/FF (2016).

O licenciamento para o desmate da área de 1,96 hectares pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) para a Fundação Florestal, aconteceu no dia 02 de janeiro de 2017. Vinculadas às seguintes observações: permanência da autorização no local da atividade; afixação de placa com informações do processo; e, não retirar a madeira da área licenciada sem a emissão de “Documento de Origem Florestal - DOF”. A autorização é válida por três anos, ou seja, até janeiro de 2020. Portanto, não poderiam ir construindo há maneira que pudessem as estruturas, eles tinham também um prazo para finalizar o desmate. Algo que em alguma medida acelera o processo de construção e preocupação com a realocação. Já que diferem do ritmo de construção culturalmente realizado. Com a dependência de um processo de licença, tiveram que captar recursos para fazer tudo de forma acelerada.

Logo no início do ano de 2017, se iniciam as atividades de retirada da vegetação para a realocação através de mutirões. Os parceiros que apoiaram estas atividades vinham de comunidades vizinhas, Cananéia, cidades próximas e inclusive de centros urbanos como São Paulo, também. Foram mobilizados embarcações e combustível com parceiros para estas atividades que recebiam um grande número de pessoas, que ocorreram mensalmente. Mas no dia a dia, a comunidade e algumas pessoas mais próximas seguiram trabalhando, com sol ou chuva, para dar conta do

processo de realocação, antes do período das novas ressacas, que ocorria geralmente na época do inverno.

Sobre o início do trabalho, a Entrevistada 03⁶⁹ conta como foram os primeiros passos para a realocação e a decisão de não olhar para tudo que seria necessário para a realocação devido aos altos valores necessários para a reconstrução de espaços e estruturas de uma nova comunidade, mas para aquilo que seria prioridade para que conseguissem mudar-se. E, para isso, pensaram coletivamente em priorizar as obras que abrigassem os mais velhos, com determinada ordem de prioridade entre os tipos de construções que teriam de realizar, portanto o esforço se concentrou em construir a casa da Dona Erci:

Então a gente começa nessa terra que vocês estão hoje, em janeiro de 2017, a gente iniciou com o primeiro mutirão. Era tudo fechado. Para entrar aqui dentro, a gente entrava engatinhando [...]. Foi muito difícil pensar que tinha que sair, que tinha que correr atrás de dinheiro para onze famílias, seis espaços coletivos, sem grana, cara. Foi muito difícil. [...] Quando a gente sentou para fazer os cálculos, para a gente executar, o valor era tão assustador, que a gente falou não vamos olhar este valor, vamos olhar para qual a prioridade? Por onde a gente vai começar? E começamos pela casa da vó. Jorginho desenhou junto com ela cada pedaço da casa [...] foi desenhado para ela, foi desenhado pensando no futuro dela. Foi desenhado, do jeitinho que tinha que ser. Os amigos doaram o que não tinham, para conseguir fazer aquela casa. Desde gente que doava desde R\$ 10,00 até quem doou R\$ 1.000,00, para conseguir fazer a casa dela (ENTREVISTADA 03).

A casa ficou pronta já no início do processo, no meio de 2017, mas no dia do aniversário de um dos filhos, antes mesmo de mudar-se para a Nova Enseada, Dona Erci faleceu. Foi difícil para quem ficou, mas o entendimento da situação era que ela deixara tudo encaminhado para que a família continuasse e incentivou a seguirem com a mudança (ENTREVISTADO 01). Apesar da dor da nova perda, a casa acabou abrigando toda a família onde foi formada a Nova Enseada, e aos poucos, o terreno foi limpo, foram sendo construídas as outras casas.

A prioridade planejada dentre os familiares, foi desenhada em forma de pirâmide e tinha a seguinte ordem, de cima para baixo: 1) a Dona Erci; 2) os cinco filhos de Dona Erci; 3) duas netas residentes; 4) três espaços comerciais; 5) cinco espaços coletivos; e, 6) três netos com direitos (ENTREVISTADA 03). Portanto, seguindo uma lógica geracional e que priorizasse o sustento das famílias que lá vivem.

⁶⁹ Palestra captada na Nova Enseada, durante a inauguração da estufa de secagem e defumação de pescado, em palestra ocorrida no dia 08 de dezembro de 2018.

Foi neste mesmo período, que estava em curso a negociação com a doação de madeira de apreensão junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que contou com o apoio do Ministério Público Federal (MPF). Para que este processo de doação se consolidasse, foi necessário planejar e executar uma complexa logística de transporte deste material (madeira), que se dividia em duas grandes etapas. A madeira estava apreendida há dez anos e alocada na cidade litorânea do Guarujá - SP, portanto a primeira etapa consistia em carregar e transportá-la, até o centro urbano de Cananéia, percurso de aproximadamente 280 quilômetros por vias terrestres. A segunda etapa, consistia em seguir o carregamento, em embarcação capaz de suportar o volume de materiais, que ia do centro urbano de Cananéia, até a comunidade da Nova Enseada, que está há quatro horas de viagem em embarcação lenta, já que embarcações rápidas não tem capacidade para suportar grandes volumes de material de construção. Muitos parceiros atuaram diretamente na questão da logística de transporte deste material: uma parte deles atuou no carregamento como mão de obra; outra parte, na viabilização de caminhões para o transporte; outra ainda, no financiamento para que estes transportes terrestres fossem viabilizados, no prazo para que se conectassem com a negociação junto a DERSA, que viabilizou todo o transporte aquático entre o centro urbano de Cananéia e a comunidade da Nova Enseada.

O transporte desta madeira entre a Nova Enseada, na Ilha do Cardoso, centro de Cananéia - SP e o Guarujá - SP, foi apresentado em um grupo focal com parceiros:

A logística era a seguinte, a gente esperava os comunitários da Enseada chegarem em Cananéia, cinco pessoas pegavam a caminhonete às três horas da manhã para o Guarujá, chegava lá as oito, tomavam o café, e carregavam quatro caminhões, voltavam juntos, chegavam aqui no final da tarde, esperavam o caminhão chegar a noite né, dez. Descarregavam, mal dormiam, às seis horas da manhã, aparecia a balsa, para descarregar aqui (ENTREVISTADO 08).

A logística de deslocamento das pessoas que faziam o carregamento, mais o transporte da madeira entre Guarujá - SP e Cananéia - SP, também exigiu algumas articulações e o pagamento de uma parte das despesas. Alguns caminhões foram cedidos por parceiros, como é o caso da Fundação Florestal, a própria loja que teve sua madeira apreendida e parceiros do setor privado. Mas nem sempre foi fácil esta articulação de quatro caminhões por viagem, com prazos e viagens pré-estabelecidas entre os vários atores que viabilizaram essa logística. O Entrevistado 01, lembra do

dia que não tinham nenhum caminhão no momento que chegaram no Guarujá - SP, e mais uma vez o grupo de “Amigos da Enseada” articulou a mobilização de recursos financeiros capazes de custear mais um ou dois caminhões. “Era uma sexta-feira e chegaram às oito e meia da manhã [...] foi o dia mais produtivo, chegamos lá sem nada, olha só como são as coisas”. Ao final, desta empreita, foram trazidos 20 caminhões de madeira (ENTREVISTADA 03), sendo que algumas das madeiras foram trazidas em mal estado, porque era parte do acordo feito de transportar toda a madeira apreendida.

Além de ser um dos processos mais marcantes (ENTREVISTADO 08), dos tantos vividos durante a realocação, o processo foi avaliado de forma muito positiva, ainda que contasse com o apoio de instituições diferentes e muitas pessoas, para o Entrevistado 01, “foi a época mais pesada e mais alegre. [...] Foi uma maneira muito bem feita e bem organizada, que deu tudo certo. [...] Em todas as viagens, todos os outros aspectos. O momento mais marcante foi a chegada da madeira de lei.”

FIGURA 30 - Balsa CHEGANDO NA COMUNIDADE COM A MADEIRA



Fonte: Morais (2017).

O enorme esforço de receber a madeira para a efetivação da realocação, não foi o único esforço, para a Entrevistada 03, “choramos juntos, rimos juntos. E viemos morar na casa da vó [...] os projetos foram acontecendo, escrevemos pro IBAMA, as

amigas e as parceiras, as pessoas foram nos ajudando”. Mas o ritmo de construção ainda não foi finalizado, os mutirões acontecem aos finais de semana, e vez ou outra, se encaram novos desafios com a finalidade de melhorar a situação desta nova comunidade. No início de 2019, estava em curso a construção do espaço de confecção e comercialização do MAE, bem como, um sistema de tratamento piloto de águas sanitárias, para a casa a casa de Dona Erci, através de sistema TEvap⁷⁰.

FIGURA 31 - A COMUNIDADE DA NOVA ENSEADA



FONTE: Foto de Noffs (2018).

LEGENDA: A imagem da Nova Enseada em agosto de 2018, mesmo período em que se deu o rompimento do esporão arenoso (27 de agosto de 2018), tem em primeiro plano a imagem de residências e espaços coletivos e, ao fundo, o Canal do Ararapira e a Ilha do Tumba, que é uma reserva extrativista decretada a partir de 2008.

Até o inverno de 2019, foram construídas, 09 residências, 03 espaços comerciais e 02 espaços coletivos, sendo que mais um espaço coletivo está em fase de construção, além do trapiche de acesso, um de produção e geração de renda, a estufa para secagem e defumação do pescado, que foi inaugurada em dezembro de 2018, e que era um sonho do Sr. Malaquias, que se lembrava da fábrica de peixe que deixou de existir, agora nos cuidados da família, de forma coletiva. Todas estas obras

⁷⁰ Segundo Galbiati (2009, p. xii) o TEvap ou tanque de evapotranspiração “é uma tecnologia proposta por permacultores para tratamento e reuso domiciliar” de águas sanitárias, que “se apresenta como uma alternativa viável para o tratamento de esgotos urbanos, periurbanos e rurais, diminuindo a pressão sobre as estações de tratamento de esgotos e a carga poluidora de corpos de água”.

estão retratadas através da Figura 31. O desenho da estufa foi feito pela Dona Erci, em 2015, já que os descendentes não chegaram a conhecê-la funcionando (ENTREVISTADA 03). E era o sonho o Sr. Malaquias (ENTREVISTADO 01), retomar este tipo de estrutura para o beneficiamento do pescado, que historicamente é produzido por esta comunidade.

Quando questionadas sobre como foi o processo de realocação para as mulheres, ouve-se respostas como “eu não ia” (ENTREVISTADA 04), “complicado” (ENTREVISTADA 06), para a Entrevistada 02, “as vezes a gente pensava que não vai conseguir. Vai fazer o que lá? A gente não vai conseguir fazer.” Diz que se revoltavam, que choravam entre si, desabafavam uma para a outra e em casa. “Eu também no começo, falava de não vir. Aí depois de eles conversarem, que eu acabei vindo. Ainda fui uma das primeiras a vir” (ENTREVISTADA 02). Os processos vividos individualmente foram tensos e cheios de dúvidas. Para a Entrevistada 05, a dificuldade também existia entre os pensamentos divergentes dentro do núcleo familiar.

Foi complicado, foi sofrido. Muito sofrimento. Eu tava vindo de um momento de uma tristeza muito grande no meu coração, então vir para cá foi até um alívio. Mas convivendo com o meu marido [...] porque ele não aceitava. Ele não aceitava a realocação, ele não aceitava a mudança. Não aceitava mudar do lugar que a gente nasceu. Ele começou a aceitar de três meses para cá, depois que abriu a barra. [...] Isso foi uma coisa boa, escolher um lugar que ficasse todo mundo da nossa família, juntos [...]. Isso foi um alento, porque ninguém se separou, se tivesse separado. Aí ia ser muito mais doído (ENTREVISTADA 05).

A tristeza, é relatada em muitas falas, quando se lembram de parentes queridos que faleceram neste curto espaço de tempo, que se inicia aproximadamente em 2010, quando faleceu Sr. Malaquias e o pai de uma das noras dele. Algumas acreditam que a forma de lidar com esta dor foi o trabalho, estar juntas e juntos e nem parar para pensar nos acontecimentos dolorosos, como são as perdas dos entes queridos. Lembram da dificuldade de mudar seu lugar, onde conheciam onde pescar e onde conheciam cada pé de araçá. Para a Entrevistada 03, passaram por processos em que tiveram que aprender a dialogar, para sensibilizar as pessoas, para escrever projetos e propostas para que tivessem suas demandas atendidas e tiveram que compreender burocracias.

A mudança para a Nova Enseada se inicia em junho de 2017 e ainda estão com os desafios do novo território, como o caso do território pesqueiro, já que

migraram para uma nova área que também tem seus usuários e seus pontos de pesca pré-estabelecidos (ENTREVISTADO 01), captação de recursos e parcerias para a implantação de abastecimento de água de nascente (ENTREVISTADA 03). E desafios, que acompanham o território da Ilha do Cardoso, como aqueles citados entre os vetores de pressão que não apenas se acumulam, mas também se renovam.

Em compensação existem algumas vantagens, além da própria segurança desta nova área, “aqui está tudo mundo mais junto [...] Bonitas as casas todas [...] Hoje a gente tem a vila, né” (ENTREVISTADA 05).

No começo foi ruim, foi difícil, foi triste. Mas agora, neste momento, aqui para a gente, tá sendo muito bom [...]. Mudou bastante a vida da gente. Eu, para mim, lá eu achava que era bem mais difícil, até na... assim, de ganho, de alguma coisa assim. Era bem difícil porque eu tinha uma casa bem menor também. Hoje, graças a Deus, eu tenho uma casa que dá para se esconder bem [...]. Com toda a dificuldade que nós passamos no começo, mas hoje [...] (ENTREVISTADA 02).

Nota-se que houve uma preocupação em dar oportunidades de trabalho para cada família neste processo de realocação. Para a Entrevistada 03, conseguiram trazer o que funcionava na Enseada da Baleia, relacionado ao trabalho das mulheres. As casas, planejadas, melhoraram a estrutura para o hóspede e para a família que os recebe. Uma parte do turismo é agendada coletivamente, de forma a fazer circular recursos entre as famílias que os recebem. “O agendamento do convencional é feito para garantir que todos tenham”. Na questão do peixe seco, terão uma estufa que os possibilita a secagem do pescado, mesmo quando muda de tempo, durante o processo. O trabalho de confecção é o que está mais prejudicado por enquanto, pois estão sem um local para a produção. Mas tem planos de construí-la em breve, de forma coletiva, com reaproveitamento do material da antiga escolinha, como o telhado (ENTREVISTADA 03). Neste caso o agendamento convencional, representa o agendamento do receptivo turístico, que antes era realizado individualmente e que hoje, vem sendo trabalhado de forma a permitir que mais famílias atuem e, portanto, socializem recursos entre um número maior de famílias do que anteriormente. O prédio que abriga estas atividades foi concluído no início de 2019, mas ainda como ponto de comercialização apenas, e não como ponto de produção como se pretende depois que conseguirem concluir suas atividades.

Com isso, uma parte dos desafios impostos pela UC, no que tange às autorizações para novas construções, tende a ser mitigado, a partir do desafio da

realocação, já que estão trabalhando e reunindo esforços para transformar a autorizada área construída e acordada em algo que corresponda com as necessidades atuais da comunidade. O que em certa medida, não resolve o problema das comunidades em relação a demanda reprimida de áreas construídas, mas localmente a realocação também se torna uma oportunidade para melhorar a situação das famílias em relação a suas residências, áreas de trabalho e espaços coletivos.

5.5 SÍNTESE CONCLUSIVA

Retoma-se a teoria para “recontar” o histórico e os desdobramentos do processo de realocação vivenciado pelas famílias da comunidade da Enseada. Com isso, pretende-se contrapor a lógica da sociedade liberal, que enquadra na modernidade uma perspectiva industrial, condenando as outras culturas e povos ao desaparecimento, como se as expressões “tradicionais” ou “não modernas” as caracterizasse como que em um processo de transição rumo à modernidade, negando-lhes “toda possibilidade de lógicas culturais ou cosmovisões próprias. Ao colocá-las como expressão do passado, nega-se sua contemporaneidade” (LANDER, 2005, p. 13).

Ao se aprofundar na história vivenciada pelas famílias da comunidade em questão, corrobora-se com a afirmação de Saquet de que as pessoas são centrais na formação de cada território, relações de influência, afetivas, simbólicas, identidades etc.; que nossas vidas cotidianas são multidimensionais, biológica e socialmente. “Tanto os processos identitários como os conflituosos e transformativos são históricos e relacionais e, ao mesmo tempo, materiais e imateriais” (SAQUET, 2009, p. 85).

A pesquisa histórica possibilitou compreender algumas das indagações que orientaram este trabalho, entre elas, o impacto da implantação da UC de proteção integral na permanência dessa comunidade tradicional na Ilha do Cardoso, tendo-se em vista que há uma farta literatura que atenta sobre os conflitos socioambientais que existem entre comunidades tradicionais e UCs (DIEGUES, 2001, 2002, 2005a, 2005b, 2015; GADELHA, 2008; SILVA, 2014; HAYAMA, 2015; HAYAMA; CARDOSO, 2018). Dentro deste contexto, em que o PEIC é proposto no ano de 1962, e que se soma a condição de “terra tradicionalmente ocupada”, a qual vai sendo reconhecida na legislação conforme histórico apresentado por Almeida (2008). A partir da vitória na Constituinte, em 1988, “tornou-se um preceito jurídico marcante para a legitimação de

territorialidades específicas e etnicamente construídas”. Este reconhecimento se fortalece, em junho de 2002, com a assinatura do Decreto Legislativo nº 143, que ratifica a Convenção 169 da OIT, que reconhece como critério fundamental a auto-identificação, que já era apontada pelos movimentos sociais (ALMEIDA, 2008, p. 48). Nota-se, então, que se tem uma discussão recente em relação ao reconhecimento de povos e comunidades tradicionais e seus territórios, no que tange às restrições impostas pela legislação ambiental, tendo condições de equilibrar em alguma medida os debates. De qualquer forma, casos como o da Ilha do Cardoso, caracterizariam uma dupla afetação (GRABNER, 2016, p. 61 apud VERSOLATO; GOMES, 2016), que foi assim descrita:

nos casos em que se mostre possível a harmonização dos direitos constitucionais dos índios e outros povos tradicionais, a preservação do meio ambiente e a proteção da diversidade étnica e cultural, a administração dos espaços ambientalmente protegidos, em razão da dupla afetação, deverá obedecer a um plano de administração conjunta ou de gestão compartilhada (entre Comunidade Tradicional, Funai, Ibama, ICMBio, Incra etc.), respeitada a Convenção nº 169 da OIT, especialmente quanto à necessidade da consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais residentes na respectiva unidade de conservação (MPF, 2014, p. 26).

Para este caso a dupla afetação inclui o debate junto a órgãos estaduais também, visto que o PEIC, está sob responsabilidade da Fundação Florestal / Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Segundo Valle (2016, p. 164), para este caso existe um “reconhecimento mínimo de direitos para as comunidades”, através de Plano de Manejo do PEIC e pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Este reconhecimento é precário, já “que as comunidades não possuem a titularidade da terra e estão proibidas de realizar diversas atividades que possam estar relacionadas à utilização dos recursos naturais ou à supressão da vegetação” (VALLE, 2016, p. 164). Além da precariedade em relação à titularidade da terra, nota-se também que a supressão de vegetação não está sob a responsabilidade da UC e que existem divergências entre as instituições responsáveis sobre procedimentos específicos para supressões condizentes com a realidade destes povos. Além disso, a falta de titularidade da terra, deixa a comunidade à mercê do pensamento e políticas vigentes nestes órgãos.

A comunidade da Enseada está sujeita às normas e leis que regem as UCs de proteção integral, bem como às normas referentes à gestão do PEIC. No dia a dia,

as que mais influenciam são as relacionadas às construções, ampliações e reformas, de forma que o turismo é gerido pela comunidade (VALLE, 2016, p. 114-115). Mesmo assim, a percepção local aponta para acordos suficientes no que diz respeito às dificuldades com novas construções, tendo vivenciado práticas de redistribuição das áreas construídas entre as famílias, através de acordos internos, o que de certa forma, mitigaram a dificuldade histórica de negociação deste assunto com o Estado. Outro ponto levantado pela comunidade, é que suas atividades socioprodutivas, voltadas prioritariamente a pesca artesanal diminuíram os impactos de pressões das políticas da conservação sobre esta comunidade, enquanto outras, que teriam a roça como atividade principal e o extrativismo, tiveram seus modos de vida inviabilizados e conseqüentemente, tiveram que sair da Ilha do Cardoso. Entre as resistências históricas que os mobilizaram, a gestão da UC também agiu de forma a defendê-los de pressões externas, como a especulação imobiliária ou da tentativa de retomada da Ilha do Cardoso, pela Marinha do Brasil, que propunha o esvaziamento da ilha de todas as famílias que ali habitavam, ambos na década de 1980. Memória positiva, que ainda não foi abalada, mesmo com os projetos de desenvolvimento que seguem em andamento, como é o caso das concessões das atividades de visitação pública em UCs.

Outro aspecto que chama a atenção é que a resistência para permanecer na Ilha do Cardoso, já demonstra a importância de um enorme grupo de parcerias, que se constituem a partir das atividades socioprodutivas e se ampliam com a demanda de negociação de licenciamento da área, somada as diversas demandas que surgiram no processo de realocação.

A transição vivenciada pela comunidade nos últimos anos, em seu redesenho de organização do trabalho através do Grupo de Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia, permitiu que estímulos internos e externos (como é o caso das capacitações e intercâmbios etc.), alteram a realidade tradicional provocando uma diversificação das atividades e aumentando a capacidade de resiliência. Vale destacar, que nem tudo que vem sendo alterado no modo de ser do caiçara da Enseada, é fato proposto por agentes externos. Muitas das alterações também vem sendo criadas e protagonizadas pelos comunitários. Anteriormente, Cardoso (2004) em suas pesquisas na área da Ecologia Humana com a pesca da manjuba (iriko) nas comunidades da Enseada da Baleia e Vila Rápida, apresenta como ocorria a divisão de trabalho nestas comunidades, em que naquele momento “a organização das

comunidades era patriarcal: os homens destacavam-se assumindo as responsabilidades do sustento da família com a pesca; as mulheres auxiliavam nos trabalhos da casa e algumas vezes na preparação dos peixes para a venda” (CARDOSO, 2004, p. 54). Além de incrementar com informações de que nas sociedades pesqueiras a divisão sexual de trabalho seria comum, e ela continua ocorrendo.

Para a formação do Grupo de Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia, apesar de haver se fortalecido a partir da participação nos movimentos sociais da Economia Solidária e Economia Solidária Feminista, em seu modo de agir e se organizar assemelha-se muito à proposta teórica do grupo *Comunidad mujeres creando comunidad*, da Bolívia, que tem no feminismo comunitário um novo conceito de revisão do papel destas mulheres (ESCOBAR, 2014, p. 55). Segundo Paredes (2014, p. 78, trad. nossa) o feminismo comunitário parte “da comunidade como princípio includente que cuida da vida”, a partir do qual se repensa a relação entre mulheres e homens (chamado de “*el chacha-warmi*”) como par complementar, sem que se reduza a casais heterossexuais, mas que repensa a complementariedade, a reciprocidade e a autonomia, como uma possível alternativa para a sociedade atual individualista (ESCOBAR, 2014, p. 55-56). Neste caso, a compreensão de comunidades é ampla, aplicável a áreas rurais ou urbanas, de pequeno ou grande porte, com possibilidade de expansão, como dito pela autora, “o que se quer para a humanidade” (PAREDES, 2014, p. 90), tirando a mulher da invisibilidade que está presente em sociedades patriarcais: “Queremos afirmar que as mulheres são a metade de cada somos a metade de cada comunidade, de cada povoados, de cada nação, de cada país, de cada sociedade” (PAREDES, 2014, p. 94, trad. nossa). A ação política de fortalecimento das mulheres está baseada em quatro campos de ação e luta, entre os quais: corpos, espaço, tempo, movimento e memória, que reconhecem as diferenças entre homens e mulheres, mas prezam pela igualdade para viverem em comunidade (PAREDES, 2014). Neste caso, a discussão de complementaridade dos casais, para que viabilizem as ações conjuntamente é bastante presente. Está muito clara a divisão de tarefas entre as partes, mulheres e homens atuam em ações diferentes e complementares, para viabilizar a melhora na vida da comunidade.

A aproximação do movimento de economia solidária feminista e economia solidária permite reconhecer o MAE com algumas de suas características que definem um empreendimento da economia solidária. França Filho e Laville (2004) visualizam

a articulação entre a economia solidária e a economia popular, descrevendo as economias chamadas atualmente como economia solidária, como aquelas em bases locais e populares, de grupos de pessoas que podem habitar o mesmo bairro, compartilhando situações de vida e preocupações comuns, tendo a dimensão comunitária como influenciadora da dinâmica dos empreendimentos. A maioria das experiências de economia popular é orientada para produzir renda suficiente para a satisfação do consumo básico e reprodução das condições materiais de vida das pessoas, as quais normalmente não conseguem avançar no espaço público como promotora de ações sociais mais gerais, agindo em uma dimensão comunitária. Isto por si só as diferenciaria de iniciativas de economia popular e solidária, que não se limitariam à já mencionada “reprodução simples”, mas uma “reprodução ampliada” da sociedade, em que não se busca apenas o aumento das rendas, mas reivindicar direitos civis para um grupo maior na sociedade, típica dos movimentos sociais e da ampla mobilização de parceiros (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 164-165).

No caso específico do MAE, apesar da participação em movimentos sociais, como grupo, já existem consolidadas iniciativas no primeiro nível, pois no mesmo, com a ampla mobilização de parcerias, as ações se mostram mais focadas na geração de trabalho e renda, ainda que essas excedam o grupo específico da comunidade da Enseada, buscando oportunidades para as comunidades vizinhas, caracterizando-o como grupo de economia solidária. Em se tratando de uma comunidade caiçara, esta preocupação também existe, tendo-se em vista, segundo Diegues (2001, p. 93), “as culturas tradicionais decorrentes da pequena produção mercantil não se encontram [...] isoladas no Brasil de hoje, mas articuladas ao modo de produção capitalista”.

França Filho e Laville (2004) sugerem alguns critérios que norteariam as experiências de economia solidária, dada a abrangência e diversificação do caso brasileiro, entre os quais: a) pluralidade dos princípios econômicos – articulação de diferentes fontes de recursos, sejam eles, do mercado através de vendas, dos poderes públicos ou organizações não governamentais através de subsídios e de práticas recíprocitárias; b) autonomia institucional – a gestão autônoma e com parcerias que preservam suas decisões; c) democratização dos processos decisórios – participação decisória de seus associados; d) sociabilidade público-comunitária – que misturam padrões comunitários e práticas profissionais; e) finalidade multidimensional – indica que junto à dimensão econômica, internaliza aspectos sociais, culturais, ecológicos e políticos. “Ou seja, ela não se limita apenas aos seus membros internos e se volta

para questões que estão no seu próprio entorno ou na sociedade mais ampla, portanto, questões públicas” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 167-169).

Ao iniciar o momento de valorização e o redesenho de seus processos organizativos, o Grupo de Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia, fortalecido pelos valores propostos pelos movimentos sociais da economia solidária, estruturou-se de forma a cumprir com esses cinco critérios mencionados. A autonomia e democracia estão intimamente relacionadas, neste caso, sabendo-se que as demandas externas ao coletivo, e mais tarde à comunidade, são decididas coletivamente, método que resguarda a autonomia de suas ações, mesmo com a presença de muitos parceiros. A pluralidade dos princípios econômicos é observada por intermédio da complementaridade de receitas que apoiam o grupo. Parte vem da comercialização de produtos, além disso, o Grupo gerencia projetos financiados pelo terceiro setor e poder público. Sobre os processos de sociabilidade comunitário-pública, pode-se afirmar que existem hoje técnicos dentro da comunidade, que tendo se apropriado de ferramentas de administração, comunicação entre outras especialidades, mesclam-se em sua forma de agir em meio às ações comunitárias e aos vários apoios para que outras pessoas não apenas da comunidade consigam exercer algumas atividades que estariam antes restritas a técnicos externos, em outro momento.

Esta habilidade não é homogênea entre as componentes do MAE, nem está restrita apenas ao grupo, mas à toda comunidade. Por fim, ao se pensar sobre a multidimensionalidade, a resistência pela permanência no território escolhido para a realocação fez com que a atividade restrita a algumas dimensões mais sociais e econômicas em uma primeira fase se expandisse, tornando-se parte de um modo de agir que não estava mais restrito ao grupo de mulheres, mas propagado a toda comunidade da Nova Enseada. Ela fortaleceu práticas de reciprocidade que já existiam, e foram ampliadas, contando com a criação de novas formas de agir. A exemplo disso, tem-se a instalação de saneamento básico através de TEvap, pensando de forma a integrar representantes de outras comunidades, a aproximação do Movimento de Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) para a discussão de novos pontos de pesca, a participação em espaços de discussão política etc.

Para Lisboa (2004) por sua vez, as principais características observáveis nas práticas socioprodutivas da comunidade como definidoras da economia solidária são:

- a) autogestão e entranhamento comunal – comunitários ou até familiares, os

empreendimentos têm uma dinâmica geradora de inclusão e reprodutora da vida entre todos os envolvidos; b) territorialidade e sustentabilidade – identidade cultural, privilegiando o consumo de produtos locais, mobilizando recursos do território, privilegiando identidades locais, auto-estima social, minimizando a degradação ambiental, tendo um compromisso para com o desenvolvimento local e sustentável; c) redes e parcerias: a inter-cooperação – articulação entre consumidores, investidores e produtores, que podem gerar finanças e cadeias produtivas solidárias, formando complexos cooperativos, através de redes de comércio justo, cooperativas de crédito e afirmação do preço justo; d) inserção no mercado – apesar de romper com o “fundamentalismo de mercado”, “afirma-se sem a tutela do Estado”, o que a distinguiria de dois dos grandes projetos ideológicos do século XX, visando, portanto, a eficiência de mercado sem perder a busca pela igualdade, democracia e solidariedade (LISBOA, 2004, p. 22-23). Entre estas características a autogestão, o consumo de produtos locais/ativação dos recursos do território e a inserção no mercado, foram plenamente executados pelas representantes do MAE e da comunidade, existindo ainda desafios para o consumo de produtos locais distintos daqueles produzidos pela comunidade, visto que existem múltiplas limitações para as produções artesanais em áreas protegidas, como as que são por eles habitadas e as circundantes. Poucas são as pessoas mantêm suas roças e a produção de artigos diferentes daqueles que provêm da pesca artesanal, no entorno do local.

Em relação à intercooperação, percebem-se desafios ainda maiores, no sentido de conexões com outros empreendimentos solidários no território. Existem, por parte da comunidade, propostas de incentivo à organização de coletivos de mulheres, discussões da pesca artesanal e apoio para organização de comunidades em situação de risco, entretanto, ainda são pontuais as participações em redes de cooperação entre esses atores para a constituição de um “*entramado comunitário*”, conforme Gutierrez (2012, p. 3, trad. nossa), mais novos ou antigos e de formas variadas “desde comunidades e aldeias indígenas, até famílias estendidas e redes de vizinhos, parentes e migrantes espalhados nos âmbitos urbanos ou rurais”, podem ser de afinidade, nos quais redes plurais de mulheres corresponderiam a alguns dos exemplos possíveis. O MAE detém parcerias efetivas com seus consumidores e financiadores, contudo, estes ainda não chegaram a criar arranjos solidários mais consistentes até o presente momento. Tais *entramados* foram tecidos a partir da

necessidade da comunidade, em seu processo de realocação, como será visto mais adiante.

Singer (2002), que também reconhece a autogestão como uma das principais características de empreendimentos solidários, interpreta nela o mérito do desenvolvimento humano àqueles que a praticam, que nada tem a ver com a eficiência econômica. “Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura” (SINGER, 2002, p. 21). Vale ressaltar que o processo autogestionário excedeu o grupo de mulheres, e se tornou a prática que viabilizou partes importantes do processo de realocação da comunidade como um todo.

Inicialmente, o MAE atua com processos de confecção de vestuário, o que é citado por Singer (2002, p. 109), como “um dos ramos em que se multiplicam pequenas associações solidárias, cujas associadas tendem a ganhar tão pouco como as trabalhadoras a domicílio”. De fato, a atividade se demonstra insuficiente para mantê-las e isso é superado com a criação de novas frentes de trabalho, como é o caso do “turismo comunitário” e do “peixe seco”. Freire (2017, p. 18), identifica como negativo o fato de empreendimentos femininos terem uma “tendência a desenvolver atividade tradicionalmente femininas, como a costura e a alimentação”. Enquanto Singer (2002), reconhece como empreendimentos da economia solidária, as cooperativas, Freire (2017, p. 18) reconhece como negativas a “dificuldade de formalização” ou adequação dos empreendimentos a legislação vigente. De fato, não foi encontrado até o presente momento, figura jurídica capaz de incorporar diferentes frentes de trabalho, a partir de um modelo cooperativo, artesanal e com um número pequeno de pessoas da mesma família.

A revisão histórica permite avançar em relação aos efeitos desta organização, que promovem inclusive a quebra de algumas tradições, de maneira que Valle (2016, p. 111-112) descreve como foram se alterando em relação a organização, afirma que “a coletividade e o poder comunitário se transformaram”. Antes a figura central era do Sr. Malaquias, como responsável pela gestão e organização da comunidade e não havia o hábito de reuniões ou decisões coletivas, mas centradas na liderança. Com o Grupo de Mulheres, observou-se mudanças na organização da comunidade, entre as questões que merecem destaque nos últimos anos, estavam: as decisões coletivas, o empoderamento feminino, a diversificação de atividades geradoras de renda e autonomia para a busca de alternativas, que vem “contribuindo para fortalecer tanto a

gestão comunitária, quando a própria comunidade enquanto comunidade tradicional na luta pelos seus direitos de permanência no território” (VALLE, 2016, p. 111-112). A reciprocidade e a autonomia são parte integrante da cultura de comunidades tradicionais que foram fortalecidas neste processo de resistência, entre descendentes de povos originários, camponeses ou afrodescendentes,

a reciprocidade e a autonomia se fazem aí presentes, sob relações que combinam o que é familiar/individual e o coletivo e/ou comunitário e que ensejam, na sua própria base, a necessidade do diálogo, no sentido forte da palavra, até porque muitas de suas normas consuetudinárias têm que ser agenciadas na presença do outro para entrarem em vigência (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 173).

As formas de solidariedade no campo também foram discutidas por Cândido (2010, p. 81-82) em sua análise sobre os parceiros do Rio Bonito, que relaciona o bairro como o agrupamento territorial, definidos pela participação em trabalhos de ajuda entre si. “É membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades [...] Na sociabilidade caipira a sua manifestação mais importante é o *mutirão*”. Prática tradicional que tem a origem como motivo de discussões. Segundo o autor, as atividades da lavoura e da indústria doméstica dariam a oportunidade de solucionar os problemas de mão de obra familiar ou individual na vizinhança através do mutirão. Outro elemento importante culturalmente, seria o aspecto festivo. Entre os trabalhos que se utilizam do mutirão, estão: “derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc.”. Não há remuneração direta, o beneficiário retribui o serviço com alimentação e festa, além de assumir o compromisso de corresponder ao chamado, quando necessário.

A descrição de Cândido (2010) sobre os mutirões caipiras muito se assemelha àqueles que viabilizaram a realocação da Enseada. Como a comunidade tem um número reduzido de famílias, parentes que foram morar em outros lugares, vizinhos dos bairros próximos, amigos e parceiros, foram convidados para participarem dos diversos mutirões que ocorreram e ainda ocorrem, a partir de 2017. Por não terem entre os familiares os fandangueiros, a celebração sempre ocorreu através de refeições animadas. Em alguns eventos especiais, os fandangueiros da vizinhança foram chamados. O traço marcante na cultura caiçara, estava adormecido, considerando-se que antes de 2017 ocorriam anualmente. Hoje, frequentemente, superam um evento por semana e não seriam mais motivados pelas mesmas razões.

Se antes estavam vinculados à festa do padroeiro, agora seriam para as diversas etapas necessárias para a realocação: retirada da vegetação, deslocamento do material de construção até a comunidade, construção de estruturas de apoio, perfuração de poços, construção das casas, realocação de estruturas de eletrificação rural, construção das estruturas coletivas, estruturação de novas tecnologias para o saneamento rural etc. Houve algum apoio de funcionários de instituições parceiras para o início da construção, mas não representa mais do que 5% do trabalho realizado para a construção da Nova Enseada.

A proposta de construção conjunta, vai para além da necessidade de realocação rápida, pretendendo também pretende aproximar e pensar soluções conjuntas para o território. Aos poucos vem sendo proposta a integração de um membro ou outro nas frentes de trabalho mais estruturadas. O “turismo comunitário” que recepciona grupos de estudo do meio, por exemplo, gera trabalho e renda para o mesmo número de pessoas que participam dele na Enseada da Baleia, mobilizando atores, produtores artesanais, músicos e serviços turísticos, de três comunidades caiçaras do entorno. Esta proposta de integração, ainda em fase inicial, lembra uma reflexão acerca do conceito de desenvolvimento, que foi feita nas comunidades caiçaras do sul do estado do Rio de Janeiro, a qual foi descrita por Vianna (1999, p. 241-242), em que afirma que “envolver, aliás, é a antítese de desenvolver” e convida à reflexão partindo da crítica feita por Luís Perequê, artista e caiçara de Paraty - RJ:

Para o caiçara de Paraty, a chegada da estrada Rio-Santos nos anos 70 significou o começo da era do desenvolvimento. Até então, há alguns séculos, as populações caiçaras tinham uma vida muito adaptada às características das florestas, rios e mares das suas regiões. Era uma vida intensamente envolvida com a natureza. Logo pela manhã, às 4 ou 5 da madrugada, dependendo da maré e da lua, saía-se para pescar ou mariscar. No meio da manhã, depois do café, trabalhava-se na roça. Depois do almoço era hora de pescar ou continuar o trabalho na roça. [...] Era um calendário de atividades muito intenso, de muito trabalho, desconhecido pela maior parte das pessoas dos centros urbanos. Com a chegada da Rio-Santos, chegou o desenvolvimento. O caiçara, assediado por turistas deslumbrados pela pureza e beleza de suas terras, não resistiu à tentação e trocou seus terrenos por um “monte de dinheiro”. Depois de alguns anos na cidade, o dinheiro se mostrou pouco e fugaz, e chegou a dor da fome, a tristeza da pobreza, a angústia da prostituição e marginalização dos filhos, e a saudade da terra natal. Chegou também o conhecimento sobre o que era des-envolver.

Des-envolver para as populações tradicionais – não apenas a caiçara significa perder o envolvimento econômico, cultural, social e ecológico com os ecossistemas e seus recursos naturais. Junto com o envolvimento, perde-se a dignidade e a perspectiva de construção da cidadania. Perde-se ainda o saber e com ele o conhecimento dos sistemas tradicionais de manejo que, ao contrário do que normalmente se pensa, podem conservar os ecossistemas

naturais de forma mais efetiva do que os sistemas técnicos convencionais. (VIANNA, 1999, p. 241-242)

Vianna (1999, p. 242) ainda conclui, aliando a degradação ambiental que ocorre nestes territórios, à expulsão das populações de suas terras, que por vezes ocorre de forma violenta: “obviamente essas consequências do desenvolvimento não são coerentes com a busca da sustentabilidade do nosso Planeta”. Ainda que dentro da academia exista uma discussão sobre o bom e o mal uso do termo “desenvolvimento”, que dentro de um conceito clássico aparece vinculado a estratégias de crescimento da riqueza de alguns e da distância entre classes, atrelado ao mito da modernidade (DUSSEL, 2005), o mito do subdesenvolvimento (ESTEVA, 1999), ou a invenção do desenvolvimento (ESCOBAR, 2014). É inegável como esta noção expressa através de Vianna (1999) sobre o desenvolvimento como antítese do envolvimento, está impregnada no imaginário das coletividades caiçaras, como algo imposto de cima para baixo, que não só não o ajudará como poderá dificultar sua vida. Portanto, sem entrar na discussão do desenvolvimento local ou endógeno, apresenta-se uma das estratégias de solucionar questões no território, a qual se encontra proposta por algumas das frentes, que é a da ativação de recursos.

Segundo Benko e Pecqueur (2001), a partir de uma abordagem econômica, tratam da existência de recursos específicos, nos territórios, que são intransferíveis e incomparáveis. Dentro da lógica de que não haveria territórios em crise, mas territórios sem projeto (parafrazeando o ministro francês, em 1997). Por meio da “escola francesa de economia de proximidade”, se discutem recursos e ativos genéricos, diferenciando-os de recursos e ativos específicos. Ainda, aprofundando sobre o tema dos ativos específicos, carregaria consigo três fatores: a) combinação de fatores para resolver problemas inéditos; b) não são comensuráveis; c) resultam de uma acumulação da memória e da aprendizagem coletiva. Concluem que esses recursos estariam “ancorados num território” em territórios onde vigoram leis distintas a mercantil, como a reciprocidade. A economia da proximidade, dialoga com a proposta de “sítio simbólicos de pertencimento” de Zaoual (2010), que critica o utilitarismo do paradigma econômico e propõe este novo conceito pela perspectiva cultural e interdisciplinar. Para Denardin (2016, p. 57-58), “a valorização destes recursos específicos pode possibilitar ao território uma renda de qualidade territorial” e surgem de processos carregados de cultura e do saber-fazer locais, de forma que nascem de processos coletivos e se renovam, à medida que são combinados com saberes

heterogêneos, produzindo novos conhecimentos. É perceptível que no processo de resistir à crise a partir de 2010, as atividades coletivas propostas pelo MAE, bem como outras atividades coletivas, como o cultivo de mexilhões, as refeições dos mutirões e os festejos carregaram em si a ativação de recursos, não apenas com a finalidade econômico-financeira, mas também para subsidiar processos em que a reciprocidade está presente.

De qualquer forma, é importante dizer que existam variadas abordagens ao se tratar de recursos quando se trabalha com a categoria de comunidades tradicionais, que vão além do ponto de vista econômico a outras concepções. Em uma breve consulta acerca da relação destes atores com recursos naturais, Gutierrez (2012, p. 8) e Porto-Gonçalves (2002, p. 11) trazem a discussão sobre a apropriação que ocorre dos recursos naturais e territórios destas populações. Porto-Gonçalves (2002) concorda que elas fazem um uso de baixo impacto, que deveremos rever nossa posição de exportadores de recursos naturais, e que a relação dos povos tradicionais com a terra não é a de que ela seja apenas um recurso. Esta última questão, será apontada por Escobar (2016, p. 19-20) que reflete sobre a transformação dos mundos selvagens em objetos a serem possuídos pelas forças do Mundo Mundial⁷¹ (ESCOBAR, 2016, p. 19-20), e por Haesbaert (2008, p. 03), que o relaciona com o território, e com a diferenciação na interpretação de dominantes (característica funcional e mercantil) e dominados, “valorizando-o mais enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana”. Portanto, enfatiza-se que os recursos podem ser reconhecidos e ativados a partir das comunidades locais, mas que também são motivo de disputa de adeptos de outras lógicas, o que exige cuidado na análise para cada caso.

Conforme Porto-Gonçalves (2006, p. 168) em sua reflexão sobre território e suas lutas, acredita-se que “pensar a terra a partir do território implica pensar politicamente a cultura. Assim, eram racionalidades distintas em conflito. Concretamente a luta política era também uma luta para afirmar outras epistemes”.

⁷¹ Para Escobar (2016, p. 15), ao falar do Mundo Mundial, cabe sua explicação para a compreensão do termo: “*Hablado en términos ontológicos, podríamos decir que esta crisis es la crisis de un mundo específico o de una serie de prácticas de hacer mundo; el mundo al que generalmente nos referimos es la forma dominante de la euromodernidad (capitalista, racionalista, liberal, secular, patriarcal, blanca, o como cada uno la denomine). Adopto la formulación compacta de John Law (2011) para referirme a este mundo como el Mundo Mundial (del inglés One-World World, OWW), es decir, un mundo que supuestamente encierra una sola Palabra, y que se ha apoderado del derecho a ser «el» Mundo, sometiendo a todos los demás mundos a sus propios términos o, aún peor, relegándolos a la inexistencia; se trata de un mundo en el que tan solo cabe un Mundo*”.

Acredita que o coletivo/comunitário quase sempre se opõe à exclusividade da propriedade privada, que pelo uso exclusivo, torna-se a base da exclusão, modelo que provém do conceito hegemônico o pensamento moderno-colonial de território. Escobar (2015, p. 90) trabalha com o papel das comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas nas lutas ontológicas, adotam para si “a defesa de outros modelos de vida”. Estas podem ser importantes contribuições “para as transições ecológicas e culturais para um mundo no qual caibam muitos mundos”, conceito que foi chamado pelo autor de pluriverso.

Com base na compreensão de Escobar (2015) sobre a necessidade de compreender o pluriverso e a importância dele, este estudo acerca da experiência vivenciada pela comunidade da Enseada, se une a outras tantas comunidades e povos, que almejam soluções a partir de seus recursos territoriais e territorialidade, outras formas de economia, a valorização de saberes-locais, a busca pela autonomia, democracia, multidimensionalidade, sistema de crenças, trocas com a vizinhança e criatividade na busca de uma forma de re-existir, na atualidade, com as características culturais caiçaras.

6 RESISTÊNCIA PARA A PERMANÊNCIA NA ILHA DO CARDOSO

Debe saber que cuando a los pueblos originarios les quitan las tierras los condenan a muerte, o los reducen a la miseria y al olvido. Pero siempre existen los rebeldes que no claudican frente a las adversidades y luchan por sus derechos y la dignidad como personas y como pueblos.

“Carta abierta al Señor Benetton”, junho de 2004

Resistir para permanecer na Ilha do Cardoso é parte do anseio daqueles que ficaram na Ilha, que não foram expulsos pelos diversos vetores de pressão que ocorreram durante seu processo histórico. Valle (2016, p. 39) realizou sua pesquisa com representantes das comunidades tradicionais caiçaras do Marujá, Enseada e Itacuruçá/Pererinha, e traz elementos para refletir não apenas sobre a importância da permanência no território físico, mas em seu papel simbólico e construtor de identidades.

Perder o território, dessa maneira, significa desaparecer. Essa noção de território se reflete, por exemplo, nos caiçaras do PEIC. Para eles, a permanência no parque não se trata apenas de garantir o local onde moram, mas sobretudo garantir o local que representa tudo o que eles são e construíram ao longo do tempo (VALLE, 2016, p. 39).

Em se tratando do caso específico da Enseada da Baleia durante a pesquisa, algumas pessoas responderam apenas que ficar na Ilha é melhor (ENTREVISTADA 02). Mas, também, que entre os motivos para a permanência na Ilha do Cardoso, estão a preservação da identidade e dos costumes que se tem quando se vive na Ilha.

Eu já saí e não me adaptei. [...] Hoje está sendo muito mais fácil que há alguns anos atrás. [...] O vínculo está aqui. Quando se mora na cidade, você não vê ninguém mais. Mesmo morando há umas quadras da sua irmã ou de qualquer outro, não encontra. Acabou comunidade, acabou tradicional, acabou o caiçara, acabou tudo se sair fora daqui. Tudo se mantém porque a gente mora em uma comunidade na Ilha do Cardoso, por isso tem que resgatar e manter isso. Se sair fora daqui perde tudo isso (ENTREVISTADO 01).

Nas discussões que tratam da questão histórica, a Igreja Católica através do Padre João Trinta, foi um dos apoiadores mais lembrados na resistência às pressões que recaíram sobre a Enseada no passado. Segundo o Entrevistado 01, “acho que estamos onde estamos porque aprendemos muito com ele, Pe. João. [...] Tudo que a gente faz hoje tem a ver com aquela época”. Fala-se que para além da questão religiosa, “ele olhava para a necessidade das comunidades também, né. Ele ajudava, em todas as comunidades tinha ajuda dele” (ENTREVISTADA 01). Ele teve um papel

importante na formação das pessoas que resistem, hoje em dia e na formação de lideranças em todo município de Cananéia. “E a gente ia muito para encontros, né. Então aprendemos a falar, a perder a vergonha” (ENTREVISTADA 03). Com o falecimento dele no ano de 2008, fica na comunidade a preocupação de que não teriam para quem pedir ajuda.

Partindo destes fatos históricos, serão desenvolvidos subitens para aprofundar a discussão da resistência desta comunidade para a permanência na Ilha do Cardoso, a partir dos eventos de 2015 e 2016, seguindo a estrutura proposta de categorização dos tipos de ação e vias de resistência propostas por Mafra (2018, p. 70)⁷², que propõe cinco variáveis e indicadores, sendo elas: processos judiciais individuais ou coletivos pelo controle do território, automapeamentos e demais ações de valoração e reconhecimento de identidade, negociações com atores contrários, presença de mobilizações, ocupações, abaixo-assinados, denúncias na imprensa, atos públicos e demais atividades coletivas e, por fim, a descrição do papel dos atores locais nas ações de resistência.

O processo de resistência tem várias faces. Mesmo que houvesse interesse pela realocação, pela insegurança que a comunidade vinha vivendo desde a intensificação do processo erosivo a partir de outubro de 2016. Vivenciar a realocação é um processo intenso e não homogêneo entre as pessoas envolvidas. Suas famílias tinham acabado de superar uma crise profunda, com o falecimento do Sr. Malaquias, em 2010 e tinham a sensação de que estariam num momento de estabilidade financeira na antiga vila da Enseada da Baleia. Optar pela realocação em um local em que precisariam construir tudo novamente, era algo complexo, custoso e que exigiu muito trabalho. Não se tratava apenas de reconstruir residências e espaços coletivos, mas a estrutura básica, a reorganização das atividades produtivas e sua reorganização em território tradicional que já teria outros múltiplos usos em um local que era de mata fechada e que ainda não conheciam tão bem, com prazos severos para cumprir. Esses eram fatores de insegurança para a comunidade, mesmo tendo

⁷² Decorrente da análise de seus dados, Mafra (2018), categoriza como tipos de ações e vias de resistências dos pescadores artesanais do Litoral do Paraná, mais três indicadores que não estavam descritos em sua proposta e que não foram alvo de análise nesta pesquisa, como é o caso de: a) ocupação de espaços públicos e de áreas comuns de uso ou apenas permanecer no seu território; b) acordos para uso do espaço e dos recursos e demais formas de negociação para melhoras nas condições dos pescadores artesanais; c) manutenção, valoração e adaptação da tradição cultural como forma de resistência. Além deste, foi deixado a análise de via de resistência cotidiana, que foi proposta por Scott (2011).

optado por uma localidade que oferecesse condições de seguir com suas práticas. A Entrevistada 03, reflete sobre como se deu processo de resistência,

sair do conforto do lar... e a gente estava num período na antiga bem bom financeiramente, já né. Porque as atividades já estavam bem fechadas, já tinha um turismo forte, as agências já estavam lá. As atividades produtivas funcionando e tirar de lá, e de tudo que a gente criou. E pensar em uma estratégia de saída e sem nada. Então a gente teve que ter primeiro a autorização, mas a autorização era um papel, né. [...] É muito difícil para a comunidade imaginar [...] como que eu saio disso, que tenho certeza do que eu vivi anos, sei como está tudo e vou para um novo lugar, onde eu não tenho nada. Nada! É uma mata fechada. E aí eu preciso construir tudo que eu construí durante uma vida inteira. Vou deixar para trás aquilo. Então tinha várias idas e voltas, assim. Isso diariamente. Então tinham pessoas que: 'Ah eu não vou aguentar. Eu não dou mais conta. Eu vou voltar.' De todo mundo na verdade, sempre ficava um ou outro revoltado. Tipo apertava a comida, ou apertava qualquer situação, aí já batia a revolta. E isso durante todo o processo da realocação. Até o ano passado, com as casas já brotando a gente ainda ouvia isso. Hoje não, depois da abertura da barra, não. Porque ainda tinha uma incerteza do que ia acontecer lá.

Considerando o complexo processo em que ocorreu resistência, vale esclarecer que para que ocorresse a realocação da comunidade da Enseada da Baleia, para a Nova Enseada, dentro de uma Unidade de Conservação de proteção integral, contou-se com um grande número de atores, das três esferas da sociedade (poder público, sociedade civil e iniciativa privada) e que, agiram simultaneamente, através de caminhos distintos, para que houvesse a aprovação do processo de licenciamento da nova área,

Na verdade, se for ver, foram três caminhos: um natural, administrativo [...] técnico, que tem alguns relatos e trabalhos, né, da defensoria, do laudo antropológico junto ao NUPAUB e mais, o pessoal da geologia da Federal do Paraná, [...] e tem mais outros atores [...], amigos e parceiros da comunidade que também participaram [...]. E esse viés político [...], que esse não é muito comentado, mas aconteceu (ENTREVISTADO 12).

Dentre estes três caminhos expostos pelo entrevistado, esta pesquisa se concentrará no primeiro e segundo caminhos. Já que se baseia na perspectiva da comunidade da Enseada, seus amigos e parceiros, que em parte foram entrevistados e complementados por documentos técnicos que foram construídos durante o decorrer do fenômeno. Indicando para tanto, uma lacuna de trabalho possível para novas pesquisas.

6.1 AÇÕES JUDICIALIZADAS

Para Mafra (2018, p. 70) a via de resistência, correspondente às ações judicializadas, refere-se à “presença de processos judiciais individuais ou coletivos pelo controle do território (dados dos processos, grupos envolvidos, tipos de ação, datas principais, quem ajuizou a causa, histórico do processo, ganhos e perdas)”. Assim como no caso pesquisado no litoral paranaense, neste caso, existe apenas uma ação judicial, com características coletivas, que opera em favor da territorialização da comunidade caiçara, sendo que este é o único objetivo da ação proposta (QUADRO 7). Outros processos administrativos tramitam dentro dos órgãos públicos que apoiaram diretamente o processo de realocação. No entanto, foi tido acesso direto a apenas aos que tramitaram dentro da Fundação para Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo Florestal (FF).

QUADRO 7 - PROCESSO JUDICIAL NO CASO ESTUDADO

Quem ajuizou a causa	Parte	Ano de começo e fim	Número do processo	Tipo de ação
Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DEPESP)	Prefeitura Municipal da Ilha Comprida	2015 – não foi finalizado	07/15	Ação Civil Pública, decorrente de Procedimento Administrativo de Tutela Coletiva (PATC) ⁷³

FONTE: A autora (2019).

O mesmo acidente que destruiu cinco construções na Enseada em 2015, e que foi apresentado no subitem 5.3.1, é o fato que impulsiona a busca da comunidade pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo⁷⁴. Como resultado da parceria, o

⁷³ Para a Associação Paulista de Defensores Públicos (APADEP), “a tutela coletiva de direitos resulta do reconhecimento das limitações dos institutos processuais de âmbito individual e da necessidade de um novo enfoque na garantia de direitos. Na maioria das vezes utilizando a Ação Civil Pública, ela incide sobre diversas áreas, defendendo direitos relativos ao meio ambiente, à cidadania e aos direitos humanos, ao patrimônio cultural, à criança e ao adolescente, ao portador de deficiência, às comunidades indígenas etc. A tutela coletiva visa a defender os chamados interesses difusos (que não são específicos de uma só pessoa ou grupo, mas de toda a sociedade), coletivos (interesses de uma categoria, grupo ou classe) e individuais homogêneos (que atingem várias pessoas individualmente, de maneira semelhante e com um fator gerador comum)” (APADEP, 2016).

⁷⁴ Segundo DEPESP (2010), a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a instituição “é uma instituição permanente, prevista na Constituição Federal, cuja função, como expressão e instrumento do regime democrático, é oferecer, de forma integral e gratuita, aos cidadãos necessitados a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os

Procedimento Administrativo de Tutela Coletiva 07/15 foi instaurado no mesmo ano com a finalidade de assegurar a permanência da comunidade na Ilha do Cardoso (caso fossem realocados) e apurar a responsabilidade da instituição que era proprietária da embarcação, que gerou o desastre socioambiental na Enseada da Baleia. Os autores, relatam que não houve acordo com o réu num primeiro momento, sendo assim, a Ação Civil Pública (ACP). Segue em andamento desde então (HAYAMA; CARDOSO, 2018, p. 634). Tendo como encaminhamento:

1) a condenação do Município de Ilha Comprida pelos danos materiais causados à comunidade e aos moradores da Enseada, consistentes em danos emergentes no valor de R\$ 166.607,00 e lucros cessantes no valor de R\$ 193.442,00; 2) a condenação do Município de Ilha Comprida ao pagamento de danos morais coletivos, no valor de R\$ 360.000,00, à Comunidade Caiçara da Enseada da Baleia, representada pela Associação dos Moradores da Enseada da Baleia; 3) a condenação do Município de Ilha Comprida para que reconheça a responsabilidade pela devastação socioambiental causada na Comunidade Caiçara da Enseada da Baleia, em “Pedido Formal de Desculpas”, [...] 4) a condenação do Município de Ilha Comprida em realizar “Pedido Formal de Desculpas”, em ato a ser cumprido pelo(a) Prefeito(a) na própria Comunidade Caiçara da Enseada da Baleia. (HAYAMA; CARDOSO, 2018, p. 634)

Este acidente foi determinante para que a comunidade buscasse apoio legal para lidar com a situação que estava posta. Segundo a Entrevistada 03, inicialmente sentiu-se muita falta do Padre João Trinta para lidar com a questão, não conheciam mais ninguém que pudesse ajuda-los, num primeiro momento. Conheciam poucos advogados que pudessem se sensibilizar com a situação da Enseada, a primeira tentativa deles não foi para a frente. A segunda, e que teve encaminhamentos até os dias de hoje, se deu através de um encontro de Formadores da Economia Solidária⁷⁵, em que “na hora que eu fui falar da Enseada, eu caí no choro, porque a Enseada tinha acabado de ser afetada pelo Catamarã, na época. A hora que eu fui mostrar a imagem do lugar, aí este lugar já não existe mais e comecei a chorar nesta hora”. E foi a partir de uma palestra, que tomaram contato da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (ENTREVISTADA 03). Antes disso, a comunidade não conhecia a instituição, nem que existia advogados com este tipo de atuação. E foi assim, que a comunidade, a

graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos”, que se estabelece em Registro/SP, em 2010 (JUSBRASIL, 2010).

⁷⁵ Segundo o site do Cirandas.net (2009), “a Rede Paulista de formadores e formadoras da Economia solidária foi formada a partir das atividades do Centro de Formação em Economia Solidária CFES”. Inicia suas atividades em 2009, com o intuito de fortalecer as atividades de formação no estado paulista e no movimento de economia solidária.

partir da Associação de Moradores da Enseada da Baleia (AMEB), judicializou uma única vez, em função da ausência de acordo, a instituição responsável pela embarcação turística que causou o acidente.

Além desta, existem diversos processos administrativos, dentre os quais, na Fundação Florestal, CETESB, IBAMA, MPF e Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE-SP). Todas estas organizações foram demandadas durante as negociações do processo de realocação: a Fundação Florestal monitorou por anos o comportamento do esporão arenoso e a realocação das comunidades da Enseada da Baleia e Vila Rápida, em função de um procedimento junto ao MPE-SP, a CETESB foi a responsável pela emissão da autorização para a supressão da vegetação da nova área, o IBAMA doou madeiras de apreensão para a reconstrução da comunidade, o MPF participou ativamente nas negociações relativas a realocação. Os processos administrativos têm potencial para se transformarem em processos judiciais, o que não ocorreu até o momento, já que as demandas seguem sendo negociadas e encaminhadas entre os diversos atores mencionados e outros que estão como parte destas negociações.

Dentre os quais vale aprofundar em dois processos administrativos, que são precursores do processo e que influenciam nos outros itens da pesquisa. O primeiro ocorreu no âmbito da UC, junto ao Instituto Florestal inicialmente, e mais tarde através da Fundação Florestal. Segundo o Entrevistado 12, o início do processo tem a ver com o Plano de Manejo – fase 1, do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Este plano continha informações sobre a preocupação com a erosão que já era percebida pela comunidade da Enseada da Baleia, isso gerou ações por parte da UC, desde então. Salaria que, não havia interesse por parte da comunidade de sair daquele local, até o evento de 2016, quando se evidencia o rompimento do esporão arenoso do Ararapira.

A erosão que vem afetando o esporão arenoso da Ilha do Cardoso tem “procedimento em andamento, no Ministério Público Estadual, no GAEMA⁷⁶, que monitora esta situação, e vem pensando em formas de atuação para o enfrentamento,

⁷⁶ O Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente - GAEMA foi instituído através do Ato Normativo nº 552/08-PGJ, de 4 de setembro de 2008, este ato “institui o GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE (GAEMA) e a REDE DE ATUAÇÃO PROTETIVA DO MEIO AMBIENTE, no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo, e dá outras providências” (MPE-SP, s.d.). Outros atos normativos que recaem sobre o GAEMA podem ser acessados através do site http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/rede_gaema.

discussão de planos emergenciais em caso de eventual desastre”. Como o rompimento ocorreria onde estava a Enseada da Baleia, isso fazia com que houvesse atenção especial dos órgãos públicos a esta comunidade (HAYAMA, 2016). Além disso, em 05 de março de 2013, foi criado um Grupo de Trabalho (GT), para a elaboração de um Plano de Trabalho, para as comunidades de Enseada da Baleia, Vila Rápida e Pontal do Leste, que estão localizadas no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, através da Portaria da Fundação Florestal 43/2013 (HAYAMA; CARDOSO, 2018, p. 629). Este plano reconhece a reduzida ocupação das comunidades e os riscos que recaem sobre elas:

O Plano de Trabalho elaborado pela equipe da Fundação Florestal e pelo Instituto Geológico considera que a população Caiçara presente na Ilha do Cardoso é tradicional e sua ocupação se reduz a 5% do território do Parque. Acrescenta que em 1993 identificou-se o processo erosivo, natural e gradual, que pode acarretar riscos à integridade e ao patrimônio cultural destas comunidades tradicionais (HAYAMA; CARDOSO, 2018, p. 629)

Segundo o Entrevistado 12, entre as recomendações jurídicas do Inquérito Civil Público (IC) 049/08, estão a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), pela Fundação Florestal e pela Prefeitura Municipal de Cananéia, desde 2010, mas não houve acordo para a assinatura deste documento. Mas que, aquilo que fora solicitado no TAC, está em andamento, como: estudos, monitoramento da área, encontrar um local para realoca-los e tirá-los do risco, um plano de gerenciamento de risco e contingência para situações de emergência e a retirada dos entulhos das áreas que fossem abandonadas. Este serviço está sendo feito pela comunidade, com apoio da gestão do PEIC. Além disso, o que ainda não está em curso, mas que também é parte do IC 049/08, é uma contrapartida ao licenciamento da área da Nova Enseada expedido pela CETESB, de reflorestamento de uma área maior do que a área licenciada, que recairá sobre a Fundação Florestal, em função da demanda pela nova área também ter partido dela.

Sobre este processo administrativo, não foram percebidos impedimentos na comunidade, mas que houve decisão coletiva para que não houvesse construções próximas a área da antiga vila, que vinha erodindo (ENTREVISTADO 01). Para a Entrevistada 03, a comunidade não estava sabendo do processo, o que percebiam era que eram feitas medições (na área mais delicada, que motivou o processo) e a comunidade não sabia o que estava acontecendo. Para o Entrevistado 01, não estava

claro se estava erodindo muito, ou erodindo pouco. A Entrevistada 01, fala que eles reclamaram inclusive em reunião do processo de coleta de dados físicos, já que os moradores não estavam sabendo, mas que depois disso eles começaram a se comunicar sobre as coletas de dados. O processo de monitoramento era realizado apenas na área mais estreita, até o acidente de 2015. Atualmente, são monitorados quatro pontos na restinga: a área onde a erosão se dava de forma mais intensa e onde se formou a nova barra, a comunidade da Enseada da Baleia, a comunidade da Vila Rápida e a área do Ribas⁷⁷ (ENTREVISTADO 01).

Deste modo, havia uma preocupação sobre o esporão arenoso e seu possível rompimento por parte do Estado. No entanto, não houve um envolvimento da comunidade Enseada da Baleia nesse processo de avaliação, conforme explicitado pelos entrevistados. Essa falha traz a reflexão sobre quem são os atores que dão acesso à justiça a movimentos sociais ou grupos sem poder aquisitivo. No caso apresentado, temos o envolvimento direto da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de São Paulo⁷⁸.

Sobre a atuação da Defensoria Pública em especial, que por seu papel no caso é mencionada algumas vezes durante as atividades de campo por diferentes segmentos da sociedade, Santos (2016) sustenta que a Defensoria Pública incorporou diversos aspectos do tipo ideal inovador de serviços legal, quando avalia a tipologia tradicional/inovadora dos serviços legais, em sua análise que considerou os seguintes aspectos: individual/coletivo, apatia/participação, mistério/desencantamento, legal/extralegal, advogados/multiprofissionalismo. Mas salienta que apesar de ter competência legal para lidar com interesses difusos e coletivos, como para o ingresso em Ações Civas Públicas (ACP), que não é uma instituição homogênea. Ela tem em seus quadros profissionais que trabalham no atendimento de casos individuais,

⁷⁷ A área do Ribas, se refere a uma área considerada de morador não tradicional, que foi judicializada, mas que foi indicada pela comunidade da Enseada da Baleia, como uma das possíveis alternativas para a realocação, no período em que as negociações ainda estavam em curso. Ela está localizada entre a comunidade da Vila Rápida e da Nova Enseada,

⁷⁸ Segundo a CNJ (2015), a Constituição Federal que definiu como direito fundamental o acesso à Justiça, para tanto a Defensoria Pública e o Ministério Público são duas instituições independentes que fazem parte das funções essenciais à Justiça, mas “possuem missões e características próprias e independentes dos tribunais”. Na Defensoria, o Estado garante o advogado público, que é chamado de defensor público, e que presta assistência jurídica gratuita a quem não pode pagar pelo serviço. No caso do Ministério Público, é uma “instituição pública autônoma, responsável pelo zelo ao regime democrático e pelos mais altos valores sociais”, dentre eles, defesa da ordem jurídica, interesses sociais, individuais indisponíveis, patrimônio público e social meio ambiente e interesses difusos e coletivos (CNJ, 2015).

considerados “tradicionais”. Atribui a Lei Complementar 132/2009 as novas funções, como a defesa dos interesses coletivos, atendimento multidisciplinar e a possibilidade de resolução extrajudicial. Além de contar com mecanismos de participação social. O que poderia beneficiar movimentos sociais, em especial os que fossem menos organizados.

Não é demais afirmar que a Defensoria tem mais condições institucionais e competências legais para fornecer respostas num país com imenso déficit de acesso à Justiça, podendo se constituir como principal porta de entrada dos tribunais para movimentos sociais, em especial os menos organizados e mais dispersos (SANTOS, 2016, p. 142).

Dado este que se exemplifica através de palestra de Diegues (2015), quando em palestra ao I Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável, UFPR Setor Litoral, em que, exemplifica alguns casos em que Defensoria e Ministério Público atuam para assegurar os direitos territoriais de comunidades tradicionais. Citou casos em que ambos, Defensoria Pública e Ministério Público, se juntaram para contestar licenças ambientais do IBAMA, para a expansão de polo petrolífero em São Sebastião/SP. Além de caso em que Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) se unem para ajuizarem ação civil pública em face do ICMBio, em favor do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná (MOPEAR), sobre suas participações no Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui. Um último caso de Ilha Bela/SP, em que MPE e MPF vem trabalhando para garantir os direitos territoriais de algumas comunidades (DIEGUES, 2015).

Demonstrando, portanto, a importância destes atores no acesso à justiça àqueles que não teriam acesso por ausência de capital ou poder, e que estavam restritos àqueles que podiam pagar advogados e apoio para novos arranjos que tenham como finalidade a garantia de direitos territoriais de comunidades tradicionais.

6.2 RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO POR MEIO DE MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS

As cartografias sociais e mapeamentos participativos podem ser uma outra via de resistência, “automapeamentos e demais ações de valoração e reconhecimento de identidade (características gerais, resultados, grupos envolvidos)” (MAFRA, 2018, p. 70). Mas não há consenso sobre este uso, Acselrad (2008, p. 9) considera que no

debate contemporâneo, a respeito de cartografias sociais e mapeamentos participativos, podem “ser vistas como esforços de resistência às dinâmicas de globalização, ora como instrumento de apoio à efetivação mesma destas dinâmicas”.

Para a discussão do reconhecimento do território, faz-se necessário lembrar que a discussão é realizada dentro do contexto de que este caso está posto dentro de territórios tradicionalmente ocupados. Portanto a discussão passa pelo reconhecimento como caiçara e como isso ocorre na Ilha do Cardoso, mais especificamente na comunidade da Enseada.

Na comunidade estudada, o reconhecimento da identidade como “caiçara” é mais antigo e mais comum do que a de “comunidade tradicional”. Segundo o Entrevistado 01, ninguém gostava que fosse chamado de caiçara, pois tinha uma conotação de pobre, vagabundo, “do sítio”. De qualquer forma ele é anterior a uma segunda, que é a de moradores tradicionais da Ilha do Cardoso⁷⁹. Esta identidade, apesar de descrita em documentos da década de 1980, conforme comentado pela Entrevistada 03, começam a ser ouvidas e discutidas a partir do Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso⁸⁰, entre o final dos anos 1990 e 2002 (que correspondem a primeira e segunda fases), e começam a se tornar mais frequentes, desde então. Acredita-se que foi neste momento em que as comunidades começaram a se fortalecer, porque começaram a diferenciá-los de pessoas que compravam terrenos para veraneio ou especulação e, também, contou com apoio do Padre João (ENTREVISTADO 01).

A participação dos moradores tradicionais na elaboração do Plano de Manejo foi fundamental para a garantir seus direitos de permanência na Ilha, bem como, reconhecer suas atividades de visitação pública, roçados e extrativismo (Valle, 2016, p. 25-26). Além disso, existe um laudo antropológico atesta a tradicionalidade das famílias, realizado em 2012, como parte dos documentos com a finalidade de revisão

⁷⁹ Para o Programa de Interação Socioambiental, do Plano de Manejo do PEIC, o morador tradicional deve apresentar as “seguintes características:

- O chefe da família, deve estar há, no mínimo, 3 gerações na Ilha do Cardoso;
- Desenvolvem atividades de baixa interferência no meio ambiente: pequena escala e baseada no uso dos recursos renováveis;
- Tem conhecimento e domínio das técnicas tradicionais (pesca, agricultura e construção).

⁸⁰ Para Valle (2016, p. 16), “o grande marco para o parque, e o que o faz ser considerado como modelo de referência, está relacionado à elaboração do seu Plano de Manejo no final da década de 1990. O plano foi elaborado de maneira participativa e contou com a colaboração de todas as comunidades residentes na Ilha, apresentando um modelo de inclusão inédito até então”.

do Plano de Manejo do PEIC, que está em vigor desde 2002. Documento que seria mais um elemento de comprovação, a partir da Convenção nº 169 da OIT, que reconhece a autoidentidade como fundamental “para a definição dos povos sujeito da Convenção” (OIT, 2011, p. 8).

Sobre o etnomapeamento realizado junto à comunidade no final de 2016, a comunidade contou com o apoio do NUPAUB ligado a Pró Reitoria de Pesquisas da USP⁸¹ para a realização de um trabalho de etnomapeamento do território da Enseada da Baleia e do que se tornou a Nova Enseada. Esta nova localidade, até então reconhecida como sítio Casa Preta, situada “a 7 metros do nível do mar, lugar de antigo sítio de assentamento. Existem evidências materiais de antigas construções, além de valas e poços que abasteceram a residência” (NUPAUB, 2016, p. 73) e a área da prainha, que está localizado há aproximadamente 500 metros da primeira.

FIGURA 32 - TERRITÓRIO REQUERIDO PARA A REALOCAÇÃO NO LAUDO REALIZADO PELA NUPAUB



FONTE: NUPAUB (2016).

LEGENDA: Em amarelo mais forte consta a área solicitada pela comunidade e em amarelo com margens brancas as áreas solicitadas para caminhos que levam as áreas de uso no Canal do Ararapira e praia.

⁸¹ NUPAUB (2016, p. 16), para a realização de atividades de etnomapeamento, “eixo em torno do qual se estruturaram as atividades dialógicas, transcenderam o simples registro cartográfico nativo, sintetizando este processo de construção coletiva da proposta de reassentamento, que evidencia a importância dos marcos identitários impressos no território – seu lugar antropológico – permitindo a expressão plena da subjetividade local, condição necessária para atender plenamente as perspectivas auto declaratórias apontadas na Convenção 169 da OIT”. Além disso, contou com uma equipe multidisciplinar, formada por antropólogo pós-doutor no NUPAUB/USP, geomorfóloga, geógrafo, oceanógrafa/mestre em antropologia social, oceanógrafo/mestre em geologia marinha, oceanógrafo/doutor em geologia e biólogo/educador ambiental.

Como resultado deste trabalho entre universidade e comunidade, além da proposta da nova área (FIGURA 32), foram mapeados: a) o território caiçara da comunidade da Enseada da Baleia, como o território da restinga que vai da Barra do Ararapira (extremo sul da Ilha) até o Morro da Tapera (proximidades do Marujá); b) o território pesqueiro, que inclui a coroa, saco da baleia, baixio de Santana, mangue novo, área permitida para a pesca do iriko e pesca costeira; c) o território cultural, que inclui “igrejas, capelas, locais e calendário de significado religioso, ciclo de festas de santos padroeiros, locais de memória, trilhas e caminhos, locais de interesse turísticos incorporados ao patrimônio cultural” (cachoeiras, sambaquis, praias e ruínas), localizados da restinga, além das comunidades da Barra do Ararapira, Ararapira (Ilha de Superagui) e Ariri (área continental de Cananéia); d) o território parental, que vai das comunidades localizadas na restinga, comunidades da Ilha de Superagui e Ilha das Peças, e em menor escala, Cananéia, Iguape, Ariri, Retiro; e) o território doméstico, que não abrange apenas o espaço das habitações, mas os acessos, alojamentos de hóspedes, campings, ranchos de pesca, áreas comuns ilustradas através de croqui e mapas, além de tabela de edificações (NUPAUB, 2016). Ou seja, nas diversas categorias de território trabalhadas, o território da Enseada vai muito além da Ilha do Cardoso, onde lutou-se pela permanência.

Historicamente, a partir de 1950, amplia-se a noção de território tribal, com a criação do Parque Nacional do Xingu, através do substitutivo da Lei 216, o território deixava de ser a área necessária ao provimento material das famílias e passava a reconhecer como todo espaço ecológico necessário a sobrevivências física, social e cultural da comunidade. Aponta para a necessidade do uso extensivo dos recursos naturais, com a finalidade de suportar demandas da coletividade, argumentando que o acesso à terra, é “condição estruturante para a reprodução de práticas socioculturais tradicionais” (NUPAUB, 2016, p. 50-52). Sobre a indicação da nova localidade, o relatório inclui carta elaborada coletivamente, entre a comunidade e o NUPAUB, com a justificativa:

A Comunidade da Enseada da Baleia se reúne no dia treze de novembro de dois mil e dezesseis. Comparecem ao encontro toda a comunidade, representada pela Associação de Moradores da Enseada da Baleia, AMEB, para tratar do assunto da realocação, onde foram levantadas quais são as atividades e as necessidades da Comunidade. Foram levantadas os benefícios da área da Casa Preta: Atividade pesca do irico e outras espécies; Árvores grandes; A vó já morou na área (Erci Malaquias); Espaço grande;

Segura; Diversidade Ambiental (ajudaria no turismo comunitário); Facilidade de acesso; Lancha (DERSA) diariamente; Economia de recurso; Atividade da área da Tumba (RESEX); Mais alternativas de renda. Foi levantada pela Comunidade a necessidade de usar a área da Prainha (lado direito) da Casa Preta para complementação das atividades da vida diária da Enseada da Baleia, comparando ao que acontece hoje: Ponto de pesca; Turismo; Praia de acesso ao estuário; Laser (campo de futebol e vôlei). (NUPAUB, 2016, p. 71-72).

O processo foi feito coletivamente, através de desenhos em *flip chart*, com o levantamento das famílias, áreas de uso, antiga comunidade e a nova, como seriam as atividades socioprodutivas. “Eu lembro que internamente, por cima, [...] os homens principalmente, conseguiam ter uma análise da área alta e baixa, por cima”. Isso foi determinante para encontrar a nova área, quando chegaram com a mata fechada, “cada família foi procurando o seu lugar [...] dentro deste território. E aí fomos batendo coordenadas, nós mesmos. E assim, montamos um mapinha”. Além da questão da segurança, a decisão tem a ver com uma indicação da avó que já tinha residido ali, sabia da existência de água através dos poços e das árvores frutíferas. Os homens tinham uma visão do território em que conseguiam diferenciar áreas altas e baixas em relação a maré que está próxima das construções, o que foi importante para conseguirem encontrar a nova área, já que existem áreas que alagam na restinga. Quando chegaram, com a mata fechada, cada família foi procurando local para as residências e batendo coordenadas, eles mesmos, o que originou um mapa. Além da segurança, a decisão se deu com uma indicação da avó, que já tinha residido ali e sabia da existência de água potável e das árvores frutíferas. Os pescadores, já conheciam porque lanceavam por vezes próximos a localidade, e sabiam que seria o último ponto para a pesca do iriko⁸². Naquele momento do mapeamento, não sabiam que a restinga se romperia e que com isso, o recurso iriko mudaria de localização (ENTREVISTADA 03).

Acselrad e Coli (2008, p. 14-15), afirmam que as iniciativas de inclusão de populações locais em mapeamentos disseminaram-se mundialmente, na década de 1990. E que as tecnologias utilizadas para isso, variam muito. No caso do

⁸² A Instrução Normativa nº 15, de 16 de junho de 2005, que estabelece normas, critérios e padrões para a pesca de juvenis das espécies *Anchoa maringii*, *Anchoa tricolor*, *Anchoa lyolepsis*, conhecidas popularmente como “manjuba ou iriko”, e as nomenclaturas regionais, determina em seu art. 1º - Permitir o exercício da pesca do iriko no canal da Ararapira entorno do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, no Estado de São Paulo e na zona de amortecimento do Parque Nacional de Superagui no Estado do Paraná, somente na área compreendida a 1.000 metros da barra do Ararapira (UTM – W 792.205, S 7.198.617) até 1.500 metros a norte da desembocadura do canal do Varadouro (UTM – W 801.221, S 7.207.021).

etnomapeamento, o prefixo “etno” é atribuído a um grupo étnico, descrito por Little (2006, p. 16-17), como “uma coletividade de indivíduos que se diferencia dos demais grupos por sua especificidade sociocultural”. E que isso pode estar presente na língua, cosmologia, religião, maneiras de agir, instituições ou na combinação entre fatores. Ele pode ser feito para ou pelo grupo étnico. No etnomapeamento, apesar de variadas, identifica dois tipos básicos de mapas: os mapas mentais e os mapas georreferenciados, com técnicas cartográficas ocidentais. Sendo que existe uma certa pressão por parte dos financiadores para se chegar no segundo caso tipo o que ele chama de “fetichismo dos mapas” (LITTLE, 2006, p. 30).

Acselrad e Coli (2008, p. 15) também concordam que para este segundo tipo, apesar das comunidades decidirem o que será colocado, existe uma dependência em alguma medida de pessoal externo que conheça os procedimentos para a preparação de mapas, o registro de dados e para a impressão. Little (2006, p. 22), argumenta que neste processo de tradução, sempre ocorrem perdas para a comunidade mapeada.

Little (2006, p. 17), reforça a importância do território, como base material da identidade étnica, como o conjunto do espaço geográfico, suas relações históricas, vínculos mitológicos, subjetividade e menciona como esta pauta interfere nos movimentos. “O território é o alicerce da sustentação física e da reprodução social, econômica e cultural de um grupo social. Na medida que os grupos étnicos levantam reivindicações frente ao Estado, se transformam em movimentos etnopolíticos”.

Em relação ao papel dos mapas, ambos os autores concordam sobre a sua importância, mas ponderam sobre seu uso, Little (2006, p. 30), acredita que os mapas são úteis para o domínio territorial, por tanto entre residentes ou invasores, deve-se manter a atenção. Acselrad e Coli (2008, p. 41), acreditam que se o mapeamento participativo se pretende como um “contra projeto de ordem científica”, seu sucesso estaria na concretização de territórios democráticos e dos acessos a seus recursos e não uma simples expressão espacial.

A realização do etnomapeamento facilitou a escolha da nova área pela comunidade e a reflexão sobre as áreas de uso, através da combinação de ferramentas. Muito da negociação dependia da decisão da nova localidade por parte da comunidade, e isso se deu com este trabalho. Apesar de ele não ter sido usado no processo administrativo, embasou outros documentos que foram fundamentais na negociação e licenciamento da área. Os documentos foram processados por técnicos

externos à comunidade, mas isso não significou problema para as famílias envolvidas, por estarem sobrecarregadas de funções no período.

6.3 NEGOCIAÇÕES COM ATORES CONTRÁRIOS

Outra via para a compreensão de processos de resistência, seria a leitura de como se deram as negociações com atores contrários. Como negociações entende-se “negociações com atores contrários (grupos envolvidos, resultados, origem da negociação)” (MAFRA, 2018, p. 70).

Recentemente, não se tem notícias de atores que se posicionaram contra o processo de realocação da comunidade da Enseada da Baleia, mas os depoimentos e arquivos históricos (como atas de reuniões do PEIC), demonstram que houve negativas ou dificuldades de negociação ao longo do percurso. Por se tratar da realocação de uma comunidade tradicional dentro de uma área no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, que se configura como uma UC de proteção integral. Percebem-se diferentes posicionamentos, entre elas, instituições que tem condutas mais próximas da legislação ambiental e menos aceitabilidade da legislação que reconhece os direitos de povos e comunidades tradicionais, o que propiciou que toda a negociação fosse realizada com cautela. Em conversa, na comunidade da Nova Enseada em 2018, Diegues fala que este é o único caso conhecido de realocação para UC dentro de tal categoria, com aval pelo e no Estado de São Paulo. Tal informação demonstra que são raros os casos em que este tipo de negociação finda com resultado positivo para a comunidade tradicional requerente.

Entre os fatos históricos, Pedro Barbosa, jornalista da Série Comunidade Caiçara / Prog. 3 – Enseada da Baleia / Bloco 2, publicado em 31 de janeiro de 2011, fala sobre o assunto, afirmando que era pacífica a realocação dentro do parque, mas “agora com relação a se há uma verba ou não, isso está em discussão. E a questão que se coloca é se existe ou não um fundo emergencial para situações como essa”. Mais tarde fica evidente que houve o licenciamento para uma nova área, mas ficou a cargo da comunidade a mobilização de recursos para que conseguissem fazer esta realocação em curto espaço de tempo o que inviabilizaria a ação, caso não estivesse organizada.

Outra questão é que a comunidade só ficou sabendo que seria pauta pelo risco que estava passando, a partir das reuniões do conselho do Parque Estadual da

Ilha do Cardoso. Não vinha participando diretamente do andamento do IC 049/08 do MPE-SP/GAEMA. Portanto, meses mais tarde da matéria jornalística mencionada, no dia 26 de julho de 2011, um parecer da Assessoria Jurídica (AJ) da SMA foi lido na reunião do Conselho Consultivo do PEIC. Este parecer negava-lhe a permanência na ilha, por se tratar de uma unidade de conservação de proteção integral. Em texto da ata da reunião de número 153, consta algumas informações repassadas pelo gestor da UC na época:

diz que foi sugerido pelo Ministério Público um termo de relocação para moradores, e previamente aceito pela Fundação Florestal, necessitando ainda de um parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria do Meio Ambiente, que retomou ao PEIC recentemente. [...] ⁸³ passa a fazer a leitura do parecer da AJ/SMA que resumindo diz que a realocação é uma obrigação da defesa civil municipal, e que em caso de ocorrência, sendo uma área de proteção integral, os moradores devem ser realocados para fora da UC. A partir desse parecer a FF entende que é necessário reformular o TAC, pontuar as questões específicas feitas pela AJ/SMA e prosseguir com o acordo. (PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO, 2011, p. 1-2)

O Conselho Consultivo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso foi formado com o nome de Comitê de Apoio a Gestão do PEIC, em 1998 e tem uma longa trajetória de negociação entre comunidades tradicionais, sociedade civil organizada e gestão pública para a busca de caminhos de parceria, o que é descrito por Campolim, Parada e Yamaoka (2008). Na reunião citada, mesmo com este parecer externo aos atores locais, são sugeridos caminhos para a parceria com projetos de habitação rural, e existe consentimento por parte dos presentes, para seguir com a articulação. Demonstrando que ambos os posicionamentos, àqueles interessados em defender a permanência da Enseada da Baleia e àqueles interessados em atender a legislação ambiental, estiveram presentes durante os anos de negociação.

Outro fato que comprova que há um posicionamento que arriscava a permanência da comunidade na Ilha do Cardoso se fazia presente, é a Portaria FF/DE nº 093/2014, de 09 de maio de 2014, que propõe a “Criação do Grupo de Trabalho para a elaboração de proposta de criação de Programa de Governo para o reassentamento das populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida” e que determinava o prazo de 180 dias a partir da publicação de 13 de fevereiro de 2014, para conclusão da criação

⁸³ Foi retirado o nome do gestor do PEIC, responsável pelo repasse das informações ao Conselho Consultivo do PEIC.

deste Programa (SÃO PAULO, 2014, p. 1). Que não chegou a impactar diretamente o caso estudado, até o que se conhece do caso.

Enquanto as negociações mais difíceis aconteceram fora da comunidade, dentro dela por sua vez, muitas conversas, reuniões e negociações, no sentido de compatibilizar os anseios internos e externos aconteceram. Sem dúvidas as negociações da comunidade da Enseada da Baleia, se deram no sentido de sensibilizar pessoas, de diferentes instituições buscando parceiros que pudessem apoiá-los em diferentes espaços de decisão. Segundo a Entrevistada 03, tiveram que perder a vergonha e aprender a falar. “Antigamente vinha gente e a gente se escondia [...]. Acho que a quantidade de reunião que a gente foi fazendo [...] a gente consegue ficar de frente para as pessoas e não ficar nervosa”.

Dificuldades de negociação foram indicadas, principalmente com o MPE-SP/GAEMA e a SMA. Sobre esta dificuldade de negociação junto ao MPE-SP, o Depoente 1 (2016) fala em entrevista ocorrida no ano em que se negociava o licenciamento para a nova área posterior ao acidente com a embarcação.

A situação é bastante insegura, inclusive os órgãos ambientais, incluindo nisso o Ministério Público Estadual, vem resistindo a ideia de a comunidade poder optar por uma outra área dentro na Ilha do Cardoso, caso este risco se torne insuportável.

Segundo o Entrevistado 12 era um período em que a Fundação Florestal gerava a documentação e a discussão, mas levava os assuntos para uma decisão superior, no caso da SMA. A reunião que decidiu sobre a possibilidade de licenciamento da área da Nova Enseada, foi marcada com a ajuda de órgãos de justiça, DEPEP e MPF. Esta negociação é apresentada:

Após processo de intensa angústia e insegurança [...] finalmente no dia 7 de dezembro de 2016, em audiência com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que contou com a presença da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Ministério Público Federal, Fundação Florestal, Instituto Geológico e Defesa Civil do Estado de São Paulo, o Secretário Estadual do Meio Ambiente autorizou a realocação da Comunidade para a “Nova Enseada”, determinando à Diretoria Regional da Fundação Florestal que a decisão fosse cumprida imediatamente pela Gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (HAYAMA; CARDOSO, 2018, p. 636).

A dificuldade da negociação da autorização a realocação da Enseada junto a SMA é apresentada brevemente. Simultaneamente, a instituição em questão, estava

encaminhando uma outra agenda, referente a aprovação da Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016 (SÃO PAULO, 2016). Esta lei, autoriza a Fazenda do Estado a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de áreas em próprios estaduais que especifica e dá outras providências correlatas. E aparece como uma preocupação presente na Comunidade da Enseada da Baleia, e representantes de outras comunidades da Ilha do Cardoso. A política de concessão de unidades de conservação, que vem sendo chamada localmente de “privatização das Unidades de Conservação”, incluiu em sua estrutura uma lista de 25 unidades de conservação (SÃO PAULO, 2016), sendo 05 delas, localizadas no Vale do Ribeira, das quais o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, é uma delas. Em todas as comunidades tradicionais caiçaras da Ilha do Cardoso, existem atividades turísticas hoje em dia. A legislação vem sendo debatida extensamente, por sua rapidez e negligência em relação a participação das comunidades.

Segundo o Depoente 1, a lei proposta tem alguns problemas: a) o fato de não ter ouvido as comunidades para serviços de ecoturismo e exploração da madeira, desrespeitando a Convenção da OIT 169; b) o período de concessão por até 30 anos, em que poderia exceder o prazo de revisão do plano de manejo das Unidades de Conservação concedidas; c) o que está proposto na lei, impede a participação das comunidades através de suas organizações comunitárias e entidades locais participem do processo. Obrigando-as a conviver com um outro ator, além do Estado. O que pode torná-la refém desta concessionária, perdendo suas autonomias em seus territórios e o controle do processo de desenvolvimento de suas comunidades; d) por fim, houve um veto no artigo que propunha que uma parte da arrecadação fosse investida no próprio sistema ambiental, portanto, não se sabe onde o recurso proveniente das atividades vai parar. Concluindo que no processo histórico, houve repressão do Estado pelas atividades realizadas tradicionalmente e estas comunidades que não saíram migram para outras atividades como o ecoturismo, com esta lei, que entrega a iniciativa privada este tipo de atividade, acaba por tirar a fonte de renda das comunidades. Este processo é tido como um golpe, já que vem posterior a um momento em que comunidades tradicionais vinham tentando se organizar e apoiar a criação de leis que desse um equilíbrio a um jogo de forças que sempre pendeu para as políticas ambientais que não reconheciam as comunidades como parte (DEPOENTE 1).

Compreender por que uma negociação de supressão da vegetação de um novo ponto para a realocação de uma comunidade em risco é difícil e, por outro lado, se tem uma agenda de concessão à iniciativa privada das atividades turísticas e a exploração da madeira nas Unidades de Conservação, é um caso para reflexão. Que remonta a discussão proposta por Diegues (2001, p. 38), das diferentes linhas de ecologismos, em que o autor os dividia entre preservacionistas, conservacionistas e uma terceira linha, menos bem sucedida, de distributivistas. Nesta obra, o autor apresenta uma modalidade de ecologismo, o “ecologismo camponês” que vinha sendo trabalhado por alguns autores e que teria surgido entre movimentos sociais do “Terceiro Mundo”, que teria compreendido a crise ambiental e miséria crescente como resultado dos atuais modelos de desenvolvimento.

Este novo ecologismo, é aprofundado e trabalhado por Alier (2007) na ecologia política a quem chama de “ecologismo dos pobres”, nome da obra, que compreende o ecologismo ou ambientalismo como resposta ao crescimento econômico e que dividirá em três correntes principais: “o culto ao silvestre”, “o evangelho da ecoeficiência” e, por fim, “o ecologismo dos pobres”. Como culto a vida silvestre, Alier (2007, p. 22) apresenta a corrente de defesa da natureza intocada, que tem como estopim o amor as paisagens e valores profundos. Uma segunda corrente que chamou de evangelho da ecoeficiência acredita no desenvolvimento sustentável, na modernização ecológica, na boa utilização dos recursos, capital natural e serviços ambientais. E alerta sobre como ambos convivem atualmente, simultaneamente. E, finaliza com a terceira corrente, que seria a da “justiça ambiental e o ecologismo dos pobres”, que desafiaria as primeiras duas e que também é reconhecida por ecologismo popular ou movimento de justiça ambiental⁸⁴. Esta corrente chama atenção para o deslocamento geográfico de recursos, denunciando as extrações de petróleo, gás, alumínio, cobre, eucalipto, ouro, soja transgênica, que avançam sobre novos territórios e grupos sociais que por vezes, protestam e resistem (ALIER, 2007, p. 26-35).

Até muito recentemente, a justiça ambiental como um movimento organizado permaneceu limitado ao seu país de origem, muito embora o ecologismo popular ou ecologismo dos pobres constituíram denominações aplicadas a movimentos do Terceiro Mundo que lutam contra os impactos ambientais que ameaçam os pobres, que constituem a ampla maioria da população em

⁸⁴ Segundo Alier (2007, p. 22) encontraria outras conotações como ecologismo *livelihood*, do sustento, da sobrevivência humana, a partir de Gari (2000) e ecologia da libertação por Peet e Watts (1996).

muitos países. Estes incluem movimentos de base camponesa cujos campos ou terra voltadas para pastos tem sido destruídos pela mineração tecnologia ou outras formas de pesca industrial... que simultaneamente destroem seu sustento e esgotam os bancos pesqueiros, e por movimentos contrários às minas e fábricas por parte de comunidades afetadas pela contaminação do ar ou que vivem rio abaixo dessas instalações (ALIER, 2007, p. 35).

Evidenciando que temos entre os órgãos ambientais, aqueles que propõe uma agenda política com marcadas expressões das correntes do “culto a vida silvestre” e do “evangelho da ecoeficiência”, que ainda mantém marginalizados os encaminhamentos junto a povos e comunidades tradicionais e que priorizam respostas às demandas de mercado. O que fez com que uma quantidade de esforço e articulação maior fosse organizada para prosseguir com o processo de realocação da comunidade da Enseada, o que será também trabalhado no subitem 6.5.

6.4 MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMAIS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS

Esta via de resistência se propõe a trabalhar com informações de atores locais e “movimentos sociais, colônias, associações de moradores e pescadores, instituições de pesquisa e extensão, instituições ligadas à justiça local, instituições ambientais locais e demais atores ligados à territorialização dos pescadores” (MAFRA, 2018, p. 70). Além disso, observa-se a ligação destes atores com as ações de luta pelo território pesqueiro.

Neste contexto, a resistência empreendida partiu de uma negociação para a permanência dessa comunidade dentro da própria Ilha do Cardoso, numa área em que tivesse as mesmas condições para manter seus modos de vida, do que se tinha na comunidade caiçara da Enseada da Baleia. A articulação da comunidade com uma rede de atores sociais, permitiu que o licenciamento da área escolhida ocorresse no início de 2017, enquanto a área em que habitavam corria sério risco de desaparecer. A resistência da comunidade, para lutarem pelos seus modos de vida, a escolha do local; a negociação com os vários atores sociais, o curto espaço de tempo para a realocação e a reconstrução da comunidade são partes da análise.

A comunidade tem uma associação que a representa, a Associação de Moradores da Enseada da Baleia (AMEB), fundada em novembro de 2015, na qual desde o início de suas atividades os principais cargos da diretoria são compostos pelas mulheres. Mas a organização comunitária é anterior à data, já que o ano de

2015, seria apenas o ano de sua formalização enquanto pessoa jurídica. A demanda pela associação já vinha surgindo, principalmente pela exigência do Conselho Consultivo do PEIC, que condicionou às comunidades tradicionais a necessidade de um CNPJ para seguir como representantes dentro de uma lógica de paridade e de representação institucional dos setores da sociedade. Depois do acidente de 2015, foram aconselhados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a não entrarem isoladamente, cada família que teve prejuízo, a própria DEPSP não poderia atuar para defende-los individualmente (ENTREVISTADA 03). Esta parceria motivou a fundação da associação, que tem como logomarca a imagem da família, tendo a avó ao centro e em destaque (FIGURA 33).

FIGURA 33 - LOGOMARCA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ENSEADA DA BALEIA



FONTE: AMEB (2015).

Faz-se necessário, esclarecer que neste caso, a associação de bairro apesar da personalidade jurídica não é tida como a responsável pela luta pela permanência, o que fica evidente nas falas. Para a Entrevistada 05, foi muito importante a associação de bairro, acredita que se não tivesse a união de todos, nada disso seria possível. Além da união, fala-se da potência dos mutirões que fora incorporada a partir do processo de realocação da comunidade, no final de 2016, quando começaram a organizar a nova área. Para o Entrevistado 01, “não tinha tanto isso, lá. Agora mutirão está no sangue de todo mundo, tudo é mutirão. É uma questão muito forte o mutirão”.

Apresenta-se como veem a organização, evidenciando o papel de ferramenta mais do que a de responsável pelo processo.

É porque diferente de outros lugares que a associação só vai um representante nas reuniões, quem move tudo é a comunidade né? E ela é toda juntinha, né. Ela é igual um CPF ou um documento que consegue formaliza um documento de um pedido, né. Por exemplo, da madeira, ou o projeto da Caixa mesmo, né. Que a gente acabou de fazer via associação, mas quem fez as reuniões e quem planejou tudo, foi o pessoal da comunidade. Na verdade, a associação é quem faz o pedido para que as pessoas tenham confiança de dar o recurso. Mas o processo todo é feito por nós (ENTREVISTADA 03).

De qualquer forma, a articulação necessária para que obtivessem o licenciamento da nova área e depois, para que conseguissem realocar-se num curto espaço de tempo, não seria possível se não houvesse o envolvimento de muitos outros atores. Portanto, criou-se uma matriz com dados comunitários e dados da comunidade, dos parceiros diretos e indiretos, que estiveram próximos a comunidade, dentro de uma matriz que está dividida em quatro momentos históricos que estão muito presentes tanto nos depoimentos de comunitários quanto parceiros (QUADRO 8).

QUADRO 8 – PARCERIAS AO LONGO DO TEMPO DA ENSEADA

Momento histórico da Enseada	Nome das instituições/articulações que apoiaram ou seguem apoiando a comunidade da Enseada	Apoiadores indiretos da comunidade
A partir da memória histórica dos moradores até o falecimento do Sr. Malaquias (2010)	<ul style="list-style-type: none"> • Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC)/Instituto Florestal (IF) • Compradores de pescado da região e exportadores • Paróquia de São João Batista (Cananéia) • Ponto de Cultura “Caiçaras”/ Instituto de Pesquisas Cananéia (IPEC) • Conselho Consultivo do PEIC 	
De 2010 até o início de 2015	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado da Cultura • Secretaria de Estado da Educação • Prefeitura Municipal de Cananéia • Associação Rede Cananéia • Instituto Socioambiental (ISA) • Sempreviva Organização Feminista (SOF) • Associação de Mulheres da Economia Solidária (AMESOL) • Rede de Economia Solidária Feminista (RESF) 	

<p>Do início de 2015 até outubro de 2016</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC)/Fundação Florestal (FF) • Defensoria Pública de São Paulo (DEPESP) • Instituto Geológico (IG) • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) • Agências e operadoras turísticas de estudo do meio • Agávea Marketing e Arte • Fundação Luterana de Diaconia (FDL) • Associação de Artesãos e Produtores Caseiros de Iguape (AAPCI) • Rede de Formadores em Economia Solidária do Estado de São Paulo 	
<p>De outubro de 2016 até o momento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Amigos da Enseada” e grupos de trabalho criados em várias frentes • Pessoas que contribuíram com os mutirões, <i>crowdfunding</i>, vaquinhas e ações ligadas a realocação • Comunicadores • Mobilizadores de recursos • Pesquisadores • Comunidades tradicionais <p><u>São Paulo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Trupe Chá de Boldo • Filpo Ribeiro e a Feira do Rolo • Mundo Pensante • Canto Madalena • ProntoSP • Bicho de Pé • Forrobodó do Zé • Bicho de Pé • Nervos de Aço • Músicos • A Barca • Tônico Reis • Artistas <p><u>Ribeirão Preto</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Carolina Kotchetkoff e Thiago Carneiro Fotógrafos • Guilherme Simões Impressão Fine Art <p><u>Vale do Ribeira</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ministério Público Federal (MPF) • Instituto Brasileiro do meio ambiente e dos recursos Naturais Renováveis (IBAMA) • Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB)/Universidade de São Paulo (USP) • Desenvolvimento Rodoviário S/A (DERSA) • Caixa Econômica Federal • Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) • Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Registro 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Facebook</i> • <i>Whatsapp</i> • Benfeitoria.com • Meios de comunicação (jornais e sites) <p><u>Ribeirão Preto</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ateliê da Praça • Cervejaria Lund • <i>Chef Di Serio</i> <p><u>Vale do Ribeira</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Defesa Civil Municipal • Trio da Terra • Velha Maromba • Nativos da Ilha • Bistrô Mahadeva

	<ul style="list-style-type: none"> • APA Marinha Litoral Sul/Fundação Florestal (FF) • Reserva Extrativista da Ilha do Tumba/Fundação Florestal (FF) • Panthanal Comércio de Material para Construção • Construtora Registrense Ltda • Nuno Caminhões Ltda • Jura's Quiosque e Camping • Pousada Namastê • Ivan Durigan (músico) • Instituto Linha D'Água • União dos Moradores da Juréia (UMJ) • Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) • Missionários do Verbo Divino, através da Congregação do Verbo Divino • Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas • Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras (EAACONE) • Associação de Moradores das Comunidades de Itacuruçá e Pererinha (AMOIP) • Instituto Biodiversidade Austral (BioAustral) • Slow Food Brasil – GT Educação • Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) • Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba 	
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

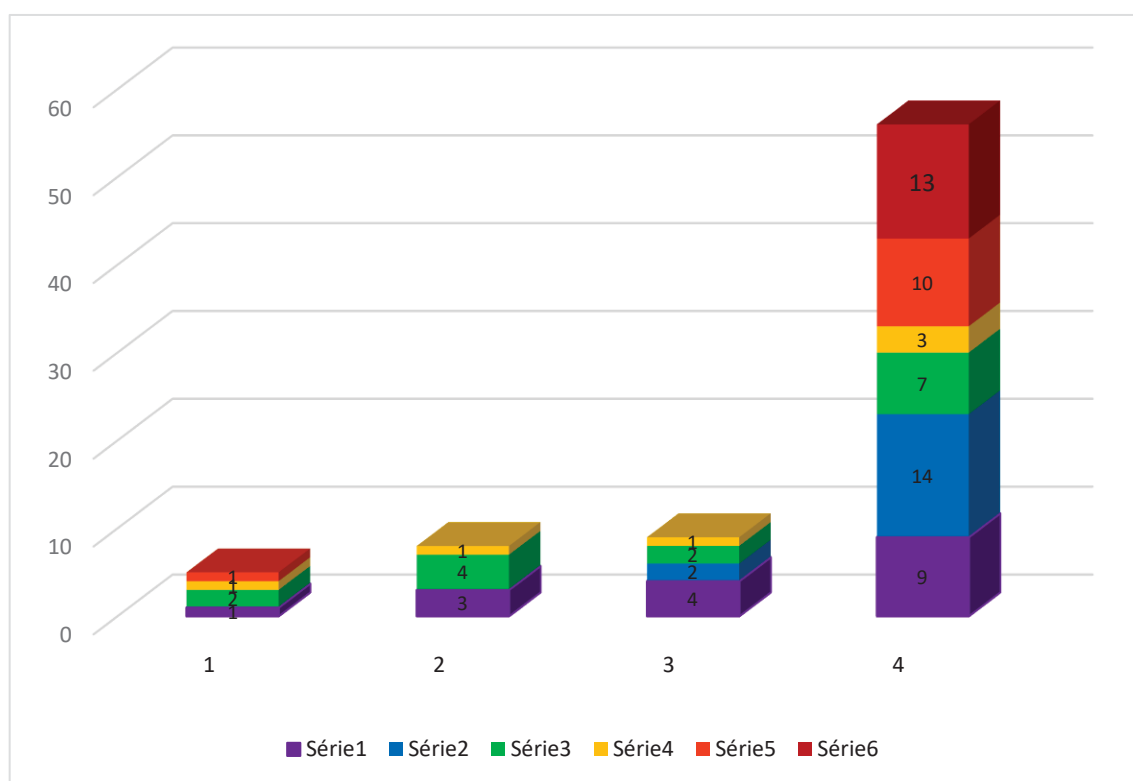
Fonte: A autora (2019).

O Quadro 8 reúne informações de parcerias que foram mapeadas a partir das entrevistas, grupos focais e documentos. Além disso, buscou-se separar em quatro tempos históricos que estão muito marcados nos depoimentos: um tempo mais antigo que ainda consta na memória dos entrevistados e que foi até o falecimento do Sr. Malaquias em 2010, um segundo momento até o acidente ocorrido na comunidade em 2015, um terceiro momento que corresponde a intencificação do processo erosivo que ocorre em 2016, e por fim, o último momento, que corresponde a realocação e a reestruturação da comunidade da Nova Enseada.

O quadro adotou como critério o início do trabalho em parceria, muitos mantiveram seus apoios em momentos posteriores. Com o volume de informações, separou-se os blocos de apoiadores em representantes do 1º setor- poder público, 2º setor – iniciativa privada e, por fim, 3º setor – sociedade civil organizada e um último nível, onde foram descritas redes e articulações diversas. No último período, separou-se também em localidades onde ocorreram as mobilizações e não necessariamente

onde estão alocadas as instituições ou pessoas mencionadas. Não é possível fechar em dados numéricos precisos, uma vez que existem apontamentos para grupos de representação, como exemplo: comunicadores, mobilizadores de recursos, comunidades tradicionais etc. De qualquer modo, é possível verificar uma ampliação na rede de articulação com parcerias ao longo do tempo. A ampliação pode estar ligada a complexidade de cada período e as diversas dificuldades que a comunidade teve no último período.

GRÁFICO 1 – PARCERIAS NOS PERÍODOS HISTÓRICOS RELATADOS



FONTE: A autora (2019).

O Gráfico 1 reúne informações de parcerias que foram mapeadas a partir das entrevistas, grupos focais e documentos. Além disso, buscou-se separar em quatro tempos históricos que estão presentes nas falas: i) memória histórica - 2010: um tempo mais antigo que ainda consta na memória dos entrevistados e que foi até o falecimento do Sr. Malaquias em 2010; ii) 2010 – 2015: entre o falecimento de Sr. Malaquias e o acidente ocorrido na comunidade em fev.2015; iii) 2015 – 2016: depois do acidente com embarcação turística e a intensificação do processo erosivo que ocorre em out.2016, quando se evidencia a necessidade da realocação imediata; iv) 2016 – 2019: o último momento, que corresponde a intensificação do processo

erosivo, a realocação da comunidade para a Nova Enseada. Adotou-se como critério o início do trabalho em parceria, já que muitos mantiveram seus apoios em períodos seguintes. Com o volume de informações, separou-se os apoiadores em seis grupos: a) 1º setor (poder público), b) 2º setor (iniciativa privada), c) 3º setor (sociedade civil organizada), d) articulações (redes, conselhos e movimentos sociais), e) parceiros indiretos (grupos de pessoas ou organizações que atuaram nas campanhas de apoio da comunidade sem conhecer a causa em profundidade, chamados por pessoas que tem afinidade com a comunidade), e f) apoiadores (categorias de profissionais ou representações que apoiaram determinada situação sem a especificação de quais são estas pessoas físicas ou coletivos, exemplos desse são mobilizadores de recursos, comunicadores, comunidades tradicionais etc). Este último grupo, inviabilizaria a quantificação exata de cada período. De qualquer modo, verifica-se uma ampliação na rede de articulação ao longo do tempo. Que pode estar ligada à complexidade de cada período e às dificuldades que a comunidade teve no último período descrito com o processo de realocação.

Um fator a ser considerado é a participação em movimentos sociais. Inicialmente, os encontros relatados eram promovidos pela Igreja Católica⁸⁵. Anos mais tarde, em 2010 e 2011, começam a participar de encontros junto aos movimentos sociais da Economia Solidária e Economia Solidária Feminista, encontros de Pescadores Artesanais (2014) e por fim, de povos e comunidades tradicionais (2015), e dos caiçaras⁸⁶ (2016). Estas participações, criaram oportunidades de reconhecimento de experiências diversas em comunidades tradicionais ou coletivos de base, em que a resistência é estimulada pela troca de experiências e vivências. Os intercâmbios viabilizados por parceiros tinham foco nas mulheres ou contavam com

⁸⁵ Os entrevistados não souberam definir a quais movimentos sociais estariam atrelados neste momento, se referindo apenas ao representante da igreja católica localmente que seria o contato para este tipo de encontro.

⁸⁶ Segundo o Depoente 2 (2016), a Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), criada em 2014 é resultado da participação de caiçaras na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (instituído pelo Decreto de 13 de julho de 2006 e revogado através do Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019), que tinha sido transformado em Conselho Nacional dos Povos e Comunidades (através do Decreto 8.750 de 09 de maio de 2016) e da inspiração na Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Este depoimento foi extraído dos arquivos audiovisuais da comunidade da Enseada da Baleia. Segundo Almeida (2008), que fala sobre as inúmeras reivindicações para a consolidação das territorialidades de comunidades caiçaras do litoral de São Paulo, junto ao MPF, este se caracterizaria como um “novo movimento social” de acordo com Hobsbawn (1995), caso estas existências atomizadas passassem a uma mobilização continuada.

suas representações. Os homens tiveram a oportunidade de visitar uma produção de mariscos (2014) e de saneamento rural (2018) através de projetos comunitários propostos pela AMEB. Novas habilidades foram geradas, quando participavam dos encontros da Igreja, mas não se entendia quais eram as organizações que estavam apoiando o grupo, e nem eram eles quem propunham os projetos comunitários. Ao relatar sobre a participação em movimentos sociais, agora são as mulheres da comunidade quem procuram parceiros e que escrevem os projetos, através da associação local.

No coletivo que se reconhece como “Amigos da Enseada”, participam pessoas que tem uma relação histórica com a comunidade, que foi turista da comunidade de geração em geração, voltando quase todos os anos. Para o Entrevistado 20, a informação chegou a eles como sendo mais grave do que era realmente, iam expulsá-los da Ilha do Cardoso. Ao invés de se chatearem, decidiram se encontrar para fazer alguma coisa. Segundo os Entrevistados 16 e 17, o coletivo se dividiu em frentes diferentes: arquitetura, eventos, captação de recursos, comunicação e apoio jurídico, de acordo com as necessidades que se impunham. O Entrevistado 14, lembra que na virada de ano de 2016 para 2017, quase não tiveram permissão para voltar à comunidade, que tinha permissão da gestão da UC para receber apenas cem pessoas visitassem a comunidade naquele ano, foi nesse encontro que criaram essas frentes. Já se sabia que o objetivo seria construir a casa da Dona Erci primeiro, para que pudesse abrigar as outras famílias na Nova Enseada, que estava apenas começando no início de 2017. Este coletivo não se relaciona com as atividades de turismo comunitário proposta pelo MAE, já que se remetem a um outro momento desta história, quando ainda não se conhecia o turismo comunitário, um tempo em que os pais adquiriram imóveis ou frequentavam a antiga vila da Enseada, num outro arranjo de turismo, mais próximo do turismo de segunda residência. Valle (2016, p. 110) afirma que o turismo de segunda residência na Enseada era mais familiar e diferente do que ocorria em outras comunidades. Havia uma relação de amizade e ajuda entre a comunidade e os turistas, que já tinham consciência ambiental e portanto apoiavam ações locais. Quando houve a necessidade de retirada destas segundas residências, em função do Plano de Manejo do PEIC, o processo seguiu com tranquilidade.

Tanta tranquilidade pode ser comprovada pela existência de vínculos de amizade e parceria, que perduram para além das primeiras gerações, ainda hoje. Uma

restrição foi imposta a visitação pública que ocorreria no verão de 2016/2017, a capacidade da comunidade foi diminuída para cerca de 1/3 de sua capacidade, em função de um acordo de junto a gestão da UC, pela fragilidade imposta a situação em que se encontrava o esporão arenoso e condicionada a capacidade de evacuação da comunidade em caso de abertura repentina.

A celebração que ocorre neste período, se realiza anualmente, durante os verões e fortalece um vínculo de relações entre as pessoas que vai muito além das relações encontradas em atividades turísticas usuais. Um dos principais momentos deste encontro anual, ocorre nas viradas de ano, com músicas compostas e cantadas que contam a história da comunidade. A cada ano, uma nova etapa desta história é cantada coletivamente. Parte desta história é relatada,

[...] nesta experiência de turismo que existe aqui, [...] a gente está, claramente na 3ª geração, que agora está bombando. É o réveillon das crianças! To com meu filho bebê aqui, entre outros [...] é a terceira geração, bem literal, dos turistas. E que é uma construção de uma experiência, e principalmente do réveillon que é muito fruto de uma possibilidade de turismo que me dá uma sensação de que pode ser positivo, né. Penso que a ideia de turismo no mundo inteiro é muito predatória, [...] no Brasil acontece muito. [...] Acho que a questão de ser reserva e tal, mas também a visão da comunidade, e desses primeiros turistas, que eu acho, que foram os pais de algumas pessoas aqui, que fizeram que tenha algum tipo de elo entre as pessoas que vem e que construíram a experiência do réveillon. Então, por exemplo, o "barco" que vai, a música que rola, tem uma construção ritual que não é uma coisa comum. De uma junção da comunidade, com estes estrangeiros, mas que gera uma unidade positiva, né! E não uma coisa de imposição, ou tal, que tem um lugar aonde há uma esperança, que existe uma possibilidade de dar a diferentes moradores de diferentes lugares, poderem se encontrar. E, isso pode ser algo bom e positivo. E não, de um atropelar o outro. E alguém sempre ser oprimido, e alguém sempre ser opressor. Tem um lugar aqui, que dá uma sensação utópica interessante [...], que pode ser legal. Tenho uma sensação de que o turismo que aconteceu aqui até agora, foi um turismo que somou. E não um turismo que comprometeu. E isso eu acho muito rico, assim. (ENTREVISTADO 18)

Através do Entrevistado 18, se observa uma antiga parceria entre turistas e comunidade, mas não houve informações capazes de entender como esta parceria se dava em momentos históricos anteriores ao processo de realocação e, portanto, último momento do Quadro 8⁸⁷. Além deste grupo de pessoas, que frequenta historicamente a comunidade, e que conforme o Entrevistado 18, entende a comunidade como uma possibilidade de local turístico em que se construiu de uma

⁸⁷ Compreender melhor esta parceria com os antigos visitantes e veranistas da comunidade, fica como um indicativo de estudos posteriores.

forma diferente. Outros parceiros foram se agregando, à medida que os pedidos de apoio para a comunidade vão se complexificando e ampliando.

A Entrevistada 13 e o Entrevistado 13 acreditam que o que é determinante neste processo de resistência é que conseguiram agregar a maioria da comunidade. Tinham pessoas com ligações externas, que tiveram a oportunidade de vivenciar fora da Enseada, fazer faculdade, ver como a vida de fora funciona e trazer isso para a comunidade. E o quanto as pessoas de lá são acolhedoras, porque quem visita sempre volta. É mais que turismo. As pessoas não voltam pela praia, mas pela interação que existe. E quem acompanha vê que fizeram mágica, para que essa realocação acontecesse em tão pouco tempo.

Já, a Entrevistada 12, acredita na influência dos intercâmbios com outras comunidades tradicionais, para que se motivassem a enfrentar desafios maiores. Ela veio com uma equipe fazer um documentário para dar visibilidade ao acidente ocorrido em 2015, depois disso, trabalhou na produção de vídeos para a Campanha “Ajude a Nova Enseada”, comunicação em redes sociais, redação de projetos e por fim, acabou ajudando nos mutirões de realocação da comunidade. Além de sua ajuda, indicou amigos para colaborarem em outras frentes que se organizaram e acabou integrando o grupo de trabalho da comunidade em projetos socioambientais.

Este reconhecimento de outras comunidades se dá pela participação em encontros diversos, junto a atores do movimento social. A Enseada da Baleia começou muito antes, a participar de encontros da Igreja Católica, parte dos relatos se refere as décadas de 1980 e 1990. Mais tarde, entre 2010 e 2011, retomam a participação em encontros junto aos movimentos sociais da Economia Solidária Feminista. A partir de 2014 e 2015, em encontros de Pescadores Artesanais e por fim, com integrantes de povos e comunidades tradicionais, que ocorrem tanto pelas vias da economia solidária, pela organização dos caiçaras⁸⁸, quanto pela articulação entre povos e comunidades tradicionais que ocorre entre diferentes segmentos na região

⁸⁸ Segundo o Depoente 2, a Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), criada em 2014 é resultado da participação de caiçaras na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (instituído pelo Decreto de 13 de julho de 2006), que foi transformado em Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (através do Decreto 8.750 de 09 de maio de 2016) e da inspiração na Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Segundo Almeida (2008, p. 100), que fala sobre as inúmeras reivindicações para a consolidação das territorialidades de comunidades caiçaras do litoral de São Paulo, junto ao MPF, este se caracterizaria como um “novo movimento social” de acordo com Hobsbawn (1995, p. 406), caso estas existências atomizadas passasse a uma mobilização continuada.

do Vale do Ribeira, motivados pela preocupação com a Lei 16.260/2016, que se intensifica no ano de 2016. Estas participações, criaram oportunidades de reconhecimento de experiências diversas em comunidades tradicionais ou coletivos de base, em que a resistência é estimulada pela troca de experiências e vivências.

Os primeiros intercâmbios viabilizados, tem foco nas mulheres, conforme relatado por elas, no subitem 5.2. Mais tarde, as oportunidades de intercâmbios são abertas também para os homens, que tiveram a oportunidade de intercambiar conhecimentos tanto para a produção de mariscos (2014) quanto para o saneamento rural (2018) através de projetos comunitários.

Para Gohn (2011, p. 333-336) há produção de saberes e aprendizagens em outros espaços que não sejam a educação escolar, o que ela chama de educação não-formal. Um dos exemplos seria “a participação social em movimentos sociais e ações coletivas”. Há um caráter educativo em tais práticas, para membros da sociedade civil, órgãos públicos envolvidos e sociedade em geral, quando ocorrem diálogos, confrontos e negociações. Mesmo com o quadro de mobilizações e movimentos sociais no Brasil, no final da década de 1970, a produção teórica foi pouco expressiva até o começo do século XXI. O que não corresponde à realidade internacional, que tem grupos de estudo no tema consolidados há mais tempo. Os movimentos sociais são formas da população se organizar e expressar demandas, através de ações sociais coletivas com caráter sociopolítico e cultural. Expressam resistência ao que oprime ou trabalham na construção do novo que as liberta. Realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas. Atuam em redes, agem como resistência à medida que constroem ações coletivas e lutam por inclusão social (GOHN, 2011).

Almeida (2008, p. 122), focado especialmente na situação das “terras tradicionalmente ocupadas”, apresenta os movimentos sociais como fator de existência coletiva que contesta procedimentos operativos sem sujeito e que tenta derrubar os obstáculos para o impedimento do reconhecimento legal destas “terras”. Indicando a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, como um fator que poderia se tornar um problema ao poder instituído, pela intenção de criar uma política especialmente dirigida para estas comunidades. Além de trazer elementos para refletir sobre a territorialização, como resultante da capacidade de mobilização, em torno de política identitária, com certo jogo de forças

entre agentes sociais que a partir de suas organizações lutam por direitos em face ao Estado (ALMEIDA, 2008).

No caso da comunidade, acredita-se que além das habilidades individuais que foram trabalhadas ao longo de suas vivências, a articulação com movimentos sociais e instituições parceiras, propiciou o desenvolvimento de novas habilidades que foram muito importantes no processo de articulação e negociação com os vários atores participantes. Sendo que, o sistema formal de ensino, seria insuficiente para o desenvolvimento de características mais propositivas em momentos de crise, como o que foi vivido ao longo do período pesquisado, que vai de 2010 até o momento atual.

Diegues (2015) afirma que não apenas os movimentos sociais determinariam este processo de aprendizado ao reconhecer que no caso específico das comunidades tradicionais que estão na região do Vale do Ribeira, a mobilização aumenta nestes setores da sociedade, com o apoio de “entidades como a EEACONE, da Igreja Católica, de institutos de pesquisas de universidades, da Defensoria e Ministério Público e de algumas ONGs socioambientais”. Sendo considerado o cenário mais positivo para a autonomia dessas comunidades tradicionais. Diegues (2001, p. 121), para o caso de gestão participativa de UCs, defende o estímulo a criação de associações locais, que devem ser as interlocutoras junto ao Estado e não ser substituídas por organizações não governamentais.

Neste caso, portanto, uma reflexão exposta por Gohn (2011, p. 336) é relevante, quando se pensa na diferença entre um movimento social e uma organização não governamental. E atribui como definições clássicas de movimentos sociais, aquelas em que há identidade, têm opositor, articulam ou fundamentam-se em projeto de vida/sociedade, têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade, têm um conjunto de demandas, têm continuidade e permanência, não são só reativos, podem desenvolver-se a partir de reflexão.

Outro ponto determinante, seria atentar para a importância da organização social, independente ou fortalecida por movimentos sociais e parcerias, atomizada pelas condições vividas. Para Almeida (2008, p. 118), as relações comunitárias se encontram em transformação, de unidade afetiva para “unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva. A chamada ‘comunidade tradicional’ se constitui nesta passagem”. Ainda afirma que o grau de solidariedade e coesão apresentado por camponeses em terras de uso comum, tem se mantido fortes, enquanto são renovados os vínculos das relações sociais

construídas e reativadas a cada novo conflito, resistência a múltiplas pressões (ALMEIDA, 2008).

O que dá argumento para abrir questionamentos sobre a necessidade de manter vínculos estáveis com articulações, caso a intenção de organizações de base sejam de fato promover a democracia para além de sua área de atuação. Verificando que a solidariedade também se constrói com a permanência na luta, para conflitos que se renovam com o passar do tempo.

6.5 MANIFESTAÇÕES OU DEMAIS FORMAS DE MOBILIZAÇÕES PÚBLICAS

Uma outra questão que ajuda a compreender como se deu o processo de resistência dos caiçaras é a análise de manifestações e outras formas de mobilização pública. Segundo Mafra (2018, p. 70) entende-se pela categoria de resistência proposta, “presença de mobilizações ocupações, abaixo-assinados, denúncias na imprensa, atos públicos e demais atividades coletivas (grupos envolvidos, principais motivos, resultados alcançados)”.

O processo de mobilizações públicas se inicia, mais fortemente, depois de obtida a licença para a realocação da comunidade. As casas das famílias caiçaras geralmente são construídas ao longo de suas vidas, melhorando ou ampliando à medida que existem melhores condições para a realização de tais investimentos. Em caracterização da comunidade da Enseada da Baleia, NUPAUB (2016, p. 30), descreveu que as casas seguiam o padrão da região: estrutura de madeira assentada em concreto, o piso geralmente de cimento “queimado”, a cobertura de “telhão”, cozinhas e banheiros, em alvenaria.

Para viabilizar a reconstrução de casas e espaços comuns na Nova Enseada, em curto espaço de tempo, foram organizados ao menos oito eventos/campanhas públicos de mobilização de fundos para a comunidade Enseada. Desses, um foi realizado pela internet e sete foram realizadas presencialmente, entre exposição de fotos e festivais de música, nos municípios de São Paulo/SP, Ilha Comprida/SP, Ribeirão Preto/SP e Cananéia/SP. Todos contaram com o apoio de parceiros (QUADRO 8).

A Campanha “Ajude a Nova Enseada” se iniciou através de uma *fanpage* no *Facebook* (<https://www.facebook.com/ajudeanovaenseada/>), com pedidos de depósito na conta da Associação de Moradores da Enseada da Baleia. Algumas das

principais passagens do processo de realocação foram lá postadas, para que os seguidores pudessem acompanhar o andamento dos trabalhos. Atualmente, 724 pessoas seguem esta página (FACEBOOK, 2019). Ela foi espalhada através de diversos meios de comunicação, inclusive o próprio blog da comunidade (<http://enseadadabaleia.blogspot.com/>), no dia 29 de novembro de 2016.

Para a Entrevistada 12, viabilizar a campanha dependeu da criação de uma rede de ajuda pública que envolveu representantes da comunidade, parceiros e inclusive, artistas que pudessem ajudar a dar visibilidade a causa. Vinculada a esta Campanha, foi realizado um financiamento coletivo através da plataforma Benfeitoria (<https://benfeitoria.com/ajudeanovaenseada>), em dezembro de 2016, que teve como a primeira meta arrecadar R\$ 15.000,00 para o financiamento de moradias, sendo que dentro desta meta seria “viabilizada a moradia da Dona Erci, matriarca da família” (BENFEITORIA, 2016), no prazo de 60 dias⁸⁹.

O financiamento coletivo ou *crowdfunding* como uma ferramenta de captação de recursos que vem ganhando espaço atualmente. Se faz através do ambiente virtual da internet, com a finalidade de angariar apoiadores para causas diversas. Depende de um site especializado para a divulgação desta ideia. Depende da definição de uma causa (o que fazer, onde, resultados e custos), um vídeo explicativo que contenha estas questões, o pedido de apoio e recompensas para quem apoiar. Caso não se consiga cumprir com o valor dentro do período, valor é devolvido aos apoiadores. Caso atinjam a meta, deverão cumprir com as “recompensas” prometidas, quanto maior o valor, maior a recompensa (SILVA et al., 2014, p.12).

Outra estratégia foi a realização de três eventos musicais (FIGURA 35), nas cidades de São Paulo - SP e Ilha Comprida - SP. Em São Paulo - SP, o “Primeiro e Segundo Atos em Solidariedade à Enseada da Baleia”, ocorreram em 01 e 21 de dezembro de 2016, nos espaços Canto Madalena e Mundo Pensante, com a participação de diversas bandas e músicos, sendo que boa parte deles mantém uma parceira constante com a comunidade. Na Ilha Comprida/SP, por sua vez, o “Forró de

⁸⁹ Ao final do prazo, 152 pessoas apoiaram a campanha, com recursos que variaram entre R\$ 20,00 e R\$ 1.500,00, totalizando R\$ 22.695,00. Entre as recompensas, foram propostos agradecimentos que contavam com recursos comunitários ou CDs e peças artísticas de parceiros, que foram entregues pela ProntoSP, voluntariamente de bicicleta pela cidade de São Paulo/SP. Com isso, ultrapassou-se a meta planejada e efetivou-se o apoio a campanha, já que neste tipo de financiamento, uma das condições para a efetivação “se a meta mínima for atingida, o projeto vira realidade e todos os colaboradores recebem recompensas! Do contrário, todos os apoiadores recebem seu dinheiro de volta” (BENFEITORIA, 2017).

Amigos da Enseada” foi realizado no dia 11 de fevereiro de 2017, no Quiosque Jura’s, também com a participação de diversas bandas e músicos. E contou com a presença de representantes da comunidade, que venderam alimentos e artesanatos da comunidade.

FIGURA 34 - CARTAZES QUE FORAM UTILIZADOS NOS FESTIVAIS DE MÚSICA



FONTE: Arte de Valiengo (2016) à esquerda e Agávea Marketing e Arte (2017) à direita.
 LEGENDA: Cartaz do Segundo Ato em Solidariedade à Enseada da Baleia, realizado em São Paulo/SP e o cartaz do Forró dos Amigos da Enseada, realizado na Ilha Comprida/SP.

Para o Entrevistado 15 tudo que aconteceu tem a ver com a relação próxima que tem com a comunidade, por tudo que já viveram na Enseada, que seria o mínimo que eles poderiam fazer e que cada um fez um pouco. De fato, para a realização de cada um dos eventos, muitas instituições e pessoas se mobilizaram e foram mobilizadas, desde pessoas mais próximas a comunidade, até amigos de amigos. Para o Entrevistado 14, a força que permitiu a articulação foi o envolvimento entre as pessoas, já que acredita que as parcerias se consolidaram “por relações afetivas de alguma forma”.

É a construção deste espaço que formou a gente musicalmente, como pessoas, então assim, querendo ou não, hoje eu faço música e algumas pessoas que tocaram neste dia, é que começaram a tocar aqui, tocando violão na praia, e enfim, ou descobriram outras coisas, ou se apaixonaram por pessoas maravilhosas, aqui é um espaço assim (ENTREVISTADO 15).

A quinta campanha pública para a mobilização de recursos para a realocação foi uma exposição fotográfica com imagens feitas na Enseada da Baleia, chamada “Estreito: retratos da Ilha” que aconteceu a partir do dia 31 de março de 2018, no Ateliê da Praça, em Ribeirão Preto - SP (FIGURA 35). A Entrevistada 12, lembra que o

documentário filmado em 2016, com a finalidade inicial de dar publicidade ao acidente de 2015, foi apresentado já com outra finalidade, junto com a exposição fotográfica.

A Entrevistada 13 fala que eles foram tão bem recebidos na comunidade, que logo que ficaram sabendo que a comunidade deveria se mudar ficaram pensando em como ajudar financeiramente, inicialmente pensou em produzir cartões postais, mas seu professor de fotografia sugeriu algo maior, o amigo do amigo conhecia quem tinha uma galeria, fizeram um orçamento da impressão das fotografias, era caro para servir de apoio financeiro. Depois da negociação a resposta foi: “você me ganharam pela causa de território, que é uma causa que eu abraço, então vamos fazer este negócio”. A impressão saiu pelo preço de custo, além disso, ganharam a curadoria para a exposição. Para o Entrevistado 13, a ação acabou envolvendo “pessoas que acabaram ajudando de alguma forma, que não teriam conhecimento” do que se passava na Ilha do Cardoso e nem conheciam o local.

FIGURA 35 - CARTAZ DA EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: Agávea Marketing e Arte (2017).

LEGENDA: Cartaz da Exposição Fotográfica “Estreito: retratos da Ilha”, realizada em Ribeirão Preto - SP. O detalhe da imagem é que a foto, feita para a exposição mostra a área mais frágil do esporão e este local da restinga do Ararapira, já não existe mais.

Somados a estes eventos, festas comunitárias em outra parte da Ilha do Cardoso, também se somaram a estes esforços. Nas comunidades de Pererinha e Itacuruçá, através da Associação de Moradores das Comunidades Itacuruçá e

Pererinha (AMOIP)⁹⁰, foram realizadas duas festas das comunidades em prol da Enseada, a “3ª edição da Festa da Cataia” e o “Arraiá Caiçara”, que ocorreram nos dias 13 e 14 de maio e 21 a 23 de junho de 2017. Ambas contaram com a participação de representantes da Enseada, para apoiar nas atividades da festa (FIGURA 36).

FIGURA 36 - CARTAZ DA FESTA COMUNITÁRIA DO PERERINHA/ITACURUÇÁ



FONTE: Cardoso e AMOIP (2017).

LEGENDA: Cartaz do Arraiá Caiçara, realizado no Itacuruçá – Ilha do Cardoso - Cananéia/SP.

Por fim, o oitavo e último evento, fora promovido pela Paróquia São João Batista de Cananéia que organizou um evento chamado “Jantar Dançante em prol à Comunidade Enseada da Baleia”, com a finalidade de construir a nova capela. Aconteceu no dia 07 de outubro de 2017, no Salão Paroquial, que está localizado no Centro de Cananéia - SP.

Para o Entrevistado 22, o evento tinha a como objetivo buscar o apoio da população de Cananéia também, já que estava chegando apoio de outras cidades. O recurso ainda não foi repassado pois a comunidade estava ocupada com a construção das residências. Além disso, acompanhou todo o processo de negociação desta nova área, tanto da Enseada da Baleia, como nas tentativas de conversa com a Vila Rápida e apoiou o encaminhamento de solicitações a outras Congregações Católicas para que houvesse apoio.

Parceiros diretos e indiretos, que viabilizaram estas atividades, estão listados no Quadro 8, onde foi possível organizar informações de todos os entrevistados, já

⁹⁰ A AMOIP foi fundada no ano de 2009, “com o objetivo de melhorar as condições de vida de nossos moradores tradicionais e incentivar a organização comunitária”.

que o resultado financeiro dos eventos de São Paulo - SP e Ilha Comprida - SP, foram importantes pela mobilização de pessoas, trabalho cooperativo etc. Mas alguns dos entrevistados, afirmam que o retorno financeiro pelas atividades foi pequeno. O que pode ter sido este o motivo para não prosseguirem com ações neste sentido.

Além dos eventos e campanhas que tinham como objetivo alertar para a causa e buscar captar recursos para a comunidade, outras formas de mobilizações públicas ocorreram. Entre as que merecem destaque estão as matérias jornalísticas. Entre 2011 e o início de 2019, foram identificadas 87 matérias jornalísticas em meios de comunicação diversos (QUADRO 9 e GRÁFICO 2), dos quais dois tem características de documentários. A maioria das matérias contou com a participação efetiva da comunidade ou de seus parceiros neste processo.

QUADRO 9 - MATÉRIAS JORNALISTICAS E DOCUMENTÁRIOS SOBRE O CASO

	Data	Meio de comunicação	Matéria	Localização na internet
1	30/01/2011	Ação e meio ambiente	Série Comunidade Caiçara / Prog. 2 – Comunidade Caiçara / Bloco2	https://www.youtube.com/watch?v=hgE_t5F954E
2	31/01/2011	Ação e meio ambiente	Série Comunidade Caiçara / Prog. 3 - Enseada da Baleia / Bloco1	https://www.youtube.com/watch?v=C0VCEaiwc-M
3	31/01/2011	Ação e meio ambiente	Série Comunidade Caiçara / Prog. 3 – Enseada da Baleia / Bloco2	https://www.youtube.com/watch?v=9WA275Yimdq
4	27/09/2011	Fulô Filmes Documentário	Vazantes	https://vimeo.com/29681001
5	26/09/2014	Rede Cananéia	Enseada da Baleia oferece alimentos de outros grupos dentro da sua comunidade	http://www.redecananeia.org.br/Enseada-da-Baleia-oferece
6	26/09/2014	Rede Cananéia	Encontro das mulheres rurais em Registro	http://www.redecananeia.org.br/Encontro-das-mulheres-rurais-em
7	27/10/2014	Rede Cananéia	Enseada da Baleia presente em seminário Internacional em Manaus	http://www.redecananeia.org.br/Enseada-da-Baleia-presente-em
8	27/11/2014	Rede Cananéia	Enseada da Baleia participou do 1º módulo de formação de Agentes socioambientais em Iguape	http://www.redecananeia.org.br/Enseada-da-Baleia-participou-do-1o
9	27/11/2014	Rede Cananéia	Capacitação com Design ajuda Grupo das Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia no seu desenvolvimento produtivo	http://www.redecananeia.org.br/Capacitacao-com-Design-ajuda-Grupo
10	14/01/2015	Rede Cananéia	Festa de São Sebastião na Comunidade Caiçara da Enseada da Baleia	http://www.redecananeia.org.br/Festa-de-Sao-Sebastiao-na
11	23/01/2015	Rede Cananéia	Enseada da Baleia com um espaço de comercialização em Cananéia	http://www.redecananeia.org.br/Enseada-da-Baleia-com-um-espaco-de

12	25/02/2015	Rede Cananéia	ARTECA, Enseada da Baleia e CAF realizam parceria para comercialização de produtos econômicos solidários	http://www.redecananeia.org.br/ARTECA-Enseada-da-Baleia-e-CAF
13	23/03/2015	Rede Cananéia	Mulheres da Enseada da Baleia participam da 2ª Mostra de Economia Feminista e Solidária no Largo da Batata em São Paulo	http://www.redecananeia.org.br/Mulheres-da-Enseada-da-Baleia
14	21/04/2015	Rede Cananéia	Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia participam de Feira Feminista	http://www.redecananeia.org.br/Mulheres-Artesas-da-Enseada-da
15	21/05/2015	Rede Cananéia	Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia participam de Feira Feminista	http://www.redecananeia.org.br/Mulheres-Artesas-da-Enseada-da
16	17/07/2015	Rede Cananéia	Fundação da Associação de Moradores da Enseada da Baleia	http://www.redecananeia.org.br/Fundacao-da-Associacao-de
17	18/07/2015	Rede Cananéia	Enseada da Baleia reinicia o trabalho de peixe seco	http://www.redecananeia.org.br/Enseada-da-Baleia-reinicia-o
18	18/07/2015	Rede Cananéia	Criação de Marisco na Enseada da Baleia	http://www.redecananeia.org.br/Criacao-de-Marisco-na-Enseada-da
19	06/08/2015	Rede Cananéia	Oficina de Viabilidade Econômica com grupo de Resgate Cultural na Enseada da Baleia	http://www.redecananeia.org.br/Oficina-de-Viabilidade-Economica-com-grupo-de-Resgate-Cultural-do-Peixe-na
20	25/08/2015	Rede Cananéia	Enseada da Baleia resgata secagem artesanal de peixe	http://www.redecananeia.org.br/Enseada-da-Baleia-resgata-secagem-artesanal-de-peixe
21	08/2015	Jornal Viva Gente	Arte para manter viva a cultura caiçara	http://jornalvivagente.blogspot.com/2015/
22	16/09/2015	Rede Cananéia	Comunidade Enseada da Baleia	http://www.redecananeia.org.br/Comunidade-da-Enseada-da-Baleia
23	22/10/2015	Rede Cananéia	Enseada da Baleia participa de encontro de comercialização realizado por Associação de Mulheres na Economia Solidária	http://www.redecananeia.org.br/Enseada-da-Baleia-participa-de-encontro-de-comercializacao-realizado-pela
24	22/10/2015	Rede Cananéia	Jovens do Vale do Ribeira festejam término da formação de agentes socioambientais (FAS) com participação de jovem representando a Enseada da Baleia	http://www.redecananeia.org.br/Jovens-do-Vale-do-Ribeira-festejam-termino-da-formacao-de-agentes
25	16/12/2015	Rede Cananéia	Grupo das Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia realiza exposição na VI Feira de Economia Solidária de Cananéia	http://www.redecananeia.org.br/Grupo-das-Mulheres-Artesas-da-Enseada-da-Baleia-realiza-exposicao-na-VI-Feira
26	17/01/2016	Rede Cananéia	Festa de São Sebastião na Comunidade Caiçara da Enseada da Baleia	http://www.redecananeia.org.br/Festa-de-Sao-Sebastiao-na-Comunidade-Caicara-da-Enseada-da-Baleia
27	17/03/2016	Rede Cananéia	Mulheres da Enseada da Baleia	http://www.redecananeia.org.br/Mulheres-da-Enseada-da-Baleia-311
28	31/03/2016	Slow Food Brasil	Comunidade de Pescadores da Enseada da Baleia	https://www.slowfoodbrasil.com/comunidades-do-alimento/comunidades-brasileiras/21-sudeste/1047-comunidade-de-pescadores-da-enseada-da-baleia
29	20/04/2016	Rede Cananéia	Maricultores da Enseada da Baleia	http://www.redecananeia.org.br/Maricultores-da-Enseada-da-Baleia
30	04/2016	Jornal Viva Gente	Turbilhão causado por barco turístico derruba casas de caiçaras na Enseada da Baleia	

31	22/07/2016	Rede Cananéia	Resgate Cultural do Peixe Seco na Enseada da Baleia	http://www.redecananeia.org.br/Resgate-Cultural-do-Peixe-Seco-na-Enseada-da-Baleia
32	21/09/2016	Rede Cananéia	Turismo Cultural na Enseada da Baleia	http://www.redecananeia.org.br/Turismo-Cultural-na-Enseada-da-Baleia
33	22/09/2016	Rede Cananéia	COOPERCANIS e Grupo de Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia beneficiados com o Dia Mundial de Limpeza de Rios e Praias 2016	http://www.redecananeia.org.br/COOPERCANIS-e-Grupo-de-Mulheres-Artesas-da-Enseada-da-Baleia-sao-beneficiados
34	19/10/2016	Rede Cananéia	Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia buscam inspiração para coleção no evento Eco Fashion em Paraty/RJ	http://www.redecananeia.org.br/Mulheres-Artesas-da-Enseada-da-Baleia-buscam-inspiracao-para-nova-colecao-no
35	03/11/2016	Estadão	Ilha do Cardoso está quase dividida pela	https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/pelo-interior/ilha-do-cardoso-esta-quase-dividida-pela-erosao-em-cananeia/
36	05/11/2016	Diário do Litoral	Ilha do Cardoso está quase dividida por causa da erosão	https://www.diariodolitoral.com.br/brasil/ilha-do-cardoso-esta-quase-dividida-por-causa-de-erosao/91515/
37	16/11/2016	Rede Cananéia	Ajude a Nova Enseada	http://www.redecananeia.org.br/Ajude-a-Nova-Enseada
38	21/11/2016	G1	Defesa Civil sobrevoa área de restinga em Cananéia para avaliar riscos	http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2016/11/defesa-civil-monitora-area-de-restinga-em-cananeia-sp-para-avaliar-riscos.html
39	21/11/2016	O Vale do Ribeira	Defensoria Pública pede indenização a Comunidade Caiçara por Danos Ambientais do Barco Catamarã da Ilha Comprida	https://www.ovaledoribeira.com.br/2016/11/defensoria-publico-indenizacao-comunidade-caicara-danos-ambientais-barco-catamarã-ilha-comprida.html
40	05/12/2016	Ivan Maglio	A propósito da Comunidade da Enseada da Baleia na Ilha do Cardoso	https://ivanmaglio.wordpress.com/2016/12/05/a-proposito-da-comunidade-da-enseada-da-baleia-na-ilha-do-cardoso/
41	09/12/2016	Folha de São Paulo	Comunidade 'Enseada da Baleia' é ameaçada pelo avanço do mar	https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/48135-comunidade-enseada-da-baleia-e-ameacada-pelo-avanco-do-mar
42	14/12/2016	Rede Cananéia	Comunidade Tradicional Caiçara da Enseada da Baleia	http://www.redecananeia.org.br/Comunidade-Tradicional-Caicara-da-Enseada-da-Baleia
43	12/12/2016	Combate Racismo Ambiental	A ação de um Defensor Público em defesa dos Caiçaras da Enseada da Baleia, SP	https://racismoambiental.net.br/2016/12/12/a-acao-de-um-defensor-publico-em-defesa-dos-caicaras-da-enseada-da-baleia-sp/
44	12/12/2016	TV Folha	Alta da maré expulsa pescadores de vila centenária	https://www.youtube.com/watch?v=NrRdQ-8EDs4
45	15/12/2016	O Vale do Ribeira	Comunidade Tradicional Caiçara da Enseada da Baleia em Cananéia	https://www.ovaledoribeira.com.br/2016/12/comunidade-tradicional-caicara-da-baleia-cananeia.html
46	04/01/2017	Jornal da Record	Série JR: aprecie a paisagem de Cardoso, uma ilha deserta, no litoral de São Paulo	https://www.youtube.com/watch?v=9TxW7CdCFwE
47	17/04/2017	Blog Pastorinhas	Grito que brota da Comunidade Enseada da Baleia	https://www.irmaspastorinhas.com.br/blogcomentario.php?id=1197
48	06/06/2017	Portal do Governo	Dersa transporta 23 toneladas de madeira para reconstrução de comunidade histórica	http://www.dersa.sp.gov.br/comunicacao/noticias/travessias/dersa-transporta-23-toneladas-de-madeira-para-reconstrucao-de-comunidade-historica/

49	07/06/2017	Rede Cananéia	3ª Edição da Festa da Cataia	http://www.redecananeia.org.br/3%C2%AA-Edicao-da-Festa-da-Cataia
50	19/06/2017	Portal do Governo	Sob ameaça, vilarejo da Ilha do Cardoso recebe ajuda da Dersa	http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/sob-ameaca-vilarejo-da-ilha-cardoso-recebe-ajuda-da-dersa/
51	25/06/2017	A Tribuna	Erosão faz vila mudar de lugar na ilha do Cardoso, em Cananéia	http://www.atribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/litoral-sul-e-vale/erosao-faz-vila-mudar-de-lugar-na-ilha-do-cardoso-em-cananeia/?cHash=d4... (não está mais online)
52	09/07/2017	Xino Xano	Ajude a Nova Enseada! / Ilha do Cardoso	https://www.youtube.com/watch?v=qu1b5AhfWlc
53	19/07/2017	Dersa – Desenvolvimento Rodoviário S/A	Transportando esperança	https://www.facebook.com/DERSASP/videos/1380867988671402/
54	22/08/2017	ATER PESCA ⁹¹	Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia	http://www.aterpesca.org.br/mulheres-artesas-da-enseada-da-baleia/
55	27/08/2018	Rede Cananéia	Comunidade da Nova Enseada prepara alimentos para Festa de São José no Ararapira	http://www.redecananeia.org.br/Comunidade-da-Nova-Enseada-prepara-alimentos-para-Festa-de-Sao-Jose-no
56	27/06/2018	Rede Cananéia	Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia realizam Oficinas para crianças beneficiárias do CRAS	http://www.redecananeia.org.br/Mulheres-Artesas-da-Enseada-da-Baleia-realizam-Oficinas-para-Crianças
57	27/06/2018	Rede Cananéia	Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia realizam oficinas para mulheres Beneficiárias do CRAS	http://www.redecananeia.org.br/Mulheres-Artesas-da-Enseada-da-Baleia-realizam-Oficinas-para-Mulheres
58	27/08/2018	Rede Cananéia	Cananéia Artes e Fibras, Cheiro do Mato, Enseada da Baleia e Grupo Tiduca participam de evento sobre o Dia Internacional da Mulher do Programa Escola da Família da Escola Yolanda	http://www.redecananeia.org.br/Cananeia-Artes-e-Fibras-Cheiro-do-Mato-Enseada-da-Baleia-e-Grupo-Tiduca
59	08/2018	Jornal Maranduba News	Peixe seco – uma “mistura” cheia de história, cultura e resistência	https://issuu.com/maranduba/docs/jornalmarandubanews111web?viewMode=doublePage
60	28/08/2018	O Vale do Ribeira	Rompimento do cordão de areia na Ilha do Cardoso em Cananéia	https://www.ovaledoribeira.com.br/2018/08/rompimento-do-cordao-de-areia-na-ilha-cardoso-em-cananeia.html
61	28/08/2018	JCN	Erosão faz com que a Ilha do Cardoso se divida em Cananéia	https://noticiasdecananeia.com.br/noticia/774/erosao-faz-com-que-a-ilha-do-cardoso-se-divida-em-cananeia-
62	29/08/2018	G1	Avanço do mar divide ilha, extingue enseada e ‘engole’ 1 km do estado de SP; vídeo	https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2018/08/29/avanco-do-mar-divide-ilha-extingue-enseada-e-engole-1-km-do-estado-de-sp-video.ghtml

⁹¹ A ATER PESCA é o website da Rede de Extensão Pesqueira da Costa Sul-Sudeste, a rede “está sendo criada como desdobramento de um projeto de pesquisa iniciado em 2009, financiado com recursos do CNPq, aprovado no Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater N° 033/2009. Este projeto tinha por finalidade compreender o “Estado da Arte” da Extensão Pesqueira no litoral dos Estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, identificando as atividades de extensão e os atores envolvidos” (ATER PESCA, 2012).

63	29/08/2018	Estadão	Erosão pela maré abre canal e divide Ilha do Cardoso em Cananéia	https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral.erosao-pela-mare-abre-canal-e-divide-ilha-do-cardoso-em-cananea,70002478776
64	29/08/2018	Isto É	Erosão pela maré abre canal e divide a Ilha do Cardoso em Cananéia	https://www.istoedinheiro.com.br/erosao-pela-mare-abre-canal-e-divide-ilha-do-cardoso-em-cananea/
65	29/08/2018	Estado de Minas	Erosão pela maré abre canal e divide a Ilha do Cardoso em Cananéia	https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2018/08/29/interna_nacional.984491/erosao-pela-mare-abre-canal-e-divide-ilha-do-cardoso-em-cananea.shtml
66	29/08/2018	Portal O Vale	Erosão divide Ilha do Cardoso em duas partes	http://www.portalovale.com/cananea/item/1101-ilha-e-dividida-em-duas-partes-em-processo-de-erosao
67	29/08/2018	Registro Diário	Avanço do mar divide Ilha do litoral do Vale do Ribeira	http://www.registrodiario.com/noticia/3577/avanco-do-mar-divide-ilha-no-litoral-do-vale-do-ribeirahtml
68	29/08/2018	Uol Notícias	Erosão pela maré abre canal e divide ilha em duas partes no litoral de SP	https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/08/29/erosao-pela-mare-abre-canal-e-divide-ilha-do-cardoso-em-cananea.htm
69	30/08/2018	Marina Utamaru	A Nova Barra da Enseada do Ararapira	http://marinautamaru.com.br/wp/nova-barra-da-enseada-do-ararapira/
70	09/2018	Rádio Bandeirantes	Erosão pela maré abre canal e divide Ilha do Cardoso em Cananéia	https://www.scoopnest.com/pt/user/RBandeirantes/1036276551619358721-erosao-pela-mare-abre-canal-e-divide-ilha-do-cardoso-em-cananea-apesar-da-separacao-as-duas-porcoes-continuam-integrando-o-parque-estadual-ilha-do-cardoso
71	12/09/2018	Correio 9	Avanço do mar divide ilha, extingue enseada e 'engole' 1 quilômetro do Estado de São Paulo	https://correio9.com.br/avanco-do-mar-divide-ilha-extingue-enseada-e-engole-1-quilometro-do-estado-de-sao-paulo/
72	15/09/2018	SBT BRASIL	Fenômeno natural divide ilha do litoral de São Paulo em duas partes / SBT Brasil	https://www.youtube.com/watch?v=MDbHtkRu-p8
73	12/2018		O amanhã é hoje	https://www.oamanhaehoje.com.br/
74	06/12/2018	Greenpeace	Documentário inédito "O Amanhã é Hoje" expõe impactos das mudanças climáticas na vida de brasileiros	https://www.greenpeace.org/brasil/press/documentario-inedito-o-amanha-e-hoje-expoe-impactos-das-mudancas-climaticas-na-vida-de-brasileiros/
75	26/02/2019	ClimalInfo	Famílias que tiveram que abandonar as suas casas por conta do aumento das ressacas	https://www.facebook.com/watch/?v=2316534825227195
76	29/08/2018	Estadão	Erosão pela maré abre canal e divide Ilha do Cardoso em Cananéia	https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral.erosao-pela-mare-abre-canal-e-divide-ilha-do-cardoso-em-cananea,70002478776
77	29/08/2018	Isto É	Erosão pela maré abre canal e divide a Ilha do Cardoso em Cananéia	https://www.istoedinheiro.com.br/erosao-pela-mare-abre-canal-e-divide-ilha-do-cardoso-em-cananea/
78	29/08/2018	Estado de Minas	Erosão pela maré abre canal e divide a Ilha do Cardoso em Cananéia	https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2018/08/29/interna_nacional.984491/erosao-pela-mare-abre-canal-e-divide-ilha-do-cardoso-em-cananea.shtml
79	29/08/2018	Portal O Vale	Erosão divide Ilha do Cardoso em duas partes	http://www.portalovale.com/cananea/item/1101-ilha-e-dividida-em-duas-partes-em-processo-de-erosao

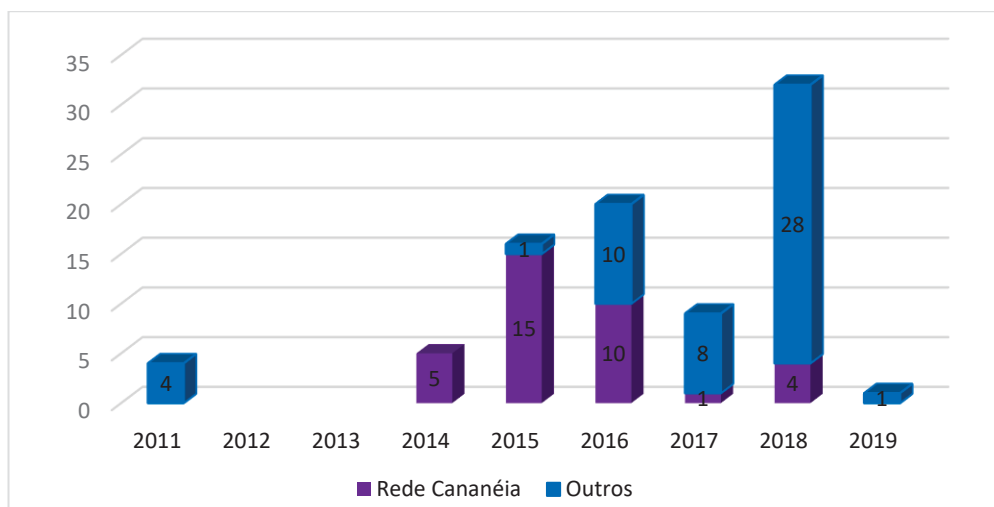
80	29/08/2018	Registro Diário	Avanço do mar divide Ilha do litoral do Vale do Ribeira	http://www.registrodiario.com/noticia/3577/avanco-do-mar-divide-ilha-no-litoral-do-vale-do-ribeirahtml
81	29/08/2018	Uol Notícias	Erosão pela maré abre canal e divide ilha em duas partes no litoral de SP	https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/08/29/erosao-pela-mare-abre-canal-e-divide-ilha-do-cardoso-em-cananeia.htm
82	30/08/2018	Marina Utamaru	A Nova Barra da Enseada do Ararapira	http://marinautamaru.com.br/wp/nova-barra-da-enseada-do-ararapira/
83	09/2018	Rádio Bandeirantes	Erosão pela maré abre canal e divide Ilha do Cardoso em Cananéia	https://www.scoopnest.com/pt/user/RBandeirantes/1036276551619358721-erosao-pela-mare-abre-canal-e-divide-ilha-do-cardoso-em-cananeia-apesar-da-separacao-as-duas-porcoes-continuam-integrando-o-parque-estadual-ilha-do-cardoso
84	12/09/2018	Correio 9	Avanço do mar divide ilha, extingue enseada e 'engole' 1 quilômetro do Estado de São Paulo	https://correio9.com.br/avanco-do-mar-divide-ilha-extingue-enseada-e-engole-1-quilometro-do-estado-de-sao-paulo/
85	15/09/2018	SBT BRASIL	Fenômeno natural divide ilha do litoral de São Paulo em duas partes / SBT Brasil	https://www.youtube.com/watch?v=M DbHtkRu-p8
86	12/2018		O amanhã é hoje	https://www.oamanhaehoje.com.br/
87	26/02/2019	ClimalInfo	Famílias que tiveram que abandonar as suas casas por conta do aumento das ressacas	https://www.facebook.com/watch/?v=2316534825227195

Fonte: A autora (2019).

Percebe-se pelo Quadro 9, um aumento expressivo de matérias a partir de 2016, com temas que variam da abertura da barra, a necessidade de realocação que a comunidade da Enseada vinha passando. No Gráfico 2, as matérias foram separadas entre aquelas que foram feitas pela Rede Cananéia, já que a Enseada manteve participação ativa nesta organização até o ano de 2018, e outros meios de comunicação, que fizeram matérias através de outras articulações ou espontaneamente.

Percebe-se, pelo Gráfico 2, um aumento expressivo de matérias a partir de 2015, com matérias principalmente da Rede Cananéia; em 2016, o aumento também se dá em mídias diversificadas, com temas que variam entre: atividades produtivas femininas (a partir de 2014), o acidente de 2015, a necessidade de realocação que a comunidade da Enseada (em 2017), a abertura da barra (em 2018) e a possível ação das mudanças climáticas (a partir de 2018). A maioria das matérias contou com a participação efetiva das mulheres da comunidade, seja como entrevistadas seja como organizadoras do receptivo e da logística.

GRÁFICO 2 – MATÉRIAS JORNALÍSTICAS E DOCUMENTÁRIOS SOBRE O CASO



FONTE: A autora (2019).

Além destas mobilizações públicas, somam-se a estes esforços, tentativas diversas de captação de recursos através de editais e parceiros, com a finalidade de garantir a realocação das famílias da Enseada da Baleia, antes do rompimento do esporão arenoso, que aconteceu em agosto de 2018. Estes não serão objeto da pesquisa, mas fica evidente que este tipo de mobilização ocorreu, entre outros motivos, pela realização de esforços de parceiros diversos que promoveram atividades em várias cidades em prol da comunidade, da organização comunitária em relação proposição de estratégias para a realização da realocação. Além disso, da habilidade dos mais jovens na comunidade em trabalharem com captação de recursos, além de produzirem material de comunicação para subsidiar estas várias frentes que foram criadas. Tem-se refletido sobre a importância, em terem experiências anteriores em atividades no terceiro setor, que viabilizaram a alocação destes recursos em prol das famílias, que estavam vivenciando a realocação. Além de outras capacitações que foram propiciadas pelo convívio com organizações do terceiro setor e movimentos sociais.

Sobre a relação de organizações do terceiro setor e movimentos sociais, Gohn (2011, p. 341) aponta para o fortalecimento de ONGs e organizações do terceiro setor na primeira década deste milênio, antes estas serviam de apoio aos movimentos sociais populares. Os movimentos se enfraqueceram ou adaptaram suas práticas, mais propositivos e menos reivindicativos. Com isso, teve-se um número menor de manifestações de rua e as ONGs se tornaram mais expressivas na organização popular, papel dos movimentos populares anteriormente. O aparecimento de um novo

ator social, fundações e organizações do terceiro setor, articuladas pela iniciativa privada ou por artistas, que passam a realizar ações com população em parceria com o poder público. Com recursos públicos e privados, equipes profissionais competentes, estas organizações passaram a atuar de forma diferente do que se tinha através dos movimentos. Focado em populações tidas como vulneráveis, pequenos grupos, focalizadas, com projetos e prazos. Acredita que este cenário resulta em “inúmeras ações cidadãs”.

Este cenário também foi vivenciado pelo Grupo de Mulheres da Enseada da Baleia, que além das articulações propiciadas pelos movimentos sociais, também teve a experiência de ser foco do trabalho de algumas organizações do terceiro setor, e mais tarde, parte integrante de equipe que desempenhava este papel junto a outras comunidades. Acredita-se que esta experiência tenha trazido elementos para vivenciar o processo de resistência da comunidade, também no caso da captação de recursos para a realocação.

Decorrente dos esforços ligados a esta via de resistência, foram realizados oito eventos e campanhas com a finalidade de mobilizar recursos, responsáveis pela mobilização de aproximadamente 10 a 20% do montante necessário a construção da Nova Enseada. E foram realizadas trinta e três matérias jornalísticas sobre o tema da realocação da comunidade e/ou rompimento do esporão arenoso e impactos desta transformação da paisagem, não foi possível avaliar os impactos deste material neste estudo.

6.6 RESISTÊNCIAS COTIDIANA

Mafrá (2018, p. 70) tem como proposta verificar a “[...] presença de resistência cotidiana através da tradição e valoração da cultura (grupos envolvidos, principais motivos, resultados alcançados)”. Esta via foi proposta por Scott (2011, p. 219), que chamou de formas cotidianas de resistência camponesa, que remete à luta entre estes camponeses e quem busca extrair-lhe trabalho, impostos, rendas, alimentos e juros, caracterizando como aquelas que teriam pouca ou nenhuma coordenação, e formas de autoajuda individual e que buscariam evitar confrontações com estes que lhes pressionam.

É evidente que o cotidiano da comunidade é repleto de manifestações relacionadas a tal via. As atividades socioprodutivas desenvolvidas pela Enseada,

trazem exemplos: a) pesca artesanal - em que existem desafios no processo de reterritorialização das artes de pesca artesanal na Nova Enseada; b) turismo comunitário - em que apesar do PEIC ser reconhecido como um caso de sucesso, existe a possibilidade de concessão das atividades turísticas através da Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016 (SÃO PAULO, 2016), que pode influenciar negativamente as comunidades que têm no turismo uma das atividades geradoras de renda; c) beneficiamento de pescado – tem desafios para a sua formalização devido à legislação; d) cultivo de hortaliças e plantas medicinais - as autorizações para roçado na Ilha do Cardoso, apesar de constarem no plano de manejo, desde 2002, não têm sido liberadas nos últimos anos. Tampouco existem procedimentos interinstitucionais estruturados para viabilizar tais demandas das comunidades tradicionais, segundo o Entrevistado 12. E estes são apenas alguns exemplos.

As atividades ligadas à economia solidária praticada por coletivos de mulheres vêm sendo pesquisadas dentro da categoria de resistência cotidiana, por trazer mudanças a suas vidas pessoais e nas relações com a sociedade. O MAE estruturado a partir de três frentes geradoras de renda: artesanato e confecção (a partir de 2010), turismo comunitário e peixe seco e beneficiamento de produtos da pesca (ambos a partir de 2015) possui características de empreendimentos da economia solidária. Freire (2017) trabalhou com cinco grupos de economia solidária no estado de São Paulo, concluindo que “[...] é possível perceber que a economia solidária alterou o cotidiano e as relações dessas mulheres com a sociedade” (FREIRE, 2017, p. 17). Entre os aspectos positivos comuns a todas, estão: a) geração de renda por atividade valorizada por cada integrante; b) busca por conhecimento e formação; c) postura mais ativa, solidária e cidadã, em relação à política e articulações. E como, aspectos negativos comuns: i) permanência em atividades tradicionalmente femininas (como costura e alimentação); ii) falta de estabilidade financeira dos empreendimentos econômicos solidários; iii) dificuldade de formalização devido a legislação; iv) dificuldades em desenvolver as atividades, por permanecerem com a responsabilidade do cuidado com os filhos e com trabalho doméstico (FREIRE, 2017, p. 17-18).

Essa leitura de Freire (2017) fora realizada também por Bonumá (2015) em sua análise de empreendimentos econômicos solidários femininos, no bojo da relação com a categoria de resistências cotidianas, que trabalha com representações de empreendimentos femininos das cinco regiões brasileiras, participantes do projeto

Brasil Local – Economia Solidária e Economia Feminista, que ocorreram através da Rede Guayí e dados do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES) da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que na época estava integrado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Singer relaciona para como a economia solidária se constrói no cotidiano, quando aponta para o contexto em que se verifica a reinvenção da economia solidária. Para ele, o avanço desta economia não depende do apoio do Estado ou de fundos públicos, mas da própria população, “de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios de solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana” (SINGER, 2002, p. 112). Certamente este é o caso em que se configura o MAE, que leva para suas demais frentes de trabalho e para a própria associação, os valores que foram constituídos em seu processo de organização comunitária.

Além desses, existem outras atividades que estão ligadas aos modos de vida da população caiçara que se encontram em maior ou menor risco, e que valem ser mencionadas, entre as quais: a) criação e convívio com animais, que está em andamento desde o ano de 2017, e um Inquérito Civil Público, do MPE - SP/GAEMA contra a Fundação Florestal, em função dos animais alóctones de todas as comunidades da Ilha do Cardoso; b) mutirões, que possuem relação com o modo de vida de comunidades rurais, anteriormente na comunidade da Enseada da Baleia, aos quais estavam ligadas as festas religiosas, que aconteciam uma vez ao ano. Atualmente, dada a demanda de reconstrução da comunidade, vem acontecendo com mais frequência; c) atividades religiosas, festas anuais para o padroeiro São Sebastião e os cultos semanais, os quais vêm ocorrendo em espaços alternativos, já que ainda não contam com os espaços comunitários que abrigavam suas atividades, a capela ou o centro comunitário.

6.7 SINTESE CONCLUSIVA

A partir das vias de resistência propostas por Mafra (2018) foi possível obter um conjunto de dados referentes às seis vias de resistência, que geraram o Quadro 10, no qual estão sistematizados os resultados encontrados para cada via sugerida. Além destes, merecem destaque algumas das atividades vivenciadas e observadas no transcorrer da pesquisa, que podem ser considerados, por fatores diversos,

resistências cotidianas. A seguir, os resultados encontrados em cada via de resistência, se encontram sistematizados no Quadro 10.

QUADRO 10 - SÍNTESE SOBRE AS VIAS DE RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO ENCONTRADAS NO CASO DA ENSEADA DA BALEIA

Vias de resistência	Resultados	Autores que contribuem com a análise
Ações judicializadas	Um Procedimento Administrativo de Tutela Coletiva instaurado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em favor da Associação de Moradores da Enseada da Baleia.	CNJ (2015); Diegues (2015); Hayama (2016); Santos (2016); Hayama e Cardoso (2018).
Reconhecimento do território por meio de mapeamentos participativos	Um etnomapeamento realizado em 2016, com: território caiçara da comunidade da Enseada da Baleia, território pesqueiro, território cultural, território parental, território doméstico, mais a proposta da nova área e a sua justificativa.	Little (2006); Acselrad (2008); Acselrad e Coli (2008); NUPAUB (2016), Valle (2016).
Negociação com atores contrários	Nenhum ator contrário. Divergências nas negociações historicamente.	Diegues (2001); Alier (2007); Campolim et al. (2008); Hayama e Cardoso (2018).
Movimentos sociais e demais organizações coletivas	Fundação da Associação de Moradores da Enseada da Baleia em 2015; Quadro de parceiros da memória histórica até o presente momento, com: 52 parceiros diretos, 10 representações coletivas que apoiaram diretamente, 6 articulações que apoiaram diretamente, 11 parceiros indiretos e, 1 representação coletiva que apoiou indiretamente.	Diegues (2001); Matos (2003); Almeida (2008); Gohn (2011); Diegues (2015).
Manifestações ou demais formas de mobilização públicas	Uma campanha virtual de financiamento coletivo e 7 eventos para mobilização de recursos, entre 2016 e o momento 33 matérias jornalísticas, entre 2011 e o momento.	Gohn (2011); Silva et al. (2014); Valle (2016).
Resistências cotidianas	As atividades socioprodutivas: a) pesca artesanal; b) turismo comunitário; c) beneficiamento de pescado e artesanato; d) cultivo de hortaliças e plantas medicinais. Modos de vida: a) criação e convívio com animais; b) mutirões; c) atividades religiosas.	Singer (2002); Bonumá (2015); Freire (2017).

FONTE: A autora (2019).

Neste quadro anterior são apresentados resultados para cinco vias de resistência que dependem de uma organização maior, entre elas: a) as ações judicializadas; b) reconhecimento do território por meio de mapeamentos participativo; c) negociação com atores contrários; d) movimentos sociais e demais organizações coletivas; e e) manifestações ou demais formas de mobilizações públicas. Seguido de uma síntese de resistências cotidianas, que vêm sendo vivenciadas, constata-se a necessidade de se consolidar a organização comunitária por meio de caminhos como

o da economia solidária vivenciada pelo MAE, e em menor escala com outras alternativas que recaem sobre a comunidade.

Concluindo, portanto, que viver em uma comunidade tradicional, por si só é um ato de resistência cotidiana que depende significativamente da organização dos integrantes que a compõem. Na ausência desta organização, ocorrem as resistências cotidianas, que demonstram caminhos para a compreensão do pluriverso, proposto por Escobar (2013, 2015). À medida que as regras, acordos e legislações não dão conta de proteger as diferentes formas de existência, elas simplesmente ocorrem no cotidiano caçara, com maior ou menor consciência sobre seus riscos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de pesquisa histórica da Ilha do Cardoso, permitiu reconhecer aspectos que são parte do processo de transformação deste território. É inegável a importância histórica da Ilha, a começar pelos 25 sítios arqueológicos presentes, que podem ser tanto um indicador de que haveria uma determinada fartura de recursos no local, favorecendo a permanência de grupos populacionais nos últimos 8.000 anos, graças ao estado de conservação dos ambientes que em que ainda se encontram estes sítios arqueológicos (CALLIPO, 2004).

Durante o processo de colonização europeia, a localidade apresentou papel importante ao determinar através do marco do Tratado de Tordesilhas, a fronteira entre as terras colonizadas espanholas e portuguesas, uma organização que seria fundamental para a história do Brasil. Ainda se tornaria palco de disputas entre outras nações, no decorrer do período, que se inviabilizaram principalmente por dificuldades de transporte. A Ilha do Cardoso fora considerada o “Celeiro de Cananéia” (ALMEIDA, 2005), demonstrando que o processo produtivo foi alterado ao longo do tempo, hoje não abriga mais roças ou produções expressivas na agricultura. Os ciclos econômicos também foram determinantes na configuração do território em questão, dos quais a Ilha do Cardoso participaria diretamente do ciclo rizicultor em função de sua geografia e solos férteis e da pesca comercial. Compreender a oscilação dos ciclos e que as comunidades ali residentes teriam que se adaptar às novas situações, se mostra essencial no entendimento dos processos de resistência histórica que foram neste estudo parcialmente relatados.

O território da Ilha do Cardoso fora alvo de diversos vetores de pressão, entre os quais, se evidenciaram a presença de uma polícia ambiental agressiva, a implantação de uma UC, a estruturação do CEPARNIC, a expansão de uma especulação imobiliária, as dificuldades de acesso à educação e ao trabalho entre os moradores, anseios da União para retomar as terras da Ilha, a implantação da criação de bubalinos na Ilha do Superagui etc. Estas pressões, associadas a outros fatores como a ausência de serviços de educação para a juventude ou oportunidades de trabalho, revelaram-se determinantes para a diminuição de mais de dois terços da população da Ilha do Cardoso.

Em relação a UC, para a comunidade é perceptível que houve impacto sobre aqueles que dependiam da roça, mas existe influência sobre o modo de vida como

um todo, à medida que existe uma complementaridade de roça, pesca e extrativismo, historicamente. Além disso, acredita-se que atividades extrativistas e a pesca artesanal também foram prejudicados. A medida que para o extrativismo e para determinados apetrechos de pesca, se depende da retirada de recursos naturais não permitidos ou sujeitos a critérios mais burocratizados. Ranchos de pesca usados sazonalmente historicamente, já não são permitidos para não moradores. De qualquer forma, àqueles que permaneceram no território, mantiveram alguma relação com a UC, com a esperança de que os seus gestores os apoiassem em caso de possíveis interferências. Exemplos disso, seriam: a contenção da especulação imobiliária, que se estrutura a partir da década de 1950 na região, ou a tentativa de retomada da Ilha pela União (para a implantação de uma usina nuclear ou campo de tiro, na década de 1970). Nestes dois momentos, as comunidades da Ilha se uniram à administração da UC, a fim de defender o seu território e a própria permanência da UC. No caso da Enseada da Baleia, especificamente, ainda se soma o caso da venda das terras onde estavam localizados (década de 1980) e o apoio para a realocação ocorrido em um momento mais próximo (entre 2016-2018), sendo que a negociação para a permanência contou com apoio do PEIC e isso se mostraria determinante para a percepção positiva da parceria com a UC.

A pesca artesanal, não só foi a atividade principal da comunidade nos últimos anos, como foi ela quem assegurou a permanência das famílias na comunidade da Enseada. Os solos ácidos da área da restinga não possibilitavam a vida a partir da agricultura, e não ser a de subsistência. Já que as roças praticadas por caiçaras, ocorriam na área do Superagui, porém, os descendentes de Sr. Malaquias não deram continuidade à atividade. Com isso, não tiveram dificuldades em se adaptar à implantação da UC, que se deu a partir da década de 1980, e as restrições impostas ao cultivo agrícola.

Uma série de características foi absorvida através das atividades organizadas pelo Grupo de Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia (MAE). Por exemplo, existe uma divisão sexual do trabalho, a combinação de um conjunto de fatores para determinar quais recursos se tornarão ativos no território (como o interesse comercial, sazonalidade, disponibilidade de equipamentos para a captura etc.), o fortalecimento da cultura local e da tradição, e situações diversas de resistências cotidianas necessárias para seguir com as atividades da pesca artesanal. Uma situação a ser mencionada seria a da atual fábrica de peixe seco, a qual, em um primeiro momento,

pertencia a investidores externos (japoneses ou seus descendentes que não residiam na comunidade), e era movida por famílias que trabalhavam em troca de produtos, como mão de obra para um encarregado local. O segundo momento relatado apresentaria o Sr. Malaquias como dono do negócio, tendo uma gestão mais humanizada com a família e parte da vizinhança, como mão de obra no empreendimento. O terceiro momento, teria o MAE como impulsionador do peixe beneficiado, com o patrimônio coletivo, gestão democrática, transparência no uso dos recursos e inaugurando a até então presente fábrica de peixe seco, desta vez, como estrutura comunitária em que pretende apoiar também pescadores das comunidades vizinhas.

O MAE, por sua vez, se iniciou em uma festa comunitária, ligada à safra da tainha tendo, como última frente de trabalho estruturada, a reorganização da atividade do peixe seco. No entanto, este trabalho realizado pelo Grupo de Mulheres merece alguns esclarecimentos. Ele se iniciou a partir de uma resposta a um momento de crise, no ano de 2010, com o propósito de cuidado entre as mulheres da família. Se estruturara como empreendimento da economia solidária, prezando por aspectos propostos na bibliografia sobre o tema. França Filho e Laville (2004) propõe como empreendimentos de economia solidária, àqueles que cumprem com: a pluralidade dos princípios comunitários, autonomia institucional, democratização dos processos decisórios, sociabilidade comunitário-pública, finalidade multidimensional. Lisboa (2002), por sua vez, propõe como características, para tais empreendimentos: autogestão e entranhamento comunal, a territorialidade e sustentabilidade, as redes e parcerias. O MAE, atualmente, corresponde com os seguintes: pluralidade dos princípios econômicos, autonomia institucional, democratização dos processos decisórios e sociabilidade comunitário-pública. A finalidade multidimensional e a territorialidade e sustentabilidade são percebidas a partir do processo de realocação; e o entranhamento comunal e as redes de parcerias, têm traços, para sinalizar o entranhamento comunal, mas ainda não possuem redes consolidadas para um trabalho que exceda a comunidade, embora nesta exista, em seu interior, existe uma rede de parceiros.

Para conseguir gerar renda suficiente as integrantes do grupo, se organizaram com frentes complementares de renda, em um calendário de atividades ao longo do ano, que dependem de interesse comercial, equipamentos e outros fatores. Em função de suas parcerias com organizações do terceiro setor, as mulheres

desenvolveram novas habilidades profissionais (administração, mobilização de recursos, comunicação etc.). Além disso, participaram de encontros com movimentos sociais nas áreas de Economia Solidária e Economia Solidária Feminista, que motivaram o fortalecimento de sua estrutura de valores e de aprendizados. Ocupam, até hoje, os cargos de Diretoria da Associação de Moradores da Enseada da Baleia (AMEB), dentro da qual mantêm uma relação de meio para o trabalho comunitário e não, como um espaço de poder centralizado, ou com hierarquias. Assim como no caso da pesca artesanal, estas ações tendem a coexistir com práticas de reciprocidade (NASCIMENTO, 2015) e autonomia, que segundo Porto-Gonçalves (2006), são características dos povos e comunidades tradicionais, observados em momentos diversos, como nos mutirões semanais que viabilizaram a construção da Nova Enseada em todas as demandas da comunidade analisada.

O MAE teve importância tanto no processo de estruturação de atividades socioprodutivas masculinas, como é o caso da produção de mexilhão (a partir de 2014) quanto na formação do grupo de homens para o turismo comunitário (em 2018), além de todo, o processo de resistência na permanência na Ilha do Cardoso, principalmente na área estratégica, já que foram as mulheres quem trataram de toda a questão burocrática, comunicação e mobilização de recursos. Tendo-se em vista que as mulheres participavam dos movimentos sociais, tal dinâmica permitiu que elas acessassem a Defensoria Pública do Estado de São Paulo para a propositura da única ação judicial que tramita neste caso, em função da ausência de acordo entre as partes, tendo buscado apoio para a realização de etnomapeamento, que resultou na proposta de realocação para a área atual Nova Enseada. As mulheres fizeram parte da comunicação e participaram de alguns dos oito encontros e campanhas para a mobilização de recursos voltados à realocação. Essas representam vozes ativas presentes na maior parte das 87 matérias jornalísticas feitas sobre o caso, desde o ano de 2011. No caso das parcerias, as mulheres não são as únicas responsáveis, mas participaram ativamente não apenas das negociações. Se não fosse o fato de desenvolverem novas habilidades e manterem fortes relações com agentes externos a comunidade, talvez não fosse possível praticar parte das vias de resistência descritas, pois estas vias demandam negociação, parcerias consistentes e variadas, além de habilidade para lidar com a documentação necessária para que fosse exitosa a realocação da comunidade, mostrando que para que a tradição tivesse

possibilidades de r-existir⁹², ela passou por processos de renovação, adaptação e ajustamento às novas realidades. Além disso, é muito importante verificar como boa parte das passagens e transformações ocorridas, dependem desta interlocução que mantiveram com agentes externos a comunidade, que vão desde o reconhecimento da identidade como comunidade tradicional, até as mais complexas ações lembradas no processo de realocação.

Por fim, as integrantes do MAE não se veem como protagonistas da história, mas como parte de uma triste jornada, cheia de perdas de familiares, que pouco a pouco vem se reafirmando como uma escolha de mudança acertada. Esta iniciativa dialoga com o conceito de “feminismo comunitário”, proposto por Paredes (2014). Que se diferencia do feminismo ocidental, ao pontuar que “partem da comunidade como princípio incluyente que cuida da vida”, ao invés de basear-se na igualdade e diferença frente aos homens. Que partiriam de suas próprias realidades para “pensarmos mulheres e homens em relação à comunidade”, com igualdade e respeito mútuo, complementaridade sem hierarquias. Tendo a compreensão que por comunidades, entendem a sociedade, “todo o grupo humano pode fazer e construir comunidades”. Reconhecendo a alteridade, ou seja, reconhecendo as diferenças e diversidades da humanidade, além de que, querem ser reconhecidas como a metade de sociedade (PAREDES, 2014, p. 78-85, tradução nossa). No caso estudado, muitos dos princípios que diferenciariam o feminismo comunitário do feminismo ocidental, corroboram com a forma em que se organiza e resiste o MAE, em favor da comunidade da Enseada e dos direitos territoriais para permanecerem na Ilha.

Outra questão que vale ressaltar é o papel das parcerias neste processo de resistência. Se não fossem, os vários atores que tentaram por diferentes caminhos apoiar a permanência da comunidade na Ilha do Cardoso, talvez o desfecho deste processo tivesse sido diferente e semelhante a tantos outros em que comunidades tradicionais são vencidas pelo cansaço. Dentre todas as parcerias que fizeram parte deste processo, àquelas que estão no campo da justiça pública, merecem especial destaque. Por permitir àqueles que não tem recursos, o acesso a uma justiça que não reproduz tudo que está posto numa sociedade capitalista, naturalmente excludente.

⁹² Porto-Gonçalves cunha este conceito para designar aqueles movimentos sociais que não lutam apenas para resistir aos que dominam e estigmatizam, mas também para uma determinada forma de “existência”, que inclui o modo de vida, produção e por pensar, sentir e agir também a seu modo (CRUZ, 2013).

Nesse contexto, falar de desenvolvimento também é refletir sobre o desenvolver, ou seja, não permitir o envolvimento (PEREQUÊ apud VIANA, 1999). Para entender as raízes históricas dessa relação, compreende-se como essencial interpretar os projetos de desenvolvimento no território, que se iniciam através de loteamentos e migram para a conservação ambiental, no caso da Ilha do Cardoso, a partir da década de 1990. Esta percepção se acentua para o caso do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Mata Atlântica, que culmina na concessão de serviços turísticos dos parques estaduais, orquestrada ao longo de décadas, junto com a deterioração da estrutura administrativa do PEIC que possui todos os serviços terceirizados. Mesmo que representantes da comunidade participem dos espaços de decisão, como o Conselho Consultivo do PEIC, os “projetos de desenvolvimento” não são assuntos debatidos em profundidade e chegam prontos a estes espaços. Em outras palavras, não há tentativa de envolvimento dessas propostas. As iniciativas comunitárias, em contrapartida, marcam em seu nome a diferença de sua conduta, são “comunitárias” e, portanto, feitas coletivamente por seus interessados.

Uma característica das proposituras do MAE e dos grupos masculinos seria a de ativarem recursos territoriais específicos (BENKO; PECQUEUR, 2001; DENARDIN, 2016) através de suas várias frentes de geração de renda. O foco nas atividades geradoras de renda diferencia o MAE de um empreendimento de economia popular e solidária (de acordo com FRANÇA-FILHO; LAVILLE, 2004). Para que ampliassem seu foco de atividades, rumo a demandas de direitos sociais mais amplos, o que determinaria um degrau a mais na economia solidária, acredita-se que seguir atuando nos movimentos sociais, seria um caminho para a renovação das pautas e para a ampliação dos trabalhos, para além das demandas de consumo cotidiano. Também é nesse sentido de ampliação de seus trabalhos através do fortalecimento de entramados comunitários (GUTIERREZ, 2012), que dialogam perfeitamente com as características de empreendimentos da economia solidária, trazido por França-Filho e Laville (2004) e Lisboa (2004), que o MAE pode inspirar ações locais de aproximação das vizinhanças, na busca de soluções possíveis para sua realidade. E de como é possível ressignificar os modos de vida, à medida que são fortalecidos os vínculos identitários de uma comunidade tradicional caiçara. Transformando o modo de vida em novas formas de reprodução do tradicional e ações que tragam melhoria na qualidade de vida, quando se está disposto a “cuidar da casa”. Que dialogam

perfeitamente com termo economia, que deriva do grego, em que *oikos* (casa) e *nomos* (costumes ou lei), portanto tratando das “regras da casa”.

Por fim, sem esgotar as reflexões que emergem deste estudo, refletindo sobre o complexo caso de resistência caiçara, faz-se significativo defender outro conceito como aglutinador de casos revelador de semelhanças e diferenças em si mesmo, que é o de reforçar a necessidade de que “outros mundos sejam possíveis” através do conceito de “pluriverso” (ESCOBAR, 2015), corroborando com a ideia de que um mundo hegemônico, pressiona para a invisibilidade e condena ao desaparecimento iniciativas comunitárias que se baseiam em peculiaridades territoriais, culturais, sociais e históricas que não se enquadrem naquilo que se entende por modernidade. E, compreendendo que a economia solidária pode ser uma forma, de criar e fortalecer estes pluriversos. Esta pesquisa, que tem um caráter processual de como o MAE vai se organizando e fortalecendo através da economia solidária, com atores internos e parceiros externos à comunidade, que tiveram juntos à oportunidade de vivenciar um processo de resistência que concretizou seus objetivos, é mais uma oportunidade de dar visibilidade a uma pequena parte da história vivenciada pela Enseada da Baleia/Nova Enseada, buscando refletir teoricamente sobre a r-existência, nos termos de Porto Gonçalves, de uma comunidade tradicional de onze famílias. Concordando que o pluriverso é um caminho para reconhecer como possível e replicável iniciativas comunitárias como esta, assume-se que também seja viável um mundo que reconheça a existência de outros mundos, em uma natural correspondência à diversidade da vida.

REFERÊNCIAS

1ª MOSTRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA FEMINISTA. São Paulo: SOF, 2014. 2'15". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wFNfvYxDbdE>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

ACSERALD, H. (Org.) **Cartografias sociais e território.** Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. Disponível em: <www.ettern.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash...id=8>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSERALD, H. (Org.) **Cartografias sociais e território.** Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. Disponível em: <www.ettern.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash...id=8>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de antropologia**, São Paulo, v. 43, n. 1, 2000. p. 145 - 182. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27091>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

ADAMS, C. Identidade caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. In: Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. Palestras Convidadas do Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. 4. Ulysses P. de Albuquerque (org.), Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. p. 27 - 43. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/pesquisas/RE_Juatinga/Adams_2002.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

AJUDE A NOVA ENSEADA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ajudeanovaenseada/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres.** São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, A. P. Memória histórica da Ilha do Cardoso. In: DIEGUES, A. C. **Enciclopédia Caiçara: História e Memória Caiçara - Volume IV.** São Paulo: Hucitec NUPAUB/CEC: 2005. p. 61 - 75.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais.** São Paulo, v. 6, n. 1, p. 9 - 32, mai./2004. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

ALMEIDA, A. W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PCSCA-UFAM, 2008. Disponível em: <http://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2017/07/Alfredo-Wagner-B-de-Almeida_Terras-Tradicionalmente-Ocupadas.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

AMEB - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ENSEADA DA BALEIA; MULHERES ARTESÃS DA ENSEADA DA BALEIA (MAE). **Do Mar para a Beleza da Mulher**. 2016.

AMEB – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ENSEADA DA BALEIA; MULHERES ARTESÃS DA ENSEADA DA BALEIA (MAE). **Pescando estilos**. s/d.

ANDRADE, A. et al. Estudar casos em dissertações de mestrado e atender aos requisitos do método estudo de caso: Incongruência de Objetivos? **Perspectivas Contemporâneas**, Campo Mourão, v. 12, n. 1, p. 88 - 106. jan./abr. 2017. Disponível em:

<<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/articloe/view/2259>>. Acesso em 18 dez. 2017.

ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C.; MULLER, M. E. Previsão e consequência da abertura de uma nova barra no Mar do Ararapira, Paraná - São Paulo, Brasil. **Quaternary and Environmental Geosciences**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 67 – 75, 2009. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/abequa/article/view/14577/11198>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

APADEP - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE DEFENSORES PÚBLICOS. **Tutela Coletiva**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.apadep.org.br/revista/tutela-coletiva/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ARTERIS S/A. **Autopista Régis Bittencourt**. Disponível em: <<http://www.autopistaregis.com.br/?link=institucional>>. Acesso em 27 nov. 2017.

ASSIS, L. F. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano VI nº 11, 12 e 13. set./out., 2003, p. 107 - 122.

ASSOCIAÇÃO REDE CANANÉIA. **Notícias**, Cananéia, 2014-2018. Disponível em: <<http://www.redecananeaia.org.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

ATER PESCA. **Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia**. 2017. Disponível em: <<http://www.aterpesca.org.br/mulheres-artesas-da-enseada-da-baleia/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BACKES, D. S. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**. São Paulo: v. 35, n. 4, p. 438 – 442, 2011. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analis_e_dados_pesquisa_qualitativa.pdf>. Acesso em 25 jan. 2019.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: Congresso Nacional de Educação, 10., 2011, Curitiba; Seminário Internacional de representantes sociais, subjetividade e educação, 1., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011. p. 329 – 341. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Manual de Operações do Banco Mundial**: Diretiva Operacional. 1991. Disponível em:

<https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/3057e000488559dd8454d66a6515bb18/OD4_20_Portuguese.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. [Tradução de: RETO, L. A.] 3. reimp. da 1ª. ed. São Paulo: Edições 70, 2011. Título original: L'Analyse de Contenu, 1977.

BARRA DE CANAL. In: **Glossário Geológico Ilustrado**. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/glossario/index.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BASCHET, J. **Resistencia, rebelión, insurrección**. In: CASANOVA, P. G. (Dir.). Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tempo. Ciudad de México: Universidade Nacional Autónoma de México, 2012. Disponível: <http://conceptos sociales.unam.mx/conceptos_final/487trabajo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BASCHIERA, L. M. **A eletrificação fotovoltaica nas comunidades isoladas Cambriú e Foles do Parque Estadual da Ilha do Cardoso – SP**. 183 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola), Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305371>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BAZZO, J. **Mato que vira mar, mar que vira mato: o território em movimento na Vila de Pescadores da Barra de Ararapira (Ilha do Superagui, Guaraqueçaba, Paraná)**. 291 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Dissertacao_JulianeBazzo.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2019.

BECKER, B.K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2001. p. 1 – 7. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c74707486.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

BENFEITORIA. **Ajude a Nova Enseada**. 2016. Disponível em: <<https://benfeitoria.com/ajudeanovaenseada>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31 – 50, jul. / dez. 2001.

BONUMÁ, H. **As mulheres e a economia solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**. 97 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132849/000984396.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa-Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 1989.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51 - 62. jan./dez. 2007. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. Resolução nº 76, de 17 de julho de 1822. Manda suspender a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembleia Geral Constituinte. Rio de Janeiro, 1822. Disponível em: < <https://arisp.files.wordpress.com/2009/07/resolucao-76.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/CON1988.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto de 13 de julho de 2006**. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10884.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 16 out. 2016.

BRASIL. **Portaria nº 89, de 15 de abril de 2010**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/legislacao/portarias/portarias-arquivos-pdf/portaria-89-2010-tau.pdf/view>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016**. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,

Brasília, 2016. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Aro2015_2018/2016/Decreto/D8750.htm#art20. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2019A. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.812 de 30 de maio de 2019**. Altera o Decreto nº 9759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2019B. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D9812.htm#art2. Acesso em: 01 jul. 2019.

BUENO, E. **História do Brasil**: os 500 anos do país em uma obra completa, ilustrada e atualizada. São Paulo: Publifolha e Zero Hora/RBS Jornal, 1997.

BUENO, E. **Náufragos, traficantes e degredados**: as primeiras expedições ao Brasil. Rio de Janeiro: GMT Editores, 1998.

CALIPPO, F.R. **Os sambaquis submersos de Cananéia**: um estudo de caso de arqueologia subaquática. 135 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8153/tde-27062006-143634/pt-br.php>. Acesso em 20 abr. 2018.

CALIPPO, F.R. **Sociedade sambaqueira, comunidades marítimas**. 311 p. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-23062010-160307/pt-br.php>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CAMPOLIM, M. B.; PARADA, I. L. S.; YAMAOKA, J. G. Gestão participativa da visitação pública na Comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso. In: **IF Série Registros**, n. 33, p. 39 - 49. São Paulo: Instituto Florestal, 2008. Disponível em: http://www.iflorestal.sp.gov.br/RIF/SerieRegistros/IFSR33/IFSR33_39-49.pdf. Acesso em: 16 jul. 2017.

CANANET. **Cananéia no mapa em Portugal Lisboa** – Padrão do Descobrimento. Disponível em: <http://cananet.com.br/html/mapa-cananeia-portugal.html>. Acesso em: 05 dez. 2017.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CAPUCCI, M. R. Aspectos fundiários das comunidades caiçaras. In: STANICH NETO, P. **Direito das Comunidades Tradicionais Caiçaras**. São Paulo: Café com Lei, 2016.

CARDOSO, T. A. **Subsídios para o manejo participativo da pesca artesanal da manjuba no Parque Estadual da Ilha do Cardoso**, SP. 115 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2029/DissTAC.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

CARVALHO, M. C. P.; SCHMITT, A. **Relatório técnico-científico para identificação de famílias tradicionais presentes no Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Sueli/2s_2015/Biogeoografia/Laudo_Antropologico_PEIC.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2018.

CHELIZ, P. M. **Ilha do Cardoso: Contribuições para compartimentação do relevo**. 2015, 236 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

CHELIZ, P. M. et al. Apontamentos sobre oscilações geomorfológicas e impactos ambientais na ruptura da Ilha do Cardoso, e formação de nova barra do Canal de Ararapira (Cananéia-SP). Simpósio Brasileiro de Geografia Física e Aplicada, 18., 2019, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2019. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/332820406_Apontamentos_sobre_oscilações_geomorfológicas_e_impactos_ambientais_na_ruptura_da_Ilha_do_Cardoso_e_formação_de_nova_barra_do_Canal_de_Ararapira_Cananeia-SP>. Acesso em 12 ago. 2019.

CHEREM, M. F.; AZEVEDO, N. T. Conflitos socioambientais e processos de resistência de pescadores artesanais no litoral do Paraná. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 40., 2016, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2016. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/spg-3/spg03-3/10010-conflitos-socioambientais-e-processos-de-resistencia-de-pescadores-artesanais-no-litoral-do-parana/file>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CIRANDAS.NET. **Rede Paulista de formadoras e formadores da Economia Solidária**. Jan. 2009. Disponível em: <<https://cirandas.net/redepaulistaformadores>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Defensoria pública e Ministério Público – o que faz cada um?** Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/77307-defensoria-publica-e-ministerio-publico-o-que-faz-cada-um>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CNUC - CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. **Tabela consolidada das Unidades de Conservação**. 01 jul. 2018. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cadastro_uc>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CORREIO 9. **Avanço do mar divide ilha, extingue enseada e 'engole' 1 quilômetro do Estado de São Paulo**. 2018. Disponível em: <<https://correio9.com.br/avanco-do-mar-divide-ilha-extingue-enseada-e-engole-1-quilometro-do-estado-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

CRUZ, V. C. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazonia**. 368 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/13990617/Lutas_sociais_re_configura%C3%A7%C3%B5es_identit%C3%A1rias_e_strat%C3%A9gias_de_reapropria%C3%A7%C3%A3o_social_do_territ%C3%B3rio_na_Amaz%C3%B4nia>. Acesso em 18 dez. 2017.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Populações indígenas, povos tradicionais e preservação na Amazônia. CAPOBIANCO, J. P. R. et al. (Orgs.) Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios. São Paulo, Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001. p. 184 - 193. Disponível em: <<https://mwba.files.wordpress.com/2010/07/2001-cunha-e-almeida-populacoes-indigenas-e-conservacao-capobianco-ed.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

DEBLASIS, P. et al. Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. **Arqueologia Sul-Americana**, v. 3, n. 1, p. 29 - 61, janeiro 2017. Disponível em: <<http://www.museunacional.ufri.br/arqueologia/docs/papers/rita/RAS2007.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. In: Wilkson, J.; NIEDERLE, P. A.; MASCARENHAS, G. C. C. **O sabor da origem**. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 51-72.

DEPESP - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (DEP-SP). **Ação civil pública, com pedido liminar de reparação de danos materiais emergentes**. Registro, SP. 84 p. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/wp-content/uploads/2016/12/ACP-ENSEADA-DA-BALEIA.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A. **Dersa transporta 23 toneladas de madeira para reconstrução de comunidade histórica**. 2017. Disponível em: <<http://www.dersa.sp.gov.br/comunicacao/noticias/travessias/dersa-transporta-23-toneladas-de-madeira-para-reconstrucao-de-comunidade-historica/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A. **Transportando esperança**. 2017. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/DERSASP/videos/1380867988671402/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A. **Travessias** – Serviço de lanchas – Cananéia/Ariri. Disponível em: <<http://www.dersa.sp.gov.br/travessias/travessias-pedestres/cananeia-ariri/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

DIÁRIO DO LITORAL. **Ilha do Cardoso está quase dividida por causa de erosão**. 2016. Disponível em: <<https://www.diariodolitoral.com.br/brasil/ilha-do-cardoso-esta-quase-dividida-por-cao-de-erosao/91515/>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. NUPAUB-USP/PROBIO-MMA/CNPq: São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da Natureza Intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001. Disponível em: <<https://raizesefrutos.files.wordpress.com/2009/09/diegues-o-mito-moderno-da-natureza-intocada.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. 3ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

DIEGUES, A. C. Esboço de história ecológica e social caiçara. In: DIEGUES, A. C. **Enciclopédia Caiçara**: História e Memória Caiçara - Volume IV. São Paulo: Hucitec NUPAUB/CEC: 2005a. p. 273 – 319.

DIEGUES, A. C. Território da população caiçara. In: DIEGUES, A. C. **Enciclopédia Caiçara**: História e Memória Caiçara - Volume IV. São Paulo: Hucitec NUPAUB/CEC: 2005b. p. 322.

DIEGUES, A. C. Territórios e comunidades tradicionais. **Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Matinhos, v. 1, n. 2, p. 144-149, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/quaju/article/view/45058/27436>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

DIEGUES, A. C. Prefácio. In: STANICH NETO, P. **Direito das Comunidades Tradicionais Caiçaras**. São Paulo: Café com Lei, 2016.

DUPRAT, D. M. B. P. **O Estado puriético**. Brasília: MPF, 2002. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs/artigos/docs_artigos/estado_plurietnico.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2019.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciencias sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, set/2005. p. 24 - 32. Disponível em:

<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: 25 out. 2017.

ESTADO DE MINAS. **Erosão pela maré abre canal e divide Ilha do Cardoso em Cananeia.** 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2018/08/29/interna_nacional,984491/erosao-pela-mare-abre-canal-e-divide-ilha-do-cardoso-em-cananeia.shtml>. Acesso em: 04 mar. 2019.

ESCOBAR, A. La alternativa al modelo hegemónico de desarrollo capitalista es el concepto del buen vivir. **Con nuestra América**, Costa Rica. 23 nov. 2013. Entrevista. Disponível em: <<https://connuestraamerica.blogspot.com.br/2013/11/arturo-escobar-la-alternativa-al-modelo.html>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra:** Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014a. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/escpos-unaula/20170802050253/pdf_460.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

ESCOBAR, A. **La invención del desarrollo.** Popayán: Universidad del Cauca, 2014b. Disponível em: <<https://cpalsocial.org/documentos/552.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontogía política de los “derechos al território”, **Desenvolvimento Meio Ambiente**, Curitiba, v. 35, p. 89–100, dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/43540>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ESCOBAR, A. Sentipensar con la tierra: Las luchas Territoriales y la Dimension Ontologica de las Epistemologias del Sur. **Revista de Antropologia Iberoamericana.** Madrid, v. 11, n. 1, p. 11 - 32, 2016. Disponível em: <<http://www.aibr.org/antropologia/netesp/numeros/1101/110102.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

ESCOBAR, H.; GIRARDI, G.; DEIRO, B. **Mesmo com R\$ 144 milhões em caixa, áreas de proteção de SP estão abandonadas.** São Paulo: Estadão, 2013. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,mesmo-com-r-144-milhoes-em-caixa-areas-de-protecao-de-sp-estao-abandonadas,1067478>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

ESPORÃO. In: **Glossário Geológico Ilustrado.** Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/glossario/index.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Ed.) **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. [Tradução de: JOSCELYNE, V.L.M.; GYALOKAY, S.; CLASEN, J.A.] Petrópolis: Vozes, 2000. Título original: The development dictionary.

ESTEVA, G. Desarrollo. In: SACHS, W. (Ed.) **Diccionarios del Desarrollo:** guia del conocimiento como poder. Peru: PRATEC, 1996. Disponível em:

<<https://www.uv.mx/mie/files/2012/10/SESSION-6-Sachs-Diccionario-Del-Desarrollo.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ESTEVES, C. M. P. **Evolução da criação dos Parques Nacionais no Brasil**. 36 p. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) – Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006. Disponível em: <http://www.if.ufrj.br/inst/monografia/2006_1/Monografia%20Caio%20Marcio%20Przeti%20Esteves.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

ESQUIVEL, A. P. **Resistir em la esperanza**. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad (CICCUS); Consejo Latino-americano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20160323051522/ResistirEnLaEsperanza.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

FALS BORDA, O. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. 1978. Disponível em: <<http://dns.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000411.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

FALS BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 42-62.

FERNANDES, M. O. **Os conceitos de território e lugar na contemporaneidade: a produção nas teses de pós-graduação em geografia de 2001-2011**. 155 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9389>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FERREIRA, M. R. **Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável**. 222 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24153/TESE%20CORRIGIDA%2002.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): Análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos**. 270 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150147>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

FLD - FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA. **FLD divulga lista de projetos aprovados nos Editais 2016**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.fld.com.br/blog/fld-divulga-lista-de-projetos-aprovados-nos-editais/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

FOLHA DE SP. **Comunidade ‘Enseada da Baleia’ é ameaçada pelo avanço do mar**. São Paulo, 2016. Disponível em:

<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/48135-comunidade-enseada-da-baleia-e-ameacada-pelo-avanco-do-mar>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

FRANÇA-FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.jeanlouislaville.fr/wp-content/uploads/2014/07/Economia-solidaria.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

FREIRE, A. P. V. **Mulheres na Economia Solidária**: resistência cotidiana por uma nova cidadania. 293 p. Dissertação (Mestrado em Ciência) Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciência e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-13112017-182410/pt-br.php>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

FREIRE, A. P. V. Mulheres na Economia Solidária: Participação e Movimento Social. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3. 2017, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2017.

FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA. **FLD divulga lista de projetos aprovados nos Editais 2016**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.fld.com.br/blog/fl-d-divulga-lista-de-projetos-aprovados-nos-editais/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Planta planialtimétrica**, dez. 2016.

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Centro de Convivência e mirante do Parque Estadual Ilha do Cardoso são inaugurados**. 2010. Disponível em: <http://fflorestal.sp.gov.br/centro-de-convivencia-e-mirante-do-parque-estadual-ilha-do-cardoso-sao-inaugurados/>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

G1. **Defesa Civil sobrevoa área de restinga em Cananéia para avaliar riscos**. Santos, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2016/11/defesa-civil-monitora-area-de-restinga-em-cananeia-sp-para-avaliar-riscos.html>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

GADELHA, C. **Proibido trabalhar**: problema socioambiental dos filhos da Ilha do Cardoso/SP. 305 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281762/1/Gadelha_Crismere_M.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

GALBIATI, A. F. **Tratamento domiciliar de águas negras através de tanque de evapotranspiração**. 52 p. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009. Disponível em:

<<http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/handle/123456789/1163>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-513, mai.-ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

GRABNER, M. L. Os caiçaras e as Unidades de Conservação de proteção integral: convergência entre os direitos fundamentais das comunidades tradicionais e a conservação ambiental. In: STANICH NETO, P. **Direito das Comunidades Tradicionais Caiçaras**. São Paulo: Café com Lei, 2016.

GUTIÉRREZ AGUILAR, R. **Pistas reflexivas para orientarnos em uma turbulenta época de perigo**. Caminar Domansando – pagine di autonomia. 2012. Disponível em: <<https://camminardomansando.wordpress.com/in-lingua-originale/pensiero-critico-latinoamericano/raquel-gutierrez-aguilar-pistas-reflexivas-para-orientarnos-en-una-turbulenta-epoca-de-peligro/>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L. et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. 1ª ed. Canoas: Ulbra; Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 19 - 36.

HASSLER, M. L. A importância das Unidades de Conservação no Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 79 – 89, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/viewFile/9204/5666>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

HAYAMA, A. T. Defensoria pública na ribeira do direito: comunidades tradicionais, conflitos socioambientais e o lugar da Defensoria Pública. In: Congresso Nacional dos Defensores Públicos, 12., 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANADEP, 2015. Disponível em: <<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=25702>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

HAYAMA, A. T.; CARDOSO, T. M. Comunidades caiçaras da Ilha do Cardoso, Conflitos Socioambientais e Refugiados da Conservação. In: JUBILUT, L. L. et al. **Refugiados ambientais**. Boa Vista: Ed. Universidade Federal de Roraima, 2018. p. 607 – 638.

HENRIQUE, G. **Avanço do mar divide Ilha do litoral do Vale do Ribeira**. 2018. Disponível em: <<http://www.registrodiario.com/noticia/3577/avanco-do-mar-divide-ilha-no-litoral-do-vale-do-ribeirahtml>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

HOBBSAWN, E. **A era dos extremos – o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE apresenta nova área territorial brasileira: 8.515.767,049 km². **Agência IBGE notícias**, Brasília, 2012. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de>>

[noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049](https://www.icmbio.gov.br/cnpt/noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049)>. Acesso em: 27 ago. 2018.

ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cnpt/>>. Acesso em 16 dez. 2017.

IG - INSTITUTO GEOLÓGICO. **Realocação de moradores da comunidade tradicional da Enseada da Baleia em razão da possibilidade de rompimento da Ilha do Cardoso e regularidade da destinação das moradias aos ocupantes tradicionais da comunidade.** São Paulo: Instituto Geológico, 2015. Laudo técnico.

IPeC – Instituto de Pesquisas Cananéia. 2012. Disponível em: <<http://ipecpesquisas.org.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

IRMÃS DE JESUS BOM PASTOR – PASTORINHAS. **Grito que brota da comunidade Enseada da Baleia.** 2017. Disponível em: <<https://www.irmaspastorinhas.com.br/blog.php?pagina=51&ano=2017>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira.** São Paulo, Instituto Socioambiental, 2013.

ISTO É – DINHEIRO. **Erosão pela maré abre canal e divide Ilha do Cardoso em Cananéia.** 2018. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/erosao-pela-mare-abre-canal-e-divide-ilha-do-cardoso-em-cananea/>>. Acesso em 16 jan. 2019.

ITCG - INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ (ITCG). **Glossário de termos geológicos.** Curitiba, s.d. Disponível em: <<http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/glossario/conteudo.php?conteudo=B>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

IVANMAGLIO. **A propósito da Comunidade da Enseada da Baleia na Ilha do Cardoso.** 2016. Disponível em: <<https://ivanmaglio.wordpress.com/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

JORNAL NOTÍCIAS DE CANANÉIA. **Erosão faz com que a Ilha do Cardoso se divida em Cananéia.** 2018. Disponível em: <<https://noticiasdecaneia.com.br/noticia/774/erosao-faz-com-que-a-ilha-do-cardoso-se-divida-em-cananea->>. Acesso em: 04 mar. 2019.

JORNAL DA RECORD. **Série JR: aprecie a paisagem de Cardoso, uma ilha deserta, no litoral de São Paulo.** 2017. Disponível em: <<http://recordtv.r7.com/jornal-da-record/videos/serie-jr-aprecie-a-paisagem-de-cardoso-uma-ilha-deserta-no-litoral-de-sao-paulo-06102018>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

JUSBRASIL. **Defensoria Pública inicia atuação na cidade de Registro, no Vale do Ribeira.** 2010. Disponível em: <<https://dp->

sp.jusbrasil.com.br/noticias/2046691/defensoria-publica-inicia-atuacao-na-cidade-de-registro-no-vale-do-ribeira>. Acesso em: 15 jan. 2019.

KIND, L. Notas para trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124 – 136, jun. 2004. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213_115340.pdf>. Acesso em 25 jan. 2019.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In LANDER, E. (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciencias sociais. **Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, set. 2005. p. 24 - 32. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: 25 out. 2017.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JR, A. (Org.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000. p. 309 – 335.

LISBOA, A. M. **Socioeconomia solidária**: marco conceitual latino americano. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2013/09/armando02-04.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 251 – 290, 2004. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

LITTLE, P. E. Gestão territorial em terras indígenas: Definição de conceitos e proposta de diretrizes. Rio Branco: Universidade de Brasília, 2006. Relatório final.

LITTLE, P. E. Espaço memória e migração: por uma teoria de reterritorialização. **Textos de história**, Brasília, v. 4, n. 4, p. 5 – 25, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5757>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MACHADO, L. **Alta da maré em ilha no litoral de SP expulsa pescadores de vila centenária**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1839958-alta-da-mare-em-ilha-no-litoral-de-sp-expulsa-pescadores-de-vila-centenaria.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

MAFRA, T. V. **Produção socioespacial do litoral do Paraná e as estratégias de resistências dos pescadores artesanais na luta pelo seu território**. 355 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Setor Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MARINA UTAMARU. **A Nova Barra da Enseada do Ararapira**. 2018. Disponível em: <<http://marinautamaru.com.br/wp/nova-barra-da-enseada-do-ararapira/>>. Acesso em 03 mar. 2019.

MARINHO, M. A. **Territorialidade e Governança em Áreas Protegidas: o caso da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananéia, SP)**. 175 p. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-13052014-105830/pt-br.php>>. Acesso em: 20 set. 2017.

MARTINS, L. G. **Comida caiçara: o saber fazer culinário da comunidade de Barrancos de Pontal de Paraná/PR**. 139 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Paraná, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47301>>. Acesso em 20 nov. 2017.

MAZURANA, J.; DIAS, J. E.; LAUREANO, L. C. **Povos e comunidades tradicionais do Pampa**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016. Disponível em: <<http://www.fld.com.br/uploads/publicacoes/FLD%20Livro%20Pampa%20WEB.compressed.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL; MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais: Balanço das ações para povos e comunidades tradicionais do Governo Lula (2003-2010)**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/186/arquivos/balano_pnpctno_governo_lula_186.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2017.

MDSA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais divulga resultado do processo de seleção**. 03 fev. 2017. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/fevereiro/conselho-nacional-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-divulga-resultado-do-processo-de-selecao>>. Acesso em: 05 set. 2018.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Guia de políticas sociais Quilombolas**. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/Guia_de_Politicas_Sociais_Quilombolas.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1998.

MELHOR ESCOLA. **Professor Pericles Eugenio da Silva Ramos**. Sorocaba, 2017. Disponível em: <<https://www.melhorescola.com.br/escola/pericles-eugenio-da-silva-ramos-prof>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MENDONÇA, J. T. **Gestão dos recursos pesqueiros do Complexo Estuarino-Lagunar de Cananéia-Iguape-Ilha Comprida, Litoral Sul de São Paulo, Brasil**. 329 p. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. Disponível em:

<<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1594/TeseJTM.pdf?sequence=>>
. Acesso em: 06 fev. 2019

MIHÁLY, P.; ANGULO; R. J. Dinâmica da desembocadura do corpo lagunar do Ararapira. **Revista Brasileira de Geociências**. v. 32, n. 2, p. 217 - 222, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/rbg/article/view/10377/9927>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – Dados Consolidados. **Tabela consolidada das Unidade de Conservação**, 01 fev. 2018. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80238/CNUC_FEV18%20-%20B_Cat.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2018.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Instrução Normativa MMA nº 15, de 16 de junho de 2005**. Estabelece normas, critérios e padrões para a pesca de juvenis das espécies Anchoa marinii, Anchoa tricolor e Anchoa lyolepsis, conhecidas popularmente como “manjuba ou iriko”, e as nomenclaturas regionais. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2005/in_mma_15_2005_normascriteriosparapescamanjuba_sp_pr.pdf>. Acesso em 10 fev. 2019.

MONTENEGRO, J. Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. (Orgs.) Geografia agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13 – 34.

MOREIRA, A. Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494. S.d. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/62686650.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2018.

MOURÃO F. A. **Os pescadores do Litoral Sul de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC, 2003.

MPE-SP - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Gaema**. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/rede_gaema>. Acesso em: 04 fev. 2019.

MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais**. Brasília, Ministério Público Federal/6ª Câmara de Coordenação e Revisão, 2014. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/docs/manual-de-atuacao-territorios-de-povos-e-comunidades-tradicionais-e-as-unidades-de-conservacao-de-protecao-integral>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MULHERES ARTESÃS DA ENSEADA DA BALEIA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MulheresArtesasDaEnseadaDaBaleia/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MUNIZ, J. C. “**O meu pai não me deu mestre, minha mão não me ensino, não sei por que eu puxei, violeiro e cantadô**”: memórias de um caiçara fandagueiro de Guaraqueçaba/PR. 293 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/52611/R%20-%20D%20-%20JOSE%20CARLOS%20MUNIZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

NASCIMENTO, E. C. **Malhas da reciprocidade:** a pesca coletiva da Tainha na Ilha do Mel. 149 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/41953/R%20-%20D%20-%20EVANDRO%20CARDOSO%20DO%20NASCIMENTO.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

NO MEIO DO POVO: Dedicado à Jan Van Der Heijden (Pe. João 30). Disponível em: <<http://nomeiodopovo.blogspot.com>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

NORDI, N.; CARDOSO, T. A.; BARBOSA, M. A. Histórico da pesca nas comunidades Enseada da Baleia e Vila Rápida, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Cananéia, São Paulo. p. 349 - 356. In: DIEGUES, A. C. **Enciclopedia Caiçara:** História e Memória Caiçara - Volume IV. São Paulo: Hucitec NUPAUB/CEC: 2005.

NUPAUB – NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA SOBRE POPULAÇÕES HUMANAS EM ÁREAS ÚMIDAS DO BRASIL. **Povos/Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas no Brasil no Brasil: conflitos e direitos.** Série Documentos e Relatórios de Pesquisa. São Paulo, 2011.

NUPAUB - NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA SOBRE POPULAÇÕES HUMANAS EM ÁREAS ÚMIDAS DO BRASIL. **Laudo Técnico de avaliação da área de reassentamento da comunidade de Enseada da Baleia sob os aspectos antropológicos, ambientais e segurança geológica diante do processo erosivo na Ilha do Cardoso/Cananéia-SP.** São Paulo, 2016. 94 p. Relatório técnico.

O AMANHÃ É HOJE – O DRAMA DE BRASILEIROS IMPACTADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS. História do Cinema Brasileiro, 2018. 23’11”. Disponível em: <<http://www.oamanhaehoje.com.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

O VALE. **Erosão divide Ilha do Cardoso em duas partes.** 2018. Disponível em: <<http://www.portalovale.com/cananeia/item/1101-ilha-e-dividida-em-duas-partes-em-processo-de-erosao>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

O VALE DO RIBEIRA. **Rompimento do Cordão de Areia na Ilha do Cardoso.** Registro 2018. Disponível em: <<https://www.ovaledoribeira.com.br/2018/08/rompimento-do-cordao-de-areia-na-ilha-cardoso-em-cananeaia.html>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

O VALE DO RIBEIRA. **Comunidade Tradicional Caiçara da Enseada da Baleia em Cananéia.** Registro, 2016. Disponível em: <<https://www.ovaledoribeira.com.br/2016/12/comunidade-tradicional-caicara-da-baleia-cananeaia.html>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

O VALE DO RIBEIRA. **Defensoria Pública pede indenização a Comunidade Caiçara por danos ambientais do barco catamarã da Ilha Comprida.** Registro, 2016. Disponível em: <<https://www.ovaledoribeira.com.br/2016/11/defensoria-publico-indenizacao-comunidade-caicara-danos-ambientais-barco-catamara-ilha-comprida.html>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT.** Brasília: OIT 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>. Acesso em 03 jun. 2019.

OLIVEIRA, E. **Gestão Comunitária da Ilha do Cardoso.** Museu da Pessoa, 08 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/para-refletir-gestao-comunitaria-da-ilha-do-cardoso-51020>>. Acesso em: 30 abr. 2018

OXFAM BRASIL. **Terrenos da desigualdade:** terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. Brasília: OXFAM Brasil, 2016. 32 p. Relatório técnico. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/no-brasil-1-das-propriedades-detem-metade-da-area-rural>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

PACHECO, T. **A ação de um defensor Público em defesa dos Caiçaras da Enseada da Baleia, SP.** 2016. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2016/12/12/a-acao-de-um-defensor-publico-em-defesa-dos-caicaras-da-enseada-da-baleia-sp/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS. **O monumento.** Disponível em: <<http://www.padraodosdescobrimientos.pt/pt/monumento/>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

PARADA, I. L. S. **Mudanças sócio-ambientais de duas comunidades caiçaras do Parque Estadual da Ilha do Cardoso - SP.** 93 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ecologia), Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Rio Claro, 2001.

PAREDES, J. **Hilando Fino:** desde el feminismo comunitário. 2. ed. Mexico, 2014. Disponível em: <<https://sjlatinoamerica.files.wordpress.com/2013/06/paredes-julieta-hilando-fino-desde-el-feminismo-comunitario.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO. Conselho Consultivo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Cananéia. **Ata da 153ª reunião realizada no dia 26 jul. 2011.**

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem do processo de desenvolvimento para as economias do sul. **Raizes**. v. 24, n. 1, 2, jan./dez. 2005a.

PECQUEUR, B.; ZIMMERMANN, J. B. Fundamento de uma economia de proximidade. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. **Economia e território**. Belo Horizonte, Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2005b.

PIMENTEL, J. C. **Avanço do mar divide ilha, extingue enseada e 'engole' 1 km do estado de SP; vídeo**. Santos: G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2018/08/29/avanco-do-mar-divide-ilha-extingue-enseada-e-engole-1-km-do-estado-de-sp-video.ghtml>>. Acesso em: 16 jan. 2019.erosão

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. [Trad: Fanny Wrobel]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000. Título original: The great transformation.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geografias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. A. **La guerra infinita**. Hegemonia y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002a. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O latifúndio genético e a r-existência indígenocampesina. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 8, 2002b. p. 39 – 60. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/o-latif%C3%BAndio-gen%C3%A9tico-e-r-exist%C3%Aancia-ind%C3%ADgenocampesina>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. **Los desafios de las emancipaciones em um contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151 - 197. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala**. Ciudad de Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012. Disponível em: <http://gege.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-carlos%20walter.pdf>. Acesso em 10 jan. 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; HOCSMAN, L. D. (Orgs.). **Despojos y resistências em America Latina, Abya Yala**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2016. Disponível em: <http://estudiossociologicos.org/-descargas/eseditora/despojos-y-resistencias/despojos-y-resistencias-en-america-latina_porto-goncalves.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

PPGDTS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável. **Linhas de Pesquisa**. Disponível em: <http://www.ppgdts.ufpr.br/?page_id=130>. Acesso em: 15 mar. 2018.

PPGDTS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável. **Regimento Interno do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado acadêmico em Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Matinhos: UFPR Litoral, 2013. Disponível em: <[http://www.ppgdts.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/01/Regimento%20mestrado%20DTSUFPR%20versao%20final%2006052013%20\(1\).pdf](http://www.ppgdts.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/01/Regimento%20mestrado%20DTSUFPR%20versao%20final%2006052013%20(1).pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2018.

QUAINI, M. Storia, geografia e territorio. Sulla natura, gli scopi e i metodi della geografia storica. **Miscellanea storica** Ligure, 6, 7, 1974a.

QUAINI, M. **Marxismo e geografia**. Firenze: La Nuova Italia, 1974b.

QUIRON TURISMO EDUCACIONAL. Estudo do Meio/Roteiros. Disponível em: <<http://www.quironturismo.com.br/educacionaisDetalhe.php?id=7>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

RADIO BANDEIRANTES. **Erosão pela maré abre canal e divide Ilha do Cardoso em Cananéia**. 2018. Disponível em: <<https://www.scoopnest.com/pt/user/RBandeirantes/1036276551619358721-erosao-pela-mare-abre-canal-e-divide-ilha-do-cardoso-em-cananeia-apesar-da-separacao-as-duas-porcoes-continuam-integrando-o-parque-estadual-ilha-do-cardoso>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

RODRIGUES, M. R. C. O canal do Varadouro. **Revista de História** – Revistas USP, São Paulo, v. 19, n. 40, 1959. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119807/117097>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

RODRIGUEZ, J.M.M.; SILVA, E.V. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**: problemática, tendências e desafios. 4ª ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

ROMEIRO, A. et al. A comunidade do Marujá e o Parque Estadual da Ilha do Cardoso: co-manejo, serviços ecossistêmicos e processo sócio-técnico. **Revista Virtual REDESMA**, La Paz, v. 7, n. 1, jul. 2014. Disponível em: <http://www.revistasbolivianas.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1995-10782014000100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2018.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, C. S. Acesso à justiça no Brasil: notas sobre o modelo de serviço legal da Defensoria Pública. **Revista Brasileira da Sociologia do Direito**, v. 3, n. 2, mai.-ago. 2016. p. 130 – 145. Disponível em: <<http://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/59/80>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

SANTOS, C. S. O papel da Defensoria Pública no acesso à Justiça para movimentos sociais. **Justificando mentes inquietas pensam Direito**, mai. 2018. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2018/05/03/o-papel-da-defensoria-publica-no-acesso-a-justica-para-movimentos-sociais/>>. Acesso em 04 fev. 2019.

SANTOS, E.; CAIÇARA, J. Peixe seco – uma “mistura” cheia de história, cultura e resistência. **Jornal Maranduba News**, Ubatuba, ago. 2018. Ano 9, ed. 111, p. 8. Disponível em: <<https://issuu.com/maranduba/docs/jornalmarandubanews111web?viewMode=doubl&Page>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

SANTOS, V. C. **Economia solidária**: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira. 111 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. Disponível em: <<http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2010/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Vinicius%20Correia%20Santos.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2017. Acesso em: 18 dez. 2017.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 40.319, de 03 de julho de 1962**. Dispõe sobre a criação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em Cananéia. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1962. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1962/decreto-40319-03.07.1962.html>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

SÃO PAULO (Estado). **Planos de Manejo das Unidades de Conservação - Parque Estadual da Ilha do Cardoso – Plano de Gestão Ambiental – fase 1**. São Paulo: SMA, 1998.

SÃO PAULO (Estado); SMA - Secretaria do Meio Ambiente. **Plano de Manejo – Fase 2 /Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2012/01/PlanoManejo-PEIC.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SÃO PAULO (Estado); SMA – Secretaria do Meio Ambiente. **Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo**. São Paulo: SMA, 2013. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/books/0012228300d717434ab54>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Portaria Fundação Florestal/DE nº 093, de 09 de maio de 2014**. Criação do Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de criação de Programa de Governo para o reassentamento das populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida. Fundação Florestal, São Paulo, SP, 09 mai. 2014. Disponível em: <<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2014/05/Portaria-093-14.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016.** Autoriza a Fazenda do Estado a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de áreas em próprios estaduais que especifica e dá outras providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16260-29.06.2016.html>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Sob ameaça, vilarejo da Ilha do Cardoso recebe ajuda da Dersa:** a comunidade da Enseada da Baleia precisava do transporte de madeira para reconstruir moradias ameaçadas pelo avanço da maré. SP Notícias, 2017. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/sob-ameaca-vilarejo-da-ilha-cardoso-recebe-ajuda-da-dersa/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSIO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73 - 94. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

SBT BRASIL. **Fenômeno natural divide ilha do litoral de São Paulo em duas partes.** 2018. Disponível em: <<https://www.sbt.com.br/jornalismo/sbtbrasil/noticias/114389/fen%C3%B4meno-natural-divide-ilha-do-litoral-de-s%C3%A3o-paulo-em-duas-partes.html>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

SCOTT, J. C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5. Brasília, jan. – jul. 2011. p. 217 – 234. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100009>. Acesso em 20 mar. 2018.

SÉRIE COMUNIDADE CAIÇARA/ PROG. 2 – COMUNIDADE CAIÇARA / BLOCO 2. Universidade Unifieo. Osasco: Unifieo, 2009. 11'22. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hgEt5F954E>>. Acesso em 14.ago.2017.

SÉRIE COMUNIDADE CAIÇARA/ PROG. 3 – ENSEADA DA BALEIA / BLOCO 1. Universidade Unifieo. Osasco: Unifieo, 2009. 12'33. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=C0VCEaiwc-M>>. Acesso em 14.ago.2017.

SÉRIE COMUNIDADE CAIÇARA/ PROG. 3 – ENSEADA DA BALEIA / BLOCO 2. Universidade Unifieo. Osasco: Unifieo, 2009. 12'38. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9WA275yIMDQ>>. Acesso em 14.ago.2017.

SHADEN, E. **Os primitivos habitantes do território paulista.** 1954. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36385>>. Acesso em: 07 set. 2018.

SILVA, E. M. S. et al. **Guia de Elaboração de Pequenos Projetos Socioambientais para Organizações de Base Comunitária.** Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2014. Disponível em: <<http://www.ispn.org.br/livrocapta/>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

SILVA, F. O. **Conhecimento tradicional e etnoconservação de cetáceos em comunidades caiçaras do município de Cananéia, litoral sul de São Paulo**. 112 p. 2007. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-05062007-113636/pt-br.php>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

SILVA, J. L. **Os desdobramentos e conflitos da Criação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso sob a Ótica do Modelo DTP (Geossistema – Território – Paisagem)**. 204 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/14/ms/jessica_silva.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2018.

SILVA, L. G. S. **Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil**. São Paulo: Centro de Culturas Marítimas, 1993. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Cai%C3%A7aras%26Jangadeiros.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998a.

SINGER, P. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998b.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIVARAMAKRISHNAN, K. Some Intellectual Genealogies for the Concept of Everyday Resistance. **American Anthropologist**, v. 107, n. 3, p. 346-355, set. 2005. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3567020>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

SLOW FOOD BRASIL. **Comunidade de pescadores da Enseada da Baleia – São Paulo**. 2016. Disponível em: <<https://www.slowfoodbrasil.com/comunidades-do-alimento/comunidades-brasileiras/21-sudeste/1047-comunidade-de-pescadores-da-enseada-da-baleia>>. Acesso em 16 jan. 2019.

SOUZA, C. R. G. A Erosão Costeira e os Desafios da Gestão Costeira no Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**. v. 9, n. 1, 2009. p. 17 – 37. Disponível em: <http://abes-sp.org.br/docs/pdf/celia_erosao_costeira_e_desafios_gestao_costeira.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.

SOUZA, C. R. **A abertura do esporão arenoso da Enseada da Baleia (Ilha do Cardoso, Cananéia)**: Um exemplo de gestão de risco costeiro. In: X Seminário de Riscos do Instituto Geológico. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/igeologicosp/a-abertura-do-esporo-arenoso-da-enseada-da-baleia-ilha-do-cardoso-canania-um-exemplo-de-gestao-de-risco-costeiro>>. Acesso em 30 jan. 2019.

SOUZA, M. K. et al. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE): fatores que interferem na adesão. ABCD. **Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva**. São Paulo, v. 26, n. 3, p. 200 - 205, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abcd/v26n3/09.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

STONOGA, R. Erosão faz vila mudar de lugar na Ilha do Cardoso, em Cananeia. **A Tribuna**, Litoral Sul e Vale, 25 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.atribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/litoral-sul-e-vale/erosao-faz-vila-mudar-de-lugar-na-ilha-do-cardoso-em-cananeia/?cHash=d442405cb066bed98a45d4d616aaf32f>>. Acesso em 24 ago. 2018.

TOLEDO, V. Povos/comunidades tradicionais e a biodiversidade. [Trad. A. C. Diegues. **Press. Instituto de Ecologia/UNAM**, México, 2001. Disponível em: <[http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20\(1\).pdf](http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20(1).pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2017.

TOMAZELA, J. M. **Ilha do Cardoso está quase dividida pela erosão em Cananeia**. Estadão, São Paulo/SP, 03 nov. 2016. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/pelo-interior/ilha-do-cardoso-esta-quase-dividida-pela-erosao-em-cananeia/>>. Acesso em 24 ago. 2018.

TOMAZELA, J. M. **Erosão pela maré abre canal e divide Ilha do Cardoso em Cananeia**. Estado de São Paulo, Sorocaba, 29 ago. 2018. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,erosao-pela-mare-abre-canal-e-divide-ilha-do-cardoso-em-cananeia,70002478776>>. Acesso em: 01 set. 2018.

UCHÔA, D. P.; GARCIA, C.R. Cadastramento dos sítios arqueológicos da Baixada Cananéia-Iguape, litoral sul do Estado de São Paulo, Brasil. **Revista de Arqueologia**, v. 1, n. 1, p. 19-29, mai. 2017.

UFPR Litoral – Universidade Federal do Paraná/Setor Litoral. **Projeto Político-Pedagógico**. Matinhos: UFPR Litoral, 2008, 57 p. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/pdfs/2009/PPP%20-%20UFPR%20-%20LITORAL%20Set%202008%20Alteracao%20Dez%202008%20Impress%E3o.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. 2007. Disponível em: <<http://www.ibermuseus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

VALLE, P. F. **Conflitos e possibilidades da participação de comunidades locais na gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, São Paulo**. 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-31102016-150455/pt-br.php>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

VAZANTES. SAMPAIO, D; LATERZA, T. São Paulo: Fulô Filmes, 2009. 29'55". Disponível em: <<https://vimeo.com/29681001>>. Acesso em 14 ago.2017

VERSOLATO, F.; GOMES, M. J. M. **Direito dos povos e comunidades tradicionais em territórios protegidos.** São Paulo: Instituto Pólis, 2016. Disponível em: <http://polis.org.br/wp-content/uploads/cad_06.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

VIANA, V. M. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, ano 2, n. 5, 2. Sem. 1999. p. 241 – 244.

VIEIRA, P. F. Rumo ao Desenvolvimento Territorial Sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia**, Florianópolis, v.1, n.1, p. 249-309, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/12/artigo-paulo-freire-vieira.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2017.

VIOLA RECASENS, A. Usos y abusos del concepto de resistencia: um balance crítico del debate en torno a la obra de James Scott. In: LAVIÑA, J.; OROBITG, G. (Coord.). **Resistencia y territorialidad culturas indígenas y afroamericanas.** Barcelona: Universitat de Barcelona, 2008.

VIVA GENTE. **Turbilhão causado por barco turístico derruba casas de caiçaras na Enseada da Baleia:** o acidente aconteceu em fevereiro de 2015, e até hoje os moradores lutam por indenização para reerguer suas casas, que também geravam renda com locação para turistas. Registro, abr. 2016. p. 8 - 9.

XINO XANO. **Ajude a Nova Enseada!** Ilha do Cardoso. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qu1b5AhfWlc>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. [Trad: D. Grassi] 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Título original: Case study research: design and methods, 1994.

YOUNG, E. G. Subsídios para a História de Iguape (1903). p. 77 - 98. In: DIEGUES, A. C. **Enciclopédia Caiçara:** História e Memória Caiçara - Volume IV. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC: 2005.

ZANNI, P. P.; MORAES, G. H. S. M.; MARIOTTO, F. L. Para que servem os estudos de caso único? In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 35., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ517.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

ZAOUAL, H. O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2010. P. 13 – 39. Disponível em: <<http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/196/126>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

ZMYSLOWSKI, C. T. **A importância do turismo de base comunitária para a subsistência e reprodução cultural das comunidades tradicionais frentes à**

possíveis parcerias público-privadas no Parque Estadual da Ilha do Cardoso. 52 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Oceanografia), Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Resistência pela permanência no território: o caso da Comunidade caiçara da Enseada da Baleia, Cananéia - SP”, que se justifica pela necessidade de conhecer o processo de realocação da comunidade da Enseada da Baleia, para a Nova Enseada, a partir do ponto de vista das famílias que viveram o processo e tem por objetivos:

- Compreender como a organização de atividades socioprodutivas e a organização das mulheres da comunidade contribuem para a permanência das famílias da Enseada da Baleia/Nova Enseada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso;
- Levantar o histórico de ocupação da Ilha do Cardoso, seus principais atributos físicos e como isso influenciou nas atividades econômicas nela desempenhadas;
- Analisar as percepções sobre histórico, atividades produtivas e organização das famílias da Enseada da Baleia no processo de resistência para permanência no território e na manutenção no modo de vida.

Sua participação se dará por meio de entrevista que será gravada e posteriormente transcritas para análise. Caso não concorde com a gravação o pesquisador pede autorização para tomar nota de informações importantes durante a entrevista.

Os pesquisadores responsáveis garantem que:

- As gravações serão de uso acadêmico e estarão sob responsabilidade dos pesquisadores.
- Os voluntários serão mantidos em anonimato sendo identificados por letras ou números. Não serão utilizadas informações que possam identificar o entrevistado.
- Os voluntários desta pesquisa poderão ter acesso às análises realizadas dos dados gerados nas reuniões que participaram para conferência.
- Os resultados desta pesquisa, sejam eles quais forem, serão tornados públicos em publicações e congressos.
- A participação na pesquisa é livre, não trazendo nenhuma implicação legal, não envolvendo riscos previsíveis e não envolvendo pagamentos. Em caso de desistência

de participação, em qualquer momento, não haverá nenhum tipo de prejuízo ou penalidade ao voluntário.

Informações dos responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento da pesquisa, que estarão à disposição em caso de quaisquer dúvidas, para saná-las a qualquer momento, nos contatos:

Juliana Greco Yamaoka

Telefone: (13) - E-mail: julianagreco82@gmail.com

Endereço residencial:

Endereço do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral: Rua Jaguaraíva, 512 – Caiobá Matinhos – PR, CEP 83260-000.

Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

Telefone: (41) 3511-8371 - E-mail: valdirfd@ufpr.br

Endereço do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral: Rua Jaguaraíva, 512 – Caiobá Matinhos – PR, CEP 83260-000.

Dessa maneira eu, _____
_____, RG nº _____, declaro
que recebi uma cópia deste termo, concordo em participar da pesquisa e autorizo a
gravação e utilização de minhas falas para a pesquisa acima citada.

Cananéia, ____ de _____ de 2018.

Assinatura entrevistada (o): _____

Pesquisadora responsável

Juliana Greco Yamaoka

CPF nº...

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL

Pauta: Pesquisa histórica da comunidade da Enseada da Baleia

Procedimentos metodológicos: grupo focal durante o processo de beneficiamento do pescado + gravação da conversa

- 1) Desde quando trabalham com o beneficiamento da tainha, ou de outro pescado?
- 2) Sempre comercialmente?
- 3) Quais eram os peixes com os quais se trabalhava antes?
- 4) Sr. Malaquias comprava o peixe fresco ou seco?
- 5) O processo de beneficiamento, que se faz até hoje, é o mesmo?
- 6) Como era o regime de trabalho?
- 7) Como foi o aprendizado para limpar peixe, alguém ensinou?
- 8) Vocês participavam do processo de comercialização do pescado?
- 9) O beneficiamento sempre era realizado em grupos grandes?
- 10) O que vocês acham que mudou daquela época para agora?
- 11) Além da remuneração, o que vocês acham que mudou mais alguma coisa no trabalho de vocês?
- 12) Eles tinham prejuízos com a venda?
- 13) Vocês pararam com a atividade por quanto tempo?
- 14) Os homens continuaram pescando durante este processo?
- 15) Como é a secagem do pescado?
- 16) Como é a venda do pescado?
- 17) Como é o beneficiamento da ova da tainha?
- 18) Quais atividades o grupo de mulheres andou fazendo?
- 19) Como é que vocês fazem a divisão de responsabilidades no grupo?
- 20) Vocês tiveram contato com vários profissionais para apoiar a ação de artesanato?
- 21) De onde veio a ideia de trabalhar com a rede de pesca?

22) Como é a gestão financeira do grupo?

23) Como é a comercialização do artesanato?

24) Além das atividades que geram renda, que outras práticas existem na comunidade que ajudam a viver com menos despesas?

25) Tem mais mutirão do que antigamente?

26) Vocês usam alguma erva medicinal?

27) Vocês já ouviram falar em Economia Solidária? Acham que o trabalho de vocês tem alguma coisa a ver com isso?

28) Vocês acham que os encontros promovidos para a Economia Solidária, ajudaram o grupo?

29) Quando é que se sentem mais organizados como comunidade?

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL

Pauta: Atividades socioprodutivas femininas e economia solidária

Procedimentos metodológicos: grupo focal + linha do tempo + gravação da conversa

- 1) Quais são os fatos históricos que aconteceram e apoiaram a formação da Enseada da Baleia?
- 2) Quais famílias vieram para a Enseada no início?
- 3) Quem mais morava aqui que foi embora? Por quais motivos?
- 4) Em que momento que chegou a funcionar a fábrica de peixe?
- 5) Os recursos pesqueiros que eram processados foram mudando ao longo do tempo?
- 6) Onde ficavam as roças?
- 7) A produção da roça era para a venda ou para o consumo?
- 8) O fato de algumas famílias terem ido embora tem a ver com a criação do Parque?
- 9) Com quais comunidades vocês se relacionavam mais, antigamente?
- 10) Como foi que conheceram e adaptaram os cercos fixos?
- 11) Em que momento havia comércio e outros serviços na Vila do Ararapira?
- 12) Quando criaram o Parque, isso influenciou em alguma coisa na Enseada da Baleia?

APÊNDICE 4 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL

Pauta: Território, identidade caiçara, resistência e realocação

Procedimentos metodológicos: grupo focal + linha do tempo + gravação da conversa

- 1) Quais eram os desafios para a permanência na Enseada da Baleia?
- 2) Como se via a o processo erosivo?
- 3) A partir de que momento sentem que a comunidade começou a se organizar?
- 4) Como isso se relaciona com a Associação de Moradores?
- 5) Em que momento se reconhecem como comunidade tradicional?
- 6) Em que momento se reconhecem como comunidade caiçara?
- 7) Por que ficar na Ilha do Cardoso?
- 8) Como foi a realocação? O que mais marcou neste processo?

APÊNDICE 5 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Entrevistadora: Juliana Greco Yamaoka

Procedimentos metodológicos: entrevista semiestruturada + gravação da conversa

- 1) Como percebem as atividades socioprodutivas da Enseada?
- 2) Como a gestão do PEIC atuou no processo de realocação da Enseada?
- 3) Como tem sido a negociação de contrapartidas pelo licenciamento da nova área?
- 4) Quais os efeitos da abertura da nova barra sobre o território? Como isso tem sido trabalhado?
- 5) Principais pressões sobre o território? E como isso tem sido trabalhado?

APÊNDICE 6 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL

Pauta: Organização feminina, atividades socioprodutivas e resistência

Entrevistadora: Juliana Greco Yamaoka

Procedimentos metodológicos: entrevista semiestruturada + grupo focal + gravação da conversa

- 1) O que motivou para que trabalhassem juntas?
- 2) De onde veio a inspiração para este trabalho?
- 3) Em que momento se reconhecem como trabalhadoras da economia solidária?
- 4) Quais eram as principais atividades socioprodutivas lá na Enseada da Baleia?
- 5) O que mudou das atividades socioprodutivas com o processo de realocação?
- 6) Por que acha que acontece a erosão, esta que rompeu a barra?
- 7) Acredita que houve resistência na comunidade pela luta pelo território?
- 8) Existem processos na situação da Enseada e de sua realocação?
- 9) Houve algum tipo de automapeamento neste período de negociação da realocação?
- 10) Por que escolheram esta localidade?
- 11) Que mobilizações e atividades coletivas foram feitas com o intuito de apoiar a realocação?
- 12) Quais foram os principais apoiadores?
- 13) Como foi o processo de realocação para vocês?
- 14) Depois do processo de abertura da barra mudou a realocação de algumas pessoas com a realocação?
- 15) E como é para vocês ver o local onde vocês moravam antes?
- 16) Qual a importância da associação de bairro para vocês, nesse processo?
- 17) Como foi a escolha do lugar, quando chegaram aqui?
- 18) Como foi conversar com tanta gente diferente?
- 19) Como acham que o trabalho das mulheres contribui com o processo?

APÊNDICE 7 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL E ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM PARCEIROS

Pauta: Realocação e resistência

Procedimentos metodológicos: grupo focal + gravação da conversa

- 1) Como vê o processo de resistência da Comunidade da Enseada?
- 2) Como participou deste processo? Quem mais atuou no processo de apoio?